

Conselho editorial

Antonio Joaquim Severino, Casemiro dos Reis Filho, Dermeval Saviani, Gilberta S. de Martino Jannuzzi, Joel Martins, Maurício Tragtenberg, Moacir Gadotti, Miguel de La Puente, Milton de Miranda e Walter E. Garcia.

Criação da capa: Carlos Clémen

Copidesque: Marlene Crespo

Produção editorial: Helen Diniz

Arte-Final: Jerônimo Oliveira

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem a autorização expressa da autora e dos editores.

Copyright © do autor

Direitos para esta edição

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS / CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

1982

Impresso no Brasil

COLEÇÃO EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Série: Memória da Educação

IRENE DE ARRUDA RIBEIRO CARDOSO

A Universidade da Comunhão Paulista

(O projeto de criação
da Universidade de São Paulo)

 **CORTEZ
EDITORA**

**EDITORA
AUTORES
ASSOCIADOS** 

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

C262u

Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro.
A universidade da comunhão paulista / Irene de
Arruda Ribeiro Cardoso. — São Paulo : Autores Asso-
ciados : Cortez, 1982.

(Coleção educação contemporânea : Série memó-
ria da educação)

Bibliografia.

1. Brasil — Política e governo 2. São Paulo (Esta-
do) — Política e governo 3. Universidade de São
Paulo — História I. Título.

CDD-378.8155
-320.981
-320.98155

82-0172

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História política 320.981
2. São Paulo : Estado : História política 320.98155
3. Universidade de São Paulo : História 378.8155

Ao Ruben, aquilo tudo que este trabalho
representou para mim.

Ao Maurício e ao Fábio, que sentiram, à
sua maneira, todo o processo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi originalmente apresentado como tese de doutoramento, junto ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Participaram da banca examinadora os professores Luiz Pereira, Aziz Simão, Alfredo Bosi, Francisco Weffort e Celso Beisiegel, a quem gostaria de expressar meu agradecimento pela leitura e discussão deste trabalho que me foram extremamente estimulantes e gratificantes. Gostaria de agradecer especialmente a Luiz Pereira, orientador, cuja postura intelectual e amiga foi fundamental.

Quero lembrar aqui, Marialice Foracchi e sua atitude de permanente inquietação intelectual. A ela, "toda a afeição da ausência".

Agradeço a José de Souza Martins as várias discussões que tivemos, importantes para o desenvolvimento do trabalho. Agradeço também a Octávio Ianni que discutiu comigo o projeto da tese.

Quero lembrar ainda os vários encontros com Fernando de Azevedo, figura humana extremamente agradável; a acolhida de Cruz Costa com quem discuti longamente o trabalho e a atenção de Roger Bastide quando estive no Brasil pela última vez. Agradeço ainda a Florestan Fernandes a possibilidade de contato com Bastide, assim como a sua participação na discussão que fizemos.

A Laís Abramo, Iara Raggio e Rubinho, agradeço a colaboração na pesquisa realizada no jornal *O Estado de S. Paulo*. A Cláudio Castelo, o apoio. A Bruni, Afrânio, Denice e Neide, a colaboração amiga. A Maurício Tragtenberg, o encaminhamento do texto que resultou neste livro. A Maria Helena e Dídio, além da colaboração, a amizade de tantos anos, que se expressou sempre num estímulo para mim. A Marília, Ricardo, Plínio, Maru e Jenny, a solidariedade sempre presente.

Finalmente, quero expressar meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela bolsa concedida.

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	17
PARTE I — A REGENERAÇÃO DOS COSTUMES POLÍTICOS DA NACIONALIDADE	
Capítulo 1 — A crise das oligarquias, a Comunhão paulista e o projeto da Universidade	27
Capítulo 2 — As “campanhas do jornal ‘O Estado de S. Paulo’ ”	43
Conclusão	91
PARTE II — A RECONSTRUÇÃO NACIONAL	
Capítulo 3 — A reconstrução educacional e a Universidade de São Paulo	95
Capítulo 4 — A campanha pela reconstrução da naciona- lidade: a Comunhão paulista no poder ...	127
Conclusão	155
PARTE III — A CRIAÇÃO DA MÍSTICA NACIONAL	
Capítulo 5 — A cruzada anticomunista e a missão da Universidade	163
BIBLIOGRAFIA	185

PREFÁCIO

UMA CRÔNICA DAS ORIGENS

Alfredo Bosi

Este belo ensaio de Irene Cardoso trata das relações que unem grupos políticos, tendências ideológicas e instituições culturais.

Poder, idéias, um jornal e uma universidade, tudo se imbrica e se aclara mutuamente quando a análise sabe cortar fundo um momento determinado de nossa História. Saímos da leitura do texto convictos de que os valores nunca se conservam, a longo prazo, anódinos: eles movem os grupos sociais para lutas bem concretas e a sua força construtiva ou destrutiva não se contém nem se oculta indefinidamente. Os valores, mais cedo ou mais tarde, agem. E, quando lastreados por uma base econômica estável, reproduzem-se por lapsos de tempo cuja longa duração chega a nos surpreender.

A *Universidade da Comunhão Paulista* é a história bem documentada e bem redigida de um grupo de influência política notável em São Paulo nos últimos anos da República Velha: o chamado “grupo do *Estado*”, que congregava alguns intelectuais orgânicos da oligarquia cafeeira e uma brilhante ala dissidente cujas posições se afirmavam então democráticas e modernizadoras. Em termos partidários, o grupo reunia, em equilíbrio instável, parte dos antigos republicanos (o PRP) e o novo Partido Democrático, que representava uma geração jovem, de cultura mais aberta e flexível, embora também estruturalmente presa à “comunhão paulista”, isto é, àquela fração da classe dominante que podia alimentar ambições de tornar-se classe política dirigente no plano estadual.

A tradição localista da burguesia cafeeira, agroexportadora, crescida em um ambiente de autodefesa, vinha dos repúblicos de Itu, e se manteve coesa no primeiro quartel do século XX graças à “política dos governadores”. As dissidências que poderiam abrir alguma brecha no bloco hegemônico tendiam a recompor-se com a vertente central do paulistismo sempre que pairasse sobre o destino da oligarquia

alguma ameaça efetiva. Assim aconteceu quando o governo de Getúlio Vargas entrou, em 1931, na sua fase mais abertamente tenentista e comprometida com os ideais do Movimento de 30.

32 é o toque de reunir de todos os estratos direta ou indiretamente ligados à crise do café. Então a mística regional empolga largos setores da classe média, alta e baixa, concretizando por alguns meses, na Frente Única Paulista, o que os mentores da inteligência provinciana batizavam de "comunhão paulista".

Irene Cardoso acompanha de perto os pronunciamentos do grupo de que é porta-voz o jornal *O Estado de S. Paulo*; e persegue as suas variantes até 36, notando que, quando satisfeitos os interesses mais prementes da oligarquia, o grande inimigo deixa de ser o governo federal e toma a figura cambiante das novas forças revolucionárias, "os extremismos de Esquerda e de Direita". A partir de 35, a comunhão paulista alimenta a Cruzada Anticomunista. Entra em nova e prolongada fase uma posição ideológica que se diz "intransigentemente liberal". Um mito de "centro puro" estava-se consolidando nas intenções e nas palavras da oligarquia já modernizada ou, pelo menos, sacudida pela crise de 30. A documentação reunida neste ensaio revela, porém, "as impurezas do branco" até as vésperas do Estado Novo. E a memória do leitor poderá facilmente completar o quadro em claro-escuro recordando as palavras e os atos dos mesmos e de outros "puros" em 54, 55, 61, 64, 69... Para os que vieram depois de tudo, o desengano é cabal. Hoje as máscaras já nem mais se sustentam: pureza neo-liberal e alinhamento com o imperialismo tornaram-se perfeitos e inglórios sinônimos, se não em primeira, em segunda, em última instância. Questão de tempo, questão de conjuntura.

Mas voltemos ao miolo do livro de Irene Cardoso: o recorte de uma questão básica da política empreendida pela comunhão paulista desde o governo de Bernardes até o Estado Novo: como a classe dominante local enfrentava o problema da educação e, em particular, a necessidade de formar "elites" capazes de dar um estofamento intelectual aos projetos da oligarquia em crise.

As posições vão-se delineando com maior clareza a partir do "Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo" organizado por Fernando de Azevedo a pedido de Júlio de Mesquita Filho para *O Estado de S. Paulo* onde saíram comentadas pelo próprio organizador. As conclusões, que o jornal repetiria como princípios doutrinários por longos anos, poderiam ser qualificadas pela expressão um tanto paradoxal de "liberalismo orientado". Ou seja: é necessário que o sistema escolar produza uma "elite norteadora" acima dos interesses partidários. O ensino deve ser "livre", isto é, constituído de "iniciativas particulares esclarecidas e sustentadas em todas as classes e em todas

as direções". Um renovado humanismo pedagógico alimenta então as posições de Fernando de Azevedo e dão ao seu discurso um ar inequívoco de boa consciência ilustrada. Outro caráter desse discurso (que, teoricamente, resgata a generalidade incolor das suas premissas) é a preocupação com os "mais altos interesses nacionais", traço que servirá depois de ponte entre o iluminismo de Fernando de Azevedo e os planos bem mais específicos e práticos do Governo Vargas.

A Revolução de 30, com o seu ímpeto planejador, conduziria para o projeto de um ensino público universal os ideais ilustrados do humanismo paulista. A Revolução de 30 torna viável um programa nacional em que Fernando de Azevedo se encontre com Anísio Teixeira.

No contexto do "Inquérito" ganha força a idéia de uma Universidade como centro formador de elites políticas. Reconhecemos aqui, quase em estado puro, a crença no papel insubstituível da escola como transformadora real da sociedade e (certeza que vai sobreviver ao "grupo do Estado") retificadora dos desníveis econômicos de classe:

"A medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir o grande homem, o cidadão útil, que o estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar segundo o seu valor ou a sua incapacidade" (Fernando de Azevedo, citado pela autora da tese, pág. 31).

Não é curioso e sugestivo perseguir as afinidades do texto acima, escrito por um liberal de quatro costados, com a teoria da circulação das elites, que o corporativismo de 37 viria endossar plenamente? Mais uma prova do poder catalisante do Movimento de 30 e da passagem que o liberalismo clássico vinha sofrendo do puro "laissez-faire" para a admissão de um Estado programador. O mal-estar começa quando os programadores são os outros.

Caberia, de toda maneira, ao ensino superior operar na prática a formação daquelas elites, garantindo-se às massas o acesso ao curso primário. Entre as massas alfabetizadas e as elites norteadoras situa-se no projeto a classe média, divulgadora da cultura universitária, e para a qual se destinaria o ensino secundário.

A correspondência do espaço sociopolítico com o nível de escolaridade seria, portanto, esta:

Massas	—	curso primário
Classe média	—	curso primário e secundário
Elites	—	curso primário, secundário e superior

A novidade democratizante do funil estaria, é claro, na qualificação do termo "elite" que, na pena dos pedagogos ilustrados, não define classe econômica, mas grupo intelectual.

Não é o lugar aqui de pôr em relevo as ingenuidades e racionalizações de todo esse pensamento de gabinete, nem me parece correto forçar a nota judicativa sobre as boas ou más intenções dos seus emissores. Admito, até, que as intenções fossem as melhores, o que, de resto, não muda em nada o horizonte ideológico do projeto por onde se meteu a Comunhão paulista.

A rigor, nada é absolutamente simples e unitário quando se entra no labirinto das ideologias. O "grupo do Estado" e os membros do Partido Democrático estavam cientes da crise oligárquica e se esforçavam para encontrar uma saída eleitoral que reformasse a fisionomia viciosa da República Velha. Neste ensaio tão bem articulado Irene Cardoso pontua claramente as relações, inicialmente simpáticas, da Comunhão paulista com a Aliança Liberal e com a Revolução de 30. E descreve o plano do "grupo do Estado" de reservar para si a tarefa da "regeneração política" através da educação.

A Universidade paulista aparece com insistência crescente no horizonte do grupo. O valor universal da cultura deveria encarnar-se na missão privilegiada de São Paulo com toda a sua mística de bandeirismo, republicano histórico e pioneirismo industrial, mística revivida e exasperada até as raias do separatismo em 32. Em suma: os que admitem que a oligarquia do PRP está em crise, querem formar um estrato político e cultural que tome o seu posto na direção do Estado e, a médio prazo, da Nação.

Ora, o que há de irônico, objetivamente irônico, em todo esse processo é justamente a metamorfose de um conceito de democracia bastante amplo, que o PD partilhava com a Aliança Liberal, em outro conceito, bélico e defensivo, que se forja entre 35 e 37, à medida que a oligarquia paulista vai endossando os atos de exceção emanados do governo de Vargas, deixando-se arrastar por um anticomunismo militante e pondo mais lenha na fogueira de um Estado ideal forte, protetor da ordem e da segurança nacional. Estado que afinal se implanta com o golpe de 37, mas Estado de cujo aparelho central Getúlio preferia excluir os inseguros aliados liberais da véspera. A estes não restou outro caminho que ranger os dentes e praticar alguma digna e virtuosa oposição ao novo governo, que não era, como sempre, o dos seus sonhos.

Quando se recorda a história posterior do lacerdismo, do udenismo golpista e das atitudes manifestas ou conspiratórias tomadas pelos jornais de "centro", de 54 a 64, entende-se o mecanismo dessa pobre ideologia liberal: ao ver-se ameaçada nas suas bases reais (livre-empresa, latifúndio, alinhamento com o imperialismo), logo se põe a

invocar o advento de um Estado forte, deslembada de que o combatera com tanta indignação quando eram os outros que estavam no poder.

—oOo—

A tese de Irene Cardoso alterna o geral com o particular: das conjunturas políticas em torno de 30 para a fundação da Universidade de São Paulo, e desta para as novas posições da Comunhão paulista depois de 35. O material do estudo é fruto de uma acurada pesquisa nos manifestos sobre educação e nos editoriais políticos da época.

As vinculações estreitas entre a oligarquia e a nova Universidade são, uma vez mais, aclaradas. O nome de Armando de Salles Oliveira, acionista de *O Estado de S. Paulo*, interventor nomeado por Getúlio em 34 e fundador oficial da USP, ilustra o nó do compromisso.

Não há como negar, o espírito da tese de Irene Cardoso é desmistificador. Restaria talvez aprofundar um veio que sai da órbita deste livro, mas que a razão interna do seu discurso sugere incomodamente: até que ponto a origem meio liberal, meio elitista, da nossa Universidade marcou o seu percurso ideológico posterior? São cinquenta anos de história cultural que deveríamos analisar, interpretar, ajuizar; não é tarefa que se possa empreender levianamente.

Em primeiro lugar não convém subestimar a força real das determinações de origem. Elas pesam e resistem no centro da instituição, na ossatura da hierarquia e na sua armação burocrática, esferas cerradas em que o conservadorismo da Universidade de São Paulo parece quase estrutural. A reforma de 70, que trouxe medidas modernizadoras como a extinção nominal das cátedras, não conseguiu alterar de fato a distribuição dos poderes. E nas horas de confronto, liberalismo se traduziu como liberdade de praticar o autoritarismo.

Mas origem não é determinação absoluta, ou então a História repetiria *ad nauseam* as situações inaugurais. A Universidade, instalada na região mais dinâmica do país e na cidade que atingiu as mais elevadas taxas de industrialização e imigração, não poderia, com o advento da civilização de massas, conter-se no projeto ideal de seus fundadores.

A burguesia ilustrada paulista já não exerce, depois da Segunda Guerra, a mesma hegemonia fácil com que brilhou nos anos 20, quando podia posar até de revolucionária sem maiores seqüelas além de alguns apupos gaiatos recebidos no Teatro Municipal. Por outro lado, as oportunidades que a política social de 30 e 40 abriu para as classes médias permitiram que chegasse à Universidade uma clientela cada vez mais diferenciada para a qual o estudo não era só o pão já

assado e partido pelo saber acadêmico, mas também um fermento que poderia levedar as novas massas.

Ao longo do processo, os melhores professores passaram de "enfants gâtés" a "enfants terribles". Outros, é verdade, encaharam no udeno-golpismo reforçado pela guerra fria e pela modernização reacionária que ainda está fazendo a cabeça dos tecnocratas no Brasil inteiro. Mas funcionam como peso morto, não são criadores de cultura.

Em termos de produção, a Universidade de São Paulo, acicatada pelo dinamismo de uma sociedade em mudança e receptiva ao que de melhor nos vinha da cultura européia e americana, foi realizando um currículo de pesquisas e estudos respeitável: Alguns trabalhos de Física, de Genética, de Bioquímica, de Medicina Tropical, de Filosofia, de Sociologia, de Antropologia, de Geografia, de Historiografia Social, de Crítica Literária, de Arquitetura e de Musicologia são balizas de padrão internacional. Quando se dão certas condições de base, cresce visivelmente a margem do exercício intelectual, cujos nexos com a infra-estrutura são bastante mediados e flexíveis.

Mas o que restou da antiga e sempre lembrada vinculação entre a Universidade e a Comunhão paulista? Queira Deus que não tenha sido apenas o pior; e que da ganga da retórica inicial os seus porta-vozes de hoje saibam extrair os bens inegáveis do pluralismo ideológico e do respeito às liberdades de pesquisa e expressão: valores que nos foram pregados por decênios e decênios de apologia liberal.

Universidade de São Paulo, fev. de 82

APRESENTAÇÃO

Ao falar sobre o "pensamento diretor" dos fundadores da Universidade de São Paulo, dizia Júlio de Mesquita Filho: "(...) éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal". Falava da disposição dos fundadores frente à investida do fascismo, que a muitos fazia pensar na "infalível vitória do totalitarismo de direita" e no liberalismo como algo "para sempre banido da face da Terra".¹ Esse pronunciamento vinha bem a calhar numa época em que, frente às lembranças amargas do Estado Novo, trazia tranqüilidade pensar que a Universidade de São Paulo tinha sido desde a sua criação um reduto de resistência à ditadura.²

Por isso não é de surpreender que Mesquita Filho insistisse em falar na criação da Universidade sob a égide do liberalismo e contra o totalitarismo de direita avesso aos princípios da liberdade, da justiça e da razão. Certamente ele sabia do que estava falando. O que causa surpresa é verificar que persiste o mito liberal-democrático da criação da Universidade. Mito porque se trata de uma invocação que realça o espírito de liberdade (de pensamento, de ensino e de pesquisa) que teria presidido a criação da Universidade. Com ele, escamoteia-se que foi

(1) "Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo", in *Política e Cultura*, S. Paulo, Livr. Martins Ed., 1969, p. 192.

(2) "É verdade que a ditadura subverteu a nova experiência. O Estado fazendo-se totalitário matou a liberdade. As vozes que partiam das Cátedras, em matérias que interessavam aos desígnios da ditadura, ou capitularam ou foram estranguladas na garganta até que o país encontrasse outra vez o destino liberal que lhe deram os construtores da república". Cf. Roque S. M. Barros, "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade", Boletim n.º 241, *História e Filosofia da Educação*, n.º 2, 1959, p. 13.

criada sob a ditadura de Vargas, quando Armando de Salles Oliveira era interventor federal em São Paulo, nomeação que foi obtida através de compromisso com o ditador de que manteria o Estado distante das articulações revolucionárias que estavam em andamento em 1933.³ Omite-se também que quando da implantação da Universidade, e imediatamente após, durante os seus primeiros passos, os liberais estavam no auge do seu empenho anticomunista, fazendo aliança com os setores mais intransigentemente reacionários e, por isso, dando cobertura a toda a seqüência de ações de Vargas (estado de sítio, estado de guerra, desrespeito a imunidades parlamentares, prisões e perseguições arbitrárias e violentas) que vão culminar no Estado Novo. E omite-se, que é o que mais interessa no caso, que durante esta época, da implantação e primeiros passos da Universidade, os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas.

É de se indagar se o que se ressalta como obra do *espírito da criação* não teria origem no padrão de trabalho científico dos membros das missões estrangeiras que aqui estiveram para a implantação e consolidação da Universidade, posto que o padrão científico implantou-se a despeito do “espírito liberal”, empenhado na época numa das inúmeras caças às bruxas com que se tem envolvido a partir do início deste século. O padrão científico não se implantou em substituição, implantou-se *sob* o “espírito liberal” daqueles dias.

Por tudo isso é que aqui se fala em mito da criação da Universidade, construído na luta contra o Estado Novo, que reuniu as forças democráticas empenhadas na sua destruição. Tratando-se de um momento em que as polarizações políticas e ideológicas estavam relativamente amainadas dentro das “forças democráticas”, a possibilidade de projeção do mito liberal-democrático tornou-se viável. Dessa maneira, os traços autoritários dos “fundadores” da Universidade, que transparecem no espírito da sua criação, foram obscurecidos *a posteriori* na construção da imagem da criação. Esta imagem recupera do liberalismo — que se expressa neste momento na sua forma mais autoritária — os conteúdos democráticos. A destacar o reforço daquele obscurecimento quando das invocações atuais de “defesa de uma concepção de Universidade, cuja gênese está na sua criação”.

(3) A percepção desse compromisso levou um pesquisador estrangeiro ao exagero de afirmar que a Faculdade de Filosofia resultou do “esforço de um grupo de jovens intelectuais em coalisão com as forças de Vargas para transformar o Brasil numa sociedade moderna”. Cf. Charles O’Neil, “Educational Innovation and Politics in São Paulo: 1933-34”, *Luso-Brazilian Review*, v. VIII, n.º 1, junho, 1971, The University of Wisconsin Press, pp. 53-68.

Não é por acaso, portanto, que na construção de Júlio de Mesquita Filho o espírito da Universidade aparece como baluarte na defesa contra o totalitarismo de direita, pois só assim contrastado pode aparecer como defensor da liberdade de pensamento e de expressão. Tão logo se defronte com um pensamento que acentue aspectos democráticos de organização e participação universitária, o espírito liberal se arma e reenceta sua “cruzada anticomunista”, ao lado dos grupos caracteristicamente liberticidas.

Neste sentido, não deve causar espanto quando a Universidade compactua, como o fez em anos recentes, com o afastamento dos seus quadros de alguns de seus mais criativos e produtivos professores e pesquisadores, ou que incorpore a ideologia da segurança nacional.⁴ É o “espírito liberal da criação”, sedimentado no *esprit de corps* da instituição, expressando-se contra os perigos que constantemente a cercam: “A Universidade de São Paulo, no momento de sua fundação, resistiu às pressões da direita então em ascensão, e resiste agora às tendências que se intitulam modernizadoras ou mesmo revolucionárias e que, na América Latina, tendem a transformar as universidades em mero reduto de promoção da revolução social, da guerra civil e mesmo do terrorismo político. A sua vocação ‘liberal’ exprime-se na sua linha de ação, que não significa alheamento da realidade nacional ou internacional, mas sim no seu envolvimento em todos os problemas humanos, procurando cooperar para a sua solução, sem *parti pris*, sem preconceitos, ou posições inflexíveis e dogmáticas”.⁵

Ameaçada a “vocação liberal” pelas tendências modernizadoras ou revolucionárias, tendências distintas igualizadas pela promoção da revolução social, da guerra civil e do terrorismo político, justifica-se a repressão, solenemente entronizada na explicação de que a “vocação liberal” não se alheia da realidade nacional e internacional. A Universidade de São Paulo apenas opta, “mais uma vez, pelo caminho da fidelidade aos ideais que a acompanham desde o nascimento (...) procura manter-se fiel à idéia da universidade liberal entendida (...) como uma poderosa arma no caminho do aperfeiçoamento das estruturas sociais e das relações entre os homens”.⁶

(4) Sobre a incorporação dos conteúdos repressivos na estrutura de poder da USP, cf. Irene de A. R. Cardoso, “A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo”, *Educação e Sociedade*, ano I, n.º 3, 1979. Sobre o envolvimento da Universidade com as ações repressivas que se seguem ao AI-5, cf. ADUSP, *O Livro Negro da USP. — Controle Ideológico na Universidade*, São Paulo, 1978.

(5) Cf. Heladio C. G. Antunha, *Universidade de São Paulo — Fundação e Reforma*, CRPE, Estudos e Documentos, v. 10, São Paulo, 1974, p. 50.

(6) Idem, *ibidem*, p. 226.

Observe-se que no texto o autor preferentemente fala de vocação liberal, ao invés de liberdade de ensino, de pesquisa e de pensamento, subordinando estas àquela. Realçando o liberalismo no lugar das liberdades acadêmicas, liga a Escola ao Poder constituído, à "realidade nacional ou internacional". Num passo adiante, considera como "pragmática" a posição universitária que passou a dominante e concorda com que a Universidade de São Paulo passe a exercer o papel atribuído ao ensino superior "no processo de desenvolvimento econômico, da própria segurança nacional e da estabilidade do regime" estabelecido em 1964, com a Revolução, e em 1968, com o AI-5.

A percepção de que havia um *mito liberal-democrático*, um entendimento generoso da liberdade de pensamento e expressão existente nos primeiros anos da Universidade e, especialmente, nas intenções dos fundadores, confunde-se com a história desta pesquisa. Seria bom reforçar que não se nega que se tenha formado um clima de liberdade de pensamento e expressão na Universidade, independentemente das intenções dos fundadores. Desde o início criou-se uma polarização política e ideológica interna que possibilitou até mesmo o desenvolvimento de um pensamento crítico. Possivelmente por isso desabafou Júlio de Mesquita Filho, dizendo que "não a quiseram tal qual a ideamos".⁷ Por outro lado aquele mito talvez tenha sido reforçado por se acreditar que a universidade liberal comportava uma abertura de espaços além de um certo limite. Embora a Universidade não tenha realizado exatamente a proposta da comunhão paulista, em função mesmo das polarizações políticas e ideológicas que comportou, a marca liberal daquele projeto prevaleceu.⁸

A pesquisa foi iniciada com a leitura de textos que tratavam da criação da Universidade. Gradativamente foi aparecendo a necessidade de consultar textos referentes ao projeto político e ideológico do "grupo do Estado". (V. Nota 1, ao Cap. 1.) Aquilatada a importância deste na consecução do projeto da Universidade de São Paulo, visto que a criação da Universidade fazia parte de um projeto muito

(7) Júlio de Mesquita Filho, op. cit., p. 199.

(8) Referências a estas polarizações podem ser encontradas em vários trabalhos sobre a Universidade de São Paulo. Cf. Florestan Fernandes, "Entrevista", *Transformação*, Revista de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Assis, n.º 2, 1975; "A Geração Perdida" e, também, "Em busca de uma sociologia crítica e militante", in *A Sociologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Vozes, 1977; Antonio Cândido de Mello e Souza, "Entrevista", *Transformação*, Revista de Filosofia, FFCL, Assis, n.º 1, 1974; Carlos G. Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974), São Paulo, Ática, 1977; Alfredo Bosi, "Um testemunho do presente", prefácio de Carlos G. Mota, op. cit., 4.ª edição, 1978; e Maria Sylvia C. Franco, "O Ilustrado e o Filisteu — uma reflexão sobre a Universidade", *Em Tempo de Cultura* — 3 (Suplemento Cultural do Jornal *Em Tempo*), São Paulo, s. d.

mais ambicioso de "regeneração dos costumes políticos da nacionalidade", e que a Universidade só poderia ser entendida como parte deste projeto, resolveu-se ampliar a pesquisa de modo a captar por todos os meios a ação do "grupo". Dessa forma, ganhou relevo a consulta às coleções do jornal *O Estado de S. Paulo*.⁹ A análise do material jornalístico do "grupo", a par de revelar um manancial precioso de informações perdidas em outras formas de registro, acabou por se apresentar como um desafio para a interpretação. Ou seja, dada a maneira peculiar do jornal utilizar o impacto e a explicação das notícias, parecia insuficiente tomá-lo como simples "porta-voz" do "grupo do Estado".

O desafio só veio a ser solucionado quando se percebeu que o "grupo do Estado" tinha uma espécie de *alter ego*, a Comunhão paulista ilustrada, que era quem falava pelo jornal. A ação política do "grupo" ou era omitida ou era traduzida, passando a se apresentar como ação política da Comunhão, sempre em reforço do liberalismo e da democracia.

O planejamento inicial da pesquisa tomava 1934, ano da criação da Universidade, como o marco de referência final da interpretação do projeto da Comunhão. No entanto a leitura dos textos escritos em 1935 revelou uma acentuada guinada no sentido autoritário, o que levou a pesquisa a se estender até 1937. Justamente neste intervalo, 1934-1937, exacerbam-se os conteúdos autoritários do "grupo do Estado" e são devidamente traduzidos na linguagem da Comunhão. Apesar de em determinados momentos ficar difícil distingui-los do próprio fascismo, nunca é assumida a postura autoritária como sua. Afinal, a Comunhão é liberal e democrática, imagem que acabou sendo reforçada posteriormente, quando o "grupo do Estado", tendo se afastado de Getúlio Vargas ao lançar a candidatura de Armando de Salles Oliveira, caiu em desgraça no Estado Novo. O alinhamento na oposição a este possibilitou ao "grupo" reaparecer após 1946 com a imagem liberal e democrática recomposta.

A estrutura da exposição deste trabalho acompanha os momentos do projeto político e ideológico da Comunhão paulista, de modo que cada uma de suas partes corresponde a uma configuração desse

(9) Análises específicas da ideologia do jornal aparecem em: Maria Helena Rolim Capelato, *A Ideologia Liberal de O Estado de S. Paulo (1927-1932)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH da USP, São Paulo, 1974, mimeografado; Maria Lígia Coelho Prado, *A Ideologia Liberal de O Estado de S. Paulo (1932-1937)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH, da USP, São Paulo, 1974, mimeografado. Sobre o jornal, ver, ainda, Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

projeto: a Parte I, ao momento definida como o da "Regeneração dos costumes políticos da nacionalidade"; a Parte II, ao da "Reconstrução nacional"; e a Parte III, ao da "Criação da mística nacional". O projeto da Universidade é parte desse projeto mais amplo da Comunhão, proposto como o seu ponto nuclear. Assim só ganha inteligibilidade a partir da reconstrução deste, pois cada um dos momentos permite reter os conjuntos de significados que a Comunhão atribui à Universidade. Estes momentos definiram a periodização do projeto da Universidade da Comunhão: 1925-1930, 1930-1934 e 1934-1937.

O ano de 1925 corresponde ao do aparecimento de *A Crise Nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, primeiro texto em que se fala explicitamente da necessidade de criação de uma universidade em São Paulo; por outro lado, a Comunhão incorpora a Revolução de 30 como parte do seu projeto, vendo nela a possibilidade da "regeneração dos costumes políticos da nacionalidade", cujo significado seria a superação da "crise das oligarquias", e a solução principal a criação de uma universidade em São Paulo. A caracterização do momento implica a utilização de todas as formas de expressão da Comunhão paulista, elaboração ideológica que o "grupo do Estado" faz de si próprio. Desta forma ganham relevo as análises das "campanhas" desenvolvidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, porta-voz da Comunhão.

O momento da "Reconstrução nacional" retém uma nova configuração do projeto da Universidade da Comunhão. A "traição" dos "verdadeiros ideais da revolução" implica que a "reconstrução nacional" passe necessariamente pela "reconstitucionalização" do país e pela recuperação da "autonomia de São Paulo", contra os excessos de "centralização" e "arbitrio" do Governo Provisório. As "campanhas" do jornal expressam com muita clareza a nova configuração desse projeto. Por outro lado, a "reconstrução nacional" implica também a "reconstrução educacional", que exprime fundamentalmente a incorporação pela Comunhão, para o seu projeto de temas do ideário do "movimento de renovação educacional", que são incorporados no Decreto de criação da Universidade. Estabelecido o compromisso com Vargas, passando um dos membros do "grupo do Estado", e mais legítimo intérprete da Comunhão paulista, a interventor federal em São Paulo, estavam colocadas em princípio as condições para a realização do projeto da Comunhão, que culmina com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934.

O momento da "Criação da mística nacional" inicia-se com a Comunhão no poder (a representação ideológica do governo de Armando de Salles Oliveira, em São Paulo), e com a criação da Uni-

versidade. Caracteriza-se pela tentativa de garantir que a Universidade cumpra a sua *missão*, missão esta que está redefinida pela nova configuração que toma o projeto de criação da mística nacional, que tem um duplo significado: o da "arrancada da Comunhão" em busca do poder nacional e o da "cruzada anticomunista" pela defesa da democracia. Este momento expressa o auge do autoritarismo de que o liberalismo da Comunhão foi capaz e, simultaneamente, a impossibilidade de realização do seu projeto político e ideológico mais amplo, com a instalação do Estado Novo. Com a implantação deste, aparece a possibilidade da projeção de uma imagem liberal da criação da Universidade, imagem esta que se despoja dos conteúdos autoritários e recupera os mais democráticos.

PARTE I — A REGENERAÇÃO
DOS COSTUMES POLÍTICOS
DA NACIONALIDADE

CAPÍTULO 1 — A Crise das Oligarquias, a Comunhão Paulista e
o Projeto da Universidade

CAPÍTULO 2 — As Campanhas do Jornal *O Estado de S. Paulo*

CAPÍTULO 1

A CRISE DAS OLIGARQUIAS, A COMUNHÃO PAULISTA E O PROJETO DA UNIVERSIDADE

O procedimento escolhido para iniciar a análise do primeiro momento foi o de selecionar alguns documentos produzidos por Júlio de Mesquita Filho e por Fernando de Azevedo, tomados como pontos de partida para a reconstrução histórica do projeto político do “grupo do Estado”¹.

A análise destes documentos irá demonstrar como a proposta educacional da Universidade está inextricavelmente ligada a um projeto para a sociedade. Fornecerá, ainda, os elementos necessários à caracterização do que o “grupo do *Estado*” denomina “crise das oligarquias”.

Os documentos considerados mais significativos foram os seguintes: 1) *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo*, realizado em 1926, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e orientado por Fernando de Azevedo; 2) *A Crise Nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, publicado a 15 de novembro de 1925, em *O Estado de S. Paulo* e sob a forma de livro no mesmo ano; 3) *A Comunhão Paulista*, de Júlio de Mesquita Filho, publicado na *Revista do Brasil*, em 1922.

Optou-se por uma exposição destes documentos na qual são citados longos trechos que, no entanto, sofreram uma “montagem” em função dos temas mais relevantes para os objetivos da análise. Isso

(1) Utiliza-se aqui a expressão “grupo do *Estado*”, que é uma denominação que dá a si mesmo um grupo de políticos e intelectuais reunidos em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, e simultaneamente a denominação, muito utilizada nesta época, por representantes de entidades partidárias, para referir-se àquêle grupo. A discussão mais detalhada do “grupo do *Estado*” e do seu projeto político e ideológico para a nacionalidade encontra-se no Capítulo 2.

porque, do ponto de vista adotado neste trabalho, as citações acabam por ser mais expressivas, em termos da caracterização da concepção dos autores, do que se tivessem sofrido um trabalho de elaboração.

Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo

O *Inquérito*, de 1926, organizado por Fernando de Azevedo, a pedido de Júlio de Mesquita Filho, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi publicado ao longo de quatro meses no jornal e respondido por professores do ensino normal e secundário, das escolas superiores de Medicina, Direito e Engenharia, e por jornalistas. Todas as notas introdutórias a cada uma das partes do *Inquérito*, assim como todos os capítulos de conclusão, que serão os que fundamentalmente serão usados na análise, foram redigidos por Fernando de Azevedo.

O *Inquérito* parte de uma constatação inicial a respeito da situação da instrução pública em São Paulo, a da ausência de uma "política de educação" norteadas não por homens, mas por princípios, ausência que levaria a um crescimento do aparelho de ensino "não por via de 'evolução orgânica', mas por meio de enxertos, retoques e achegas, variáveis segundo a fantasia e os caprichos individuais e tendências as mais das vezes criadas não por convicções de uma *elite orientadora*, mas por circunstâncias políticas na composição precária dos governos".² Esta elite orientadora seria a condição básica para um desvinculamento do ensino público dos interesses partidários, na medida em que seria constituída basicamente pelas "iniciativas particulares esclarecidas e sustentadas em todas as classes e em todas as direções"³. O seguinte dilema expressaria, segundo Fernando de Azevedo, este problema mais geral de que parte o *Inquérito*: "Ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo". (Ficará claro no decorrer desta exposição um comprometimento com a segunda posição.) "É preciso agitar o ambiente para que se desenvolvessem, livres e vigorosos, em toda a claridade, os grandes ideais de cultura e educação, e para que se forme, preposta à defesa desses ideais, uma *colméia ativa de educadores e homens públicos* — de homens novos para tempos novos".⁴

O segundo ponto é o da aproximação que se estabelece no *Inquérito* entre educação e política. Se, por um lado, se defende um

(2) F. de Azevedo, *A Educação Pública em São Paulo — Problemas e Discussões* — (*Inquérito para o Estado de S. Paulo em 1926*), S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. 4 (grifo I.A.R.C.).

(3) Idem, *ibidem*, p. 6.

(4) Idem, *ibidem*, p. 8 (grifo I.A.R.C.).

desvinculamento entre o ensino público e a política partidária, no sentido de considerá-lo "um problema técnico, acima de qualquer interesse político"⁵, por outro lado se destacam as condições necessárias para que o aparelho de ensino se transforme num importante instrumento político de coesão: "(...) é indispensável uma refundição do sistema (de ensino) em vigor, deficiente e desconexo, no sentido de uma organização unitária inspirada nos mais altos interesses nacionais. Só assim se transformará o aparelho de ensino num maravilhoso instrumento político de coesão"⁶. A aparente discrepância entre a educação enquanto problema técnico, acima de qualquer interesse político, e a educação enquanto instrumento político de coesão só se resolve quando se toma a "elite orientadora" como categoria explicativa. É a elite que teria condições de propor um projeto para a nacionalidade que estivesse acima das paixões partidárias, na medida em que ela é concebida como composta pelas iniciativas particulares, esclarecidas e sustentadas em todas as classes e direções. "As verdadeiras democracias, se não quiserem permanecer no regime do empirismo, no manejo dos negócios públicos, precisam, para constituírem suas classes condutoras e para as orientarem, a atividade prática e a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar do alto, de um ponto de vista idealista e científico, as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas que os governos são chamados constantemente a enfrentar e a resolver. É destes focos de cultura e de altos estudos (onde se localizam e se formam as elites) que se irradiam, em todas as direções, as poderosas correntes de idéias, com que se carregam e purificam as atmosferas políticas, para o despertar da consciência cívica, moral e intelectual da nação".⁷

É importante acrescentar, e isso constitui o terceiro ponto, que a educação é entendida no *Inquérito* como *educação pública*, sendo portanto o Estado o grande promotor educacional. Apesar de toda a crítica ao caráter partidário das iniciativas educacionais públicas analisadas, é defendida a posição do caráter público da educação.⁸

Partindo destas colocações, ganha especial relevo o quarto ponto a ser destacado, o da predominância que assume a Universidade dentro do aparelho de ensino.

A Universidade teria basicamente duas funções dentro da sociedade: formação do professorado secundário e superior⁹ e, "função superior e inalienável", formação, isto é, preparo e aperfeiçoamento

(5) Idem, *ibidem*, p. 291.

(6) Idem, *ibidem*, p. 295 (grifo I.A.R.C.).

(7) Idem, *ibidem*, pp. 301-302.

(8) Idem, *ibidem*, pp. 291, 294, 295.

(9) Idem, *ibidem*, p. 300.

das classes dirigentes. Dentro desta perspectiva, que assume relevância maior nas conclusões do *Inquérito*, as universidades são concebidas como “organismos vivos”, adaptados às sociedades e destinados a acompanhar e dirigir-lhes a evolução, em todos os aspectos de sua vida múltipla e variada. Elas não se satisfazem com transmitir a ciência, que não contribuíram para elaborar e desenvolver em todos os sentidos. E é, de certo, por essa função a um tempo elaboradora e transmissora das ciências, que se transformaram elas no aparelho moderno de preparação das elites, “as verdadeiras forças criadoras da civilização”.¹⁰ Esta função superior da Universidade dentro do aparelho de ensino é reconhecida explicitamente pelo *Inquérito* como uma “função política”: “Se considerarmos, de um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a ‘função política’ que desempenham os institutos de cultura superior onde se terão de formar as nossas classes dirigentes”.¹¹

A predominância da Universidade sobre os demais níveis de ensino também é explicitada no *Inquérito* quando, ao analisar as democracias modernas e as repúblicas antigas, afirma que “o grau de civilização que atingiram foi marcado pelo valor de suas classes dirigentes”, e que “A preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, a instrução das massas”.¹² A “educação do povo” é analisada no *Inquérito* como uma conquista do Estado moderno. O direito do voto trouxe como consequência o direito à instrução. No entanto, a marca das civilizações não é dada pela amplitude da educação popular, mas pela força das elites dirigentes: “Pode-se admitir (...) uma civilização como a da Grécia, a de Roma e a da Europa até o século XIX, sem instrução primária, largamente disseminada; mas, não se concebe nenhum desses ‘momentos de civilização’ sem as elites poderosas que os criaram”.¹³

Contra uma possível identificação destas posições com uma concepção aristocrática da sociedade, o que o *Inquérito* renegou,¹⁴ lembra não haver conflito entre o ideal da formação das elites e os ideais democráticos, pois educação popular e preparo das elites seriam duas faces de um único problema, o da formação da cultura nacional.

(10) Idem, ibidem, pp. 450 e 451.

(11) Idem, ibidem, pp. 453 e 454.

(12) Idem, ibidem, p. 451 (grifo I.A.R.C.).

(13) Idem, ibidem, p. 451.

(14) Idem, ibidem, p. 452.

A compatibilização entre democracia e elite é resolvida pela definição que se dá à elite: classe “francamente acessível e aberta” que “se renova e se recruta em todas as camadas sociais”. É o mecanismo da circulação das elites que soluciona a aparente oposição entre elite e massa: “À medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir ‘o grande homem, o cidadão’, que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade”. Esta compatibilização é ainda proposta em termos da função de “divulgação” das ciências, que cabe à Universidade, quando estas são postas ao “alcance do povo”, “realizar o encontro entre este e os intelectuais esse movimento generoso com que a Universidade moderna se dilatou a um campo de ação imensamente mais vasto, estendendo-se por um sistema de medidas combatidas (extensão universitária), até às camadas populares”.¹⁵ É a partir destas considerações que o *Inquérito* se permite afirmar que na “obra de coesão nacional” a Universidade é “o instrumento mais eficaz”.¹⁶

Tal como propõe o *Inquérito*, a função preponderante das Universidades seria a formação das elites e a do ensino primário, a formação das massas. Restaria colocar a função do ensino secundário, concebido como um aparelho de formação e preparo das “classes médias” do país: não “há democracias que possam subsistir e desenvolver-se sem um classe média, cada vez mais larga e difundida, empregada como elemento assimilador e propagador de correntes de idéias e opinião. Não é aí, evidentemente, nessas camadas medianas, mas solidamente cultivadas, que se elaboram e se aperfeiçoam as ciências; mas é aí — por essa sensibilidade receptiva, esse interesse generoso e esse espírito crítico que se adquirem pelas ‘idéias gerais’ — que as idéias e as verdades irradiadas dos centros universitários se disseminam e se transformam em correntes de opinião. Ora, é exatamente ao ensino secundário que cabe criar e desenvolver essa cultura geral e desinteressada, por um curso integral e seriado, comum a todos, baseado num plano verdadeiramente humano de estudos de provada eficiência na formação do caráter e da mentalidade”.¹⁷

A partir destas colocações percebe-se uma concepção de sociedade por detrás da proposta educacional. Há uma proposição de estratificação social em termos de elite/classes médias/massas, correspondendo respectivamente a camadas formadas pelas universidades,

(15) Idem, ibidem, p. 453 (grifo I.A.R.C.).

(16) Idem, ibidem, p. 454.

(17) Idem, ibidem, p. 298 (grifos I.A.R.C.).

pelo ensino secundário e pelo ensino primário. Trata-se de uma concepção piramidal da sociedade, onde a base, imensa, é formada pela massa, o espaço intermediário, pelas classes médias e o cume, pela elite. O *Inquérito* tenta fazer a compatibilização entre a concepção democrática de sociedade e a teoria das elites, acentuando que a democracia consiste praticamente não no governo do povo pelo povo (o que, em última análise, seria uma ficção), mas no governo constituído por elementos tirados do povo e preparados pela educação.

O quinto ponto refere-se ao destaque que dá o *Inquérito* ao Estado de São Paulo, que, pelas suas responsabilidades políticas e pela sua expansão econômica, ocuparia uma "situação à parte" na Federação. Esta "situação à parte" lhe daria o direito de encarar o problema universitário e dar-lhe a solução que ele exige.

Dentro da concepção do *Inquérito*, caberia ao governo federal "traçar um plano vasto e compreensivo de ensino e educação, amplamente estudado e discutido a todas as luzes, de maneira que seus benefícios se irradiem, do centro para a periferia, na proporção das solicitações variáveis com o grau de desenvolvimento de cada um dos Estados. Antes de tudo, é indispensável uma refundição do sistema em vigor, deficiente e desconexo, no sentido de uma organização universitária inspirada nos mais altos interesses nacionais. Só assim se transformará o aparelho de ensino num maravilhoso instrumento político de coesão. *Mas aos grandes Estados, como São Paulo, compete assumir atitude decisiva em face dessas questões cuja solução interessa diretamente à satisfação de exigências crescentes, criadas pelo estado atual de seu desenvolvimento. Essa solução ou virá do centro se o Estado promover e dirigir, pelos seus representantes junto ao governo do país, uma reação crítico-idealista, de objetivos largos, ou terá o Estado de procurá-la, dentro de seus limites*".¹⁸

O último ponto a destacar é o da educação, como o maior problema nacional. Afirma o *Inquérito*: "Sob a pressão das dificuldades e crises morais, que temos atravessado, uns desesperam-se, resignam-se outros. Daí a reação violenta que ainda se procura, erradamente, como solução para os nossos problemas sociais e políticos, ou o pessimismo que deixa outros, num regime de irresponsabilidade burocrática, de braços cruzados, e incapazes para os grandes empreendimentos...".¹⁹ "Só o entusiasmo e a fé produzem e justificam

(18) Fernando de Azevedo, *A Educação Pública em São Paulo — Problemas e Discussões (Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1927, pp. 294-205 (grifos I.A.R.C.)

(19) A referência é à crise política que vive a sociedade brasileira, nesse momento, onde a menção à reação violenta refere-se aos movimentos armados revolucionários (de 22 e de 24), e a menção ao pessimismo refere-se à degradação política dos governos existentes.

os grandes sacrifícios. O interesse que esse longo debate despertou por toda parte inculca, porém, em São Paulo, como fora do Estado, um poderoso dinamismo moral e intelectual que trata de revestir formas concretas, dentro desses mesmos princípios renovadores que inspiraram nosso movimento crítico-idealista em favor do maior problema nacional: o problema da educação".²⁰

"A Crise Nacional"

O núcleo de discussão do trabalho é a "crise das oligarquias", definida como uma patologia do funcionamento do sistema político brasileiro e particularmente da vida política de São Paulo. De autoria de Júlio de Mesquita Filho, foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, a 15 de novembro de 1925 (a data não parece ser mera coincidência), e sob a forma de livro no mesmo ano.

A crise nacional é entendida por Júlio de Mesquita Filho como uma "crise política". A análise das causas desta crise é proposta dentro de um esforço mais amplo de elucidação do "problema da adaptação definitiva da democracia no Brasil".

A origem da crise estaria na "decadência política que (...) se seguiu à implantação do regime republicano". Comparando a situação que emergiu com a República com a existente no Império, depara-se com uma questão aparentemente incompreensível: "Se é incontestável a melhoria operada nas condições étnicas da nação; se os meios de comunicação quase nulos no Império, se alargaram de maneira imprevista, permitindo que a ação das elites se tornasse muito mais eficaz no seio das massas esparsas pela vastidão territorial do país; se o número de escolas primárias centuplicou, de então para cá; como explicar-se a brusca deserção dos elementos intelectuais da vida pública nacional?" Por que hoje, indagando a propósito dos pleitos eleitorais, se oferece "(...) ao mundo o espetáculo degradante de costumes políticos só comparáveis aos de alguns míseros aglomerados humanos que vegetam entre o Pacífico e os Andes (...)?"

Ao fazer a reconstituição do quadro político social da monarquia, mostra que, no Império, a sociedade brasileira, fundada "(...) nos alicerces da escravatura, (...) via as instituições políticas que a regiam funcionarem pelo jogo natural de dois partidos, que recrutavam os seus aderentes na massa homogênea de cidadãos livres(...).

(20) Idem, *ibidem*, p. 457. Cf., também, o artigo de Fernando de Azevedo sobre o Liceu Franco-Brasileiro, publicado em *O ESP*, de 17/03/1925.

A seleção das massas eleitorais, a que equivalia o regime de escravidão, e o papel altamente moderador representado pela figura serena do soberano (...) permitiram (...) a estabilidade política(...).”

Constatando a relativa estabilidade do regime monárquico, passava a analisar os efeitos sociais e políticos da Lei de 13 de maio e da Proclamação da República. Com a lei de libertação dos escravos, a estabilidade política e social teria sido rompida quando “(...) entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de 2 milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. A esse afluxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder *grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral.* Roto o equilíbrio nacional e, com a implantação da República, quebrado o freio às tendências absolutistas que caracterizavam e ainda caracterizam os membros e descendentes das classes dirigentes do país, desde logo passaríamos a exhibir, no cenário da vida nacional, todo o cortejo de misérias em que se consubstancia o aspecto amorfo e incoerente da vida dos latifúndios”.

Como conseqüência de todo este processo, Júlio de Mesquita Filho constatava o surgimento das “oligarquias”, que caracterizaria o funcionamento do sistema político desde a proclamação da República: “A subversão total verificada nas camadas básicas da sociedade corresponderia automaticamente uma transformação não menos radical na estrutura política do país. *A autoridade da opinião pública, em crise letárgica resultante do traumatismo sofrido, via-se assim, substituída pela autoridade das famílias de mais prestígio nas diferentes regiões da República.* A política se pautaria daí por diante não mais pela orientação que lhe imprimia a vontade popular livremente manifestada, mas pelos caprichos de um número limitado de indivíduos, sob cuja proteção se acolhiam todos quantos pretendessem um lugar nos congressos estaduais ou federais. *Era o advento da oligarquia, única forma de governo compatível com o estado geral da nação, que, por um prazo indeterminado, se integrara na categoria daqueles povos que preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos’*”.

Júlio de Mesquita Filho completa o quadro da desorganização do sistema político indicando o efeito perturbador da imigração estrangeira, no Brasil, que veio substituir o braço escravo. Teria retardado ainda mais o despertar da opinião pública na medida em que “movido por interesses puramente materiais o estrangeiro penetrava em nosso meio no propósito inabalável de fazer fortuna, sem

preocupação alguma de ordem cívica. À medida que o seu número aumentava e que o meio lhe proporcionava maiores lucros, maior era a indiferença que manifestava pela vida pública e portanto mais nefasta a sua influência sobre o brasileiro nato”.

O documento traçava ainda um paralelo, em termos de semelhança, entre a situação brasileira e a dos Estados Unidos da América no momento em que estes promulgavam a sua primeira Constituição: “Naqueles tempos heróicos algumas unidades do vasto domínio anglo-saxão apresentavam já extraordinária capacidade política contrastando com o resto da colônia britânica que permanecia em estado social embrionário. Guiados pelo gênio da raça, os ‘leaders’ da emancipação política americana, ao contrário dos seus discípulos brasileiros, sem precipitações perigosas, começaram por conceder autonomia constitucional àqueles Estados cujo passado político (...) garantia à Federação nascente as mais sólidas promessas de viabilidade”. O documento identificava apenas três Estados (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) e o Distrito Federal como unidades que tiveram um desenvolvimento econômico e político compatível com um grau de autonomia dentro da Federação. Afirma que, no entanto, apresentando “a mesma desproporção no grau de evolução social das diferentes unidades do seu organismo político (comparada aos Estados Unidos), a União Brasileira conferiu (...) ao Amazonas e ao Rio Grande do Sul, ao Ceará e a São Paulo, a Mato Grosso e Minas Gerais, as mesmas prerrogativas constitucionais, erro palmar, cujas conseqüências poderiam ter sido fatais”. Na medida em que, na proposição do documento, a democracia só é possível onde exista um certo grau de amadurecimento político e social, considera que do “ponto de vista social somos os quatro Estados acima apontados, positivamente, uma democracia” que não deve ter a sua livre expansão cerceada sob pena de voltar-se para a violência. Num paralelo com a ruína da “autocracia moscovita”, que caiu por terra em 1917, propõe que a “política rompa com a tradição oligárquica, para dar lugar à democracia, triunfante já na consciência da coletividade”.

Dentro deste quadro que o documento traça da nacionalidade, São Paulo tem um lugar de destaque na Federação. É proposto como um Estado-chave, pelo seu desenvolvimento, de onde deveria partir um movimento de resistência à ação das oligarquias, um movimento não circunscrito regionalmente, mas de caráter nacional. A justificativa para tal proposta é explicitamente colocada nos seguintes termos: “*Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil nos momentos mais aflitivos da sua evolução.* Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais

haveríamos de evolver; em território paulista viu a luz do dia José Bonifácio, o Patriarca da Independência; Feijó foi o mais paulista de todos os paulistas. (...) Por que pois faltarmos a nossa secular missão e não darmos agora início à autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo?"

Na parte relativa à proposição de soluções para a "crise nacional", Júlio de Mesquita Filho identifica uma de caráter imediato e outra de caráter mais a longo prazo, mas "de importância muitíssimo maior", indispensável a qualquer processo de "emancipação definitiva". A primeira delas seria relativa ao problema institucional, através do "voto secreto" e do "referendum". A segunda seria relativa ao problema cultural, através da organização eficiente dos organismos de cultura", em especial das universidades.

O documento considera que não seria uma temeridade a adoção do referendum "como remédio eficiente contra os efeitos desastrosos a que nos vão conduzindo os desmandos de uma Câmara, cuja ousadia toca às raias do inconcebível", mesmo porque a opinião pública paulistana já estaria suficientemente amadurecida em termos políticos, o que a tornaria muito "mais atilada que os seus representantes parlamentares". Quanto ao voto secreto, este seria "no momento atual, (...) a medida de emergência que viria acalmar os espíritos e renovar o sangue impuro que asfixia o parlamento nacional e assim provoca monstruosa hipertrofia do executivo. Sem outras reformas de caráter mais lento e por isso mesmo de importância muitíssimo maior, efêmeros seriam os seus resultados práticos".

Toda a parte final do documento é dedicada à discussão do problema da necessidade da criação das universidades, como o problema maior, imprescindível à emancipação da nacionalidade. Nesta direção afirma o documento que: "Restabelecido o jogo natural das instituições constitucionais, pelo advento da opinião pública, *restar-nos-ia dar início à construção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas Universidades. Sem o concurso dessa instituição secular (...) inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva*".

Procura, então, Júlio de Mesquita Filho mostrar a importância dos "organismos de cultura", que se compõem "(...) dos centros de altos estudos teóricos e doutrinários, dos estabelecimentos chamados de ensino secundário, ou de humanidades, e, por último, do sistema de educação primária (...)". A função da educação primária seria a de "elemento de contacto entre a massa popular e as elites pensantes". A função do ensino secundário seria a de criar a "mentalidade

média nacional" e constituir "reserva permanente de elementos para a constituição das indispensáveis elites intelectuais". A função das universidades seria a de formar as elites indispensáveis à obra de regeneração política da sociedade brasileira e à superação da "crise nacional", com a destruição do poder das oligarquias.

Mostrando a importância destes "organismos de cultura" para a "obra de regeneração política", afirma ainda o autor que: "Refundida a nossa cultura e restabelecida a disciplina na mentalidade do povo, sob a ação purificadora daqueles núcleos de meditação e estudos, não tardaria que a nação se aquietasse e que desaparecessem os vícios inumeráveis do nosso aparelhamento político-administrativo, oriundos na sua quase totalidade, da assustadora insuficiência cultural dos nossos homens públicos. Filtrados através dos vários estratos que constituem normalmente uma sociedade organizada e perfeitamente articulada, a ação das elites formadas no cadinho dos centros superiores de cultura refletir-se-ia na consciência popular. Esta não deixaria de reagir (...) ante as tentativas periódicas e cada vez mais ousadas dos detentores do poder, hostis às liberdades individuais. Terminada a construção do edifício intelectual e concedido o voto secreto àqueles dos Estados da União cujo desenvolvimento permita a sua prática, poderemos esperar que a solidariedade coletiva que tanto carecemos, e que seria a consequência natural daquelas medidas; nos ponha a coberto de novas reformas constitucionais²¹ como a que neste momento se elabora e que tão magnificamente ilustra a frase de Hamilton, no *Federalista*: 'A tirania tem sido às mais das vezes produzida por iniciativa de um poder constituído, em momentos críticos, e não pelo pleno exercício dos mais amplos poderes constitucionais'²²

A concepção de sociedade, subjacente ao texto, expressa-se por uma estratificação social em termos de elite/classes médias/massas, que correspondem respectivamente a camadas formadas pelas universidades, pelo ensino secundário e pelo ensino primário. As elites constituiriam o vértice dos vários estratos articulados, sendo "filtradas" através deles. O que sustenta a concepção democrática defendida pelo documento é a educação, na medida em que permite a circulação das elites através de um processo de "filtragem" de elementos dos vários estratos, o que impediria a formação das oligarquias. Como no *Inquérito*, tenta-se aqui também uma compatibilização entre uma concepção democrática da sociedade e a teoria das elites.

(21) A referência é feita com relação à Emenda Constitucional de 1926.

(22) Todos os grifos, I.A.R.C.

Do mesmo modo como foi destacado no *Inquérito*, aqui também a educação é proposta como o elemento por excelência de regeneração política da sociedade brasileira. A significação deste documento está em que, ao desenvolver uma análise sobre a sociedade brasileira da época, constatando uma degenerescência do seu sistema político e propondo a organização de centros superiores de cultura como a solução de maior importância, expressa claramente o sentido político que dá à educação de modo geral e em particular à idéia da universidade. Fica explícito também que a visão da sociedade brasileira é uma visão paulista.

Com o objetivo de mostrar como Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo se identificam num mesmo universo de explicação, seria interessante citar um comentário de Fernando de Azevedo sobre *A Crise Nacional*: "Se é preciso, pois, reformar o processo eleitoral, pela obrigatoriedade do voto secreto e por todas as medidas que tenham por fim assegurar-lhe a verdade, não é menos necessário resolver, em bases sólidas e largas, o problema da educação nacional, não só para habilitar os cidadãos ao exercício dos seus deveres cívicos, como para a formação das classes dirigentes. *A questão política e o problema cultural, como tão bem reconheceu e proclamou o Sr. Júlio de Mesquita Filho, estão de tal maneira travados entre si que nunca se chegará à solução da primeira, sem ter procurado na segunda, o caminho para aquela.* (...) Ora, num país novo, como o nosso, em que escasseiam escolas verdadeiramente superiores, — porque as que têm tal nome não passam de institutos profissionais — não pode contar com essas 'elites', idealistas e criadoras, que constituem o foco orientador das grandes organizações políticas modernas. A educação universitária, que tenha por objetivo a cultura desinteressada, filosófica e científica, está adstrita exatamente essa função, que desempenha, nas democracias modernas, de prestar ao país o serviço essencial de formar para a administração dos negócios públicos, 'elites poderosas' de cidadãos eminentes, arrancados por uma educação completa e acessível a todos, ainda às camadas mais profundas da sociedade".²³

"A Comunhão Paulista"

Este documento fornece elementos para uma compreensão mais detalhada da posição do Estado de São Paulo como Estado-chave,

(23) O ESP, 27/2/1926 (grifos I.A.R.C.):

de onde deve partir o movimento pela regeneração política da sociedade brasileira. É de autoria de Júlio de Mesquita Filho e foi publicado em 1922.²⁴

O primeiro ponto a destacar é o da defesa, que faz o documento, do "imperialismo benéfico de São Paulo". Afirma que imperialismo seria o oposto de inércia: "Ou caminhamos, como até aqui vamos caminhando, para alargar cada vez mais o círculo da nossa ação, arrastados pelo impulso inicial (a ação do bandeirante) ou paramos, e, então, já não seríamos aquele povo caracterizadamente 'particularista', a que o Brasil deve a sua grandeza. *Nesse imperialismo de que primeiro ousou falar Amadeu Amaral e que nos legaram nossos maiores, reside todo um ideal, que por muitas gerações ainda deverá ser o único a manter o estímulo de uma comunhão a cujo destino está entregue o destino do Brasil.*"²⁵ Este "imperialismo benéfico", que se constituiria em última instância na "política de São Paulo", é traçado pelo documento através de pontos tais como: a expansão do território brasileiro, realizada pela ação do bandeirante paulista; a política de expansão ferroviária interna e internacional, realizada pela comunhão paulista; o crescimento da produção de café paulista, que, além de suprir as necessidades da população, ampara o país nas suas necessidades de ouro.

Feita esta caracterização, a postura do documento é de um profundo desprezo pela política militante das oligarquias. Diante do significado da "política de São Paulo", (...) "e dos seus altos desígnios, como querer que o paulista se interesse e se ocupe com a política militante em São Paulo?" Esta política é definida pelo documento por ser constituída de elementos onde o que os norteia é um único desejo: "mandar a todo transe, custe o que custar. Vivem apartados da comunhão, sem lhe perceberem o instinto admirável".

A missão comunitária dos paulistas é concebida como uma missão superior, responsável pela formação da nacionalidade, substancialmente diferente da missão inferior, responsável pelas tarefas político-administrativas. Trata-se de uma concepção de sociedade onde as funções superiores e inferiores são definidas por um mecanismo de seleção dos elementos mais aptos: "na luta, a seleção dá-se com a facilidade das leis incoercíveis. Os organismos sadios buscam naturalmente, as dificuldades na altura de sua pujança. Para esses, os cometimentos grandiosos, aqueles a que nos habituou em todos os tempos o paulista. Para os demais — porcentagem tanto menor quan-

(24) "A Comunhão Paulista", in *Revista do Brasil*, n.º 84, dez. de 1922, pp. 374-376.

(25) Grifos I.A.R.C.

to maior é a vitalidade do organismo — a tarefa de não deixar perecer de todo o mecanismo político-administrativo”.

A concepção do Estado de São Paulo como Estado-chave, de onde deve partir, porque sempre partiu, o movimento de condução da nacionalidade, é explicitamente colocada nos seguintes termos: “Nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir dos desígnios da nacionalidade. José Bonifácio e Feijó (...) marcam os dois grandes ciclos da evolução nacional. Amanhã, como naquelas duas etapas memoráveis, outros hão de surgir, dentre nós, da mesma têmpera e do mesmo valor. Porque, desprezando o círculo acanhado em que se debatem as correntes políticas da atualidade, mostra o paulista que é, ainda hoje, o que era nos primórdios da nacionalidade: um lutador vitorioso”.

Como o documento não contém uma definição explícita do que seja a Comunhão paulista, chegou-se à seguinte proposição: a) a Comunhão é constituída por aqueles elementos que têm “visão política”, isto é, visão dos grandes problemas da nacionalidade (a política militante partidária seria destituída desta visão); b) a Comunhão é paulista porque apenas alguns Estados da Federação teriam capacidade política, dado o seu nível de desenvolvimento; dentre estes, São Paulo seria chave; c) a Comunhão é paulista, ainda, porque de São Paulo deverá partir, *porque sempre partiu*, por uma “fatalidade histórica”, um projeto político para a nacionalidade: “é o mesmo ideal a absorver o mesmo paulista”, na realização de um “legado do passado”.

* * *

O “grupo do Estado” parte da constatação de uma “crise das oligarquias”. Esta é definida pela decadência política que seguiu à implantação do regime republicano, com o conseqüente advento das oligarquias. A decadência configura-se pela quase que completa ausência de uma elite, dotada de “visão política” capaz de propor um projeto político para a nacionalidade (“adaptação definitiva da democracia no Brasil”).

É importante ressaltar que a decadência política é entendida não como causada pela implantação do regime republicano, mas, pela deturpação da pureza dos ideais republicanos. Um grupo teria fundamentalmente resistido a este processo: o do jornal *O Estado de São Paulo*.

Num discurso de Júlio de Mesquita Filho, publicado em *O ESP*, é possível perceber como é construída aquela postura. Segundo o autor, naquele “(...) torvo período da história da República, apenas a velha falange de idealistas, outrora chefiada por Prudente de Moraes e Cerqueira César e já então orientada por Júlio Mesquita, se

mantém irreduzível em face da deturpação do regime. Em lutas memoráveis e muitas vezes cruentas, sustenta na sua pureza os princípios pelos quais se batera na propaganda. Quase sempre rechaçados, nos embates desiguais em que a máquina administrativa fazia as vezes das massas populares, a chamada Dissidência era um protesto vivo e permanente contra o vergonhoso esbulho que sofrera a nacionalidade (...). Deliberada e sistematicamente contrário a qualquer tentativa de regeneração, o Partido Republicano Paulista timbrava em repelir os homens e as idéias da oposição. (...) *Vencera o perrepis-mo e (...) a ação de Júlio Mesquita se limita ao campo exclusivo da imprensa (...)*”²⁶

Na mesma direção se coloca um outro texto de Júlio de Mesquita Filho, que, buscando as origens de um “sistema de princípios” dentro do qual *O ESP* teria pautado a sua atuação política na história brasileira, acaba por identificá-lo já nos primórdios da República. Referindo-se à formação da dissidência do Partido Republicano Paulista, afirma que “Júlio Mesquita fora o nome por todos indicado para chefiar esse punhado de republicanos a quem a Nação deve o não se haver extinguido jamais a chama democrática no Brasil. A clava poderosa que haveriam de brandir na luta sem descanso com que se haviam iniciado na vida política seria *O Estado de S. Paulo*”²⁷

O projeto político do “grupo do Estado” está dirigido para a “definitiva instalação da democracia no Brasil” e para a restauração dos princípios democráticos da República, que teriam sido deturpados pelos homens que exercem o poder.²⁸

O “grupo do Estado” considera-se a Comunhão paulista. Nas citações há pouco enunciadas pode-se perceber que, na “crise das oligarquias”, o grupo que não perde a visão política da nacionalidade e que tem uma continuidade histórica na vida política brasileira é o do jornal *O Estado de S. Paulo*. A Comunhão paulista não se identifica com o Estado de São Paulo (Estado da Federação), mas é a representação ideológica que o “grupo do Estado” faz de si mesmo.

A via de realização fundamental do projeto de regeneração política da nacionalidade proposto pela Comunhão paulista é a educação, e dentro dela o elemento de maior importância, a Universidade.

(26) Discurso de Júlio de Mesquita Filho, publicado em *O ESP* de 24/04/34 (grifos I.A.R.C.).

(27) “Dissidência Republicana, Reação Democrática”, discurso pronunciado na Faculdade de Direito, a-24/11/48, e publicado em *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, pp. 68, 69, 70 (grifos I.A.R.C.).

(28) Cf. *O ESP*, Notas e Informações, de 5/5/1927, onde se afirma que o balanço da República após 38 anos não é o que deveria ser, não por culpa do regime mas dos homens no poder: “Todos os regimes prestam quando prestam os homens que os aplicam”.

A primazia da Universidade sobre os demais níveis do ensino deve-se ao fato de que é nela que se forma a elite dirigente indispensável à obra de regeneração política da nacionalidade, capaz de propor um projeto que seria assimilado e propagado por uma "corrente de opinião" constituída pela classe média formada pelo ensino secundário. É importante que se retenha que o controle da Universidade, por um determinado grupo, implica o poder de propor e reproduzir um determinado projeto político para a sociedade. É dentro desta proposição que a Universidade aparece como ponto nuclear do projeto da Comunhão.

As demais vias de realização do projeto, que seriam as vias institucionais (voto secreto e referendun), são consideradas apenas medidas de emergência, portanto, de caráter secundário, pois só surtiriam efeito no momento em que a mentalidade nacional sofresse uma modificação, com a formação de uma opinião pública madura, capaz de compreender a vida política regida por um projeto para a nacionalidade proposto pelas elites dirigentes.

CAPÍTULO 2

AS "CAMPANHAS DO JORNAL 'O ESTADO DE S. PAULO' "

a) O "grupo do Estado" e a Comunhão paulista

Na década de 20, enquanto Júlio Mesquita era ainda diretor-presidente de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio de Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926.

Pode-se supor que estes diretores e principais redatores do jornal, que transitavam num universo político e ideológico assemelhado, constituíam o *núcleo* do "grupo do Estado". Este comportaria também, variavelmente, outros nomes incorporados nas "campanhas" do jornal, mas que desfrutavam de uma autonomia relativamente maior. Euclides da Cunha, em outra época, Oliveira Vianna, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Paulo Pestana teriam estado, entre outros, nesta situação. O próprio Fernando de Azevedo não seria tipicamente um elemento do *núcleo*, dada a sua participação autônoma em outros empreendimentos desvinculados dos do "grupo". Seria, mais, um intelectual incorporado, porém com lugar de muito

destaque por causa de suas ligações de amizade pessoal com Júlio de Mesquita Filho e da sua participação relevante na condução da "campanha da Universidade". Outros nomes aparecem eventualmente como membros do "grupo" por freqüentarem assiduamente a redação, caso de Arthur Neiva e Rocha Lima, ambos do Instituto Biológico (também objeto de "campanha" do jornal).¹

"Grupo do *Estado*", como foi enunciado no capítulo 1, ficou sendo a denominação que aqueles jornalistas, intelectuais e políticos, reunidos em torno do jornal, davam a si mesmos e, com a qual, simultaneamente, eram identificados pelos demais, no período que demarca o projeto da Universidade. Veja-se, por exemplo, Júlio de Mesquita Filho quando, num depoimento sobre a Revolução de 32, refere-se ao afastamento da ditadura, dos "homens do Partido Democrático e do chamado 'grupo do *Estado de S. Paulo*'"; ou quando lembra que, na Frente Única Paulista, a comissão que coordenava "as forças vivas de São Paulo" era constituída pelo P.R.P., pelo P.D. e pelo "chamado 'grupo do *Estado*'" ("Contribuição para a História da Revolução de 32", *O ESP*, 9-7-57; o representante do "grupo" era o próprio Mesquita Filho). São freqüentes, ainda, as suas referências às "aspirações de um grupo", referindo-se ao "grupo do *Estado*". Plínio Barreto, redator-chefe do jornal, quando assume a secretaria da Justiça em 1930, no chamado "secretariado do P.D.", considera-se "delegado do *Estado de S. Paulo*" (Notas e Informações, 2-11-1930).

Por outro lado, representante do P.D., Paulo Nogueira Filho, referindo-se à frustrada indicação de Plínio Barreto para substituir João Alberto na interventoria de São Paulo, em 1931, afirma que Barreto "não tinha o 'pecado' de ser filiado ao Partido Democrático. Pertencia ao 'grupo do *Estado*' (...)"² De outra parte, Juarez Távora, ministro da Agricultura do Governo Provisório, comunica a Getúlio Vargas sua posição contrária à indicação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria, em 1933, nos seguintes termos: "Faço juízo extremamente desfavorável da mentalidade dominante no grupo político que dirige o jornal *O Estado de S. Paulo*. Lamento (...) que o Dr. Salles Oliveira, candidato preferido por V. Ex.^a pertença a esse grupo"³

(1) Para maiores informações, ver Paulo Duarte, *Júlio Mesquita*, S. Paulo, Hucitec, 1977; ver também Fernando de Azevedo, *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971; ver ainda Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, S. Paulo, DIFEL, 1979.

(2) P. Nogueira F., *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista (A Guerra Cívica, 1932)*, *Ocupação Militar*, 5 v., Rio, José Olympio, p. 185.

(3) Cf. H. Silva, 1933, *A Crise do Tenentismo*, Rio, Ed. Civilização Bras., 1968, p. 204.

A observar que, na época, a expressão "grupo do *Estado*" não aparece no jornal (o depoimento de J.M.F., citado, é de 1957). Como se pode depreender dos trechos transcritos acima e dos trabalhos consultados, porém, a denominação circulava entre os seus próprios integrantes. O que se explica, porque *O Estado de S. Paulo*, enquanto jornal, não se podia caracterizar como porta-voz direto do "grupo do *Estado*". Ele era apresentado, na sua continuidade histórica, como porta-voz da Comunhão paulista.

A diferenciação é necessária. "Grupo do *Estado*" corresponde à prática política do partido, partido que faz aliança com o P.D., mas não se confunde com ele; que se alia à Aliança Liberal e, nessa condição, é chamado a participar do "secretariado do P.D." (Plínio Barreto); que tem um seu representante (ainda Barreto) indicado para a interventoria em São Paulo, por João Alberto; que tem um representante novamente indicado e, desta vez, aceito, para a interventoria (Armando de Salles Oliveira); que assume o governo constitucional de São Paulo (A.S.O.); que lidera a formação do Partido Constitucionalista e que lança a candidatura de um seu representante para a Presidência da República (A.S.O.); que participa da União Democrática Brasileira.⁴

O Estado de S. Paulo, para preservar o seu perfil enquanto órgão de imprensa, não se apresentava como porta-voz direto do "grupo do *Estado*", diferentemente do que faziam o *Diário Nacional* em relação ao P.D. e o *Correio Paulistano* em relação ao P.R.P. Ele não traduzia diretamente a prática política do partido, mas reelaborava ideologicamente esta prática, na perspectiva da prática política do par-

(4) *Partido*, na acepção gramsciana de "partido como organização prática (ou tendência prática), i. é, como instrumento para a solução de um problema ou um grupo de problemas da vida nacional ou internacional"; cf. J.-M. Pottier, *La Pensée Politique de Gramsci*, Paris, Ed. Anthropos, 1970, p. 78; A. Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio, Civilização Bras., 1968, pp. 54-5 e *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*, B. Aires, Ed. Lautaro, 1958, pp. 175 e segs. Trata-se do partido que tem a mesma função política das "organizações de partido em sentido estrito", muito embora possa ou não estar institucionalizado na "estrutura partidária". O "grupo do *Estado*" é dissidência do P.R.P., de que se afasta por não se ver representado, ao lado do P.D., também dissidência. Não se confunde com o P.D., no entanto, como revela, num exemplo que não é único, o relato de P. Nogueira F., quando da indicação de P. Barreto para a interventoria, em que lamenta o "alheamento" em que este teria deixado o P.D. na escolha do seu secretariado. Op. cit., p. 186; a indicação de Barreto foi vetada. Por outro lado, o Partido Constitucionalista e a União Democrática Brasileira, partidos institucionalizados dentro da estrutura partidária, não são a mera expressão do "grupo do *Estado*", constituem alianças feitas sob a liderança efetiva dele.

tido ideológico.⁵ O ESP era a "escola prática de civismo e patriotismo", o "patrimônio da coletividade" (Notas e Informações, 2/11/30), a "Casa" que é uma "Escola liberal" (Notas e Inf., 18/8/33). Por isso que os seus grandes temas vêm das "campanhas" que empreendia como "órgão apartidário": "campanha pela República" (ainda como *A Província de São Paulo*), "campanha contra a deturpação do espírito do regime republicano", "campanha civilista", "campanha pela regeneração dos costumes políticos da nacionalidade", que reunia a "campanha pelo voto secreto" e a "campanha pela Universidade"; "campanha pela reconstrução nacional"; "campanha pela reconstitucionalização" e "pela autonomia de São Paulo"; e "campanha pela implantação da verdadeira democracia".

As "campanhas" vinham a ser o partido ideológico em movimento, do qual o jornal era porta-voz. O partido ideológico estava expresso na Comunhão paulista ilustrada. Em suma, colocadas todas as mediações que foram aqui expostas, pode-se dizer que a Comunhão paulista ilustrada é a representação ideológica que o "grupo do Estado" faz de si mesmo, quando assume a postura do partido ideológico.

A Comunhão Paulista Ilustrada

Nos documentos examinados no capítulo 1, viu-se que, à necessidade de uma *elite orientadora* — constituída basicamente pelas "iniciativas particulares esclarecidas e sustentadas em todas as classes e em todas as direções" — para desvincular o ensino público dos interesses partidários e para produzir uma política de educação norteada por princípios, conforme preconizava Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho contrapunha a existência da Comunhão paulista, apta a tomar a si os cometimentos da "missão superior" de formação da nacionalidade. Coincidentemente, tratava-se do "grupo do Estado", herdeiro da "velha falange de idealistas" que se manteve "irredutível em face da deturpação do regime". Cabia, portanto, a esse "grupo" orientar a política educacional. Esta deveria ter como principal objetivo criar a Universidade, onde mais propriamente se poderia aprimorar e desenvolver aquela qualificação indispensável à elite dirigente, a *ilustração*, ou seja, a "visão política" dos interesses coletivos.

Isso só seria possível com o cultivo intelectual típico das universidades. A consciência dessa "missão" de transmissão da ilustração podia ser identificada, por exemplo, quando Júlio de Mesquita

(5) Partido ideológico na acepção de "estado-maior intelectual" que opera como "força dirigente completamente independente (e) superior aos partidos" Cf. J.-M. Piotte, op. cit., pp. 77-78-79.

Filho afirmava, falando sobre o papel da imprensa na obra educacional, que o propósito do jornal naquela fase "(...) sempre foi o de fazer de São Paulo, onde a cultura apenas se esboçava, um órgão (sic) do mais alto gabarito intelectual, para provocar a agitação de idéias suscetível de possibilitar a formação de elites. Essa política desenvolveu-se com a convocação, para a redação de *O Estado de S. Paulo*, de um núcleo de homens que se constituíam em expoentes máximos da cultura, como um Amadeu Amaral, Plínio Barreto, Adalberto Pereira, e outros, intelectuais que sempre elevaram o nível dos debates a um plano não excedido por qualquer outro órgão da imprensa brasileira. Mediocre (...) era o meio intelectual na época, pois São Paulo não contava, por exemplo, com nenhuma revista especializada. E o jornal, embora predominantemente informativo, não esquecia de que, além dessa função, *deveria preencher o vácuo que decorria da falta de uma Universidade*. (...) Cultura superior, no verdadeiro sentido, não existia. Procurou então *O Estado de S. Paulo*, no País, e também fora do Brasil, auxílio para a luta contra o indiferentismo intelectual. Desse trabalho surgiu *Os Sertões*, monumento de nossas letras; e a obra jurídica e literária de Plínio Barreto; e um dos melhores volumes sobre folclore, obra de Amadeu Amaral".⁶

Porta-voz da Comunhão paulista ilustrada, o jornal apresentava-se numa posição de *independência e imparcialidade* diante das ações partidárias, pautando seus julgamentos e ações por um "sistema de princípios" e, desse modo, integrando-se na continuidade histórica que era característica da Comunhão.

O jornal procurava manter a posição de independência e imparcialidade diante das ações partidárias, reservando-se o direito de apenas observar e criticar os acontecimentos. Considera-se uma "folha independente", posição coerente com a definição da "missão superior" da Comunhão paulista ou ainda com a definição da elite contida no *Inquérito* (aquela que teria condições de propor um projeto para a nacionalidade que estivesse acima das paixões partidárias, na medida em que seria composta pelas iniciativas particulares esclarecidas e sustentadas em todas as classes e direções). São muitas as oportu-

(6) Júlio de Mesquita Filho, "Opinião sobre a situação nacional" (17/8/1961), Arquivo de *O ESP*, pasta n.º 4.592, datilografado. É este documento que menciona uma "política de convocação de intelectuais", constante no jornal, com a inclusão de nomes tais como: Oliveira Viana, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Pereira Barreto, Oscar Freire, Paulo Pestana e outros. Paralelamente, lutava o jornal ainda pela criação do "instituto magno da cultura", a Universidade de São Paulo. Nesta luta, particularmente, o intelectual incorporado foi Fernando de Azevedo, para a realização de uma "campanha", que, segundo o documento, se estendeu até 1932. (Grifo I.A.R.C.)

nidades em que o jornal reforça a defesa de sua posição de independência e imparcialidade diante das ações políticas de caráter partidário.⁷

Estreitamente ligada a essa posição está a de que a atuação política do jornal é orientada por um "sistema de princípios", sistema este que, segundo o jornal, possuía uma continuidade que remontaria aos primórdios da República, inalterável enquanto sistema. Neste sentido, é muito elucidativo um texto de Júlio de Mesquita Filho, de 24/11/1948, que contém o seu pronunciamento numa homenagem que lhe foi prestada na Faculdade de Direito de São Paulo. Embora este texto não seja a expressão do momento histórico que se está caracterizando, é útil para mostrar que aquela postura não se restringe àquele período, mas parece ter um peso significativamente forte na estrutura de pensamento do jornal. Júlio de Mesquita Filho afirma, neste texto, que a homenagem que lhe prestam seria na verdade uma homenagem ao jornal *O Estado de S. Paulo*, na medida em que se considera representante das "aspirações de um grupo", de "uma instituição em torno da qual uma fração ponderável da opinião pública brasileira se habituou a reunir-se para a defesa dos mesmos ideais". Assim a homenagem seria "(...) muito mais que a aprovação de uma conduta individual: a afirmação de um sistema de princípios". Mostrando a participação do jornal na vida política brasileira, afirma ainda: "Mas como falar da vida de um jornal e da ação desenvolvida por um jornalista, sem aludir à política? Afinal de contas que é a política? Não será acaso ela a elaboração da própria história?" Assim, se reporta às origens daquele "sistema de princípios" a que se referiu e: "(...) em cuja defesa O Estado de S. Paulo forjou sua têmpera, a sua autoridade e as suas mais sólidas convicções. Elas remontam aos primórdios da República (...)". Referiu-se então à formação da dissidência do Partido Republicano Paulista, ressaltando o papel do jornal nas lutas políticas da época. Afirma, ainda, ter sido Júlio Mesquita, um dos mais puros colaboradores de Rui Barbosa, na "luta pela realidade republicana", na luta pela "intangibilidade da Constituição" e na luta pela "supremacia do elemento civil na política nacional". E, destacando o aspecto de continuidade, salienta que foi acreditando em Júlio Mesquita, que "(...) nós os moços de então, nos atiramos resolutos à campanha pregada por Bilac, tornando uma realidade a conscrição militar; e empreendendo a luta pelo voto secreto, prepararíamos a atmosfera que pouco depois tornaria possível a queda da oligarquia brasileira. Em todos

(7) Cf. editoriais de 7/5/1927; 24/2/1928; 5/3/1929, de *O ESP*.

esses acontecimentos como na formação do Partido Democrático, derradeira encarnação da famosa Dissidência", a ação de Júlio de Mesquita, "através de *O Estado de S. Paulo*, manifestar-se-ia decisiva".⁸

Como se poderá ver, o "sistema de princípios" está embasado em dois temas fundamentais: o liberalismo e a democracia. Com relação ao primeiro, o jornal insistia em que: "(...) estão errados os que apregoam a morte do liberalismo e afirmam que já não há lugar na sociedade contemporânea para os espíritos liberais. O liberalismo transformou-se, mas não desapareceu. Nem desaparecerá. Não será mais o que foi na época do romantismo — a aspiração utópica de um individualismo absoluto em face da sociedade e do Estado — mas é, e continuará a ser, e com esta metamorfose ganhou um vigor que lhe torna duradoura a existência — um sistema de princípios destinados a estabelecer o equilíbrio entre o indivíduo e o Estado, entre a autoridade e a lei, entre a ordem e a justiça, entre o poder e a liberdade".⁹ Com relação ao segundo tema, a democracia, selecionou-se uma formulação contida num artigo de 1925, de Fernando de Azevedo, publicado em *O ESP*: "A democracia consiste, praticamente, não no 'governo do povo pelo povo' que em última análise é uma ficção, mas no governo por elementos 'diretamente' tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha de capacidades. O problema da educação sobrepõe, por isso, em alcance social e político a todos os outros problemas, numa república decidida a entregar seu governo a uma 'aristocracia de capacidades', aberta inteiramente ao povo 'renovando-se (...) e recrutando-se largamente em todas as camadas

(8) Júlio de Mesquita Filho, "Dissidência Republicana, Reação Democrática", in *Política e Cultura*, São Paulo, Livraria Martins, 1969, pp. 68 e 70 (Grifos I.A.R.C.).

(9) Editorial de 7/9/1930, a propósito de acontecimentos na Argentina, que implicaram a queda do general Irigoyen. Na mesma direção coloca-se um texto de Júlio de Mesquita Filho, de 1948, onde discute a "Tradição de liberalismo", mostrando que o sistema de princípios consistiria basicamente no respeito ao liberalismo, no sentido que lhe imprimiu o século XIX, ou seja, com o espírito conseqüente do enorme progresso das Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, e numa confiança ilimitada no poder da experimentação. Afirma ainda que esta concepção de liberalismo, apesar de propor a supremacia do indivíduo sobre o Estado, e a luta contra a prepotência deste, nunca teria afirmado de modo absoluto a não ingerência do Estado nos negócios da sociedade. O que preconizava, e que a História viria a confirmar, seria a falta de aptidão do poder público para gerir qualquer espécie de negócio. Deste modo, aceitaria a intervenção do Estado, neste ou naquele setor das atividades humanas, segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhasse. In *Política e Cultura*, "Dissidência Republicana, Reação Democrática", São Paulo, Livraria Martins Editora, 1969, pp. 71-72.

sociais, até nas inteligências operárias”¹⁰ Esta definição de democracia coincide com a que é enunciada no *Inquérito*, quando, como se viu, é feita a compatibilização entre democracia e elites.

Outra formulação sobre a democracia, com o objetivo de reforçar o sentido com que estas proposições são defendidas pelo grupo do jornal, vem de Vivaldo Coaracy. Numa série de artigos, “Problemas Nacionais”, publicados durante alguns meses no jornal, afirma pertencer a democracia ao tipo dos regimes chamados individualistas, a que pertence também a aristocracia e que se diferenciariam, por um lado, dos regimes das maiorias absolutas (antiindividualistas), o socialismo e, de outro, do regime que negaria a necessidade de direção social, a anarquia. “Considerando os regimes individualistas, o que caracteriza essencialmente a diferença entre a doutrina aristocrática e a doutrina democrática é o processo de formação das elites diretoras. No regime aristocrático, a aristocracia constitui um círculo fechado que a si mesmo se renova, seja hereditariamente, como no caso da velha nobreza, seja pela livre escolha que os seus membros façam dos indivíduos que nela tenham ingresso; e este é o caso da igreja e o de todas as oligarquias. No regime democrático, a entrada na aristocracia social, i. é, nas elites diretoras, é facultada a todos os indivíduos que se supõem ter valor e aptidões para ocupar lugar nesse âmbito e que são designados pela ilusão metafísica do sufrágio universal (...). O funcionamento da democracia só se daria com a resolução do magno problema nacional: a educação, por um lado a educação das massas e, por outro, a educação das elites, quando se daria então a aproximação entre “a minoria selecionada e culta e a grande massa inculta e semibárbara”¹¹

(10) Artigo publicado em 17/3/1925. Faz sentido a incorporação desta definição de F. de Azevedo sobre a democracia, como parte integrante do universo ideológico do jornal, na medida em que aquele é um intelectual ligado a *O ESP* nas suas principais iniciativas no campo educacional: organiza o *Inquérito* de 1926, colabora frequentemente com o jornal através de artigos sobre a educação, é relator do plano de organização da Universidade de S. Paulo, elaborado por uma comissão presidida por Júlio de Mesquita Filho, em fins de 1933.

(11) Publicado em 20/4/1928. Nesta época *O ESP* inicia a publicação de uma série de Notas e Comentários, “Problemas Nacionais”, assinados por Vivaldo Coaracy, colaborador frequente do jornal. Esta série aborda os problemas brasileiros, em termos econômicos, políticos e sociais. Trata-se de um livro que passa a ser publicado pelo jornal na seção Folhetim do *Estado de S. Paulo*. Embora os artigos de V. Cy não sejam de responsabilidade do jornal, na medida em que são assinados, são extremamente significativos, em primeiro lugar pela frequência com que escreve os seus comentários e em segundo lugar pelos temas sobre os quais escreve, que são os temas mais frequentemente abordados pelo jornal. V. Cy ingressou no *Estado* como redator comentarista entre 1925 e 1927, e em 1930 foi incumbido de chefiar a sucursal do Rio de Janeiro, o que fez, até 1941. Para que se possa aquilatar a possibilidade de inclusão de V. Cy no

O “sistema de princípios”, embasado nestas proposições, está vinculado a uma concepção de sociedade onde a política aparece como a realização da razão, razão esta que é buscada por uma elite ilustrada ou capaz. E, na medida em que a razão aparece como uma esfera que transcende os interesses sociais, no sentido da sua unificação, só pode ser realizada por uma elite ilustrada, capaz, interessada e independente. A possibilidade da unificação dos interesses sociais aparece estreitamente ligada à condição de independência da elite.¹²

A concepção liberal de sociedade está ligada ao chamado “novo liberalismo”, que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais “democráticos” do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um “Estado forte”, nas situações de perigo de sobrevivência da “democracia”.¹³ Este último aspecto é bastante significativo, não tanto para o entendimento deste primeiro momento, mas especialmente para o terceiro, quando o confronto entre comunismo de

universo ideológico do jornal, é interessante indicar a proximidade da sua concepção da função da Universidade, com a de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo: “Têm razão os que como Júlio de Mesquita Filho se batem pela criação de uma universidade nossa, considerando-a uma das mais urgentes necessidades nacionais. A Universidade é o foco no qual se pode formar uma elite intelectual (...). É um aparelho de recrutamento em larga escala dos elementos selecionados, capazes de aplicar conhecimentos científicos de forma positiva à solução de nossos problemas econômicos, sociais e políticos” (publicado em *O ESP*, de 4/5/1928).

(12) Cf. a discussão realizada por Umberto Cerroni em “Para uma teoria del partido político”, in *Teoria Marxista del Partido Político*, Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba, 1971, onde ele estabelece uma diferenciação histórica entre a autoridade representativa que 1) é designada pelo povo para que busque e execute uma verdadeira razão, que aparece como uma razão extra-social, fundada na soberania abstrata do povo e na atividade concreta de uns poucos, e 2) é designada pelo povo para manifestar a vontade popular, que busca a razão-consenso, no sentido do consenso interessado de todos.

(13) Cf. Christine Buci-Glucksmann, *Gramsci et l'État, pour une théorie matérialiste de la philosophie*, Paris, Fayard, 1975, que, ao discutir o problema da teoria das elites, afirma: “O fim do século XIX e o começo do XX deram origem a um ‘novo liberalismo’, que proclamava abertamente que não se tratava de confiar nas massas, mas que elas deveriam ser guiadas por uma ‘elite política’. O desenvolvimento do movimento operário, o perigo que ele poderia fazer correr a hegemonia parlamentar da burguesia, perigo já entrevisto por Engels, acarretou num desaparecimento progressivo dos aspectos mais ‘democráticos’ do liberalismo burguês e o desenvolvimento de um liberalismo dos ‘moderados’, de um liberalismo conservador, pronto a acolher um ‘Estado forte’ em caso de perigo. (...) Certamente, a teoria da ‘circulação das elites’ à Pareto representa o ponto onde a ideologia liberal do progresso se transforma em ideologia conservadora da consolidação e da defesa do poder (...)”.

um lado e democracia e liberalismo, de outro, implicará a justificação de um "Estado forte" para a salvação da democracia.

O "sistema de princípios" envolve ainda uma série de temas em torno dos quais o jornal assume posições, tais como: sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo (autonomia dos Estados e dos Municípios, Federação), revolução, reformulação do sistema político por via pacífica, diretrizes econômicas, além da educação. É importante salientar que estas posições são formuladas, na perspectiva do jornal, como "princípios universais" acima dos pequenos acontecimentos do cotidiano político, mas são de fato reveladoras da participação político-ideológica de *O ESP* no período histórico em questão.

A caracterização desenvolvida até aqui teve como objetivo demonstrar que o jornal assumia a postura de um "partido ideológico" que funcionaria como se fosse uma "força dirigente superior aos partidos".

O "grupo do *Estado*" tem um projeto de hegemonia cultural e política, contido no projeto da Universidade e do sistema educacional como um todo, que se evidencia numa proposição de sociedade construída a partir das categorias de elites/classes médias/massas, e imbuído de uma perspectiva liberal e democrática, nas acepções aqui delineadas. Neste projeto a Universidade aparece como o núcleo fundamental, na medida em que, sendo o centro de formação e reprodução das elites dirigentes, o seu controle permitiria, em termos culturais e políticos, imprimir uma dada direção, em termos de concepção de mundo, à formação daquelas elites. Nesta medida, o controle da Universidade aparece, para o "grupo do *Estado*", como condição do exercício da hegemonia cultural e política.

O jornal assume a função cultural e política da Universidade, enquanto ela não é criada. Isso se evidencia especialmente através do processo de incorporação de intelectuais, quando as "campanhas", os "inquéritos", as "agitações de temas e idéias políticas e culturais" passam a expressar a função de elaboração e disseminação de determinada concepção de mundo, dirigida à formação de uma opinião pública ou do "caráter nacional", numa dada direção.

O "grupo do *Estado*" assume a postura de um "partido ideológico", de um "Estado-Maior intelectual", e constrói uma imagem de unidade ideológica de pensamento e ação que pode ser muito bem captada na idéia da *Comunhão paulista*. Pertencer à *Comunhão* implica a existência de um "sentimento de solidariedade de casta e uma

certa coesão".¹⁴ Casta, porque se refere a uma imagem de superioridade racial, regional e intelectual.¹⁵ Reforça a definição da *Comunhão paulista* ilustrada, a ideologia da continuidade histórica, onde ganha especial relevo a utilização do passado e da tradição para a justificação da existência política do "grupo".¹⁶

É a *Comunhão paulista* ilustrada que incorpora os intelectuais para o desenvolvimento e organização de um dado projeto político e ideológico para a sociedade, onde os traços de independência e imparcialidade diante da prática política imediata aparecem como fundamentais para uma autodefinição em termos de um "estado-maior intelectual" dirigente, capaz de propor um projeto para a nacionalidade em termos universais.

O "grupo do *Estado*" assume a postura de "estado-maior intelectual" e dentro desta pretensão constrói um projeto de hegemonia cultural e política, onde a Universidade aparece como condição estratégica. Isto definirá a "marca ideológica" da criação da Universidade de São Paulo, sistematicamente invocada em momentos posteriores da sua história.

b) A "campanha pela regeneração política"

A "campanha pela regeneração política", nos seus aspectos de "campanha pela Universidade" e de "campanha pela revigoração da

(14) Cf. a caracterização de intelectual tradicional que Piotte faz a partir de Gramsci, em Jean-Marc Piotte, *La Pensée Politique de Gramsci*, Paris, Anthropos, 1970, pp. 62, 63, 64.

(15) A idéia da superioridade racial é muito explícita no texto *A Crise Nacional*, de Júlio de Mesquita Filho, onde este afirma ser uma das principais causas da decadência moral da consciência nacional o "afluxo repentino de toxinas", que trouxe com a circulação "no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de 2 milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais". A superioridade regional de São Paulo é claramente expressa neste mesmo texto e na *Comunhão paulista*, especialmente na idéia de que "nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir dos desígnios da nacionalidade". A idéia da superioridade intelectual também pode ser captada especialmente no texto da *Comunhão paulista*, a partir da proposição da "missão superior", responsável pela formação da nacionalidade, distinta da "missão inferior", responsável pelas tarefas político-administrativas.

(16) A utilização do passado e da tradição para a justificação da existência política pode ser percebida na análise feita no primeiro capítulo, referente ao texto "*Comunhão Paulista*", especialmente o ponto relativo à idéia da continuidade histórica da *Comunhão*, que poderia ser resumidamente expressa na formulação de que: "É o mesmo ideal a absorver o mesmo paulista" na realização de um "legado do passado". Reforça ainda esta proposição a idéia, discutida neste capítulo, do "sistema de princípios" forjado nos primórdios da República, que permaneceria inalterável ao longo da vida política do jornal.

vida político-partidária”, configura o projeto político e ideológico da Comunhão paulista no seu primeiro momento (1925-1930).

A notar que este primeiro momento é marcado por uma ênfase menor na “campanha educacional” através do jornal, e simultaneamente por uma ênfase maior na “campanha pela revigoração da vida político-partidária”, expressa na defesa da ação das oposições (P.D., P.D.N., Aliança Liberal) como a única possibilidade, a curto prazo, para a concretização da regeneração política. Num outro plano, o “grupo do *Estado*” desenvolve uma prática política que não é explícita no jornal (o explícito continua sendo a “campanha”), prática que implica comprometimentos políticos efetivos. Desta forma a Revolução de 30, em cuja *articulação* o “grupo do *Estado*” esteve presente, só é assumida pelo jornal efetivamente após a sua eclosão, quando é recuperada ideologicamente como parte da “campanha pela reconstrução da nacionalidade”.

b.1. A “campanha pela Universidade”

Embora a Universidade seja considerada o principal suporte do projeto da Comunhão — não a medida de “emergência”, mas a de longo prazo, capaz de proporcionar a “emancipação definitiva” e a construção da “democracia” —, percebe-se, através da análise do jornal, que a ênfase na discussão da educação é relativamente menor do que o seu empenho no debate político.

Fica evidente neste momento não haver condições para o “grupo do *Estado*” criar uma Universidade em São Paulo, dado o seu distanciamento do aparelho de Estado, e a ausência de condições políticas que permitissem que o controle da instituição permanecesse em suas mãos. Isto porque a Universidade é pensada como uma universidade pública e não privada. Quando é colocado no *Inquérito* que a Universidade deveria ser produto das “iniciativas particulares esclarecidas e sustentadas em todas as classes e em todas as direções”, lá já está pressuposta ou a transformação destas “iniciativas particulares” em Estado, ou a possibilidade de imposição política do projeto educacional, no nível de Estado.

Uma análise do tema *educação* no jornal, neste primeiro momento, evidencia que algumas das iniciativas educacionais aparecem como parte da sua “campanha educacional” e outras, embora publicadas pelo jornal, não têm este significado. Essa percepção tem consequências. Os anos vinte são caracterizados por muitas e importantes iniciativas educacionais, que são vistas por autores que analisaram

este período como “movimento pela renovação educacional”¹⁷ ou o “entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”¹⁸.

A adoção de uma postura que tentasse explicar a fundação da Universidade a partir de um “panorama educacional”, que autonomiza a dimensão educacional, acabaria por, no limite, explicar aquela fundação como o resultado de um movimento de renovação educacional, reduzindo ou anulando a dimensão política e ideológica daquele projeto. Entrevistas realizadas com Fernando de Azevedo, em 1972, revelaram, de uma maneira quase que inexplicável, que na consciência deste fundador da Universidade, *a posteriori*, o processo havia sido preponderantemente educacional. Inexplicavelmente, porque os textos deste autor no período de 1925 a 1937 eram claramente políticos. *A posteriori*, a problemática central da fundação da Universidade, qual seja a da formação das elites dirigentes, aparece de forma muito atenuada ou não aparece. Na obra de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, por exemplo, a criação da Universidade aparece na exposição sucedendo às inúmeras iniciativas educacionais da época, sem o destaque da formação das elites dirigentes, esvaziada do conteúdo político e caracterizada pela “convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental, ou em poucas palavras, ‘para viver da verdade e de sua investigação’”. Ou ainda a afirmação de que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “passou a constituir a medula do sistema (universitário), como também a preocupação dominante da pesquisa científica e dos estudos desinteressados, dentro aliás do espírito da lei federal que regulou as universidades brasileiras”.¹⁹ Esta mesma lei federal, o Decreto de 1931, do Governo Provisório, é, no entanto, objeto de intensas lutas polí-

(17) Cf. Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, especialmente, Parte III, Capítulos III e IV.

(18) Cf. Jorge Nagle, *Educação e Sociedade na Primeira República*, São Paulo, EDUSP, 1974, especialmente a Segunda Parte, Capítulo III.

(19) Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 405-406. A primeira edição desta obra é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1943. Segundo nota explicativa dos editores, esta obra constitui o Tomo 1 do volume 1 — Introdução — Série Nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1.º de setembro de 1940. A Comissão Censitária Nacional considerou que o confronto dos resultados censitários com os antecedentes históricos da formação cultural do povo brasileiro daria maior sentido àqueles resultados. *A Cultura Brasileira* é o resultado desta pretensão. Este fato talvez explique a postura de esvaziamento político que assume o texto, especialmente no que se refere aos confrontos com o Governo Provisório. É um texto escrito durante a vigência do Estado Novo e por encomenda de um órgão oficial. Confrontar também, do mesmo autor, *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971.

ticas e ideológicas, o que evidencia o confronto de projetos distintos, como se verá mais adiante na Parte II. *A posteriori* esta dimensão vai sendo pouco a pouco relegada a um segundo plano.

A “campanha educacional” do jornal não pode ser diluída no movimento de renovação educacional, sob pena de perder toda a sua especificidade. A “campanha” traduz a atuação do jornal enquanto partido ideológico. É parte do projeto do Estado-Maior intelectual.

Os Antecedentes do Projeto

Neste sentido, ganha relevância a caracterização dos antecedentes do projeto da Universidade. A temática do projeto não é própria dos anos vinte, mas já vem sendo debatida há mais tempo, embora a idéia da criação da Universidade propriamente dita só se coloque em 1925, com o texto *A Crise Nacional*.

Um tema tal como o da “regeneração dos costumes políticos”, como obra das “classes dirigentes e intelectuais”, central no projeto da Universidade, já aparece assim delineado nas atividades da Liga Nacionalista de São Paulo, que conta com a presença política do “grupo do Estado”.²⁰ As soluções apontadas são o combate à “abstenção eleitoral” e às “fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto” (voto secreto) e o combate ao analfabetismo com a disseminação da instrução popular.²¹ Embora apareça a idéia das classes dirigentes e intelectuais como promotoras do processo de regeneração dos costumes políticos, não há a preocupação aí com a formação e reprodução desta classe dirigente através da Universidade, que aparece como solução principal apenas no texto de 1925, de Júlio de Mesquita Filho. Do ponto de vista da dimensão educacional, a ênfase se dá no combate ao analfabetismo, idéia que vai informar basicamente a Reforma de Sampaio Dória de 1920.²² Observa-se ainda que

(20) *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1915, citado in E. Carone, *A Primeira República*, São Paulo, DIFEL, 1973, pp. 276-282. Confronte ainda a “Mensagem aos Moços”, “Liga Nacionalista — A Mocidade Brasileira”, de Júlio Mesquita, in *Centenário de Júlio Mesquita*, Anhambi, 1964, pp. 11-13. Sobre a referência à participação de Júlio de Mesquita Filho nas comemorações de 7 de setembro, dentro das atividades realizadas pela Liga Nacionalista de S. Paulo, em 1917, cf. Heládio C. G. Antunha, *A Reforma de 1920 da Instrução Pública do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1967, mimeografado, p. 320, nota 204.

(21) Cf. Jorge Nagle, op. cit., pp. 47-49.

(22) A Reforma realizada no Estado de São Paulo por Sampaio Dória, em 1920, compromete-se com o programa da Liga Nacionalista de São Paulo, e é considerada “o principal resultado do ideário que se estruturou no decorrer do segundo decênio deste século; ideário de republicanização da República, de sua democratização, de elevação intelectual e moral de amplas camadas da população, de formação da consciência cívico-patriótica”. In Jorge Nagle, op. cit., pp. 192-193. Conforme também Heládio C. G. Antunha, op. cit.

esta idéia da classe dirigente e intelectual como a que tem a missão de conduzir a nacionalidade, idéia está também nuclear no projeto da Universidade, é central no texto “A Defesa Nacional” de Bilac, referência importante para Júlio de Mesquita Filho, quando caracteriza a postura do jornal na vida política brasileira.²³ Neste texto, afirma Bilac uma idéia cara ao jornal: “(...) entre os verdadeiros ‘homens’, (há) os ‘cidadãos’, aqueles que, investidos de completa cultura intelectual e moral, tendo elevação de espírito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou de campanário, podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão”.²⁴ Embora não haja aí referência a nenhum tipo de instituição formadora desta camada que tem a sagrada missão de governar e dirigir a multidão, pode-se considerar este tema como um dos temas que vai compor o universo ideológico em que transita o “grupo do Estado” quando formula o projeto da Universidade: neste caso a sagrada missão de governar e dirigir a multidão pertence à Comunhão, que tem um projeto de criar uma instituição (a Universidade) que reproduz aquele projeto. A ênfase da Comunhão paulista como condutora dos destinos da nacionalidade é o traço distintivo, de importância fundamental, que vai caracterizar o projeto da Universidade.²⁵

Nas idéias de Rui Barbosa, outra referência fundamental para Júlio de Mesquita Filho²⁶, encontrou-se uma postura com relação à universidade que contém elementos muito próximos aos da “campanha” do jornal, embora não se tenha encontrado nenhuma referência, nem de Júlio de Mesquita Filho nem de Fernando de Azevedo, que relacione especificamente a concepção de Universidade, da Comunhão, com as idéias de Rui Barbosa. Trata-se de um texto que faz

(23) Cf. Júlio de Mesquita Filho, *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, especialmente p. 70.

(24) Olavo Bilac, “A Defesa Nacional”, citado in E. Carone, *A Primeira República*, São Paulo, DIFEL, 1969, p. 236.

(25) A Liga Nacionalista de São Paulo tem como temas de luta: a federação e unidade nacional, defesa nacional, questão do voto e da representação, desenvolvimento da educação cívica, educação primária, secundária e profissional. A Liga de Defesa Nacional (Bilac): coesão e integridade nacional, instrução militar nas diversas instituições, civismo, heroísmo, etc., propagar a educação popular e profissional e combater o analfabetismo. Cf. Jorge Nagle, op. cit., pp. 45-48. O regionalismo não é, portanto, um tema presente em nenhuma das duas Ligas, na medida em que o seu tema nuclear é o nacionalismo. A compatibilização entre nacionalismo e regionalismo no projeto do “grupo” pode ser muito bem captada nos textos da *Comunhão Paulista* e *A Crise Nacional*, quando se propõe a construção da nacionalidade a partir de um projeto paulista, conduzido pela Comunhão; trata-se da *ótica paulista da nacionalidade*.

(26) Cf. Júlio de Mesquita Filho, op. cit., p. 70; e do mesmo autor, *A Crise Nacional*, já citada, entre outras.

parte do 1.º Relatório do Ministério do Império, de 1882, expressando o "conceito político" da universidade: "a universidade é uma das formas do poder público, é o Estado educando, promovendo a educação, inspecionando-a, a bem da prosperidade e grandeza do Império, do mesmo modo que os tribunais em que se organiza o direito, e o exército em que se constitui a força pública, são outras tantas manifestações do governo, tomada esta palavra em seu sentido mais extenso, do governo que não exclui a liberdade, nem quando se trata da justiça, nem quando se trata do exército, nem quando se trata da instrução pública".²⁷

O primeiro ponto sugerido, também presente no projeto da Comunhão, é o de a Universidade ser concebida como uma instituição de caráter público e não privado, dentro da tradição do chamado pensamento liberal educacional brasileiro (Rui Barbosa, Nabuco, Tavares Bastos), que defende o papel primordial do Estado em matéria pedagógica, diferenciando-se de outras correntes "liberais antiestatistas".²⁸

Em sendo pública, a sua criação e o seu controle passam a supor a possibilidade de influência ou controle do poder de Estado.

Estas considerações conduzem ao segundo ponto, sugerido naquele texto, o de se considerar a universidade como uma *forma de poder*. Embora esta proposição não seja explicitada desta maneira no projeto da Comunhão, ela permeia todo o movimento pela criação. É o entendimento da Universidade como uma forma de poder para formar e reproduzir as elites dirigentes, a partir de uma dada concepção de mundo, que faz dela um instrumento político central no projeto político da Comunhão, muito embora, ao nível das proposições explícitas, seja considerada o lugar onde se encontram "as elites intelectuais que não desesperaram de falar uma linguagem para o mundo inteiro e para todos os tempos", em defesa dos "valores eternos da liberdade, da justiça e da razão".²⁹

A explicitação do conteúdo político e ideológico que informa estes "valores eternos", permite considerá-los como uma "marca ideológica". Ela permeia a construção da imagem da criação da Universidade, que permanece *a posteriori*.

(27) Citado in Roque S. M. de Barros, "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade", Boletim n.º 241, *História e Filosofia de Educação*, n.º 2, 1959, pp. 374-375.

(28) Idem, *ibidem*, pp. 11-13.

(29) Fernando de Azevedo, "As Lutas Políticas e a Universidade" — Conferência realizada em 1936, na Faculdade de Direito, in *A Educação e seus Problemas*, tomo I. São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 125.

O entendimento da Universidade como uma forma de poder para formar e reproduzir as elites dirigentes conduz à interpretação do ser projeto como parte integrante de um projeto de hegemonia cultural e política.³⁰ O controle da Universidade e a possibilidade da formação e reprodução ideológica de uma elite dirigente, com uma dada concepção de mundo, apresenta-se como um meio de conquista ou de conservação do poder. Mesmo que se configure a impossibilidade daquela hegemonia, a Universidade é criada num momento em que esta impossibilidade não é evidente à Comunhão. A Universidade como parte de um projeto de hegemonia, projeto este conduzido por um grupo com pretensões a estado-maior dirigente da nacionalidade, acaba também por constituir uma outra "marca ideológica" que impregna a história posterior da Universidade, esvaziada no entanto do seu conteúdo histórico específico.

O texto de Rui Barbosa propõe ainda um 3.º ponto, relativo ao "conceito cultural e moral" da Universidade, que está estreitamente ligado à concepção de Universidade da Comunhão.³¹ Dentro desta proposição, o que interessa destacar aqui é a proximidade com a concepção da Universidade de São Paulo, considerada não como a reunião de três ou mais institutos de ensino superior, mas como uma instituição dotada de uma organicidade, cujo "músculo central" seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, órgão fundamental da direção cultural e moral da nacionalidade. Embora no texto de Rui Barbosa não haja referência à existência de uma faculdade de Filosofia, está presente o seu espírito, como se pode depreender das suas próprias palavras: "A idéia da universidade (...) não se reduz em sua realização objetiva à concentração em certo e determinado local de três, quatro, ou cinco estabelecimentos de instrução superior. Deve ser a tradução da síntese do saber, ligadas entre si as partes integrantes de cada uma das instituições de que ela há de se compor, e relacionadas estas umas com as outras, de modo que constituam um todo harmônico animado do mesmo espírito e tendendo ao mesmo fim; deve ser o centro pedagógico, e o motor da inspeção, que promoverá e realizará, como convém à uniformidade, a qual, sem excluir a liberdade, sem importar em compressão, é a um tempo garantia de ordem, condição da unidade moral da nacionalidade e expressão de grandeza".³²

(30) Cf. Jean-Marc Piotte, *La pensée politique de Gramsci*, Paris, Editions Anthropos, 1970, p. 126.

(31) Cf. a exposição sobre a posição de Rui Barbosa sobre a universidade, in Roque S. M. de Barros, *op cit.*, pp. 374-375.

(32) Idem, *ibidem*, pp. 374-375.

As iniciativas educacionais incorporadas e as não incorporadas pela "campanha" do jornal

As iniciativas incorporadas como parte da "campanha educacional" do jornal são aquelas que ele assume, quer através de editoriais, quer através de artigos e depoimentos. Estão neste caso a constituição do Liceu Franco-Brasileiro, em 1925, o *Inquérito* de 1926 (analisado no primeiro capítulo) e uma série de conferências e artigos de professores franceses ligados ao "grupo do *Estado*", em 1927, 1928 e 1929 (um caso expressivo da incorporação de intelectuais pelo "grupo do *Estado*" para as "campanhas" do jornal).

A criação do Liceu Franco-Brasileiro é objeto de um grande debate no início de 1925. A iniciativa da criação coube ao "grupo do *Estado*", como relata Júlio de Mesquita Filho num discurso de 1961, onde analisa a evolução da idéia universitária e a origem do movimento que resultou no Decreto de 25 de janeiro de 1934. É de um contato com George Dumas, professor de Sociologia da Sorbonne, que surge a idéia da criação do Liceu. "(...) Era ele de opinião que seria um erro começarmos pela fundação de uma Universidade propriamente dita. Estava ele perfeitamente a par das lacunas de nosso ensino secundário e achava que deveríamos iniciar o movimento pela reforma do ensino de humanidades. Já via ele — e com carraças de razão — que sem um ensino secundário que preparasse os alunos de forma a torná-los capazes de haurir os ensinamentos a lhes serem ministrados na Universidade, nada se conseguiria, (...) e se propôs a trabalhar conosco na criação, em São Paulo, de um ginásio, um liceu, em que pudesse preparar os futuros professores. Foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur. Na idéia dele, como na nossa, os professores deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade — verdadeira verdade — era que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a esta função eram os que haviam fracassado em suas profissões (...); esta magnífica idéia foi porém apenas realizada em parte. Depois de uma luta de vários anos, conseguimos que o governo francês e o governo brasileiro, o do estado (de São Paulo), aceitassem colaborar na criação do futuro Liceu, e finalmente ele foi fundado. Mas aí entrou o nacionalismo, esse mesmo falso nacionalismo que ainda hoje nos desgraça: não foi possível que a sociedade aceitasse a vinda de professores estrangeiros pois isto constituiria uma ofensa aos brios da nacionalidade ... E fundou-se apenas o ginásio".³³

(33) Júlio de Mesquita Filho, Discurso de 8 de abril de 1961, Arquivo do jornal *O ESP*, pasta n.º 4.592, datilografado.

Durante o ano de 1925, várias são as notícias que aparecem no jornal, agitando, a propósito do Liceu, a problemática dominante da "campanha": a formação das elites dirigentes. Defendendo a necessidade do preparo em humanidades, um artigo de 18/2/1925, afirma que: "(...) mais e mais se faz necessário preparar num país ainda em formação como o nosso uma reserva de intelectuais, de idealistas, digamo-lo sem medo de falsas interpretações do termo, que garantam o futuro do país contra a hipótese de um rebaixamento geral do caráter nacional (...)". E especificamente enfocando a necessidade da formação das elites dirigentes como questão fundamental das democracias, o artigo de Fernando de Azevedo, já citado, de 17/3/1925, a propósito do Liceu Franco-Brasileiro: "Demais o problema do ensino secundário sem cuja solução é ocioso falar-se em elevar o nível e dilatar os horizontes da cultura nacional, prende-se visceralmente à questão, fundamental nas democracias, da formação das classes dirigentes".

As conferências dos professores franceses começam a ser publicadas no jornal na segunda metade do ano de 1927, embora nesta época o jornal estivesse muito mais empenhado na crítica do sistema partidário brasileiro, na crítica da onipotência governamental, e no estímulo à atuação dos partidos de oposição como meio de regeneração política do país. Continuam a ser publicadas durante os anos de 1928 e 1929. Na série de conferências de Paul Fauconnet e num artigo de George Dumas, ambos da Sorbonne, é agitada a idéia da necessidade de criação em São Paulo de uma Faculdade de Filosofia e Letras e de uma Faculdade de Ciências. Os objetivos destas instituições seriam: o de tornar o ensino vinculado à pesquisa; o de elevar o nível do curso secundário; e o de formar intelectuais para o estudo desinteressado, sem visão de aplicação imediata, ou, em outros termos, o de possibilitar a criação de uma ciência original e nacional, sem a qual a sociedade nunca se tornaria independente.³⁴ A importância destas conferências na "campanha" do jornal é explicitada num discurso de Júlio de Mesquita Filho, em que relata a evolução da idéia universitária que originou a Universidade de São Paulo e onde explica o seu contato com os professores franceses, o primeiro deles, com George Dumas, mencionado acima, contato de que surge a idéia do Liceu Franco-Brasileiro e a partir do qual se intensificam as discussões sobre a necessidade de uma Universidade em São Paulo. Com o objetivo de dar continuidade a estas discussões, George Dumas compromete-se a enviar ao Brasil, todos os anos, professores da Sorbonne e de outras Universidades francesas. Foi dentro deste tipo de

(34) Ver especialmente os artigos de Paul Fauconnet de 28/9/1927 e de 12/10/1927 e o artigo de George Dumas de 29/12/1927, em *O ESP*.

iniciativa que Paul Fauconnet veio realizar a sua série de conferências.³⁵ George Dumas seria posteriormente o contato, na França, de Júlio de Mesquita Filho, para a arregimentação da missão francesa que vem ao Brasil para constituir o corpo docente da Universidade de São Paulo, em 1934.

O *Inquérito* de 1926, a principal iniciativa que constitui a “campanha” do jornal, neste período, foi publicado ao longo de vários meses e considerado o grande marco do movimento que acabou resultando na criação da Universidade.³⁶ O *Inquérito* realiza-se numa atmosfera de crítica à Reforma do Ensino Federal, de 1925 (Reforma João Luiz Alves, estabelecida pelo Decreto 16.782-A, de 13/1/1925), a qual abrangia o ensino primário, secundário e superior e criava um Departamento Nacional do Ensino. Quanto ao ensino superior, caracterizava-se por um reforçamento da superintendência da União, além de diversas medidas de funcionamento interno das instituições. Mantinha a Universidade do Rio de Janeiro nos mesmos moldes em que fora criada (justaposição ou agrupamento de três faculdades existentes, sem espírito de integração), autorizava a criação de universidades nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nos mesmos moldes da Universidade do Rio de Janeiro.³⁷

As críticas contidas no *Inquérito* vão fundamentalmente na direção da tomada de consciência, por parte de seus promotores, da impossibilidade de terem acesso ao controle dos projetos educacionais governamentais: “De iniciativa do poder executivo, as reformas, esboçadas quase sempre debaixo de um sigilo impenetrável, sobem, como questões fechadas, à aprovação do Congresso justamente reconhecida por mera formalidade para transformação de qualquer projeto governamental em lei. Apressadas na sua elaboração, geralmente clandestina, de autoria de funcionários cujos nomes se mantêm em reserva, sem consulta preliminar às congregações, sem solicitação pública de sugestões e sem debate provocado na imprensa,

(35) Júlio de Mesquita Filho, Discurso de 8 de abril de 1961, Arquivo do jornal *O ESP*, pasta n.º 4.592, datilografado.

(36) Cf. Fernando de Azevedo — *A Educação Pública em São Paulo — Problemas e Discussões* — (Inquérito para *O Estado de S. Paulo* em 1926), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. XXIX: O *Inquérito* conteria as “linhas reformatrizes do maior movimento de renovação educacional”, da História da Educação nacional. Seria parte de um movimento renovador igual ao que se “manifestara na arte e na literatura e que culminou na ‘Semana de Arte Moderna’.” O *Manifesto ao povo e ao governo de 1932* e a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, são considerados seus desdobramentos (pp. XXX a XXXII).

(37) Cf. Jorge Nagle, op. cit., pp. 140-163.

essas reformas ainda encontram, para passagem vitoriosa de todos os erros de que sejam portadoras, as facilidades abertas pela complacência ilimitada das duas Câmaras”.³⁸

A “campanha educacional” do jornal é explicitamente desenvolvida no início de 1925, contra a promulgação da Reforma, através de artigos publicados no *O ESP*. A “campanha” tem como propósito fundamental a defesa da necessidade de criação de uma Faculdade de Letras e de Filosofia. O confronto dos projetos revela-se na denúncia do esquecimento total e absoluto da Reforma com relação à “fundação de instituições de ensino verdadeiramente superiores capazes de formar uma ‘elite’ mental e dirigente do país”. Procura-se relacionar a ausência destes institutos com a presença da “anarquia” política no país: a “falta de estabelecimentos nacionais de alta cultura que levem uma ‘elite’ de homens de talento e de necessária envergadura ao estudo desinteressado das questões que pairam nas altas esferas que não podem atingir todos os cérebros, questões e problemas esses que entrosam diretamente com a orientação mental — e portanto político-econômica — que deve seguir o país, essa falta é que tem sido a maior, senão a única responsável pela anarquia e pela balbúrdia em que nos vemos no momento” (14/4/1925; grifos I.A.R.C.). Por fim, aparece mencionado o instituto de alta cultura por excelência, capaz de dar solução ao problema nacional, a Faculdade de Letras e de Filosofia. A Reforma “é o fruto naturalíssimo de um país a que falta o seu principal órgão de disciplina mental, coordenador das experiências anteriores, alheias e nossas, capaz de fixar as normas que a nação tem de seguir, órgão esse que só podem ser as Faculdades de Letras e de Filosofia. (...) E será preciso dizer — até quando — que haveremos de viver em maré montante de confusão, balbúrdia e anarquia enquanto não nos dispusermos a criá-las?” (16-4-1925).

Informações sobre outras iniciativas educacionais são publicadas pelo jornal, neste período, mas não são efetivamente incorporadas como integrantes da sua “campanha”, embora houvesse uma proximidade de temática. Marcar este ponto é importante porque a criação da Universidade de São Paulo é muito menos o produto de um “movimento educacional renovador”, ou o produto de uma sucessão de iniciativas educacionais, do que efetivamente o produto de um projeto político e ideológico, que tem a sua especificidade e que para ser implantado vai depender de uma possibilidade política e ideológica.³⁹

(38) Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., p. 2.

(39) Confronte autores que procuram arrolar as iniciativas educacionais que influíram na fundação da USP, ou que constituíram seus antecedentes. Note-se a variação das iniciativas arroladas por cada um dos autores, apesar da intenção comum de reconstruir um “panorama” ou um “clima” educacional

Estas iniciativas constituem Inquéritos sobre o ensino superior, onde se discute a possibilidade de criação de universidades e a função delas. Esta não incorporação, pelo jornal, destas iniciativas, evidencia tratarem-se de outros projetos.

A primeira delas é o Inquérito da Associação Brasileira de Educação (A.B.E.), "O Problema Universitário Brasileiro", realizado em 1928. A A.B.E. foi fundada em 1924, com caráter nacional, congregando especialmente educadores do Rio de Janeiro, encarregando-se também da realização de debates educacionais e da promoção das Conferências Nacionais de Educação.⁴⁰ O Inquérito coloca questões referentes ao tipo universitário que deveria ser adotado no Brasil, à função da universidade brasileira e à necessidade de realização de uma obra nacionalizadora do espírito da mocidade, dentre outras questões. Este Inquérito é realizado dois anos após o Inquérito de

que tivesse influído na criação da Universidade. É a perspectiva que autonomiza a dimensão educacional, como processo de explicação ou de descrição, a responsável pela variação. 1) Heládio C. G. Antunha, em *Universidade de São Paulo — Fundação e Reforma*, CRPE, Série I — Estudos e Documentos, v. 10, São Paulo, 1974, pp. 58-59, considera como tendo influído na fundação da USP: a) Os inquéritos de *O ESP* e da A.B.E.; b) o Estatuto das Universidades Brasileiras — o modelo de 31; c) as idéias dos fundadores da USP; d) o Decreto de fundação da USP — o modelo paulista de 1934. 2) Ernesto de Souza Campos, in *História da Universidade de São Paulo*, s.i.e., São Paulo, 1954, caracteriza o panorama educacional que influuiu na criação da USP, por: a) movimento renovador em São Paulo, com epicentro na Escola Normal, b) propaganda realizada em 1923, pelo próprio autor; c) Inquérito de *O ESP*, de 1926; d) Inquérito da A.B.E., no Rio de Janeiro; e) discussão do problema universitário no Rotary Clube de São Paulo, em 1929; f) 2.ª Conferência Nacional de Educação; g) resposta do Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais, ao Inquérito da A.B.E., h) como antecedente da F.F.C.L., refere-se ao grupo de intelectuais paulistas que procuram fundar uma instituição daquele gênero, em 1930, e que fundam a "Sociedade de Filosofia e Letras de São Paulo", estando presentes na assembléia geral: Ernesto de Souza Campos, Arthur Bittencourt, Horácio Lafer, A. de Novaes Mourão, João Cruz Costa, Licurgo Marone, Miguel Reale, Francisco Isoldi, Fausto Guerner, Alberto Comte, Luiz Gonzaga Fleury, M. Chiarappia, André Dreyfus, Henrique Geenen, Benedito Salgado, Plínio de Barros Monteiro, Dante Isoldi, José Rodrigues dos Santos. 3) O próprio Fernando de Azevedo, nos textos escritos *a posteriori*, arrola as iniciativas do movimento de renovação educacional, cujas ênfases variam dentro da sua própria obra como um todo. Em *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, constituem aquele movimento: a) a Reforma do Distrito Federal, de 1928, realizada por ele mesmo; b) o Inquérito de *O ESP*, de 1926; c) o Inquérito da A.B.E.; d) a Reforma de 31 (expressando a consciência educacional por parte de alguns "grupos revolucionários de tendências mais avançadas"); e) o Manifesto de 32; f) a Conferência Nacional da A.B.E., de 1932; g) os anteprojetos do Plano Nacional de Educação e do capítulo da Constituição de 34, sobre a educação nacional.

(40) Cf. Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 383.

O *ESP*, centrado na temática da Universidade; não obstante, não é incorporado como parte da "campanha educacional", embora várias das suas respostas sejam transcritas pelo jornal ao longo de alguns meses.

A proposta nuclear do Inquérito da A.B.E., que permeia as várias teses, especialmente as desenvolvidas pela sua comissão organizadora, é a da função da universidade ser "foco de cultura e de brasilidade", voltada para a formação das "consciências brasileiras", para a "nacionalização de nossa cultura", para a "unidade nacional", para a "organização nacional dos valores brasileiros", numa alusão direta, neste último tema, ao núcleo central do pensamento de Alberto Torres.⁴¹ A universidade é concebida como a "usina mental onde pudessem ser pensados e postos em equação os problemas magnos da nacionalidade", e a "consciência do Brasil" estaria formada quando "as nossas elites sentirem em plenitude as responsabilidades de nossos destinos históricos", propiciando as condições para o surgimento do "estadista resumo", do "grande educador nacional".⁴²

A reiteração de temas como brasilidade, consciência brasileira, nacionalização da cultura, unidade nacional dos valores brasileiros, indica a sua ligação com uma matriz ideológica, que não é a do "grupo do Estado".⁴³ O elemento discrepante, por excelência, e que é fundante do projeto da Universidade de São Paulo, é que a ótica da nacionalidade (tema que não tem a mesma freqüência de reiteração) parte da Comunhão paulista, o que permite inferir tratar-se de projetos distintos, do ponto de vista ideológico e político.

Nesta medida o Inquérito da A.B.E. não é considerado aqui como antecedente do projeto da USP, pois se constitui como iniciativa fora do controle político do grupo do jornal e distante do seu universo ideológico.

A A.B.E. promoveu ainda as Conferências Nacionais de Educação, em 1927, 1928 e 1929. A temática que as informava era a mesma

(41) Alberto Torres é ainda considerado nestas teses como tendo sido "dentro das décadas republicanas (...) quem melhor acreditou nas possibilidades egregiamente criadoras e renovadoras da universidade brasileira".

(42) Vicente Licínio Cardoso (Rio); E. Roquette Pinto (Rio); F. Laboriau (Rio) e outros — in *Associação Brasileira de Educação — Inquérito (1928) — O Problema Universitário Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1929.

(43) Reforça esta proposição o fato de Alberto Torres ser considerado, nestas teses, como referência importante, e de estar ligado à tradição do pensamento político autoritário, tradição esta que se afasta da "tradição liberal" do "grupo do Estado". Cf., sobre Alberto Torres e o pensamento político autoritário brasileiro: Bolívar Lamounier, "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação", in Boris Fausto (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III: *O Brasil Republicano*, 2.º volume, São Paulo, DIFEL, 1977.

do Inquérito. Eram também noticiadas, e suas discussões, transcritas em *O ESP*; mas, da mesma forma, também não foram em nenhum momento incorporadas pelo jornal. Especialmente após a 2.ª Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte, a A.B.E. passou a realizar o que Vicente Licínio Cardoso considerava um "programa cívico de propaganda educacional", através de excursões aos Estados do Norte e do Sul do país, com o objetivo de realizar aquilo que "não foi feito durante as 4 décadas republicanas: criar a consciência da gravidade do problema educacional brasileiro e traçar um programa de atuação complexa e generalizada ao país inteiro". Configurava-se a proposta dos ideais da fundação da A.B.E.: instituição de caráter "nacional", que constituiria a "Grande Federação Educacional", com sede no Distrito Federal.⁴⁴

São, efetivamente, projetos distintos, não apenas do ponto de vista do universo ideológico, mas, especialmente, do ponto de vista do "núcleo" gerador destes projetos. A A.B.E. neste momento congrega um grupo de intelectuais, distantes ideológica e politicamente do "grupo do Estado".

O Inquérito do Rotary Clube de São Paulo, sobre o ensino superior, realizado em 1929, tem um destaque muito pequeno no jornal. Nem todos os depoimentos são publicados, e como no caso da A. B. E., o jornal não o incorpora como parte da sua "campanha".⁴⁵ Reforça este fato, ainda, Fernando de Azevedo não incorporá-lo na sua retrospectiva do movimento renovador da década de 20. Possivelmente também, teria sido pouco expressivo, dada a heterogeneidade dos depoimentos, que não chegam a configurar no seu conjunto uma unidade em termos de uma concepção de universidade, como o da A. B. E. configura, e como o Inquérito de *O ESP* também configura, embora dentro de universos ideológicos distintos. Os depoimentos variam, desde a proposição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na composição da Universidade, para preencher a "maior lacuna" do ensino, a "cultura geral", até a da Universidade voltada para a formação de elementos da administração de indústrias, a formação dos "chefes", passando pela posição que defende, para a universidade, nem o

(44) Cf. entrevista de Vicente Licínio Cardoso, publicada em *O ESP* de 31/5/1929.

(45) A iniciativa não é incorporada, muito embora conste da comissão nomeada e chefiada pelo presidente do Rotary o nome de Plínio Barreto, redator-chefe de *O ESP*, um elemento do "grupo do Estado". Constituem ainda a Comissão Teodoro Ramos e Fonseca Telles (que viriam a assinar o projeto do decreto da criação da USP), Cardoso de Melo Neto (que era ligado ao P.D.), Geraldo de Paula Souza e Ernesto de Souza Campos (da Faculdade de Medicina de São Paulo, nomes sem ligação de nenhum tipo com o "grupo do Estado").

"tipo puramente profissional", nem o "tipo cultural puro", mas o "tipo misto", que enfatiza que as escolas profissionais teriam capacidade para desenvolver pesquisas originais.⁴⁶

A criação da Universidade de Minas Gerais destaca-se como um caso-à parte. A Universidade foi criada por Decreto de 7/9/1927, do então Presidente do Estado, Antônio Carlos, e referendado por Francisco Campos, Secretário do Interior, reunindo as Faculdades de Direito, de Engenharia e de Medicina. Do ponto de vista da concepção de universidade defendida na "campanha" do jornal, a simples reunião de institutos profissionais não constituiria uma autêntica universidade. Esta deveria ter na sua estrutura uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No entanto, a 7/11/1928, o editorial do jornal aplaude a criação e a traduz à sua maneira: "Caberia a Minas no Brasil a primazia na criação de uma autêntica universidade. É que neste Estado brasileiro há políticos que ainda respeitam o saber e amam a liberdade" (grifo I. A. R. C.).

A concepção com que se cria a Universidade de Minas Gerais é definida por Mendes Pimentel (reitor e autor da iniciativa da criação) e por Magalhães Drumond (professor da Universidade): a da universidade não apenas como "centro de cultura", mas como "um verdadeiro e poderoso órgão político, dessa grande e indispensável política", "dentro de Minas" e "dentro do Brasil". A função da Universidade seria a de formar as "elites mineiras" e de constituir um "dos focos de irradiação da cultura nacional" (publicado em *O ESP*, 16/6/1929 e 23/6/1929, grifos I.A.R.C.).

O jornal aplaude a obra educacional do governo de Minas, em todos os seus níveis, e traduz: "O que Minas está fazendo é obra de governo genuinamente republicano. Registramo-la com prazer. Venham de onde vierem sempre terão o nosso aplauso, as lições de democracia (...). Exemplos dessa ordem perdem a feição regional e adquirem o significado nacional" (...); isto porque "os interesses da coletividade" colocam-se acima dos "interesses de partido" (editorial de 24/2/1929).

A obra mineira da educação é traduzida pelo jornal no tom da sua "campanha", o que também faz, aliás, com relação às iniciativas mineiras pelo voto secreto: Minas demonstra o "zelo pelos direitos da soberania popular e pelos imperativos da justiça e da lei" (editorial de 29/5/1929).

Estas traduções correspondem à elaboração ideológica que o jornal faz daquelas iniciativas, enquanto porta-voz do partido ideológico.

(46) Respectivamente, posições de Paula Souza, in *Diário de São Paulo* de 20/7/1929; de Vítor da Silva Freire, in *O Estado de S. Paulo* de 9/8/1929; e Ernesto de Souza Campos, in *O Estado de São Paulo* de 15/9/1929.

gico. Ao mesmo tempo são elaborações ideológicas da prática política do "grupo do *Estado*", na sua aproximação com Antônio Carlos, nas prévias articulações para a constituição da Aliança Liberal.

b.2. A "campanha pela regeneração da vida político-partidária" e a Revolução de 30

A análise da opinião do jornal sobre os temas que vão sendo suscitados pelo cotidiano político, entre 1925 e 1930, revela uma tradução constante dos acontecimentos para a *linguagem* da sua "campanha pela regeneração da vida político-partidária". Opinião caracteristicamente legalista (no âmbito da Constituição de 1891), demonstra, durante todo o tempo, um esforço de posicionamento em acordo com os princípios de aperfeiçoamento democrático, imparcialidade político-partidária e crença de que a qualidade dos regimes está vinculada à qualidade dos homens que chegam ao poder.

Vale repetir, o jornal é fundamentalmente o porta-voz do partido ideológico, da representação ideológica que o "grupo do *Estado*" faz de si mesmo, quando fala pela Comunhão paulista ilustrada. Portanto, a análise da opinião do jornal só permite captar a prática política do "grupo", nas articulações do movimento revolucionário, traduzida para o universo do partido ideológico. Evidência disso é que a Revolução de 30, *que só é assumida no jornal* quando é fato consumado, aparece *recuperada* como parte da sua "campanha". Júlio Mesquita, pai, teria sido "de fato, o seu guia e seu arauto"; a revolução seria parte da "obra de reconstrução nacional", da "obra de evangelização" do jornal (editorial de 2/11/30).

A expectativa de que o jornal *fale* diretamente pelo partido, que participa de articulações políticas, pode levar a enganos. Possivelmente, é o que teria acontecido com Luiz Carlos Prestes, quando, em 1928, decepcionado com as ações empreendidas pelos liberais que o haviam procurado para entendimentos revolucionários, afirma em relação ao "ilustre diretor de *O Estado de S. Paulo*", que "aquele nosso distinto patrício diz pelo jornal que dirige o contrário do que pensamos fazer" (*pensamos*, no contexto da carta, com o sentido de *combinamos*).

A revolução aparece assumida no jornal apenas como prática política do partido ideológico. É por isso que, no auge das articulações revolucionárias, ele defende a posição de que as revoluções são causadas fundamentalmente por fatores morais. Conseqüentemente, o "primeiro cuidado dos revolucionários que entendem do ofício é solapar, por uma propaganda contínua e jeitosa, a fortaleza moral dos governantes".

Como neste capítulo e no capítulo 4 que se segue, são feitas inúmeras referências aos editoriais que aparecem na seção "Notas e Informações" do jornal, resolveu-se evitar o contínuo recurso às notas de pé-de-página, colocando-se as datas em que foram publicadas nos parênteses que se seguem às citações.

A Onipotência Governamental

O tema da onipotência governamental é freqüentemente repisado pelo jornal no período. Não poupa mesmo o governo da caracterização de *ditadura*, a propósito, por exemplo, da Reforma de 26, realizada quando o país se encontrava sob estado de sítio e que teria feito desaparecer a autonomia dos Estados e as garantias das liberdades cívicas: "Hoje de fato e de direito o presidente da República é um ditador" (19/2/1927). Isso porque, "como Mussolini", governava com um Senado isento de autonomia e iniciativa própria, que cedia com a maior facilidade à ação de "uma poderosa mola oculta", não sendo difícil "adivinhar qual é e onde funciona esta mola (. . .)" (8/6/1927, a propósito da rejeição, pelo Senado, do projeto de anistia aos revoltosos dos movimentos revolucionários de 23 e 24).⁴⁷ E ditador, também, porque representava a continuação do que podia ser verificado com um balanço da República, que após 38 anos não era o que deveria ser, não por culpa do regime mas dos homens no poder. O que confirmava que "*todos os regimes prestam quando prestam os homens que os aplicam*" (5/5/27, grifo I.A.R.C.).

O ESP e o Partido Democrático

Frente a esta situação, nada mais coerente do que a saudação à criação do Partido Democrático e o sucessivo apoio a este, *cujos ideário coincidia em muitos pontos com a pregação do jornal* e que representava, por si mesmo, um valor positivo, na medida em que se apresentava como a necessária oposição dos regimes democráticos. Fundado o partido, em fevereiro de 1926, não demorou o jornal em se regozijar: "(. . .) também não é outra a razão do nosso aplauso à formação do Partido Democrático. Se este partido vinga e não se descuida da sua missão, a *onipotência governamental* não será tão nociva, porque não se sentem de todo em todo irresponsáveis os governos que são regularmente fiscalizados" (31/3/26). Vale salientar que a crítica de onipotência nociva era dirigida ao Partido Republicano Paulista, que governava sem oposição, até então.

(47) A política situacionista era contrária ao projeto de anistia.

As posições básicas do jornal e do P.D. são semelhantes, como se pode ver na entrevista do conselheiro Antônio Prado, um dos fundadores do Partido, publicada no *O ESP*, em que afirma ter o P.D. o objetivo de desencadear um "movimento regenerador" de "republicanização da república", que estaria cada vez mais afastada do sistema representativo. Prado repudia as soluções revolucionárias de transformação do sistema político e enfatiza a necessidade de revigorar a vida político-partidária; declara que o P.D. defende ainda a necessidade de instrução do povo, na medida em que o analfabetismo seria uma das causas mais importantes da sua indiferença com relação às coisas públicas; e defende também a necessidade do voto secreto (8/6/26).

Observe-se que, apesar desse renovado apoio ao P.D., que o levou até mesmo a proclamar que "acaba de instalar-se na arena dos combates partidários de São Paulo um campeão" e a julgar que ao P.R.P. pareceria usurpação qualquer concorrência legítima (29/1/27), o jornal permaneceu sempre reafirmando a sua independência político-partidária e exercitando-a. Assim é que, a propósito da escolha do nome de Júlio Prestes para governar o Estado de São Paulo, pelo P.R.P., expressa um crédito de confiança, acentuando em seguida que "(...) a nós (que não somos filiados a partido algum e portanto guardamos intacta e plena nossa liberdade de ação e crítica) cumpre observar e criticar os acontecimentos" (7/5/27, grifos I.A.R.C.). Essa mesma manifestação de independência frente ao P.D. se repetirá por ocasião das eleições estaduais de 1928, quando, no dia da votação, o jornal reafirma: "Não somos filiados a partido algum. Os democráticos têm a nossa simpatia (...) como a teria qualquer grupo disposto a sanear a atmosfera política e dar cabo dessa 'praga social' que é a 'república dos camaradas'". Afirma ainda que o que move o grupo não é nenhum interesse partidário, mas o "amor à terra". Bate-se pela "regeneração do partido dominante" e não pelo seu extermínio. Ao jornal não interessa qual seja o partido no poder, desde que governe com honestidade e tolerância. Reafirma que os seus componentes são os "espectadores imparciais da batalha política" e considera vencedor, não o partido que triunfa nas urnas, mas o de mais "nobres atitudes" e de "maior elegância moral". O vencedor "merecerá nossos aplausos seja de que partido for" (24-2-28).

Os Prejuízos para São Paulo

Os temas da deterioração do regime e da onipotência governamental são discutidos em função da situação do país de modo geral, mas a ênfase é particularmente dada à situação de São Paulo. É um aspecto importante da temática do jornal. Veja-se o editorial do dia da posse de Júlio Prestes: "(...) nos últimos três anos, São Paulo

perdeu na política nacional a força preponderante que até então mais ou menos mantivera e para servir a interesses partidários quebrou suas tradições de liberalismo, pondo-se ao serviço incondicional de uma ditadura disfarçada" (14/7/27). Eis aí uma elaboração sutil e de grande efeito, baseada numa distinção entre uma política voltada para os interesses partidários do P.R.P. e uma política voltada para São Paulo, que necessariamente deveria ter alcance nacional. São Paulo não seria beneficiado pelo poder de que dispunha com Washington Luís na Presidência, pois, por exemplo, o Instituto do Café "(...), criação da lavoura e do comércio do café, foi transformado pela paixão partidária nas mãos do governo, em fortaleza política contra a lavoura e a praça de Santos" (idem).

Contra o "Interesse Partidário" Perrepista, apoio aos Movimentos Oposicionistas

São Paulo, que teria sido "ferido" moral, política e economicamente no governo Arthur Bernardes (14/2/27), estaria assim sofrendo os mesmos efeitos de deterioração do regime que os demais Estados brasileiros. Por isso, o jornal saúda as ações oposicionistas também nos outros Estados e especialmente aquelas que se propunham uma dimensão nacional, como por ocasião da anunciada constituição do Partido Democrático Nacional (18/8/27), quando identifica pontos de convergência programáticos com o Partido (23-9-27), quando relata as manifestações de apoio recebidas por ele ou as felicitações que o presidente do Rio Grande do Sul havia enviado aos chefes da Aliança Libertadora (RS) e do Partido Democrático (SP) pela idéia de criação de um partido nacional (01/10/27). Aliás, esse editorial lamenta paralelamente que "vai-se dessa maneira pouco a pouco, resvalando das mãos de São Paulo para outros estados a liderança em todas as províncias da atividade política". Atestava isso ainda o fato de que o voto secreto, por cuja adoção o jornal vinha se batendo havia anos, fora instituído em Minas Gerais. A propósito, quando da visita de Antônio Carlos a São Paulo, felicita-o novamente, ao mesmo tempo que o "perdoa" por ter sido líder na Câmara dos Deputados de um dos "governos menos liberais e democráticos que o Brasil tivera" (Bernardes).

Outra evidência do apoio do jornal às ações oposicionistas onde quer que elas se dessem e desde que tivessem alguma coincidência de pontos de vista com o que defendia, é o destaque dado à realização do Congresso das Oposições Rio-Grandenses, em março de 1928. O evento aproveitado para assinalar o espírito liberal dos homens lá presentes, a ausência de sectarismos, o exemplo sulino, de onde provinham "promessas de tolerância, de justiça e de paz" e "rajadas de esperança, de fé e de civismo", consubstanciadas no esforço de

"fazer da representação uma realidade e da justiça o baluarte dos direitos cívicos", além de comemorar a criação do Partido Libertador (6 e 8/3/28, grifo I.A.R.C.).

Existência de um Clima de Rebelião e não Aceitação da Via Revolucionária

Para completar a caracterização do comportamento do jornal no momento em que adotou uma posição de franca confrontação com o que chamava de onipotência governamental, vale ressaltar a sua posição frente aos primeiros indícios de que fermentava novamente (depois de 22 e 24, e do internamento da Coluna na Bolívia) o "espírito revolucionário". O jornal freqüentemente apontava para a existência de manifestações de rebeldia, apressando-se em reafirmar a cada um destes apontamentos a sua disposição de estimular as ações pacíficas. Indo além da aparente dubiedade, encontra-se uma reafirmação coerente com os princípios de fortalecimento da oposição legal e pacífica, realçada pelo partido ideológico. Ao mesmo tempo, ao expor as razões dos revolucionários, abre um canal para ser explorado pelo "grupo do *Estado*", junto a eles.

Foram várias as manifestações do jornal com as características acima. Por exemplo, quando fez uma homenagem a Assis Brasil e aproveitou para denunciar que a onipotência governamental que caracterizava o governo das oligarquias vinha gerando um clima de rebeldia, de que o governo não tomava ciência (23/5/27). Uns dias após, volta a falar do político libertador sulista para afirmar que ele seria o "chefe natural" de todos, revoltosos ou não, que denunciavam a miséria política a que o Brasil estava sendo rebaixado (26/5/27). No mesmo dia, o jornal transcrevia uma entrevista do mesmo Assis Brasil, dada a *O Jornal*, em que este afirmava que "(...) a revolução não está extinta, o espírito revolucionário persiste (...) em todos os brasileiros e só desaparecerá com a vitória dos ideais que os inspiram". Prosseguindo, afirmava que a verdadeira paz não poderia ser obtida pelas armas, mas pela "remodelação da República", expurgando-a de alguns males de origem e principalmente das deformações oriundas do mau uso do poder, manejado por mãos inábeis ou criminosas. A "consustanciação do ideal revolucionário" seria: o direito de representação, com a instituição do voto secreto, a reorganização do aparelho judiciário e a união em torno de um Partido Nacional.

Embora a declaração contenha, ela mesma, alguma dubiedade, *O ESP* não coloca objeção ao trecho, que, de certa forma, incita à Revolução, apenas vai fazer restrição à idéia de um Partido Nacional, três dias mais tarde. Preferia uma "liga nacional", onde cada agru-

pamento poderia guardar um "caráter regional". Vitoriosa a causa comum, a liga seria dissolvida, retornando cada aderente a sua liberdade. No entanto, considerando que a formação de "ligas transitórias" seria extremamente difícil no Brasil em virtude do baixo nível de educação política, acaba aceitando a idéia, com as devidas ressalvas (29/5/27).

Outra manifestação com o teor apontado acima aparece num editorial de 1928 em que se comenta a mensagem presidencial de Washington Luís, considerada muito otimista no seu balanço sobre a situação econômica e política brasileira. Afirmando que o povo não estava satisfeito, o jornal pedia anistia para os revoltosos de 22 e 24, pois já haviam pago o delito cometido e, sublinhava, "o excesso de rigor contra eles talvez os leve ao desespero e como não lhes faltam simpatias em muitos lugares do Brasil, esse desespero poderá amanhã atear novos incêndios". E voltava a discordar de que não haveria ambiente, nem elementos para revoluções no Brasil; ao contrário, dizia, "(...) há no ambiente, prestes a deflagrar à menor compressão, elementos explosivos que para serem neutralizados exigem mais que (...) o cândido otimismo presidencial" (10/5/28). Sobre a anistia saem ainda outros editoriais, onde a tônica continua a ser a precariedade da vida política do país e a possibilidade sempre presente de movimentos de revolta.

Reafirmação de Apoio à Oposição Legal e Democrática

A partir deste ponto, no entanto, começarão a aparecer declarações em que o jornal reafirmará sua crença nas possibilidades democráticas. Tanto repudiando as ditaduras, "*sejam civis, ou sejam militares, sejam de operários ou de capitalistas*" (25/7/28, grifo I.A.R.C.), quanto estimulando a oposição partidária: seria da "(...) perseverança desse Partido (P.D.) na luta contra os obstáculos que se opõem ao exercício normal do regime democrático" que haveria de vir a "remodelação dos costumes políticos, sem a qual o Brasil não se colocará no mesmo plano cívico onde se acham as outras democracias do mundo" (24/8/28). Tanto quanto, ainda, combatendo pela obediência à Constituição, ao se opor à tentativa de mudança no sistema de escolha do prefeito da capital de São Paulo, que, de eleição, pretendia o presidente do Estado, Júlio Prestes, que passasse a ser de sua nomeação, em mensagem enviada ao Congresso do Estado (4/9/28, apontando a inconstitucionalidade do projeto). A esse propósito, aliás, o jornal aproveitava para declarar que combatia a modificação projetada não por espírito de oposição, mas por uma questão de princípios. E adiante: "As deturpações do regime, partam de onde partirem, tomem o caráter que tomarem (...), não têm e nunca terão o nosso apoio. Por causa delas é que se avoluma a descrença

nas instituições republicanas e que se apregoa (...) a falência da democracia. A democracia não tem culpa de que os homens que a trazem nos lábios, percam, quando sobem aos postos de comando, a inteligência de seus preceitos e o gosto da sua freqüentação" (7-9-28).

O Estado, o "Grupo do Estado" e a Via Revolucionária

Interessante observar que, *de fato*, a via revolucionária estava sendo articulada neste momento e disto sabia-o muito bem o "grupo do Estado". Como aponta Carone, durante a realização do Congresso das Oposições Rio-Grandenses, em março de 1928, foi discutida a necessidade da revolução e resolveu-se sondar Miguel Costa no Uruguai.⁴⁸ Como este preferisse ouvir Prestes, "em começo de abril de 1928, Paulo Nogueira Filho e Assis Brasil encontram-se com Luís Carlos Prestes em Buenos Aires. Dos contatos resulta um plano para continuar a revolução e a promessa pessoal de Paulo Nogueira Filho de auxiliar financeiramente os exilados, a fim de concretizarem a idéia".⁴⁹ Júlio de Mesquita Filho, convidado a participar, teria indicado um representante, Afonso Schmidt.⁵⁰ O acordo acabou não sendo recebido com entusiasmo pelos *democráticos*, que por causa disso remeteram, meses depois, apenas 80 contos dos 300 prometidos; "por trás disso está o jogo político dos partidários de Assis Brasil, que começam a ligar-se ao novo governo estadual de Getúlio Vargas e também dos democráticos, que abrandam sua atitude contra o governo estadual e federal".⁵¹

Este esclarecimento permite entender com maior inteireza o que estava se passando. A reafirmação de filiação democrática coincide com uma nova postura dos "paulistas" (P.D e "grupo do Estado") de distanciamento da via revolucionária, pelo menos em aliança com Prestes. Que o "grupo do Estado" esteve envolvido nas negociações preliminares, nos dá conta também a carta de Prestes de 13 de setembro de 1928, enviada a Nogueira Filho, em que "incisivamente crítica esta *atitude dúbia dos democratas e de Júlio de Mesquita Filho, que nos últimos tempos conduz 'O Estado de S. Paulo' para uma linha contrária ao que se pretende*".⁵² A carta se referia propriamente à falta de apoio moral e dos recursos prometidos, que seriam

(48) Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922/1938)*, S. Paulo, Buri, 1965.

(49) Edgard Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, S. Paulo, DIFEL, 1971, p. 420.

(50) Cf. Maria Cecília S. Forjaz, *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, S. Paulo, Polis, 1978, p. 58.

(51) E. Carone, *op cit.*, 1971.

(52) Idem, *ibidem* (grifos I.A.R.C.).

indispensáveis ao início de um movimento revolucionário: da parte do Diário Nacional (órgão do P.D.), afirmava Prestes que "(...) o notava dia a dia, mais favorável à orientação do atual governo, principalmente de São Paulo".⁵³ Refere-se também a uma entrevista de Assis Brasil, "(...) da qual discordamos por achá-la completamente contrária a tudo o que havíamos combinado. No Rio Grande, o Partido Libertador, organizado sob tão bons auspícios no Congresso de Bajé, iniciou uma intensa e gritante propaganda do espírito liberal do novo presidente do Estado (...)".⁵⁴ Finalmente, a referência direta: "Qual a vantagem, por exemplo, de termos entendimentos e ligações com o ilustre diretor de 'O Estado de S. Paulo', quando aquele nosso distinto patrício diz pelo jornal que dirige o contrário do que pensamos fazer?". Com esta carta Prestes encerrava os contatos, concluindo que seria "(...) conveniente dar por terminados todos os nossos anteriores entendimentos políticos".⁵⁵

Difícil saber se houve recuo, se se tratava de uma dissidência de preferências revolucionárias mas sem força dentro do P.D. ou se eram políticos amadores que se compraziam em ir a Buenos Aires pelo prazer de conspirar, como os acusa Virgílio de Mello Franco.⁵⁶ A bibliografia é pouco informativa a respeito. É preciso atentar, no entanto, que se estava no momento de definição de candidaturas presidenciais, não sendo de descartar a hipótese de que havia possibilidades ou acenos para uma composição entre situação e oposição. Daí o recuo nas negociações com os *revolucionários* de Prestes e as constantes *ameaças dúbias* de Assis Brasil e do próprio P.D. No que tange a *O Estado*, o que se pode ver é que reafirma, neste momento, a postura anti-revolucionária, sem se opor efetivamente às *ameaças*. Veja-se como reage a um comunicado oficial do Partido Democrático, o qual transcreve e comenta. O comunicado preocupava-se com desmentir uma propalada cisão entre os membros do Partido Democrático Nacional e com contestar que houvesse a (mencionada linhas acima) aproximação da ala capitaneada por Assis Brasil com os elementos liberais dos partidos dominantes em alguns Estados. Quanto à revolução, explicava: "Os democráticos não estão muito longe de tal ponto de vista, sobretudo depois da farsa e prepotência paulista de 30 de outubro (eleições municipais em São Paulo), *mas querem tentar ainda novos esforços, novos ímpetos dentro da órbita constitucional* — para o que o problema da substituição do sr. Washington

(53) Integra da carta, in Hélio Silva, 1926 — *A Grande Marcha*, Rio, Civ., Bras., 1971, 2.ª ed., p. 410.

(54) Idem, *ibidem*.

(55) Idem, *ibidem*.

(56) Virgílio de Mello Franco, *Outubro, 1930*, citado por V. Cy, "O Equívoco Paulista", *O ESP*, 28/6/31.

Luís depara excelente oportunidade. (...) A revolução não pode ser programa de um partido, mas em dadas circunstâncias pode ser medida de necessidade impreterível" (6/2/29, grifos I.A.R.C.).

O jornal incorporou o comunicado, transpondo os seus conceitos para a linha geral de sua "campanha de regeneração da vida político-partidária", no que ela abria para apoiar a oposição. Dizia ele: "Com as oposições triunfarão ou sucumbirão as liberdades e a moral. Elas é que estão com a democracia. Sem elas a escravatura política descera definitivamente sobre o povo brasileiro. O Partido Democrático demonstrou que tem uma visão nítida do problema político. Será tão nítida também a dos seus adversários? É o que veremos daqui a pouco, quando se decidir o caso das candidaturas presidenciais". E, ainda naquele registro, endossava discretamente a ameaça de revolução do P.D.: "(...) não pode ser processo ordinário e ação política; é recurso de desespero. Só se volta para ela quando não há mais nada dentro da lei, com que fazer respeitar os direitos dos cidadãos e as liberdades públicas. Enquanto a luta no terreno legal for possível, será um crime imperdoável desencadeá-la. Será o pior dos erros. Não sabemos se, um dia, chegaremos até essa desgraça. Tudo depende dos que nos governam, e ninguém pode conjecturar até onde esses homens irão no caminho da violência e da tirania. Mas se chegarmos até lá, a culpa não será das oposições. O que o Partido Democrático tem feito para resolver constitucionalmente o nosso problema político é um prodígio de tenacidade e de patriotismo (...)" (6/2/29, grifos I.A.R.C.).

Observe-se que tinham acabado de ser realizadas as eleições municipais em São Paulo (outubro de 1928), nas quais o Partido Democrático não tinha conseguido eleger nenhum representante. A justificativa alegada para tal fato, tanto por parte do Partido Democrático quanto de *O Estado de S. Paulo*, foram as fraudes eleitorais exercidas pelo partido situacionista e envolvendo o governo. Vários editoriais tinham sido escritos no mês de novembro de 1928, denunciando a sua existência; nas fraudes do último pleito nenhum candidato da oposição foi eleito (14/11/28): "A preocupação do governo no pleito que se travou foi impedir que o Partido Democrático deixasse nas urnas a prova da sua força" (2/11/28).

A posição legalista, portanto, era de difícil sustentação, na medida em que acompanhada pela consciência da sua impossibilidade, pelo menos a curto prazo. No entanto, a via eleitoral, legal, continua a ser enfaticamente defendida por *O Estado de S. Paulo*, quando comenta um manifesto de Luís Carlos Prestes: "Três virtudes encerra o manifesto de Luís Carlos Prestes à nação: é claro, é franco e é sensato. Convencido de que os costumes políticos do Brasil não se remodelarão pelos meios pacíficos, o chefe revolucionário considera

inútil a ação legal das oposições, (...) É um ponto de vista tanto mais respeitável quanto Luís Carlos Prestes, para sustentá-lo abandonou o exército e atirou-se corajosamente a uma luta desigual nos campos de batalha. Não é porém o nosso ponto de vista. (...) Os governos brasileiros dão a impressão de invencíveis porque não tem havido nas oposições espírito de continuidade e educação da paciência" (...) Não tem havido (...) "o propósito de se bater sem tréguas, que é o que o Partido Democrático está executando". Continuando, o jornal aproveita uma abertura do Manifesto de Prestes para concluir os revolucionários à colaboração com a oposição legalista: "Seria lamentável que os revolucionários se abstivessem de auxiliar à oposição só porque esta ainda tem esperanças no poder da justiça e do direito" (19/3/29, grifo I.A.R.C.).

O Governo Vargas no Rio Grande e o Alento Democrático

Essa obstinação na defesa de uma posição que estava em descompasso com os costumes políticos vigentes continuará, a seguir. Um grande alento foi dado com o comportamento de Getúlio Vargas, na presidência do Rio Grande do Sul, que o jornal considerava modelo, uma vez que se mantinha "em face dos partidos estaduais na mesma atitude de nobre imparcialidade que assumiu desde os primeiros dias de seu governo". No Rio Grande do Sul, apesar de a luta partidária ser feroz, ficou no entanto demonstrado que "governar não é subordinar-se cegamente aos interesses de uma facção e que as divergências partidárias não são empecilho para que os governos façam obra de justiça e de moralidade" (4/4/29). Getúlio, enquanto político, fazia renascer a esperança e os anseios do grupo que já começava a crer "que murchara no espírito dos nossos dirigentes a flor do liberalismo" (7/4/29).

Outros editoriais já haviam postulado simpatias para com Vargas. Mas haveria outras oportunidades ainda para que o jornal pudesse expor sua preferência pela via eleitoral e democrática. A propósito da posse de Hoover na presidência dos Estados Unidos, por exemplo, afirmava: "Está na moda dizer mal da democracia. Mas a eleição do sr. Hoover opôs um desmentido aos que proclamam a incapacidade das massas eleitorais para escolher diretores de 'elites'. (...) Os que vivem a dobrar finados pela vida do liberalismo, reputando-o morto e sepultado, vão ter o suave desgosto de verificar que a paz do mundo só se conseguirá com a implantação do reino da justiça e da razão e a destruição do império da força" (6/3/29).

Destaque-se que neste ponto essa pregação democrática tem a ver também com os primeiros reflexos da presença das massas — que já vinha sendo apontada — ao nível do debate com os interlocutores

que o jornal considerava qualificados. Mais estritamente, com as novas posições adotadas por Luís Carlos Prestes a partir dos seus contatos com comunistas brasileiros e bolivianos desde 1927 e com uruguaios e argentinos nos dois anos seguintes, Carone lembra que: "Em novembro de 1928, Paulo Nogueira Filho espanta-se quando Prestes fala em 'poder das massas'".⁵⁷ Paralelamente, registre-se a deflagração, na época, de algumas greves operárias importantes em São Paulo, que começavam a deixar transparecer as marcas da penetração do Partido Comunista junto ao operariado. A mudança é importante, na medida em que parecia muito mais potencialmente perigosa a nova liderança, tendo em vista a proximidade do triunfo da Revolução Soviética e as ligações que começavam a se estabelecer entre o Partido e a ala "prestista" do tenentismo.

Neste quadro histórico, os editoriais apresentam uma pregação democrática que tomava a democracia americana como uma referência positiva para o Brasil, contraposta à tirania da Rússia comunista, uma referência negativa. Assim, enquanto Luís Carlos Prestes lançava o seu manifesto condenando a via eleitoral e defendendo uma revolução pelas armas, o jornal fazia um prognóstico sobre a "situação caótica" em que se encontraria a Rússia, *segundo informação de um jornalista inglês*: "(...) para que ela se salve — é indispensável que o partido bolchevista abandone a maior parte de seus princípios políticos e econômicos mais queridos e permita a particulares a acumulação e a posse de capitais. (...) Estes são os fatos; agora as lições. A primeira é a de que não há mais frágil e incerto processo de governo que a violência. As suas vitórias nunca são cômodas e fecundas: custam caro e espalham a esterilidade. A segunda é a de que não passará de utopia desoladora o comunismo integral enquanto a humanidade for o que a natureza fez. Regimes que suprimam a propriedade individual ela não os tolera, nem tão cedo estará em condições de os tolerar — se é que em algum tempo venha a tolerá-los. (...) não há vida social possível, nem organização política viável, onde não existe o direito de propriedade particular" (7/3/29).

A pregação democrática, agregava-se, portanto, a defesa da propriedade particular, sentida a ameaça, ainda que distante, de sua negação. E essa defesa se estenderia ao apelo à harmonia entre capital e trabalho, a propósito do fechamento da sede da União dos Trabalhadores Gráficos, pela Polícia. O jornal colocou-se contra o fechamento, mas, por outro lado, condenou a greve, especialmente por não ser apenas uma greve por aumento de salários: "(...) a greve é uma forma de

(57) E. Carone, *A República Velha (Evolução Política)*, S. Paulo, DIFEL, 1971.

coação, e a coação não é (...) processo regular de alteração de contrato. (...) Para conseguirem alguma coisa os operários deviam tomar outra atitude. Sem eles os patrões não podem viver. Não será difícil portanto, precisando uns dos outros, como precisam, entrarem em acordo após exame comum, franco, e leal da situação econômica das fábricas. (...) no entendimento amistoso entre as duas partes, é que está a solução da controvérsia e a harmonização dos interesses em conflito. Entre operários e patrões toda a hostilidade, seja de um seja de outro lado, é um erro grave. Eles não estão na sociedade para se combater, como adversários, mas para cooperarem, como associados" (27/3/29).

Do apelo à harmonia, entre capital e trabalho, passaria o jornal em seguida à proposta de cooperação de classes. No 1.º de maio de 1929, a "data operária por excelência", afirmaria: "É de lamentar apenas que, em quase toda a parte se dê a essa festa a feição de um movimento de classe. A comemoração do trabalho devia ser antes de tudo, uma festa de confraternização entre os homens. (...) O segredo da felicidade coletiva não está na luta, mas na cooperação das classes. (...) A mentalidade dos que mandam e dos que são mandados, dos que entram com o capital e indústria e dos que contribuem com o braço para o resultado comum, precisa modificar-se de maneira que não se tenham uns por superiores aos outros mas que se considerem todos companheiros da mesma faina, separados, apenas, por conveniência da tarefa geral, pela necessidade inelutável da hierarquização das atividades, em funções distintas, mas unidos e igualados no mesmo ideal de felicidade" (01/5/29).

O Processo Sucessório

O ano de 1929, sendo o ano em que se decidia o problema da sucessão de Washington Luís, veio a se caracterizar por uma intensa agitação política. O presidente da República pretendia abrir a discussão em torno da sucessão somente em setembro. No entanto, era notório que pretendia levar Júlio Prestes, candidato de São Paulo, à sua sucessão, com o que estaria rompido o acordo tácito entre Minas Gerais e São Paulo, e fechadas as possibilidades de negociação com a oposição liberal.

Estribado em sua "campanha", que sublinhava a necessidade das oposições organizadas, participantes e respeitadas, *O Estado* aproveitaria para denunciar de novo a falta de limites dos abusos oficiais: "A maneira como se quer mais uma vez, resolver o problema da sucessão presidencial, à revelia da nação, mostra que sem a organização de partidos oposicionistas, sem o florescimento das oposições, continuaremos a ser indefinidamente simples espectadores, tolerados mas não

estimados, da vida política do país, dirigida e dominada pela vontade de meia dúzia de políticos desabusados, quando temos o direito de participar dela em plena liberdade" (15/6/29). E no dia seguinte: "O problema da sucessão presidencial está revelando, mais uma vez, a levianidade com que são tratadas, no Brasil, as coisas sérias. (...) a política dominante continua a padecer dos mesmos vícios antigos. Em vez de norteadora por princípios, só é orientada por interesses. Cuida mais de dar o Brasil a um presidente do que um presidente ao Brasil" (16/6/29).

Criticando ainda a forma como se conduz o processo de sucessão, onde não existe partido nacional a não ser o da oposição (Partido Democrático), comentará a disputa entre as candidaturas de Antônio Carlos e Júlio Prestes pela indicação oficial: "São candidatos de quem? (...) O que se sabe com segurança é que não são candidatos de partido algum pela simples razão de que além do Partido Democrático não existe outro, no Brasil, regularmente organizado, com ação uniforme em todos os Estados ou em alguns deles" (28/6/29).

Note-se que a esta altura já estava assinado o acordo entre os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, através do qual o Partido Republicano mineiro aceitava a candidatura de Getúlio Vargas, no caso da confirmação do lançamento de uma candidatura oficial que não fosse mineira. Desse acordo (assinado a 17/6/29) nasceria a Aliança Liberal.

Com respeito a esta, Aliança Liberal, a posição de *O Estado de S. Paulo* é de neutralidade, contrastando com a de Assis Brasil. A opinião deste, expressada no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, foi transcrita pelo *O Estado*: "No Partido Democrático Nacional e no Partido Libertador que é a sua ala meridional não se vota em homens, mas em idéias e em princípios. (...) No episódio da sucessão presidencial, levanta-se uma candidatura que inscreve na sua bandeira, não simplesmente algumas, mas 'todas' as teses substanciais mais urgentes de nossas reivindicações: anistia ampla, alistamento automático, representação proporcional, voto secreto, independência de magistratura. (...) deixar de apoiar tal candidatura seria lícito se com nossa abstenção ela não corresse perigo. Mas não somente ela correria perigo como lucraria o elemento contrário, reacionário e retrógrado. O Partido Libertador não pode vacilar: é uma questão de bom senso e sem este nenhum partido poderá vencer" (7/8/29).

Nem assim, no entanto, *O Estado* aderiu, preferindo manter a sua postura de "campanha". Alegava ter a agitação do tema se iniciado dentro do Partido Republicano, surgindo em seguida como uma rivalidade regional. Portanto, os dois grupos teriam sido obrigados a apelar para a opinião pública. Só então, "(...) aquilo que se apre-

sentava como fruto de egoísmo interesseiro e de interesses localistas teve de adaptar-se às circunstâncias e procurar nos anseios da alma nacional e nas aspirações da massa popular, o molde em que deveria fundir o escudo das reivindicações de última hora. E aquelas vagas palavras da reação liberal, agitadas ao vento foram-se, pouco a pouco, agrupando em algumas fórmulas nítidas e precisas que já se achavam inscritas nos programas das oposições organizadas em São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal. (...) É indispensável, porém, que os orientadores das duas facções que se defrontam assumam perante o povo brasileiro o compromisso solene e público de um programa bem explícito e definido. Não basta invocar o passado de algumas personalidades eminentes de ambos os agrupamentos e aludir às suas inclinações pessoais. O argumento seria contraproducente, pois de ambos os lados se acham inesperadamente unidos políticos das mais desencontradas tendências. O povo está farto de promessas não cumpridas e profundamente cético em relação aos políticos. Nesta nova tentativa de reconquista dos seus direitos, para a qual o convocam numa súbita concentração de esforços, exige a garantia de não ser deixado em meio do caminho (...). Estabeçam, pois, os dois campos as bases sólidas dos seus programas e o cidadão brasileiro saberá cumprir o seu dever" (8/8/29).

A partir deste ponto, no entanto, o jornal começa a refletir uma aproximação do "grupo do *Estado*" com a Aliança, realçando — na tradução para o seu universo — o empenho de Antônio Carlos, de Minas Gerais, no que diz respeito à reforma eleitoral: "Por esses vícios (referindo-se ao funcionamento do sistema eleitoral) tão responsáveis são os políticos que ficaram ao lado do sr. Presidente da República como os políticos que neste momento se arregimentaram contra s. excia". Ressalva, porém, que estes "já reconhecem publicamente os males de que foram co-autores e assumem o compromisso de resolvê-los" (24/9/29). Em seguida, esclarecia por que agora via os fatos de modo diferente: "É possível que os dissidentes da Aliança Liberal não tenham tido, desde as primeiras horas, a idéia de levar a luta para o terreno onde ela se encontra. Não é improvável que o seu propósito consistisse apenas em impedir que o sr. presidente impusesse às forças políticas do país um determinado candidato. Mas (...) os acontecimentos foram muito mais poderosos que os seus propósitos e os arrastaram para muito além do ponto onde tinham posto a mira. Hoje (...) a luta perdeu o caráter pessoal para adquirir o de uma *controvérsia nacional em torno de princípios fundamentais para a democracia brasileira*, (...) o embate de duas políticas: a (...) de manutenção e a (...) da renovação do nosso sistema eleitoral; a da corrupção e a da verdade eleitoral" (mesmo editorial, grifos I.A.R.C.) Incorporava-se a Aliança na "campanha de regeneração política".

Nem por isso deixava o jornal de lado a posição de vigilante imparcialidade e independência. A propósito, por exemplo, de um provável acordo entre as duas facções em luta pela sucessão, afirmaria: "É melhor que não se faça. Seríamos e somos, por uma composição entre os políticos que tornasse impossível a luta armada. (...) Não somos nem seríamos, por uma transação em que uma das partes abandonasse o campo de luta eleitoral, pura e simplesmente, em benefício da outra. Tal composição seria uma renúncia (...). Poderia prevenir, nesta conjuntura, choques desagradáveis, mas criaria para o Brasil, no futuro uma situação perigosíssima (...) a impossibilidade de se obter por meios pacíficos e regulares a remodelação dos costumes políticos (...). Se desta vez, as forças em dissidência recuassem e o governo ficasse com seus amigos, senhor absoluto do campo (...) tudo quanto se tentasse, havia de ser tentado pela força bruta das armas e a sorte da República ficaria à mercê do primeiro soldado intrépido que pusesse sobre a cabeça (...) a auréola de Messias da pátria para salvá-la dos que a maltratam e exploram" (14/12/29).

A Crise Econômica: a Responsabilidade das Oligarquias

Não era sem razão a "preocupação" que o jornal externava, pois tanto continuavam em andamento algumas negociações de caráter revolucionário, quanto o clima de descontentamento havia algum tempo que se aprofundava. A crise econômica, que já vinha se desenvolvendo, atingiu o seu ápice com o "crack" da Bolsa de Nova York.

A crise foi explorada pelo jornal sempre pelo ângulo da responsabilidade dos governos federal e estadual. Veja-se como foi imediatamente utilizada para contestar a política de estabilização de Washington Luís: "(...) A situação é grave; não há como contestá-lo. Mas perdoem-nos o acesso de otimismo, não é sem solução. Não pode considerar-se perdida, sem salvação alguma, a principal lavoura do país, quando o governo da União está provido de recursos abundantes para correr em seu auxílio. Milhões de libras e dólares acumulam-se na Caixa de Estabilização, cerca de oitocentos mil contos em papel moeda e dez milhões de esterlinos atopejam os cofres do Banco do Brasil. Milhões de sacas prontas para a exportação jazem nos armazéns reguladores... Não é crível que com todos esses elementos em mãos o Governo da República abandone São Paulo neste instante. Dirão que esses elementos se acham presos no plano de estabilização da moeda. Mas sem o concurso do café onde irá ter esse plano? A produção exportável é que garante a estabilização e ninguém ignora (...) que é o café que fornece o contingente maior dessa produção. Estabilização e café estão intimamente ligados. A sorte deste influi decisivamente na sorte daquela" (27/10/29). E a partir desta ilação, traduz para a defesa de São Paulo: "Abandonar o café é comprometer a

situação financeira não só de São Paulo como da República. Não nos compete sugerir ao governo a maneira de se utilizar dos recursos de que dispõe para atenuar os riscos da situação e aparelhar São Paulo, para oportunamente, com vagar e cautela, imprimir ao plano de defesa do café outra orientação, a orientação essencialmente mercantil, que, no consenso geral, se tornou imperiosa. Não faltam em São Paulo e em Santos, nos bancos e na praça, técnicos de responsabilidade capazes de aconselhar um programa de ação, a um tempo fácil, seguro e decisivo. (...) A audiência desses homens é essencial; eles devem conhecer a situação melhor que o Governo, e têm uma prática de negócios que nenhum homem do governo possui" (mesma data).

O passo seguinte, feita a ligação entre café e S. Paulo, foi o de responsabilizar o governo do Estado: "O Governo Federal não está obrigado a fazer o que lhe aconselhamos. Mas está obrigado a fazer alguma coisa que lhe pareça mais acertado. Não lhe é permitido, nem São Paulo pode consentir que ele cruze os braços diante da crise tremenda que nos oprime e que para a desgraça de que não somos culpados, desgraça cuja responsabilidade cabe aos que dirigem os nossos destinos, só encontre e nos ofereça a desumana filosofia do 'salve-se quem puder'. O próprio governo de São Paulo está no dever de, por todos os meios forçar o da República por atos inequívocos, declarar-se por, ou contra, a lavoura paulista" (30/10/29).

O jornal veicula a crise sempre como uma questão governamental interna, que, como todas as questões dependentes de decisões de um governo oligárquico, submetido a interesses partidários estritos, não podia mesmo ter bom andamento.

Opção Pela Candidatura de Getúlio Vargas

Dentro deste quadro não é de estranhar, portanto, a integração dos seus "princípios de campanha" com os da plataforma de Getúlio Vargas. Esta, satisfazendo as aspirações nacionais dominantes, era "menos de s. excia. que do próprio povo". Candidato do movimento liberal, apresentava-se como paladino de uma renovação, "capaz de colocar as leis e os métodos de governo ao nível da cultura e das aspirações nacionais". De resto, "o procedimento de s. excia. à frente do governo rio-grandense" atestava que havia aceitado "o programa que o povo lhe impôs não só por força das circunstâncias, como também, porque a sua índole pessoal e a sua educação política o levam, naturalmente, para os métodos de governo de feição liberal" (4/1/30). Mereceria louvores, ainda, por não se perder "no labirinto de pormenores, na consideração dos exemplos destacados" e, mesmo assim, demonstrava ampla "percepção da necessidade de articular num conjunto sistemático o regime fiscal, a orientação das tarifas aduaneiras,

as nossas vias de comunicação, o aparelho bancário, a ação da nossa diplomacia, num mecanismo harmônico para resolver construtivamente o problema econômico brasileiro (...)” (5/1/30). Possuía também “visão exata” do programa financeiro, igualmente da questão social. “Em relação ao café, as idéias de s. excia. coincidem com as do sr. Antonio Prado e do sr. Hoover (...)”. Por fim, o jornal alertava: “Não são duas individualidades que se medem. Não são dois Estados que disputam o governo da nação. São duas concepções políticas que se defrontam: uma, a da onipotência da autoridade, e outra, a da onipotência do direito” (7-1-30).

1930: da Reafirmação da Via Eleitoral à Aceitação da Via Revolucionária

Ao se iniciar 1930, o jornal continuava alardeando, portanto, os seus princípios, não só com relação à preferência pela plataforma da Aliança, como com relação ao que sucedia no período, em especial o atentado à vida de Mello Viana, vice-presidente de Minas Gerais, e as prisões e perseguições que sofriam membros do P. D. Foram oportunidades em que voltou a explorar a superioridade da democracia sobre a ditadura (2 e 6/2/30), a insistir na independência da magistratura em relação às lutas políticas (7/2/30), na sua posição de pacifismo e apartidarismo (8 e 14/2/30), na preservação da autonomia dos Estados (19/2/30), na necessária diferenciação a ser feita entre governo e partido situacionista (“Os partidos têm o direito de lançar mão de todos os ‘trucs’ para alarmar os adversários e arredá-los das urnas. Mas o governo não pode de maneira alguma, usar desse recurso ou auxiliar quaisquer dos partidos a pô-los em prática”, 26/2/30) e na defesa da via eleitoral (“É indispensável que todos cumpram o seu dever de votar. Somente pelo voto poderemos poupar ao Brasil a calamidade de movimentos revolucionários”, 28/2/30).

A 1.º de março realizaram-se as eleições presidenciais. Foi mais um momento de abalo para o discurso que colocava a ação legal de oposição como possibilidade de regeneração política da sociedade brasileira. Imediatamente após a sua realização o jornal afirmava em editorial: “O pleito teria corrido de maneira louvável se o hábito inveterado da fraude não houvesse levado o partido situacionista (a ...) perturbar a livre manifestação das urnas” (4/3/30). Diante da reiterada denúncia da existência de fraudes e da acentuação do despotismo governamental, “como insistir em depositar esperanças na ação legal das oposições para a restauração da moralidade política?”

Apesar desse impasse, o jornal continuará por algum tempo insistindo quase solitariamente na necessidade da continuação da luta pelos princípios da Aliança, pela via democrática. Mesmo frente aos

indícios de que o acordo negociado por Paim Filho com Washington Luís⁵⁸ começava a ser cumprido, mesmo frente às notícias de que recomeçavam algumas articulações revolucionárias por parte de Mello Franco, Osvaldo Aranha, Neves da Fontoura e outros, o jornal insistia: “Dentro da ordem, sem embarçar a ação administrativa do novo governo, sem necessidade de uma oposição sistemática e estéril, é possível a todos os membros da Aliança, uma ação contínua e coordenada, dentro e fora do parlamento, para a remodelação dos nossos costumes políticos e para a readaptação das nossas leis ao espírito liberal” (23/4/30).

Essa posição ainda seria reafirmada, em junho, em comentários a respeito do debate travado entre Luís Carlos Prestes e Juarez Távora. Prestes lançara o seu célebre Manifesto de 30 de maio, dirigido “ao proletariado sofrido nas nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros”, onde entre outras coisas afirmava: “A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população (...)”.⁵⁹ Juarez Távora, em resposta, constatava: “Há os que de tudo crimina os homens e há os que culpam antes o ambiente vicioso em que eles se agitam. Nós, da velha guarda revolucionária, acreditamos que o mal não reside apenas na deficiência dos homens, mas, sobretudo, na perniciosa mentalidade ambiente, que a prática defeituosa de uma Constituição divorciada das realidades da vida nacional permitiu surgir, timidamente, na aurora do regime, e agravar-se intoleravelmente sob o consulado dos últimos governos. O remédio contra essa diátese política não pode consistir, pois, logicamente, na simples substituição dos homens”. Como solução para “o nosso grave problema nacional”, Távora preconizava: “Reforme-se criteriosamente a Constituição. Reforme-se uma, duas, vinte vezes, se tantas forem necessárias, para conseguir adaptá-la à mentalidade do povo, cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão. E, ao elaborar as reformas, nada de feti-

(58) Acordo feito à revelia de Minas e da Paraíba e dos demais próceres gaúchos, antes das eleições, onde um dos pontos implicava que o candidato Getúlio Vargas, caso fosse vencido nas eleições, se conformaria com o resultado, dando por terminado o dissídio e passando a apoiar o governo constituído.

(59) Cf. íntegra in Hélio Silva, 1930 — *A Revolução Traída*, Rio, Civ. Bras., 1972, 2.ª ed., pp. 417 a 421.

chismos doutrinários, de dogmas e política clássica, de transplantações exóticas, brilhantes, de liberalismo de fachada (...).⁶⁰

O jornal, em resposta a Prestes, viria afirmar que “os males de que sofremos são, antes, políticos que sociais. Um movimento comunista, em vez de os curar, os agravaria. (...) Uma reforma eleitoral, profunda e radical, que torne impossível o triunfo indefinido da fraude (...) consertará tudo” (20/6/30). Em resposta a Juarez Távora, continua: “Não é exato igualmente, que as instituições vigentes sejam inadequadas à nossa índole e à nossa cultura. Os políticos que se apossaram do poder é que são inadequados a essas instituições. Mas os inteligentes que os há entre eles, certos disso, já procuram cautelosos, alijar os outros, os cegos e inadaptáveis, pelo meio suave e pacífico, de uma reforma eleitoral para evitar que, com abalo da ordem pública sejam alijados de repente, pelo meio brusco e violento de uma revolta armada. (...) Não há fatores sociais que compliquem os nossos problemas políticos. Não havendo tais fatores, não é impossível resolver aqueles problemas por meio, *apenas*, de novas leis eleitorais” (mesmo editorial). Com este final, o jornal renegava também a via revolucionária advogada por Távora, que, diferentemente de Prestes, dirigia-se aos descrentes na eficácia dos processos legais vigentes para a solução do problema político nacional, mas não acreditava que ela pudesse ser empreendida pela “massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões”.

Essa posição se manteve até que, a 27 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado no Recife. O fato serve de estopim para a retomada das articulações revolucionárias que haviam esmorecido. Minas e Rio Grande do Sul se reaproximam, Borges de Medeiros adere à causa revolucionária em agosto.

A propósito do assassinato, *O Estado* afirmava: “Ninguém faz ao chefe da Nação a injustiça de acreditá-lo capaz de acoroçoar assassínios e ainda menos de participar de conluíus homicidas. Mas estão firmemente convictos de que a história política do Brasil não se macularia com a mancha de sangue que a endoa desde sábado último, se S. Exa. não houvesse consentido que os rebeldes de Princesa, e com eles o resto da nação, o tivessem na conta de supremo protetor da rebeldia contra o chefe constitucional do Estado da Paraíba” (29/7/30).

A partir deste momento o tom dos editoriais do jornal muda. A possibilidade da queda de governos através de processos revolucionários passa a ser explorada com exemplos referentes a outros paí-

(60) Idem, ibidem, pp. 421 a 426

ses. Veja-se o que foi escrito a propósito da comemoração, na França, do final do reinado de Carlos X: “(...) ficou demonstrado, à luz de todos os documentos que se exumaram, que a revolução das Três Gloriosas não estalaria, nem teria saído vitoriosa, se da parte do monarca tivesse havido um pouco de sensibilidade aos clamores da opinião pública. O orgulho dinástico e o apetite de absolutismo foi que deram em terra com o trono dos Bourbons. Sem plasticidade de espírito, áspero e rígido, Carlos X teria salvo o poder se, na hora exata, houvesse feito as concessões que o liberalismo da época reclamava. (...) Tem sido assim em todos os tempos e em todos os países. O absolutismo, quando levado ao excesso devora-se a si mesmo” (6/9/30). Ou seja, remetendo às posições fundamentais do jornal, na medida em que a oligarquia se constitui num círculo fechado, onde não se dá uma renovação constante (circulação das elites), ela devora-se a si mesma. Nesta ordem de raciocínio, a revolução não seria mais do que a mera resultante do processo, consequência esperada que nada tinha de espantoso.

O raciocínio foi repetido a propósito da queda de Irigoyen, na Argentina: “(...) prova de que estão errados os que, sinceramente, apregoam a morte do liberalismo e afirmam que já não há mais lugar na sociedade contemporânea para os espíritos liberais” (7/9/30). Caracterizando as causas dos movimentos revolucionários como decisivamente de conteúdo moral e aproximando a situação argentina à brasileira, destacava a seguir: “(...) um jornal europeu comentando a queda do sr. Irigoyen, atribui-a em parte à profunda depressão econômica e em parte ao excesso de autoritarismo do presidente deposto. (...) É perfeitamente exata esta observação. Dificuldades econômicas e financeiras podem deitar abaixo um governo; mas custarão a fazê-lo se o governo tiver sabido portar-se no terreno político, com tolerância e justiça. As dificuldades econômicas preparam o terreno para a ação revolucionária; esta porém não se desencadeia enquanto o governo não perdeu, pela violência ou pela imoralidade, o prestígio perante as massas. Se o fator econômico contribui largamente para os movimentos de revolta, o fator moral continua a ser, em tais movimentos como em todos os outros, fator decisivo. *Daí a razão por que o primeiro cuidado dos revolucionários que entendem do ofício, é solapar; por uma propaganda contínua e jeitosa, a fortaleza moral dos governantes.* (...) Governos que se esteiam na fraude, governos que se acamaradam com delinquentes, governos que se desmandam em politicagem desenfreada, governos que se sobrepõem às leis, governos autoritários, governos de quero porque quero, são governos suicidas. (...) *De tudo isto há exemplo vivo, e bem vivo, em nossa casa:* a depressão econômica não abalou tanto a confiança que o povo depositava no governo, quanto os excessos políticos que, com desrespeito

à Constituição, se praticaram por aí. Apesar de todos os abalos econômicos e financeiros que temos padecido (...) seria de paz e tranquilidade a situação do país se tivéssemos sabido refrear as paixões partidárias. A despeito da crise do café, quedas cambiais (...) nenhuma nuvem existiria (...) se não fora a deplorável atitude que o governo assumiu no malfadado caso da Paraíba. (...) Mas, se assim é, (...) mudemos de rumo, (...) reponhamos a Constituição na eminência de onde a arrancamos e procuremos a todo custo, pelo preço que for, a manutenção da paz (10/9/30, grifo I.A.R.C.).

Como se vê, há uma proposta de *mudança de rumo* para repor a Constituição no seu devido lugar e de procurar, *pelo preço que for*, a manutenção da paz, mas permanece a questão de como repor a Constituição no seu devido lugar. O jornal não a responderá, mantendo-se numa crítica cotidiana em defesa da “regeneração política” da sociedade brasileira, talvez, como aqueles “revolucionários que entendem do ofício”, solapando “por uma propaganda contínua e jeitosa a fortaleza moral dos governantes”.

Só saíria desta posição enigmática quando o fato estivesse consumado, isto é, quando teve êxito o movimento revolucionário que destituiu Washington Luís do poder. A partir daí, a revolução passa a ser encarada como a possibilidade de “criar de novo a República que os políticos destruíram”. Sublinhe-se, no entanto, que a revolução continua a ter um objetivo preciso para o jornal: o da “regeneração política” dentro dos marcos da Constituição de 1891 e mantida a perspectiva liberal tal como a entendiam (“o regime da autoridade dentro da lei, da liberdade dentro da ordem e do governo da justiça”). É importante observar, pois, que a aceitação da revolução não implicava identidade de projetos.

Continuava *atuando* nas posições enunciadas pelo jornal o “sistema de princípios” que o impedia de uma adesão pura e simples. Note-se especialmente que o Manifesto (Revolucionário) de 4 de outubro de 1930 incorria numa exortação de difícil aceitação pelo jornal, quando nas suas palavras finais dizia: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderá falhar o teu destino heróico!”. De notar, também, que a revolução tinha sido feita “contra São Paulo”, cuja hegemonia na Federação teria continuidade com Júlio Prestes.

Como foi visto antes, o jornal — porta-voz da Comunhão paulista — nada tinha a opor quanto à hegemonia política de São Paulo. Ao contrário, este seria *naturalmente* e até por uma “fatalidade histórica”, o Estado destinado a ser hegemônico política, econômica e culturalmente. A “regeneração política” teria que partir necessariamente da Comunhão paulista.

A despeito disso e da denúncia ou pressentimento de que o comando revolucionário não tinha interesse em estimular nenhum grupo

paulista, “para melhor quebrantar São Paulo”, o jornal “encampou” o movimento revolucionário, talvez por acreditar que haveria espaço para a concretização de pelo menos algumas de suas pretensões de purificação do regime republicano (como constava no mesmo Manifesto) e espaço para a sua ação de “Estado-Maior intelectual”.

De fato, haverá um editorial de “encampação”, o que transcrevia declarações da despedida de Plínio Barreto, redator-chefe que se afastava de *O Estado* para assumir o cargo de secretário da Justiça do governo provisório, como representante do “grupo do *Estado*”. Barreto afirmava que cumpriu seu dever de visitar a sepultura de Júlio Mesquita, para prestar-lhe contas do que havia feito e do que viria a fazer, como seu delegado póstumo e de *O Estado*, no governo de emergência. Em resposta também transcrita, Júlio de Mesquita Filho fazia um retrospecto de todo o processo que culminou na revolução, acentuando o papel relevante de Júlio Mesquita, o “inspirador da campanha do *O ESP* pela regeneração do país, campanha já agora vencedora”. Agregava, ainda, que “antes que a morte o arrebatesse e nos privasse de suas luzes, já depois de 1924, dele muitas vezes ouvi que o Brasil precisava de uma transformação completa, que o remodelasse de alto a baixo, e que esta só poderia vir pela forma revolucionária” (2/11/30). A revolução aparecia como obra póstuma de Júlio Mesquita.

O “grupo do *Estado*” aparecia agora no jornal como revolucionário desde longa data. Gentilmente, no entanto, o jornal invocava a compreensão positiva da população paulistana para com a “obra de evangelização que sonhávamos”. E estendia a todos a glória daquele feito, na medida em que, apoiando *O ESP*, “muito mais um patrimônio da coletividade do que um bem de família”, tinham se “identificado com a luta pela regeneração nacional cuja primeira etapa” acabava de ser vencida.

A revolução, portanto, não era apenas do “grupo do *Estado*” ou do jornal, mas de todo São Paulo, guiado pela sua Comunhão.

* * *

O grande objetivo colocado ao nível do jornal, portanto, era o da “regeneração política”, tentada por uma pregação diária que deveria render frutos, na forma de votos para os partidos oposicionistas. Estes guindariam ao governo, entre outros, alguns dos homens cuja formação fazia-os pertencentes à Comunhão paulista e que saberiam, dentro dos princípios estabelecidos na Constituição de 1891, governar acima de interesses partidários.

Dada a constante utilização de meios “extralegais” de parte do governo, que impediam que se desse o livre revezamento democrá-

tico a nível governamental, o "grupo do *Estado*" acede em cogitar da revolução, mas o jornal mantém ainda a sua posição da regeneração política, pela via pacífica a que se seguirá a posição dos "revolucionários que entendem do officio". Não tendo êxito em obter a liderança do movimento revolucionário, vanguarda da oposição real naquela conjuntura, os mentores da Comunhão a "recuperam" e "preservam-se" para a sua tarefa maior, de longo prazo, qual seja a da educação e formação das elites. Reservam para si, portanto, o papel de "estado-maior intelectual", "partido ideológico", que se expressa agora na "campanha da reconstrução nacional", enquanto persiste uma relação de forças que não lhes permite exercer a sua influência, a não ser num raio limitado de ação.

A etapa seguinte será marcada pela tentativa de ampliar esse limitado terreno.

CONCLUSÃO

Nesta primeira parte procurou-se definir o momento do projeto político e ideológico, configurado pela negação do domínio político das "oligarquias" e pela afirmação da "democracia" e do "liberalismo". O "grupo" portador do projeto entendia estar havendo a "crise das oligarquias", produto de uma política militante partidária realizada por elementos destituídos de "visão política", fechados ao nível do Estado. Essa "tirania" teria provocado a "brusca deserção dos elementos intelectuais" aptos para a implantação da democracia e do liberalismo na nacionalidade. Estaria havendo, portanto, uma inversão de papéis. Eram governantes aqueles que deveriam ser governados, concepção assentada numa divisão do "trabalho político" em que os governantes necessariamente têm que ser dotados de uma "visão política" (missão superior), depositários da "razão" que lhes confere autoridade para se constituírem em Estado. Em que os elementos responsáveis pelas tarefas político-administrativas (inferiores), não podem estar investidos de autoridade, para participar das decisões do interesse coletivo. No caso específico, a autoridade daqueles que têm a "missão superior" de formação da nacionalidade estaria embasada, não apenas no fato de serem depositários da razão, mas de serem também pertencentes à Comunhão paulista. Porque a Comunhão paulista ilustrada é portadora de um projeto para a nacionalidade, que é democrático e liberal.

Trata-se de uma concepção de democracia que só pode ser realizada por uma elite, onde o jogo democrático é caracterizado pela possibilidade sempre aberta de renovação, e que afirma a incompetência das massas de se autogovernarem. É um modelo de democracia, que supõe uma divisão do "trabalho político" em que as massas não têm a competência para participar da elaboração das decisões do interesse coletivo.

A elite política aí concebida é identificada como a Comunhão paulista. A condução da nacionalidade por elementos não pertencentes a ela implicaria um "rebaixamento do caráter nacional".

A concepção de liberalismo é construída na mesma direção, sendo que, já na sua matriz, a possibilidade histórica de um Estado forte é, no limite, aceita. Trata-se de uma concepção de liberalismo, onde o componente autoritário não é corpo estranho.

A partir destas considerações, fica mais evidente o significado do projeto de hegemonia do partido ideológico. Considerar-se "estado-maior intelectual", com pretensões a atuar politicamente enquanto "força superior aos partidos", está embasado na pressuposição de constituir-se em depositário da razão, o que lhe conferiria a autoridade reconhecida pelos grupos subordinados, razão esta capaz de se transformar em Estado, na medida em que representa o interesse geral da nacionalidade. A razão é a esfera que transcende os interesses sociais, podendo, portanto, unificá-los.

A Comunhão paulista é o "grupo" capaz de "decidir os destinos da nacionalidade", depositário da razão e portador do projeto de hegemonia.

A Universidade tem a função primordial, dentro deste projeto, de ser a instituição que irá reproduzir esta elite depositária da razão, destinada a conduzir a nacionalidade.

PARTE II — A RECONSTRUÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO 3 — A Reconstrução Educacional e a Universidade de São Paulo

CAPÍTULO 4 — A Campanha pela Reconstrução da Nacionalidade: a Comunhão Paulista no Poder

CAPÍTULO 3

A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A análise do segundo momento do projeto da Comunhão paulista, definido como o da "reconstrução da nacionalidade" (período de 30 a 34) partirá de alguns documentos que foram selecionados, por revelarem no seu conjunto a luta pela imposição ideológica e política do projeto da Universidade. A leitura destes documentos e a própria seleção deles é informada pela análise do projeto feita na Parte I. Este conjunto de documentos, embora expresse iniciativas educacionais consideradas parte integrante do chamado "movimento renovador educacional" (dentro da linha de autonomização da dimensão educacional), revela efetivamente uma luta pela imposição de um dado projeto educacional e o seu confronto com outros. Revela ainda como a Comunhão paulista "recupera" o movimento pela reconstrução educacional (expresso no *Manifesto de 32* e em seus desdobramentos) como parte integrante e fundamental da "campanha pela reconstrução nacional" do jornal, especialmente com a criação da Universidade de São Paulo, a grande ambição da Comunhão.

Não se desconhece aqui a relativa autonomia de iniciativas, tais como o *Manifesto de 32*, o *Plano Nacional de Educação* e o *anteprojeto do Capítulo da Constituição*, que não poderiam ser circunscritas inteiramente ao projeto da Comunhão. No entanto, as suas proposições são por ela "recuperadas", especialmente com a criação da Universidade.

São os seguintes os documentos: 1) Decretos n.º 19.851 e n.º 19.852 de 11/4/1931, do Governo Provisório, que reformam o ensino superior e instituem as universidades brasileiras, na gestão de Fran-

cisco Campos no Ministério da Educação e Saúde; 2) *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova — Ao Povo e ao Governo — A Reconstrução Educacional no Brasil*, publicado em *O Estado de S. Paulo* a 20 de março de 1932 e sob a forma de livro no mesmo ano, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais 25 intelectuais, dentre os quais Júlio de Mesquita Filho;¹ 3) *O Estado e a Educação* — conferência pronunciada por Fernando de Azevedo, na 5.^a Conferência Nacional de Educação, da A.B.E., como representante de São Paulo, em dezembro de 1932, texto que explicita os princípios fundamentais do *Manifesto dos Pioneiros*, e que foram defendidos na 5.^a Conferência; 4) *Plano Nacional de Educação e anteprojeto do Capítulo da Constituição* (de 34), produtos da discussão da 5.^a Conferência Nacional de Educação; 5) *Projeto do Decreto que cria a Universidade de São Paulo*, o Plano da Universidade de São Paulo redigido por Fernando de Azevedo, a pedido de Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira.²

O Decreto de 31

A Universidade de São Paulo é criada a 25 de janeiro de 1934, dentro das possibilidades e dos limites colocados pelo *Decreto de 31*. Este define o estatuto das Universidades brasileiras, adotando o sistema universitário como regra de organização de todo o ensino superior da República, legislando sobre o funcionamento das universidades mantidas pela União, pelos Estados ou por instituições particulares.

Afirma Fernando de Azevedo, em *A Cultura Brasileira*, reconstruindo a história da criação da Universidade de São Paulo, ter sido a reforma “a de maior alcance entre todas as que se realizaram (...)

(1) Assinam o *Manifesto*: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio S. Teixeira, M. B. Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casasanta, C. Delgado de Carvalho, A. F. de Almeida Júnior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgard Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

(2) O projeto foi discutido e assinado por uma comissão composta por: o relator e autor do projeto, Fernando de Azevedo, e mais Vicente Rao (Faculdade de Direito); Júlio de Mesquita Filho; Fonseca Telles e Teodoro Ramos (Escola Politécnica); Raul Briquet e André Dreyfus (Faculdade de Medicina); Rocha Lima e A. Bittencourt (Instituto Biológico); Almeida Júnior (Instituto de Educação). Estes são os nomes que constam do original do projeto do Decreto. Afirma ainda Fernando de Azevedo, em *A Educação entre Dois Mundos — Problemas, Perspectivas e Orientações*, “A Universidade de São Paulo”. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, p. 131, ter feito parte desta comissão, Waldemar Ferreira (Faculdade de Direito).

em mais de quarenta anos de regime republicano”, tendo-a implantado Francisco Campos “com grande segurança e largueza de vistas”;³ que “se a verdadeira organização universitária foi instituída pelo Decreto n.º 19.851 de 11/4/1931, do chefe do Governo Provisório, dr. Getúlio Vargas, referendado por Francisco Campos, Ministro da Educação, a primeira universidade que teve o Brasil, criada com um novo espírito e uma organização nova, e já sob o regime estabelecido por esse decreto, foi a de São Paulo”. A “(...) originalidade desse sistema criado a 25 de janeiro de 1934, de acordo com o decreto federal, que então entrou realmente em execução, foi não somente a incorporação, no organismo universitário, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passou a constituir a medula do sistema, como também a preocupação dominante da pesquisa científica e dos estudos desinteressados, dentro aliás do espírito da lei federal que regulou as universidades brasileiras. O Governo Provisório da República instituiu em 1931 o regime universitário, mas foi São Paulo, que tomou em 1934 a iniciativa de executá-lo, em sua plenitude”.⁴

A não ser por esta última referência citada, a de São Paulo tomando a iniciativa de executar o Decreto na sua plenitude, o que se nota é algo a que já se referiu anteriormente, ou seja, o esvaziamento político, feito *a posteriori*, da história da criação da Universidade de São Paulo.

A reforma do ensino superior é entendida por Francisco Campos, na exposição de motivos que acompanham o Decreto encaminhado a Getúlio Vargas, como “o mais valioso concurso do espírito revolucionário para a grande obra de reconstrução”, (...) que “se processa presentemente no Brasil”.⁵ Dentro, também, do espírito de que “sanear e educar o Brasil constituiu o primeiro dever de uma revolução que se fez para liberar os brasileiros”.⁶

A “grande obra de reconstrução” do “espírito revolucionário” não coincidirá, no entanto, com o projeto de “reconstrução educacional” que o *Manifesto dos Pioneiros de 32* vai propor, nem com o projeto de “reconstrução de São Paulo e da nacionalidade”, em cujo bojo é criada a Universidade de São Paulo. Estes projetos não partem do *Decreto de 31*, pelo contrário, a ele se opõem política e ideologicamente.

(3) Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 393.

(4) Fernando de Azevedo, op. cit., pp. 405-406 (grifos I.A.R.C.).

(5) Francisco Campos, “Exposição de motivos do decreto da reforma do ensino superior”, in *Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, p. 102 (grifo I.A.R.C.).

(6) Francisco Campos, “Discurso pronunciado na posse no Ministério da Educação e Saúde Pública”, de 18/11/1930, in *Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, p. 119.

Isto fica mais evidente quando se pensa no projeto da Universidade, definido no primeiro momento, como um projeto da Comunhão paulista ilustrada, com todos os significados a ele atribuídos. Junte-se a isso o fato de em abril de 1931 já estar se configurando o afastamento de "São Paulo", do Partido Democrático e do "grupo do Estado", do poder.⁷ O que fica evidente é que o "grupo do Estado" não tem acesso, nesta época, ao controle da iniciativa educacional, realizada pelo Governo Provisório através de Francisco Campos, e que, a partir de agora, a criação de uma universidade em São Paulo deverá necessariamente ser feita nos moldes do Decreto de 31.

A análise do Decreto e da exposição de motivos que o acompanha vai permitir revelar, através dos temas destacados, que a Universidade da Comunhão só será possível, com a Comunhão no poder.⁸

A reforma do ensino superior se divide em três partes: a primeira, relativa à organização das universidades; a segunda, à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e de todo o ensino superior da República; e a terceira, que cria o Conselho Nacional de Educação.

A Universidade é entendida como a "unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata, visando assim (...) o duplo objetivo de equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura. (...) Universidade não é apenas uma unidade didática, pois que a sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada, ela é, igualmente, e é sobretudo, porque este o caráter que a individua e a distingue das demais organizações do ensino, uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa".⁹

(7) Demissão do secretariado do Partido Democrático, onde Plínio Barreto, do "grupo do Estado", era Secretário da Justiça, em dezembro de 1930; rompimento do P.D. com o interventor em São Paulo (João Alberto) em abril de 31, com a prisão de Vicente Rao e a invasão da sede do P.D.

(8) Com Armando de Salles Oliveira, "gente" de *O Estado* e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, na interventoria em São Paulo, a partir de 21/8/1933.

(9) Francisco Campos. "Exposição de motivos do decreto da reforma do ensino superior", in *Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, p. 60.

Dentro desta concepção de universidade, propõe a reforma que ela seja constituída pela incorporação de "pelo menos três institutos de ensino superior, entre os mesmos incluídos os de direito, de medicina e de engenharia, ou ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras".¹⁰ Esta última é que expressaria o "caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional; abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam".¹¹ *No entanto, considerando o "estado de cultura" brasileiro, para que ela não se reduzisse a "um adorno ou decoração pretensiosa em casa de pobre", a reforma propõe, ao lado da função de alta cultura, uma função de caráter pragmático e de ação imediata sobre a cultura, nos pontos mais problemáticos, os da formação e recrutamento dos professores do ensino secundário e superior. Deveria ser, "antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação".¹²*

Há pontos em comum entre a reforma e o projeto da USP. Mas há diferenças, quando se considera a universidade como "unidade social ativa e militante", por um lado, e quando se atribui a ela a "função superior e política de formação das classes dirigentes", por outro. Num e noutro, é função da universidade a formação do professorado secundário e superior, mas no projeto da USP esta função seria precedida pela "função superior e inalienável da formação e do preparo das classes dirigentes". Neste projeto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não seria "antes de tudo e eminentemente um Instituto de Educação", mesmo porque este existiria ao lado dela, cumprindo a sua função específica. Não é por acaso que se trata da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, num caso, e no outro, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No projeto da USP, é explícita e consciente, por parte dos seus promotores, a função política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O problema do grau de autonomia regional e de autonomia didática e administrativa das universidades, previsto no Decreto, é de fundamental importância, quando se pensa na possibilidade de implantação do projeto de uma universidade em São Paulo, nos moldes em que é definido pela Comunhão. Isto porque o caráter centralizador da Reforma, em que as decisões são tomadas ao nível do Ministério da Educação e Saúde, ouvido o Conselho Nacional de Educação (criado pela Reforma), coloca o problema do controle político destas decisões e, conseqüentemente, o da possibilidade de acesso do "grupo

(10) Idem, ibidem, p. 63.

(11) Idem, ibidem, p. 66.

(12) Idem, ibidem, p. 67 (grifos I.A.R.C.).

do Estado" a esse controle. Questões como a de uma variante regional ser considerada de *manifesta utilidade* para ser implantada, ou a da autonomia didática e administrativa *ser maior ou menor*, permanecem no Decreto, num campo de indefinição, configurando-se, portanto, como sujeitas a decisões de caráter eminentemente político.

Destacam-se, no que tange especificamente à questão da autonomia regional, os artigos 2.º e 3.º, que dispõem que "a organização das universidades brasileiras atenderá, primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do País, e assim *será orientada pelos fatores nacionais* de ordem psíquica, social e econômica (...), podendo entretanto admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didáticos" (grifo I.A.R.C.). Explicita Francisco Campos, na exposição de motivos, que as variantes serão admitidas, "*desde que orientadas por condições e circunstâncias cuja interferência, na organização e objetivos do ensino universitário, seja de manifesta utilidade*".¹³ O decreto prevê a constituição de universidades federais, estaduais ou livres, na medida em que forem criadas ou mantidas pela União, pelos Estados, ou sob a forma de fundações ou associações particulares (Art. 6.º). No que tange à questão da autonomia didática e administrativa, dispõe o Artigo 7.º que "a organização administrativa e didática de qualquer universidade será instituída em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e que só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitário ao mesmo Ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação". Esta questão é claramente explicitada na exposição de motivos de Francisco Campos, quando este se posiciona contra uma ampla e plena autonomia didática e administrativa, afirmando que o decreto "preferiu a orientação prudente e segura da *autonomia relativa, destinada a exercer uma grande função educativa* sobre o espírito universitário, que na sua prática adquirirá a experiência e o critério indispensáveis a uma autonomia mais ampla, seja no terreno administrativo, seja no domínio didático. (...) A autonomia integral será, assim, obra de conquista do espírito universitário, amadurecido, experiente e dotado do seguro e firme sentido de direção e de responsabilidade, ao invés de constituir uma *concessão graciosa e extemporânea, destinada antes a deseducar do que a formar, no centro universitário, o senso de organização, de comando e de governo*".¹⁴

Nesta época a universidade que poderia ser criada em São Paulo não seria a Universidade da Comunhão.

O silêncio do jornal sobre a Reforma do ensino superior é quase absoluto. Nenhuma opinião é emitida, quer através dos editoriais,

(13) Idem, ibidem, p. 61 (grifo I.A.R.C.).

(14) Idem, ibidem, pp. 62-63 (grifos I.A.R.C.).

quer através de artigos. Apenas se noticia a 5/4/1931 o fato do projeto estar em mãos do chefe do governo, sendo publicada uma descrição dele, e a 15/4, a assinatura do Decreto.

Convém destacar, aqui, que as iniciativas educacionais no plano federal, do Governo Provisório, não se restringem à reforma do ensino superior. Um perfil, ainda que ligeiro, destas iniciativas é importante, na medida em que configuram um projeto educacional do "espírito revolucionário" que está sendo implantado, e cujo processo de implantação foge ao conhecimento e ao controle do "grupo do Estado", ao mesmo tempo que não se confunde ideologicamente com o projeto da Comunhão.

Assim é que, poucos dias depois da assinatura do Decreto que reforma o ensino superior, é assinado o Decreto n.º 19.890, de 18/4/1931, que reforma o ensino secundário. Afirma Francisco Campos, na exposição de motivos que acompanha o Decreto, que o "espírito e os princípios, em nome dos quais a revolução ascendeu ao poder, a constituem, porém, na irrecusável obrigação de cuidar, com o maior rigor e o mais apurado devotamento, da obra, capital para o Brasil, de remodelar o seu sistema de educação, do qual dependem não apenas os destinos da nossa cultura moral e intelectual, senão o nosso desenvolvimento econômico e o crescimento da nossa riqueza pública e privada".¹⁵

"O espírito e os princípios, em nome dos quais a revolução ascendeu ao poder" têm significados muito diferentes, para Francisco Campos, daqueles atribuídos à Revolução de 30, pela Comunhão. Embora seja Francisco Campos considerado adepto da Escola Nova, assim como outros pedagogos da década de 20, incluindo Fernando de Azevedo, e tendo realizado a reforma do ensino primário e normal em Minas Gerais,¹⁶ a partir desta postura pedagógica, isto não impede um posicionamento político e ideológico, que guarda grandes diferenças com o "sistema de princípios" que preside o projeto da Comunhão. É Francisco Campos defensor das instituições políticas vigentes na década de 20: defende, quando deputado federal, o regime de estado de sítio, as medidas de exceção e repressão contra as manifestações militares de protesto às instituições vigentes; é oposi-

(15) Idem, ibidem, p. 55.

(16) Promoveu a reforma do ensino primário e normal em Minas Gerais, quando secretário do Interior, do governo Antônio Carlos (1926-1930). Foi deputado da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1919-1921) e deputado federal por Minas Gerais (1922-1926). Cf. Jarbas Medeiros, "Introdução ao Estudo do Pensamento Autoritário Brasileiro — 1914-1945", in *Revista de Ciência Política*, Fundação Getúlio Vargas, v. 17, n.º 1, Rio de Janeiro, março de 1974, pp. 68-69.

tor das manifestações tenentistas e do programa político de Assis Brasil. Coloca-se contra a autonomia dos municípios e dos estados e defende o fortalecimento do Poder Central. É contra o voto secreto, o sistema de partidos e os parlamentares, propondo a iniciativa e o monopólio da legislação pelo Poder Executivo. Posiciona-se ainda contra o Estado liberal e as instituições democrático-liberais, que já estariam relegadas ao "museu de antiguidades políticas".¹⁷ Mesmo a adesão de Francisco Campos à Aliança Liberal, enquanto secretário do Interior de Antônio Carlos, e a sua posterior participação na Revolução de 30, deve ser entendida como comprometida com um conjunto de significados que se afastam do projeto da Comunhão. Acrescente-se a isso que a "reconstitucionalização" vai ser entendida por ele como um "recuo histórico",¹⁸ que será, por outro lado, a grande "campanha" de *O ESP*.

O jornal também não emite opinião sobre a reforma do ensino secundário. As formas de reação a identificar através da sua análise, podem ser consideradas sutis. Isto pode ser explicado pelo fato de que, nesta época, embora havendo discordâncias, o jornal não tinha se colocado ainda em conflito aberto com o Governo Provisório, procurando manter uma posição de equidistância relativa. A 6/3/1931, numa matéria de página interna sobre o ensino secundário, afirma que "aplaudimos uma ditadura bem-intencionada e provisória, como meio de resolver problemas urgentes e de importância capital para a nação, (...) temos confiança no trabalho do Ministro da Educação (...) mas lembramos a conveniência de que aquele titular resolva o assunto da reforma do ensino secundário com urgência, *ou publique as linhas gerais do que está acontecendo*" (grifo I.A.R.C.). Mesmo as reações à instituição do ensino religioso nas escolas públicas, que a reforma incorporou das reivindicações católicas, quebrando a política de neutralidade escolar instituída pela Constituição de 1891, reduzem-se nesta época a notícias de protestos contra o ensino religioso (fundação de um "Comitê pró-liberdade de consciência" em Campinas, a 2/5; greve dos ginasianos em São Paulo, a 5/5; greve de protesto dos universitários paraenses, a 7/5. É somente em janeiro de 1932, já num contexto de crítica aberta ao Governo Provisório, que são publicados dois editoriais que se posicionam contra a decisão do governo de implantar a obrigatoriedade do ensino religioso nas esco-

(17) Idem, ibidem, pp. 69, 71, 72, 73. As citações em que o autor se baseia são extraídas, conforme sua referência, dos seguintes textos de Francisco Campos: *Antecipações à Reforma Política*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1940 e *Opiniões e Debates*, Belo Horizonte, Editorial Ariel, 1921.

(18) Idem, ibidem, p. 80.

las públicas, entendendo esta decisão como de "desrespeito à tradição liberal" brasileira (1/1/32 e 3/1/32).¹⁹ Contra Francisco Campos especificamente, é transcrita uma nota do jornal *Estado do Rio Grande*, da seção "A situação política", acusando as legiões revolucionárias, Francisco Campos e Osvaldo Aranha, de fascistas (7/5/1931).

Outra iniciativa que parte do governo federal, nesta época, é o projeto sobre o ensino primário; elaborado por Miguel Couto, médico e educador, nesta época ligado a Francisco Campos, que é publicado no jornal a 30/7/31. Diante desta iniciativa, o tom crítico do jornal é bem explícito, acompanhando, aliás, as críticas que vem fazendo agora à implantação do projeto revolucionário. Na realidade, o projeto de Miguel Couto serve apenas de pretexto para uma crítica de toda a política nacional de educação, que até esta época não estava explicitada. No entanto, ainda agora, a crítica é desenvolvida na seção "Educação Nacional", através do artigo "O sonho de uma noite de verão" e não nos editoriais. Destacam-se aqui especialmente as críticas ao caráter centralizador das reformas federais e ao atrelamento da A.B.E. ao Governo Central, que podem ser evidenciadas nas seguintes passagens: "*Como sempre acontece, quando essas novidades nos chegam empacotadinhas da capital da República*, a nova reforma é centralizadora, isto é, pretende entregar a fiscalização, orientação e custeio do ensino ao governo federal. Tivemos já ensaios e tentativas idênticas no tocante ao ensino normal, patrocinados esses pela A.B.E., que, nas suas anuais conferências, punha à baila o estribilho na esperança de que numa das distrações da assembléia conseguisse fazer aprovar a proposta de subordinar o preparo do professorado brasileiro às diretrizes do governo central. Tivemos ainda, e vinda do Congresso da União, uma lei platônica que inventou uma hipotética obrigatoriedade do ensino profissional, sob a tutela, está bem visto, do executivo federal. Estava faltando a tentativa de encampar também o ensino primário" (31/7/1931; grifos I.A.R.C.). Logo a seguir, a 2/8/1931, outro artigo, na mesma seção, denuncia a existência de uma política de "tentar afastar os Estados brasileiros da direção dos serviços educativos". Compara ainda a situação brasileira com a dos Estados Unidos, onde "cada Estado organiza o seu ensino como entende, como lhe parece melhor corresponder aos altos interesses do país (...)"

(19) Francisco Campos, quando defende a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas, posiciona-se contra o liberalismo educacional: "sob a bandeira da doutrina liberal (...) fecharam-se à religião, as portas das escolas como se se tratasse de uma expressão espúria da natureza humana". Citado in Jarbas Medeiros, op. cit., p. 83.

Uma última iniciativa a ser considerada é o esboço de um plano de organização geral da educação, apresentado por João Simplício, numa reunião da comissão especial encarregada de elaborar um plano geral de educação nacional, e publicado no jornal a 1.º/8/1931. Embora não tenha havido desdobramentos deste plano, ele é importante na medida em que revela, por parte do governo federal, uma intenção de planejamento da educação nacional, em todos os níveis e para cada uma das unidades da federação. O plano é proposto para ser desenvolvido em 10 anos, criando 99 instituições, sendo 8 Universidades Clássicas, 5 Universidades Técnicas, 8 Colégios, 21 Ginásios, 5 Escolas de Agricultura e Veterinária, 2 Escolas de Educação Doméstica e Rural, 8 Escolas de Comércio, 8 Escolas de Música, Pintura e Escultura, 17 Escolas de Agricultura e 17 Escolas de Artes e Ofícios, definindo para cada um dos tipos as cidades brasileiras que seriam beneficiadas. O plano prevê ainda a concessão de bolsas "ao filho do proletário urbano e rural", ficando aberto o acesso, desta maneira, "do mais modesto ao mais elevado grau de cultura científica, técnica ou profissional, ministrada nas Universidades". Logo a seguir, a 12/8/1931, publica ainda o jornal, na seção de "Notícias do Rio", uma conferência de João Simplício, pronunciada na comemoração do 2.º aniversário da Federação Nacional das Sociedades de Educação, quando é inaugurado um retrato de Vicente Licínio Cardoso, seu fundador. A palestra versa sobre a "Democratização do Ensino no Brasil", propondo que a "verdadeira democracia" só se realizará "quando a todos forem fornecidas oportunidades iguais para o desenvolvimento das suas capacidades naturais, de modo que a seleção de valores para as minorias dirigentes se faça pela concorrência do maior número de cidadãos". Seria necessário "preparar as massas para que estas forneçam as elites para a nacionalidade". Acrescenta ainda que "nenhum momento da nossa história apresentou melhor oportunidade para a instituição de um sistema escolar que seja o fundamento da reforma da educação brasileira. Na hora atual essa obra pode ser realizada sem os entraves quer do furor legislativo quer do torpor legislativo, os dois máximos obstáculos às iniciativas desse gênero". Apela então para que o Governo Provisório não despreze essa oportunidade "magnífica" para levar a efeito a "maior obra de patriotismo que se possa fazer no Brasil" (grifo I.A.R.C.).

Estas considerações em torno do Decreto de 31 e dos seus desdobramentos, dentro do "espírito revolucionário", especialmente a última, que revela disposições, no âmbito do Governo Provisório, na área de Educação, de implantação de um plano nacional de educação, conduzido preponderantemente pelo executivo, são importantes

para caracterizar o clima em que surge o *Manifesto dos Pioneiros de 32*.

Manifesto dos Pioneiros de 32

Optou-se por uma discussão que parte dos relatos *a posteriori* de Fernando de Azevedo, sobre o Manifesto e seus desdobramentos, e que os confronta com os próprios documentos. Decidiu-se por esta estratégia de exposição na medida em que ela evidencia: a) que a análise dos próprios textos permite ir muito além do registro que Fernando de Azevedo faz *a posteriori*, porque expressa uma luta pela imposição de um projeto educacional, que não se circunscreve à luta dos "reformadores" com os educadores católicos, única evidência de luta ideológica entre projetos, naquele registro; b) ainda, quando se desloca a análise do plano estritamente educacional (ou técnico-educacional), que a aceitação, por Fernando de Azevedo, da diretoria da Instrução Pública em São Paulo, em 1933, a pedido de Armando de Salles Oliveira, durante o governo militar em São Paulo, pós-32, não era "surpreendente", mas já era indício do compromisso que o "grupo do Estado" está realizando com a ditadura, compromisso este já totalmente explícito quando da criação da Universidade de São Paulo; c) que a criação da Universidade de São Paulo não é a simples expressão do "surto inspirador" produzido pelo *Manifesto*, dentro de uma linha autônoma de iniciativas educacionais que viria desde o *Inquérito*, mas é fruto do projeto da Comunhão, que "recupera" para o seu projeto de reconstrução da nacionalidade algumas das proposições destas iniciativas (Júlio de Mesquita Filho assina o *Manifesto*; o jornal, em editorial, aplaude e endossa totalmente a iniciativa (22/3/32), o projeto do Decreto da criação da USP incorpora as posições fundamentais do *Manifesto* e dos demais documentos que constituem os seus desdobramentos). No momento em que a Universidade é criada, Fernando de Azevedo está com o "grupo do Estado" no empreendimento, realizando o projeto da Comunhão. A concepção que defende de universidade no *Manifesto* e demais textos, é a concepção da Universidade da Comunhão. Convém não esquecer, entretanto, a sua relativa autonomia em relação ao "grupo do Estado", expressa nas demais iniciativas que realiza (Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal, em 1927, e a sua ligação e presença no núcleo dos educadores da Escola Nova, ao lado de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Almeida Júnior, dentre outros, elementos sem ligação com o "grupo do Estado"). Daí a caracterização, feita anteriormente a seu respeito, como elemento não tipicamente do núcleo do "grupo do Estado".

Fernando de Azevedo considera-se o autor do *Manifesto*, "a que deram a sua solidariedade, assinando-o, algumas das figuras mais al-

tas do magistério e da cultura nacional".²⁰ É considerado, por ele, como ponto de partida de uma série de iniciativas educacionais, tendo sido discutido na 5.ª Conferência Nacional de Educação, da A.B.E., que se realizou em Niterói, entre 26/12/32 e 7/1/1933, tendo daí resultado os "princípios fundamentais em capítulo para o anteprojeto da Carta Constitucional e as linhas mestras de um plano nacional de educação". Segundo ele ainda, a "Constituição Federal de 1934 e a de 1946 (...) consagraram em seus princípios fundamentais a nova política educacional proposta no Manifesto e adotada pela 5.ª Conferência Nacional de Educação".²¹ Esta política estaria assentada no "princípio de descentralização, segundo o qual dentro do programa do Manifesto, compete aos Estados organizar, custear, e ministrar os seus sistemas de ensino, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas pela Constituição Federal (...)".²²

Insere ainda no âmbito do "mesmo surto inspirador (produzido pelo Manifesto) (...) duas outras iniciativas de suma importância: a criação, em 1934, no governo (sic) Armando de Salles Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a fundação da Universidade de São Paulo".²³

Teria havido ainda, segundo relata, uma tentativa anterior de criar a Universidade de São Paulo, em meados de 1932, dentro do clima do "movimento de renovação e expansão do pensamento educacional brasileiro", produzido pelo Manifesto. Foi procurado, por Júlio de Mesquita Filho, para integrar uma comissão cujo objetivo era de organizar um projeto de sistema universitário em São Paulo. Era "interventor Laudo de Camargo", que convidara, para secretário da Educação, Antônio de Almeida Prado, professor da Faculdade de Medicina. Fizeram parte desta comissão Fernando de Azevedo, como rela-

(20) Fernando de Azevedo, "A Universidade de São Paulo", in *A Educação entre Dois Mundos. Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, p. 129. Este texto foi também publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 25 de janeiro de 1954, edição comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo.

(21) Fernando de Azevedo, "A Universidade de São Paulo", in *A Educação entre Dois Mundos. Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, pp. 129-130.

(22) Fernando de Azevedo, "A Nova Política Educacional — Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto", in *A Educação entre Dois Mundos. Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d., p. 91.

(23) Fernando de Azevedo, "A Nova Política Educacional" — Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto", in *Educação entre Dois Mundos. Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d., pp. 91-92 (grifo I.A.R.C.). A criação da USP dá-se na *interventoria*, e não no *governo* de A. de Salles Oliveira.

tor, Júlio de Mesquita Filho, Alcântara Machado, Raul Briquet, e Lúcio Rodrigues. Houve algumas poucas reuniões na antiga Escola Normal da Praça da República, tendo sido ventiladas apenas questões preliminares, quando estala a Revolução de 9 de julho, pondo fim aos trabalhos da comissão.²⁴

No registro de Fernando de Azevedo, são ainda frutos do movimento desencadeado pelo Manifesto, a reforma que atingiu todos os níveis de ensino, e a criação da Universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira (1932-1935); a organização do Instituto de Educação, dada por Lourenço Filho, no Distrito Federal, à instituição criada por Anísio Teixeira;²⁵ e a reforma da educação em São Paulo, realizada por Fernando de Azevedo e corporificada no Código de Educação (21/4/1933), que abrangeu "os diversos graus e tipos de ensino", reorganizou a estrutura das escolas normais, e criou o "Instituto de Educação para o aperfeiçoamento e especialização de professores primários e formação de administradores, escolares técnicos e orientadores de ensino".²⁶

Esta reforma foi realizada quando Fernando de Azevedo assumiu o cargo de diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo, em janeiro de 1933, nomeado pelo governador militar em São Paulo, general Waldomiro Lima, por indicação de Teodoro Ramos. Segundo seu relato, teria se surpreendido com o convite, que partiu do "chefe militar que acabava de entrar em São Paulo, à frente das forças federais". Mesmo porque, durante a Revolução de julho de 32, teria trabalhado no Departamento de Publicidade e Propaganda, a cargo e sob a direção de Plínio Barreto, jornalista e um dos diretores de *O Estado de S. Paulo*, recebendo e fornecendo informações "necessárias para manter o interesse pela Revolução de 32 e a esperança na vitória final". Após recusar o convite, num primeiro momento, aceitou-o depois do apelo de Meirelles Reis, Sampaio Dória e Teodoro Ramos, e especialmente de Armando de Salles Oliveira, então diretor de *O Estado de S. Paulo* (Júlio de Mesquita Filho se achava exilado), que entendia a importância do cargo como um "baluarte de re-

(24) Fernando de Azevedo, "A Universidade de São Paulo", in *A Educação entre Dois Mundos. Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, pp. 128-9. Possivelmente Fernando de Azevedo teria cometido um engano em seu relato, no que se refere ao nome do interventor federal. Laudo de Camargo ficou no cargo de 25-7-31 a 13-11-31. No período a que se refere, o interventor era Pedro de Toledo.

(25) Fernando de Azevedo, "A Nova Política Educacional" — Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto", in *Educação entre Dois Mundos — Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d., p. 91.

(26) Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editoria Nacional, 1944, p. 402.

sistência contra a onda que vem do Sul”, tendo expressado explicitamente o seu apoio na seção “Notas e Informações” do jornal.²⁷

Analisando o *Manifesto*, ainda afirma Fernando de Azevedo, no seu relato, que a incorporação, pela Reforma Federal do Ensino Secundário de 31, das reivindicações da Igreja (instituição do ensino religioso nas escolas públicas) teria implicado um acirramento das lutas entre os educadores católicos e grande parte dos educadores considerados “reformadores”. Estes dois grupos entraram em conflito aberto, marcado por uma série de publicações do Centro D. Vital e pela realização em São Paulo do 1.º Congresso Católico de Educação (promovido pelo mesmo Centro), onde foram definidas as posições dos educadores católicos em face do Estado e da escola oficial, sendo combatidas fundamentalmente as idéias da laicidade do ensino, da co-educação dos sexos e do monopólio da educação pelo Estado. Na 4.ª Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931 e que tinha a incumbência, dada pelo chefe do Governo Provisório e pelo Ministro da Educação, de definir os “princípios da educação” e a “fórmula mais feliz” em que se pudesse exprimir a política escolar da Revolução, a cisão entre os dois grupos se consolidou. Não foi possível dela sair uma política educacional e cultural que fosse programa do governo, para a obra de reorganização do País. Como diz textualmente Fernando de Azevedo, “já não se podia alimentar a esperança, aliás ilusória, de se constituírem os educadores numa organização que fosse, não um ‘partido’, mas uma ‘associação nacional’” (referência à A.B.E.), para definir uma política educacional para a nacionalidade. A idéia do *Manifesto* teria nascido a partir da cisão da 4.ª Conferência, com o objetivo de fixar o sentido da política brasileira de educação.²⁸

Discordando em parte, mas talvez no fundamental, da interpretação que o próprio Fernando de Azevedo faz do *Manifesto*, a posteriori, propõe-se aqui que, embora o documento efetivamente expresse um confronto com o projeto educacional da Igreja Católica, através da defesa de pontos tais como a educação pública, a laicidade, a co-educação, coloca-se também, e fundamentalmente, como um projeto alternativo ao projeto de reconstrução educacional que vem sendo implantado pelo “espírito revolucionário”,²⁹ e cujo centro de de-

(27) Fernando de Azevedo, *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. 114-115.

(28) Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 395-397.

(29) Convém ressaltar aqui o fato de que o “espírito revolucionário”, na área educacional, revela-se como uma situação de compromisso desde o início, que deve ser entendida também como parte de uma política de conciliação e de ampliação de bases de apoio e que expressa uma correlação de

cisões, neste momento, foge ao controle do grupo de educadores que subscrevem o *Manifesto*.

O *Manifesto* é proposto não apenas como uma “bandeira revolucionária”, mas como um “programa completo de reconstrução educacional”, a ser realizado pelas “elites coordenadoras das forças históricas e sociais do povo, no seu período crítico de evolução”.³⁰

Na realidade, o confronto com o Governo Provisório se superpõe ao confronto com a Igreja, na medida em que aquele incorpora as reivindicações dos educadores católicos, possivelmente dentro de uma política, própria de Vargas, de ampliação de suas bases de apoio político.

Embora o texto do *Manifesto* seja extremamente sutil em várias de suas passagens, usando mesmo em alguns momentos de metáforas para afirmar as suas proposições, pode ser considerado como expressando primordialmente um projeto alternativo ao do Governo Provisório, neste contexto histórico.

forças muito variável, no período de 30 a 34. Esta afirmativa é feita com base em algumas informações sobre alguns dos signatários do *Manifesto* que são sugestivas para uma interpretação nesta direção. Lourenço Filho é nomeado diretor geral do Ensino do Estado de S. Paulo, em outubro de 1930, permanecendo no cargo até fins de 1931. Em janeiro de 31 participa, nesta condição, de uma conferência com o Ministro da Educação, sobre a Reforma do Ensino Secundário, projetada por Francisco Campos, juntamente com Delgado de Carvalho, diretor do externato do Colégio Pedro II (também signatário do *Manifesto*), dentre outros nomes (*O ESP*, 18/1/1931). Assume a chefia de gabinete de Francisco Campos, depois que este reassume a pasta de educação, no início de 1932, sendo convidado por este para organizar também os planos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em março de 32 aceita o encargo de organizar e dirigir o Instituto de Educação do Distrito Federal, a convite de Anísio Teixeira (também signatário do *Manifesto*) e que é então diretor geral da Instrução Pública no Distrito Federal. Finalmente, embora num momento posterior, início de 1933, Fernando de Azevedo assume o cargo de diretor geral da Instrução Pública em São Paulo, a convite do então governador militar, Waldomiro Lima, que neste momento tenta desenvolver uma política de aproximação com os paulistas, logo após a Revolução de 32. Acrescentem-se ainda a isto as informações de que participam de comissões do Conselho Nacional de Educação, reunidas na 2.ª Reunião ordinária, em abril de 1932: Reynaldo Porchat (comissão do ensino superior e comissão de legislação e consulta); Theodoro Ramos (ensino superior e ensino profissional); Delgado de Carvalho (ensino secundário); Miguel Couto (ensino primário); João Simplício (ensino primário e ensino profissional) (*O ESP* — 17/4/1932). Theodoro Ramos, da Escola Politécnica, é signatário do projeto do Decreto-Lei que cria a Universidade de São Paulo, sendo o primeiro diretor da FFCL, e Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito de SP, foi ligado ao P.D. e o primeiro reitor da USP. Miguel Couto e João Simplício são os autores dos planos educacionais analisados no item anterior deste capítulo.

(30) Convém lembrar aqui o fato de que o *Manifesto* é publicado às vésperas do movimento revolucionário de 32.

Vem em auxílio deste tipo de leitura do texto a análise desenvolvida no item anterior (*Decreto de 31*), que teve por finalidade reconstruir o clima ideológico e político em que surgiu o *Manifesto*.

Referindo-se à Revolução de 30, afirma o *Manifesto* que esta teria agravado a “crise de homens (...) pelo contraste que (...) acentuou entre a mentalidade das elites intelectuais e políticas e a marcha dos acontecimentos que ela não estava preparada para encaminhar e dirigir”. Diante das transformações provocadas, não haveria mais “freios” possíveis para detê-las. A resistência seria inútil. Os educadores responsáveis pelo *Manifesto*, conscientes desta situação, procuram, diante da corrente de transformações, “estender-lhe a rampa em que ela deslize e se desfça, ou rasgar-lhe o leito em que possam canalizá-la...”.³¹ O *Manifesto*, considerando que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação”, nem mesmo os de caráter econômico, propõe um projeto de canalização das transformações na direção da “reconstrução nacional” (p. 33). Ironicamente afirma que as “surpresas e os golpes de teatro são impotentes para modificarem o estado psicológico e moral de um povo” (p. 40), numa alusão às reformas havidas depois de 30. Fica evidente que, até o momento em que estala a Revolução de 30, assistia-se à “aurora de uma verdadeira renovação educacional” (p. 40). A interpretação destas passagens, como expressando um confronto com o projeto do Governo Provisório (ou a ausência de projeto, para ser mais fiel ao texto), é feita através de uma leitura que se realiza muito nas entrelinhas do *Manifesto*, mas que está embasada na análise do item anterior, sobre o *Decreto de 31*.

A referência crítica mais explícita que aparece no *Manifesto* às reformas educacionais da Revolução é a que considera o “atual sistema (se é que se pode chamar sistema) caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus” e pelo “divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior”, contrapondo a esta situação o plano de reconstrução educacional proposto pelo *Manifesto* (p. 56).

Considera ainda, numa maior explicitação do confronto, que esse plano poderá parecer “suspeito, aos olhos dos que, sob o pretexto e em nome do *nacionalismo*, persistem em manter a educação no terreno de uma política empírica, à margem das correntes renovadoras de seu tempo” (p. 71, grifo I.A.R.C.).

(31) *A Reconstrução Educacional no Brasil — Ao Povo e ao Governo — Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, p. 29.

Consideram os educadores do *Manifesto* que têm uma “missão a cumprir” em “luta aberta contra preconceitos e prevenções”, “insensíveis à indiferença e à hostilidade”. “A hora crítica e decisiva em que vivemos não nos permite hesitar um momento diante da tremenda tarefa que nos impõe a consciência.” E, citando Fichte, afirmam que: “Devemos, em uma palavra, adquirir um caráter, e refletir, pelo movimento de nossas próprias idéias, sobre os grandes acontecimentos de nossos dias, sua relação conosco e o que podemos esperar deles. É preciso formar uma opinião clara e penetrante e responder a esses problemas *sim* ou *não* de um modo decidido e inabalável”. E numa metáfora muito expressiva em termos da caracterização do confronto, continuam afirmando que aquelas palavras Fichte escreveu-as “há mais de um século, apontando à Alemanha, depois da derrota de Iena, o caminho de sua salvação pela obra educacional, em um daqueles famosos ‘discursos à nação alemã’ pronunciados de sua cátedra, enquanto sob as janelas da Universidade, pelas ruas de Berlim, ressoavam os tambores franceses...” (pp. 72-73 — grifo I.A.R.C.)

Sob as janelas brasileiras, especialmente para quem escrevia nas ruas de São Paulo, também ressoavam tambores com um toque “estrangeiro”.

No que tange à concepção do Estado em face da educação, defende o *Manifesto* as seguintes posições: a) *A educação como uma função essencialmente pública* — a educação vista como uma das funções de que a família vem se despojando em favor da sociedade política, num movimento de incorporação definitiva às funções essenciais e primordiais do Estado. A família não perderia a sua “função específica”, mas esta seria estreitada, escola e família operariam como duas forças sociais pela obra comum, a educação (pp. 45-46). b) *A escola única* — o Estado deve garantir, para as escolas oficiais, uma educação comum, igual para todos, impedindo deste modo a possibilidade de privilégios de classe. É afastada a idéia do monopólio da educação pelo Estado, que não teria ainda condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, cabendo a ele, então, estimular e vigiar as instituições privadas idôneas (pp. 46-47-48). c) *A laicidade* — que coloca a escola acima de crenças e disputas religiosas. d) *A gratuidade* — extensiva a todas as instituições oficiais de educação, um princípio igualitário, que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível a todos os cidadãos. e) *A obrigatoriedade* — que implica a gratuidade do ensino e deveria ser estendida progressivamente até os 18 anos, embora não fosse uma realidade nem para o ensino primário, ainda. f) *A co-educação ou educação comum* — que põe no mesmo pé de igualdade alunos de um e outro sexo, não permitindo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões (pp. 48-49).

Efetivamente, alguns destes pontos revelam o confronto do *Manifesto* com os educadores católicos: a educação como função essencialmente pública, a laicidade e a co-educação. No que se refere ao monopólio da educação pelo Estado, ponto em que os católicos se definem como frontalmente contrários, não aparece este como questão fechada no documento.³²

Defende ainda o *Manifesto* posições relativas aos seguintes pontos: a) *A unidade da função educacional* — a função educacional seria considerada “uma só”, cujos diferentes graus estariam destinados a servir às diferentes fases do crescimento do indivíduo (pp. 49-50). b) *A autonomia da função educacional* — a necessidade de uma “ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores, que têm a responsabilidade e devem ter, por isto, a direção e administração da função educacional, tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-la”. A justificativa para este ponto é feita em termos de que a educação pública está sempre sujeita a “interesses transitórios”, “caprichos pessoais” ou “apetites de partidos” (pp. 50-51). c) *A descentralização* — a “organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um *centralismo estéril e odioso*, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade”. Defende a “doutrina federativa e descentralizadora”; à “União, na capital, e aos Estados, nos seus respectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os graus”; ao “governo central, pelo Ministério da Educação, caberá vigiar sobre a obediência a esses princípios (definidos na nova constituição) (...) socorrendo onde haja defi-

(32) Este fato é aliás objeto de crítica, por parte de Azevedo Amaral. Embora considere que o *Manifesto* tenha aberto “uma nova fase de ação construtora no domínio das idéias”, num momento de “mal-estar que oprime o país”, de “falta de iniciativa dos revolucionários intelectuais”, e de perplexidade diante das ruínas do passado e de um “futuro para o qual não se atreve a caminhar”, considera uma “transigência” com o “espírito tradicionalista e com os preconceitos do ambiente”, o fato de considerar a família como capaz de “cooperar eficazmente na obra educativa”. Defende, então, intransigentemente o “monopólio do Estado na esfera educativa”, considerando que teriam sido “motivos táticos” que teriam levado o *Manifesto* a tolerar a “aliança paradoxal” entre a família, “reduto mais forte do individualismo” e o Estado, a “nova cidadela que os homens estão procurando construir”, mais condizente com o “período histórico em que vamos entrando”. Publicado em *O Jornal*, Rio, de 27/3/1932 e incluído, na íntegra, in *A Reconstrução Educacional no Brasil — Ao Povo e ao Governo — Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, pp. 105-111.

ciência de meios, facilitando o intercâmbio pedagógico e cultural dos Estados (...)” (pp. 51-52).

Os pontos considerados, autonomia da função educacional e descentralização, opõem-se claramente aos defendidos pelas iniciativas federais em matéria de educação, como ficou evidenciado na análise do Decreto de 31.³³ Por outro lado revelam-se como de fundamental importância, quando se tem em mente a possibilidade de criação de uma universidade em São Paulo, nos moldes em que era projetada, como uma universidade paulista e como uma universidade da Comunhão.

O plano de reconstrução educacional previsto no *Manifesto* propõe uma estruturação da educação em todos os níveis: escola infantil ou pré-primária, primária, secundária e superior ou universitária, dentro de uma perspectiva de continuidade e de articulação do ensino. A escola secundária unificada, para evitar o divórcio entre trabalhadores manuais e intelectuais, teria uma sólida base comum de cultura geral de 3 anos, para posterior bifurcação em seção de preponderância intelectual e em seção de preponderância manual. As universidades comportariam as escolas destinadas ao preparo das profissões liberais, escolas de cultura especializada, para profissões industriais e mercantis; e os grandes núcleos de criação livre, de pesquisa científica e de cultura desinteressada (p. 64).

Na concepção de universidade defendida no *Manifesto* reaparece a mesma concepção delineada na análise do primeiro momento. A Universidade, no “ápice de todas as instituições educativas”, tem a função, nas sociedades modernas, de formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores, responsáveis pelo estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas. “Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa.” E, enfatizando a necessidade de elites nas sociedades modernas, afirma que tanto mais perfeitas elas serão “quanto mais pesquisada e selecionada for a sua elite”, para cumprir a sua função primordial de afetar a consciência social (p. 65).³⁴

(33) Apesar de não haver nenhuma referência explícita, o tema da descentralização tem também um significado histórico específico: o de luta pela autonomia de São Paulo.

(34) Seria interessante, em contraste, ressaltar aqui que, embora o documento seja dirigido ao povo e ao governo, sendo que “povo” é significativamente uma terminologia incorporada neste momento, não tendo ênfase nos textos relativos ao primeiro momento, permanece a mesma concepção elitista que pode ser evidenciada em passagens tais como: a geração do *Manifesto* tem

A concepção de universidade do 2.º momento do projeto estará marcada pelos temas e posições do *Manifesto*. Se no primeiro momento era considerada como a principal solução para a “crise das oligarquias” e o grande instrumento do processo de “regeneração política da nacionalidade” a partir de São Paulo, no segundo momento estará marcada pelos traços da “reconstrução da nacionalidade”, da luta pela autonomia educacional e pela descentralização. A criação da Universidade, em São Paulo, nos moldes projetados, implicaria, fundamentalmente, autonomia e descentralização.

Um outro traço que marca o projeto da universidade é a consciência de uma presença mais forte do Estado, não apenas na área educacional, mas na cena política de modo geral. Nos textos referentes ao primeiro momento há uma ênfase muito menor na discussão do Estado, que permanece quase que como um pano de fundo, no pressuposto, não questionado nem discutido, do caráter público da educação. Embora tenha sido mostrado na análise do primeiro momento, que desde o início o projeto da universidade está ligado a uma concepção de liberalismo, que aceita a intervenção do Estado dentro de uma faixa ampla com limites muito variáveis, era esta questão pouco elaborada, tanto nos textos que foram selecionados, quanto na discussão retirada da análise do jornal. Já neste segundo momento observa-se o texto do *Manifesto* enfrentando explicitamente a discussão das relações entre o Estado e a educação, a partir de temas em relação aos quais elabora o seu posicionamento, temas estes colocados por uma conjuntura política e ideológica que passa a exigir este tipo de discussão.

O texto escolhido para dar continuidade a esta discussão, *O Estado e a Educação*, apresentado por Fernando de Azevedo, como conferência, na 5.ª Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1932, já propõe de uma maneira muito mais elaborada, não apenas as relações entre o Estado e a educação, mas as relações entre o Estado e a sociedade.

O Estado e a Educação

Parte Fernando de Azevedo do pressuposto de que se desenvolveram as funções do Estado, nas sociedades modernas, dentro de um processo de transferência para ele de funções que anteriormente não exercia, num processo que teria gerado prevenções por parte de alguns

uma “solidariedade efetiva com o povo”, uma “simpatia pelos seus sofrimentos”, “aspirações” e “necessidades”. Ou ainda: é a educação que dá “ao povo a consciência de si mesmo” (pp. 20 e 74). No entanto, quem elabora a educação são as elites.

setores da sociedade. Estas prevenções são explicadas por ele como resultantes de uma situação em que o Estado se tornou “presa fácil de partidos que o têm utilizado em seu proveito”, acrescido pelo fato de não ter ainda se organizado para as suas novas funções.³⁵

A sua concepção de Estado, que é também representativa do projeto de reconstrução educacional expresso no *Manifesto*, é explicitada na discussão que desenvolve sobre os “interesses do Estado e os interesses da sociedade”. Afirma que “toda classe que se constituiu em grupo social compacto e fechado, com suas idéias e necessidades próprias, e se organizou em ‘público’ capaz de se converter em Estado, tem evidentemente a tendência de subordinar aos seus objetivos especiais o Estado em que ela se transformou”. Mas por outro lado, “se o ‘público’, que conseguiu coordenar-se, articulando as suas forças, para dar existência ao Estado, se colocar, não do ponto de vista estrito de suas finalidades particulares, mas no ponto de vista largo de uma vida variada, mais livre e mais ampla, dos interesses comuns de todo o agregado social, desaparece, na política educacional, como nas outras atividades públicas, o conflito entre os interesses da classe dominante e os da sociedade, harmonizados pela força coordenadora e reguladora do Estado, que deixou de encerrar-se em fórmulas herméticas para exercer a sua função, com a cooperação de todos os elementos e de acordo com as necessidades de todos os grupos sociais”.³⁶

Com esta proposição está estabelecendo a distinção entre o Estado como “instrumento de partido” e o Estado como “órgão de interesse geral”.³⁷ O primeiro caso corresponderia à “concepção unitária do Estado”, própria dos “regimes soviético e fascista” e o segundo à “concepção pluralista do Estado”, isto é, democrática.³⁸

Esta “concepção pluralista do Estado” é entendida de uma maneira muito específica. Trata-se do Estado das elites: “O Estado forma o ápice da pirâmide, em cuja base fremem as massas, do seio das quais, submetidas a um processo de educação intensa e extensiva, surgem, para constituí-lo, as minorias abertas, vivas e dinâmicas, coordenadoras das forças históricas e sociais do povo em evolução”. A democracia seria garantida menos pelo “alargamento quantitativo das elites” do que pela sua “renovação incessante”, que não lhes permite a transformação em “classes parasitárias”, “a redução do efetivo não

(35) Fernando de Azevedo, “O Estado e a Educação”, in *A Educação e seus Problemas*, tomo primeiro, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 90.

(36) Idem, ibidem, p. 83.

(37) Idem, ibidem, p. 84.

(38) Idem, ibidem, p. 86.

poderia senão melhorar o conjunto" (...); "é em benefício da qualidade, apurada pela educação, que se faz sempre uma diminuição de quantidade".³⁹

Foram estas colocações, desenvolvidas em defesa das proposições do *Manifesto*, que teriam provocado uma reação por parte de alguns setores da sociedade, que denunciaram, naquele documento, "a ofensiva de um grupo empenhado, com intuítos ocultos, em transformar a escola num instrumento de poder político".⁴⁰

Argumentando contra a acusação, afirma Fernando de Azevedo que a educação seria uma das novas funções transferidas ao Estado dentro de um processo de atrofiamento das funções da família e de desenvolvimento das do Estado.⁴¹ É o Estado como "público politicamente organizado", na sua "preeminência sobre os grupos", o responsável pela função educacional. Como "órgão do interesse geral", como "regulador e mediador de todos os grupos em que se secciona a sociedade" que correspondem à diversidade de interesses dos homens, assume o seu papel para "converter a luta em harmonia". Assumindo esta sua função, estaria afastada a possibilidade de ficar sujeito a imposições pelos "agrupamentos políticos, religiosos e funcionais" de fins educativos parciais.⁴²

Adverte ainda para o fato de que o Estado não teria o monopólio da "educação", mas da "escola", que é o campo específico da educação. A ação direta e imediata exercida pelo Estado, por intermédio dos grupos profissionais especializados — que teriam o controle técnico da educação — sobre o indivíduo, não exclui, nem pode excluir a diversidade de influências mediatas e imediatas dos vários grupos sociais em razão da sua própria multiplicidade.⁴³

Caracterizando, mais concretamente, a discussão no contexto histórico da época, como uma situação de luta entre facções representativas de posições parciais dentro da sociedade, afirma: "O que se trava, (...) na solidariedade de alguns ou na resistência de outros à doutrina que transfere para o Estado a direção da educação, é a luta violenta para a conquista da escola, como um terreno disputado tanto pelos que querem fazer dela um instrumento de poder político, a serviço dos interesses de facções, como pelos que não se resignam a perder, com a transferência dos órgãos do ensino para o Estado, o seu campo de ação e de influência sobre grupos determinados".⁴⁴

(39) Idem, ibidem, p. 90.

(40) Idem, ibidem, p. 74.

(41) Idem, ibidem, pp. 74-75.

(42) Idem, ibidem, pp. 86-87.

(43) Idem, ibidem, p. 87.

(44) Idem, ibidem, p. 73.

A "luta violenta para a conquista da escola", caracterizada por dois grupos com posições diferentes, a que se refere, faz supor de um lado as iniciativas federais em matéria de educação, que estariam sendo realizadas "a serviço dos interesses de facções", através de uma imposição ao Estado, por agrupamentos políticos, funcionais ou mesmo religiosos, de seus fins educativos parciais. De outro lado, a luta da Igreja, através dos educadores católicos, contra a transferência dos órgãos do ensino para a esfera exclusiva do Estado.

Toda a discussão é encaminhada para a defesa de uma *terceira posição*. Significativamente, a posição que tem a "visão política", que se coloca do ponto de vista do "interesse geral".

Poderia se depreender do texto, sem correr grandes riscos de interpretação, que esta *terceira posição* seria representativa de um "público" que estaria se formando dentro da sociedade, no movimento de reconstrução educacional, capaz de se transformar em Estado, órgão do interesse geral. Vem em auxílio desta interpretação uma passagem do texto, em que Fernando de Azevedo afirma que "a reorganização do Estado depende da formação de um 'público novo', pela força das conseqüências benéficas, verificadas e reconhecidas, de idéias novas produzidas por particulares".⁴⁵

É importante refletir, ainda, sobre a concepção da universidade a partir da discussão desenvolvida sobre as relações entre Estado e educação, e Estado e sociedade. No *Manifesto*, é ela considerada como a instituição responsável pela formação (e reprodução) das elites destinadas a "afetar a consciência social". Nestes termos, passaria a ser, mais precisamente, o lugar da reprodução da consciência capaz de ver a sociedade sob o prisma do "interesse geral". É justamente a instituição primordial na formação e reprodução do "público", mais precisamente do "público novo", capaz de se transformar em Estado, enquanto "órgão do interesse geral".

A concepção de democracia expressa no texto é a mesma defendida pelo projeto no seu primeiro momento: a democracia realizada pelas elites e garantida pela sua renovação incessante; a incompetência das massas para se autogovernarem. A destacar, a ênfase na "rebelião das massas", que compromete a realização da democracia, e é considerada uma manifestação anômica da sociedade. No entanto, ela "tornará ao seu leito", com o "surgimento de novas elites".⁴⁶

O texto expressa uma concepção liberal que aceita a intervenção do Estado numa faixa ampla e com limites variáveis dentro da concepção, tal como a do primeiro momento do projeto, do "novo libera-

(45) Idem, ibidem, p. 82.

(46) Idem, ibidem, pp. 90-91.

lismo". Em nome do "interesse geral" e da "preeminência do Estado sobre os grupos sociais", a intervenção poderá ser mais forte ou menos forte, dependendo de "todas as contingências de tempo e de lugar" a que estão sujeitas as "instituições sociais, que variam de acordo com as formas de estrutura social determinadas pelas condições de existência coletiva".⁴⁷

O Plano Nacional de Educação e o Anteprojeto do Capítulo da Constituição

O Plano Nacional de Educação, desdobramento do "movimento pela reconstrução educacional", expressa a continuidade dos enfrentamentos que vêm sendo analisados. Algumas das conseqüências destes enfrentamentos marcam a realização do projeto da Universidade.

A análise do Plano revela, fundamentalmente: a) o enfrentamento com a Igreja, posição contrária à inclusão do ensino religioso nas escolas públicas; b) o enfrentamento com a tendência dominante no Governo Provisório, posição contrária à centralização das decisões em matéria de política educacional pela União; c) a disposição, por parte do "movimento pela reconstrução educacional", de fazer vitorioso o projeto da terceira posição, através da elaboração do Plano Nacional de Educação, cuja implementação suporia ou a possibilidade de imposição política do Plano, ao nível do centro de decisões federal, através de uma correlação de forças favorável, ou uma situação de compromisso.

O Plano Nacional de Educação e o anteprojeto do capítulo da Constituição de 34, dele resultante, foram produtos das discussões realizadas na 5.^a Conferência Nacional de Educação da A. B. E., reunida em dezembro de 1932.⁴⁸ O Plano foi elaborado pela "Comissão

(47) Idem, ibidem, pp. 74-75 (grifo I.A.R.C.).

(48) A Comissão dos 32, que aprovou o Plano, era composta por 10 delegados da A.B.E. e 22 delegados dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre. O Plano é efetivamente elaborado a partir do Manifesto, abrangendo educação infantil e primária, secundária e universitária, profissional, formação do magistério em todos os graus e outras especiais, num sistema articulado, dentro do princípio de uma sociedade democrática, e da interpenetração das classes sociais. São defendidos os pontos da co-educação, gratuidade, laicidade e obrigatoriedade para a escola primária, estendendo-se progressivamente até os 18 anos. A Universidade teria a triplíce função de elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, devendo atender à pesquisa científica e cultura desinteressada, à formação do professorado, formação de profissionais, vulgarização científica e das outras formas de produção intelectual, aperfeiçoamento em todos os graus de cultura geral ou especializada, dentro do plano do Manifesto. A União competiria exercer ação estimuladora, coordenadora e supletiva

dos 10" e discutido e aprovado pela "Comissão dos 32". Fernando de Azevedo era membro da primeira Comissão e presidente da segunda. Foram relatores da "Comissão dos 32" Anísio Teixeira e Lourenço Filho.⁴⁹

Segundo relata Fernando de Azevedo, estes documentos expressaram os princípios fundamentais do Manifesto, isto porque a cisão aberta já na 4.^a Conferência, de 1931, foi radicalizada, logo na 2.^a sessão plenária da Conferência de 32, com o conseqüente deslocamento para o grupo do Manifesto, do predomínio da assembléia, culminando com a renúncia do presidente, Fernando de Magalhães (reitor da Universidade do Rio de Janeiro) e sua substituição por Lourenço Filho.⁵⁰

Esse deslocamento é que permitiu a aprovação do Plano Nacional da Educação dentro das linhas diretrizes traçadas pelo Manifesto, assim como a luta empreendida pela A. B. E., junto à Constituinte, em 1933, para a inclusão, na Constituição de 34, dos princípios defendidos no Plano.

Considerava Fernando de Azevedo que a Constituição de 34 "fazia o país entrar numa política nacional de educação em conformidade com os postulados e as aspirações vitoriosas na Conferência de Niterói em 1932, e no manifesto dos pioneiros, pela reconstrução educacional do Brasil", excetuando o ponto relativo ao atendimento das reivindicações católicas, ou seja a inclusão, no Art. 153 da Constituição, da obrigatoriedade da presença do ensino religioso nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais, ainda que de frequência facultativa.⁵¹

Considerava como pontos vitoriosos, incluídos na Constituição e em conformidade com os postulados da 5.^a Conferência e com o Manifesto, ter a Carta de 34 instituído "medidas que assegurassem uma política nacional em matéria de educação, atribuindo à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional (cap. I, Art. 5.^o, XIV)"; a atribuição aos Estados de "organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União" (Art. 151); a atribuição, da União, de "fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados e coordenar e fiscalizar a sua execução

em matéria de educação, em todos os graus. Os sistemas estaduais abrangeriam a educação em todos os graus, sendo responsáveis pela sua organização. Cf. a publicação do Plano, em Q ESP de 7/2/1933.

(49) Cf. Fernando de Azevedo; *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 398-399.

(50) Idem, ibidem, p. 399.

(51) Idem, ibidem, p. 408.

em todo o território do país (Art. 150)"; a criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação (Art. 152); a "aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios e nunca menos de 20% da parte dos Estados, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos" (Art. 156).⁵²

Confrontando estas informações com o original do Plano Nacional de Educação aprovado pela "Comissão dos 32", deparou-se com uma diferença sutil, mas de fundamental importância: no original do Plano competiria à União "exercer ação estimuladora e coordenadora (...)" (Art. 14.º). Por outro lado, o termo *estimuladora* não consta do texto da Constituição de 34, e em seu lugar aparece a palavra *fiscalizar*.

Neste sentido, este ponto, Art. 150, não seria exatamente um "ponto vitorioso", e em conformidade com a 5.ª Conferência e com o *Manifesto*. Houve disputa em torno dele, acabando por prevalecer o termo *fiscalizar*, que dá a possibilidade de uma maior interferência da União sobre os Estados.⁵³ Esta disputa fica evidenciada na análise do Projeto de Constituição elaborado de acordo com as emendas da bancada paulista da chapa "Por São Paulo Unido", ao anteprojeto oficial da Constituição, publicado em *O ESP* de 6-1-1934. Neste projeto da bancada paulista, cabe à União "estimular e coordenar a obra educacional em todo o país", ponto vencido na votação final.⁵⁴

No entanto, a vitória poderia ser considerada parcial — foi garantido o princípio da descentralização; ou evidenciar uma situação de compromisso, pois é no mínimo estranho que Fernando de Azevedo, no seu relato, não mencione o fato de que no projeto original constava ação "estimuladora" e não, fiscalizadora da União.⁵⁵

(52) Idem, ibidem, p. 408 (grifo I.A.R.C.).

(53) Não se desconhece o fato de que esta discussão possa ser relativizada pela correlação de forças políticas, podendo até "fiscalização" significar na prática "ação estimuladora", o que não invalida, no entanto, o fato de que a lei permite a interferência maior quando propõe "fiscalização".

(54) Para evitar uma impressão errônea de que a bancada paulista representava neste momento uma posição homogênea, de defesa das posições do *Manifesto*, em matéria de educação, convém informar que no seu projeto está incluído o ensino religioso nas escolas públicas, ainda que facultativo. Havia, na bancada paulista, representantes da L.E.C. (Liga Eleitoral Católica).

(55) Essa estranheza é reforçada quando se toma o documento produzido pela "Comissão dos 10", onde é muito mais enfática a defesa da autonomia estadual e mesmo a da autonomia administrativa, técnica e financeira. Segundo o documento, a uniformidade federal do ensino viria retirar a vitalidade às instituições educativas, que vegetariam por aí, sob a compressão uniformizante e longínqua do poder federal. Propõe ainda o livre desenvolvimento de iniciativas regionais e locais e a adaptação às condições diversíssimas do meio brasileiro. Defende a completa autonomia administrativa, técnica e financeira,

A situação de compromisso vai ficar melhor evidenciada no fato, já citado anteriormente, da nomeação de Fernando de Azevedo, em janeiro de 1933, para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, pelo então governador militar de SP, Waldomiro Lima, que nesta época desenvolvia uma política de aproximação com as forças políticas paulistas. É revelador desta política de aproximação, aqui no caso específico (ela é também evidente em outros setores), o "programa de ação política do governador militar de São Paulo", publicado em *O ESP* de 22/11/1932. Surpreendentemente, o programa do governador militar, na parte referente à educação, é calcado em todas as linhas do plano do *Manifesto*.⁵⁶

Com a nomeação de Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, atendendo ao apelo de Armando de Salles Oliveira, que entendia a importância do cargo como um "baluarte de resistência contra a onda que vem do Sul"; com a indicação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria de São Paulo, em 21/8/1933, mais um indicador da situação de compromisso que vem se consolidando com o Governo Provisório, criam-se as condições em São Paulo, de realização do plano de reconstrução educacional, que teria início com a criação da instituição fundamental neste processo, a Universidade. O plano educacional da nacionalidade é, neste momento, recuperado em sua inteireza, pela Comunhão.

O Plano da Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto estadual n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934, por Armando de Salles Oliveira, interventor federal em São Paulo. Foi a "primeira universidade" criada no novo regime estabelecido pelo *Decreto de 31*. Agora pôde ser criada, a partir do mesmo *Decreto de 31* que à época de sua edição parecia impedir a Universidade da Comunhão. A Comunhão se sentia participante do poder.

As seguintes instituições existentes ou a serem criadas constituíam a Universidade, segundo o Decreto: a) Faculdade de Direito (úni-

baseando-se em experiências que aconselham o desligamento da educação das instituições partidárias ou políticas. Cf. "Parecer dos Dez, da A.B.E., sobre o tema 'Quais as atribuições respectivas dos governos federal, estaduais e municipais, relativamente à educação'", in *O ESP*, 26/1/1933.

(56) Defende: a educação como função essencialmente pública; a incumbência privativa dos Estados Federados de organizar o ensino em todos os graus; a ação orientadora, coordenadora e estimuladora da União; a co-educação, laicidade, gratuidade e obrigatoriedade para a escola primária, que deverá ser progressivamente estendida até os 18 anos; as mesmas funções para a escola secundária e as mesmas funções para a universidade (pesquisa científica, e cultura desinteressada, formação do professorado, formação de profissionais e vulgarização científica, literária e artística), presentes no *Manifesto*.

ca das instituições pertencentes ao governo federal e criada em 1827 — o Decreto previa entendimentos com o governo federal para a sua incorporação à Universidade de São Paulo); b) Faculdade de Medicina, do governo estadual, criada em 1913; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia, do governo estadual, criada em 1899; d) Escola Politécnica, do governo estadual, criada em 1894; e) Instituto de Educação (antigo Instituto Caetano de Campos, transformado em Instituto de Educação em 1933, na reforma Fernando de Azevedo, que participaria da USP exclusivamente pela sua Escola de Professores); f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pelo decreto; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (que deveria ser instalado em momento oportuno, dependendo das condições econômicas financeiras do Estado e viria a ser criado em 1946); h) Escola de Medicina Veterinária, do governo estadual, criada em 1928; i) Escola Superior de Agricultura, do governo estadual, criada em 1899 (Art. 7.º).

Além destas Escolas, Faculdades e Institutos, concorreriam para ampliar o ensino da USP: a) o Instituto Biológico; b) o Instituto de Higiene; c) o Instituto Butantã; d) o Instituto Agrônomo de Campinas; e) o Observatório Astronômico e Geofísico; f) o Museu de Arqueologia, História e Etnografia (Museu do Ipiranga); g) o Serviço Florestal; h) quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico de São Paulo (Art. 12.º). Estas instituições prestariam o seu concurso ao ensino da universidade, sob a forma de mandatos universitários, sujeitos à aprovação do Governo do Estado, obedecendo a acordos entre o Reitor e as Instituições, encarregando-se de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.

Reencontram-se nos "Considerandos" e nos primeiros artigos do Decreto, os grandes temas que vêm sendo propostos pelo projeto da Universidade:

a) *a formação das classes dirigentes e a democracia* — "(...) a formação de classes dirigentes, capazes de enfrentar, num regime democrático, os graves problemas de uma coletividade e encaminhá-los à solução, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário que ofereça iguais oportunidades para todos e facilite o processo da seleção dos mais capazes";

b) *a função primordial da universidade de "afetar a consciência social"* — "(...) compete (...) à Universidade de São Paulo contribuir, pelo estudo científico dos grandes problemas nacionais e mundiais, para a difusão de ideais de vida, dando-lhes forma e expressão, como aparelho orientador do pensamento e das aspirações coletivas";

c) *a universidade voltada para a resolução dos problemas da nacionalidade* — "(...) só a Universidade, pela autonomia e continuidade de ação coordenadora e estimuladora de todas as atividades cien-

tíficas, literárias e profissionais, dispõe de meios de ampliar o campo de influência sobre os grupos sociais, e dar corpo e expressão às novas correntes de pensamento, para a solução dos problemas brasileiros";

d) *os altos estudos e a cultura livre e desinteressada, expressando a função superior, a da formação capaz de ver a sociedade sob o prisma do "interesse geral"* — "(...) somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos e de cultura livre e desinteressada, pode uma nação adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de suas necessidades e de seus destinos" e a "Universidade de São Paulo se organizará para ser, antes de tudo, um centro de cultura livre e desinteressada e um vasto laboratório de investigação científica";

e) *a preparação para o exercício de todas as profissões, expressando, dentro de uma concepção de divisão do trabalho intelectual, a função do preparo dos quadros profissionais, para as "sociedades secundárias" ou "grupos ocupacionais"* — "(...) em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação ao exercício de todas as profissões de base científica";

f) *o Estado responsável pela função educacional* — "(...) é dever do Estado incentivar e fomentar o espírito científico, de pesquisa, e de produção original, abrindo todas as possibilidades para o máximo desenvolvimento e utilização das vocações científicas e aperfeiçoando os recursos de expansão cultural, para que o ensino seja cada vez mais eficaz e as investigações contribuam para o progresso da ciência.

O Decreto reafirma a concepção de universidade que vem sendo defendida desde o primeiro momento: a presença da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como núcleo fundamental do sistema universitário e a instituição de alta cultura com a função superior de levar uma "elite de homens de talento (...) ao estudo desinteressado das questões que pairam nas altas esferas, que não podem atingir todos os cérebros, questões e problemas esses que entrosam diretamente com a orientação mental — e portanto política e econômica — que deve seguir o país (...)" (1925).

Esta concepção reaparece nos textos de 1932, na função primordial da universidade, de "afetar a consciência social", como a instituição capaz de produzir a consciência da sociedade sob o prisma do "interesse geral".

É esta, ainda, a concepção que permanece no período pós-instalação da Universidade, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é entendida como o lugar do "refúgio do espírito crítico e objetivo", do "universal", da "razão", da "cultura livre e desinteressada". O ensino realmente universitário é caracterizado pela formação de

“homens verdadeiramente eminentes, não para um quadro profissional restrito, não para funções técnicas determinadas, não para as ‘sociedades secundárias’ ou grupos ocupacionais em que se secciona a sociedade geral, mas para a filosofia, as letras e as ciências, para as atividades desinteressadas, nos diversos domínios do saber humano, para a coletividade em geral, para o país e a civilização”.⁵⁷

Considerava Júlio de Mesquita Filho, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como a “elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade”, a instituição cuja principal missão seria a de criar um “ideal”, uma “consciência coletiva”, uma “mística nacional”, dentro da concepção de que a cultura desinteressada é um “apanágio dos eleitos”.⁵⁸

Armando de Salles Oliveira, dentro da sua concepção da universidade como “cérebro da nacionalidade”, “centro regulador de sua vida psíquica”, atribuía à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o lugar da “crítica” e da “síntese”, dentro do sistema universitário.⁵⁹

A criação da Universidade, neste segundo momento, com “Armando Salles no poder e Júlio de Mesquita Filho na direção de *O Estado de S. Paulo*”,⁶⁰ ganha um significado muito preciso: a possibilidade de concretização da Universidade da Comunhão.

A Universidade nascia marcada pela recuperação, pela Comunhão paulista, do projeto de reconstrução educacional da nacionalidade. A Universidade é a “suprema consagração” dos ideais de 9 de Julho de 1932 (editoriais de 10/6/1934 e 16/6/1934), a resposta cultural de São Paulo, ou mais precisamente da Comunhão, de um lado à “ignorância e à incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionariamente disposto dos destinos do (...) Estado, como da Nação” e, de

(57) Fernando de Azevedo, “As lutas políticas e a Universidade”. Conferência realizada em 1936, na Faculdade de Direito, in *A Educação e seus Problemas*, tomo primeiro, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d., p. 123. Esta reafirmação da função da FFCL, dentro da Universidade, e a definição das funções das escolas profissionais, é também explicada, neste contexto específico, pela resistência das antigas escolas superiores, que passaram a integrar a USP, manifestada no Conselho Universitário, contra a proposta do novo espírito da Faculdade de Filosofia, de integração de cursos voltados preponderantemente para a pesquisa, espalhados nas várias escolas antigas, integração esta que se daria naquela Faculdade, quer através da criação de Departamentos, ou de Institutos. Cf. Fernando de Azevedo, *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. 125 a 130.

(58) Júlio de Mesquita Filho, “Universidade, Realização da Revolução Democrática”, Discurso de paraninfo da 1.ª turma da FFCL da USP, 25/1/37, in *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, pp. 165-166.

(59) Júlio de Mesquita Filho, “Conceitos e Idéias de Armando de Salles Oliveira”, in op. cit., p. 170 e p. 178.

(60) Fernando de Azevedo, *História de Minha Vida*, op. cit., p. 119.

outro, “à fatuidade vazia dos escamoteadores da Revolução de outubro”. Havia-se chegado à convicção de que o “problema brasileiro era antes de mais nada um problema de cultura”. Daí a fundação da Universidade e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dentro de uma perspectiva de “reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional”.⁶¹

A Universidade é a expressão cultural dos “verdadeiros princípios” que teriam sido escamoteados pelo Revolução de 30 e recuperados pela Revolução de 32. É a expressão da “luta, que pela reconstitucionalização do País, travou o povo paulista com as forças da ditadura”.⁶²

Por uma ironia da História, porém, é a Universidade criada ainda em plena ditadura, dentro de uma possibilidade aberta pela situação de compromisso, que representou a interventoria de Armando de Salles Oliveira, em São Paulo.

(61) Júlio de Mesquita Filho, “Universidade, Realização da Revolução Democrática”, in op. cit., p. 164.

(62) Júlio de Mesquita Filho, op. cit., p. 162.

CAPÍTULO 4

A CAMPANHA PELA RECONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE: A COMUNHÃO PAULISTA NO PODER

“Encampada” a Revolução na “campanha pela reconstrução da nacionalidade”, nada mais coerente do que passar a assumir os seus atos, explicando-os por essa ótica. Assim, o apoio inicial é aberto e explícito. Mesmo a nomeação de João Alberto, como Delegado Militar, deixando preterido Francisco Morato, do Partido Democrático, não arrefeceu o entusiasmo. Afinal, o secretariado “era do P.D.”, incluía um representante do “grupo do *Estado*” (Plínio Barreto) e a nomeação era provisória; segundo Vargas, o delegado militar permaneceria apenas enquanto fossem necessárias manobras militares. Tanto que o jornal saudou a constituição do Governo Provisório paulista: “Está desde ontem constituído o Governo Provisório de São Paulo, de acordo com os chefes da revolução vitoriosa. (...) A fórmula escolhida atende a todas as justas aspirações do movimento e assegura ao nosso Estado um período de ordem e tranqüilidade a par de uma administração zelosa e rigorosamente honesta” (1/11/30). E aproveitou para concordar com a necessidade das forças armadas comandarem temporariamente.

O entusiasmo não arrefeceu, também, quando da notícia de que Vargas não pretendia governar com Congresso, devendo acabar com o Poder Legislativo (notícia, 2/11/30; antes da posse, portanto). Pelo contrário, realçava o jornal que “a sensação geral é a de que só agora entramos na verdadeira normalidade democrática (...)” (5/11/30). Mesmo depois de assinado o decreto que instituía o Governo Provisório nacional e da dissolução do Congresso Nacional e das Assembléias estaduais e municipais, o jornal, impávido na sua “campanha”, repe-

tia que a dissolução “era indispensável à remodelação política do Brasil”, alertando que o “regime semiditatorial” não poderia ser muito breve (13-11-30).

Como, porém, não se concretizassem as expectativas de um governo de cunho “aliancista” e fosse ficando patente a primazia dos tenentes entre os demais grupos de apoio à Revolução; como se evidenciasse paralelamente a boa acolhida dada pelo ditador aos estímulos de caráter autocrático e centralizador que recebia, a demora pela reconstitucionalização do país passou a ser entendida, no jornal, como protelação. Inaugura, então, a “campanha pela reconstitucionalização”, passo necessário do “estado-maior intelectual” para que pudesse garantir sua influência no sentido da reconstrução na nacionalidade segundo os parâmetros da “missão superior” pertinente à Comunhão paulista.

São Paulo, no entanto, permanecia como praça ocupada, com interventores militares se revezando com interventores civis subordinados a secretariados e comandantes militares tenentistas. Havia uma luta mais urgente, portanto, e inaugura-se nova “campanha”, por um “paulista e civil no governo do Estado”, que se amplia como “campanha pela autonomia de São Paulo”, já que era preciso um paulista, civil e livre de injunções *tenentistas*. Ligada às demandas de legalização compartilhadas com as demais oposições estaduais que se formam na época, forma-se a grande mobilização que culmina na Revolução Constitucionalista.

Nota-se que o “grupo do *Estado*”, depois de 1930, estava numa situação distinta da anterior, tendo passado de *oposicionista contestador* a *aliado contestador* dos governantes estabelecidos. Por outro lado, o jornal havia conduzido uma “campanha” que tinha ressonância, não só em São Paulo, como fora do Estado. Assim, não é de espantar que um dos desdobramentos de toda a movimentação de 1932 tenha sido a escolha de um dos seus mais legítimos intérpretes para a Interventoria no Estado. Chamado por Vargas, o ditador, Armando de Salles Oliveira pôde aceitar a incumbência, pois à Comunhão paulista importava mais a qualidade dos homens do que a qualidade dos regimes. Armando de Salles não só melhoraria o regime, como com ele a Comunhão chegava ao poder.

Apoio, Tentativa de Influência e “Recomendações”

Passados os primeiros momentos de euforia revolucionária, começa a transparecer nas declarações do jornal uma busca de posição de influência. A tentativa de influência era feita de modo a estimular atos do governo provisório, tanto a nível federal como estadual, que viessem ao encontro das soluções aventadas para os problemas existentes. Paralelamente, o jornal pretende agir também como conselheiro

dos democráticos, para que suas divergências com o Interventor Federal João Alberto não viessem a prejudicar a possibilidade de direcionar a Revolução, neutralizada a forte influência inicial *tenentista*.

Deste modo, as manifestações de apoio começam a ser intercaladas por recomendações e remissões aos princípios que haviam originado a Revolução. O início dessas recomendações e remissões se dá num comentário sobre a reorganização da Justiça do Estado, em que se lembra que a “reforma da magistratura é uma das necessidades mais prementes do Brasil” (16/11/30). Prossegue lembrando a necessidade de remodelar o sistema tributário e fiscal (14/12/30) e os conselhos que haviam sido dados antes ao governo deposto: “Sem equilíbrio orçamentário não há como sair do caos financeiro em que o governo deposto nos lançou” (18/12/30). Conseqüentemente, era necessário reduzir as despesas públicas.

Não deixava também o jornal de se preocupar com a questão social, cujo desprezo era “um dos graves erros da nossa política”. Deste modo, batendo-se pela necessidade de “(...) renovar a mentalidade de patrões e operários, uns fechados na sua concepção medieval de propriedade e outros transviados por ideais demagógicos, irrealizáveis e injustos” (29/11/30), era que elogiava tanto as medidas de proteção ao trabalhador que começavam a ser tomadas (elevação do salário em 5% e determinação de horário mínimo semanal), quanto realçava as admoestações feitas dias antes por João Alberto de que não atenderia as reclamações de trabalhadores que se achassem em greve. Dizia ele (J. Alberto) que “ou a classe operária tem confiança no governo e nos seus propósitos de assistência social aos trabalhadores ou não tem essa confiança”. (“Aos trabalhadores de São Paulo”, publicada em 26/11/30). No mesmo dia 29, noticiando a criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, o editorial destacaria: “É claro que não se pode esperar deste simples ato administrativo a virtude de resolver em poucos dias os conflitos entre o proletário e o capital e todos os problemas ligados ao trabalho. Mas representa um passo para a resolução de tais problemas”. Os trabalhadores, portanto, que confiassem, pois “(...) qualquer agitação neste momento perturbará a obra reconstrutora do governo revolucionário e nos afundará ainda mais no caos econômico e financeiro (...). Todos estamos na obrigação de concorrer para a manutenção da paz e da ordem, a fim de que, no tempo mais curto volvámos ao regime constitucional (...)” (19/12/30).

Reivindicações

Pouco a pouco vai se evidenciando, no entanto, que o que entravava a volta ao regime constitucional não eram as greves e o mo-

vimento operário em geral, e o jornal vai se voltando contra os que seriam os reais adversários da constitucionalização, os tenentes, que dispunham do beneplácito de Vargas. A partir deste ponto começa — primeiro através dos artigos de V. Cy, depois pelos próprios editoriais — uma nova disposição de reivindicação dos compromissos assumidos na campanha da Aliança Liberal. V. Cy, por exemplo, em artigo intitulado “Reforma da Constituição”, após lembrar palavras textuais de Getúlio “para caracterizar a ‘orientação revisionista’ dos revolucionários”, distingue duas correntes principais entre os que divergiam nos termos das mudanças pretendidas: a dos “revisionistas”, que pretendiam manter como base fundamental a Constituição de 1891, fazendo as modificações que os 40 anos de regime demonstraram necessárias; e a dos “reformadores”, que pretendiam abandonar aquela Constituição e substituí-la por uma nova, original. Estes representariam o espírito radical, contrastando com os primeiros, de espírito conservador. Em seguida alertava para as “tendências claramente fascistas” de um projeto novo publicado no *Jornal do Comércio*, para concluir que “o fermento fascista é um desses perigos cuja ação há de se querer fazer sentir por ocasião da reforma constitucional” (21/12/30).

Os editoriais começariam cautelosamente: “O Brasil quer justiça e moralidade. Tiraram-no do regime da lei. Deseja ele apenas, agora, que a revolução o ponha de novo, no prazo mais curto dentro desse regime” (23/12/30); ou realçando que revolução não é só destruição: “(A revolução) destrói para construir. (...) Os fatos virão mostrar em breve, estamos convencidos disso, que ela tem capacidade também para construir, política e economicamente, um Brasil novo” (28/12/30). Criava-se, portanto, uma expectativa em torno de uma breve retomada da legalidade, para se poder começar a “reconstrução da nacionalidade”.

O tom ficaria mais enérgico, com V. Cy cobrando a revogação da Lei de Imprensa e lembrando que o movimento revolucionário estava obrigado a cumprir os compromissos da Aliança Liberal: “(...) foram os discursos do sr. João Neves da Fontoura e dos seus companheiros de batalha parlamentar, foram os manifestos do sr. Antônio Carlos, foi a atitude do sr. João Pessoa que prepararam a vitória da Revolução. Esta contraiu portanto um débito líquido e certo para com a Aliança Liberal e está moralmente obrigada a endossar os compromissos que ela havia assumido frente à nação” (“A Lei de Imprensa”, 11/1/31). O sentido dessa lembrança estava em que havia quem defendesse “a tese de que a revolução, surgindo de causas mais remotas e mais amplas, adotando métodos radicais de violência que não estavam dentro dos quadros da Aliança, (constituíra) um movimento independente desta pelo seu próprio caráter extralegal”. Eram identificados pelo autor como “elementos da extrema esquerda revolucio-

nária”, os mesmos que um pouco antes, ele havia caracterizado como fascistas. Essa aproximação esdrúxula entre extremos opostos, que vai ser repetida mais vezes, tinha a ver com o temor de que o Governo enveredasse pelo caminho das expropriações arbitrárias de propriedades particulares. No caso, referia-se à “idéia, que se atribui ao governo, de reservar para si, em todos os jornais, diariamente, uma certa percentagem do espaço total”, o que vai ser logo adiante taxado em editorial de “desapropriação quotidiana da propriedade alheia”. Contra isso, lembrava ainda “ao governo que a Constituição não foi revogada na parte em que protege o direito de propriedade e que também continua em vigor o dispositivo do Código Civil que obriga o poder público a indenizar o uso que fizer da propriedade particular”. E, prevenindo o que podia estar sendo articulado: “As reformas que se venham a fazer não podem entrar em conflito com o sistema geral da legislação, que ainda está em vigor, sob pena de se estabelecer no país, em matéria de direitos, um caos tremendo. As relações jurídicas têm que assentar em alicerces sólidos. Se forem frágeis os alicerces, correm perigo não só o edifício jurídico como a superestrutura social” (13/1/31).

Começa a “Campanha da Reconstitucionalização”

Neste ponto distinga-se que, nos primeiros meses de 1931, o tom começava a ser enérgico em relação aos temas da reforma constitucional e, por extensão, a tudo o que interessava manter dos “princípios da Constituição de 1891”. No que se refere à legislação trabalhista ou às medidas de proteção ao café, o Governo Provisório continuava a merecer apoio ou a ser digno de receber “esclarecimentos” sobre a necessidade de algumas medidas.

No mês de março, o registro de que se estava solidificando a influência dos tenentes junto às decisões do Governo Provisório aparece no jornal, junto à “confissão” deste, de que se sentia distanciado das mesmas decisões. O repisamento do perigo do comunismo, por outro lado, deixava entrever uma certa desconfiança quanto ao caráter das aproximações do Governo e da Interventoria com o movimento operário, o que o jornal temia. Aparece um editorial bastante elucidativo a respeito: “Há, evidentemente, qualquer coisa nos meios políticos. Percebe-se que se desenha um movimento para imprimir nova orientação à atividade das forças políticas que têm a responsabilidade da revolução. Sem voto nos conselhos deliberativos, achamo-nos no direito, em todo o caso, de exprimir a nossa opinião sobre o que o Brasil espera de seus novos diretores. Em primeiro lugar, ele espera disciplina e ordem. Em segundo lugar, espera trabalho e honestidade. Em terceiro lugar, enfim, espera pronta liquidação do acervo de males e vícios que o regime deposto nos legou e volta rápida, tão rápida

quanto possível, ao regime constitucional. Essas esperanças não se compadecem com qualquer sistema de caráter fascista ou de caráter comunista. (...) A tradição histórica de nossa vida, desde a Independência, tem sido liberal, e qualquer desses regimes é a negação do liberalismo. (...) Tanto o comunismo como o facismo são governos de classes (...)" (5/3/31).

Por um "Paulista e Civil no Governo de São Paulo"

De fato havia alguma coisa nova. Na mesma edição aparecia o manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, criação de João Alberto e Miguel Costa, para aglutinar as "forças revolucionárias" sob a sua direção. O jornal ainda fazia alguns apelos no sentido da "harmonia entre os que se ergueram contra a oligarquia (editorial sobre a recepção ao gen. Isidoro Dias Lopes, 10/3/31), e conclamaria o Interventor a não deixar de utilizar os quadros do P.D. para governar (11/3/31). O P.D. havia deixado o secretariado em dezembro de 30, mas permanecia, formalmente, apoiando o Interventor. As hostilidades recíprocas, porém, já eram acentuadas. Tanto assim, que no início de abril haveria o rompimento com João Alberto, seguido de afastamento de funcionários estaduais ligados aos *democráticos* e invasão da sede do P.D. Mesmo registrando e lamentando o acontecido, o jornal mantém a linha editorial de equidistância relativa, ou seja, de intercalação de elogios (cada vez mais restritos à legislação trabalhista) com sugestões e reivindicações. Mas V. Cy passa a exacerbar sua crítica: "No momento (...) não se trata de entregar o governo de São Paulo a este ou aquele partido (...). Trata-se de entregar a sorte de São Paulo à gente de São Paulo" ("Consciência Paulista", 19/4/31); "A gente que está de fora tem a tendência simplista e ingênua de supor que o 'espírito revolucionário', se traduz no propósito de realizar os fins para os quais aparentemente foi feita a Revolução, que se acham consubstanciados no programa da Aliança Liberal. Mas parece que não é. Os sintomas indicam que o 'espírito revolucionário' é coisa diferente (...). (...) Desde o momento em que S. Exa. qualificou a democracia representativa de 'romantismo político', toda a sua oração é uma prédica em favor do alargamento sem limites das funções do Estado que, segundo S. Exa. precisa 'tudo envolver e controlar' para acabar intervindo soberanamente na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias e nas relações do comércio. (...) isto não é criar um Direito Novo, pois que este já existe. É o Direito Fascista ou o Direito Bolchevista. Para qual deles vamos?" (V. Cy, "O Discurso Programa", 10/5/31, sobre o discurso de Getúlio Vargas de 4/5/31).

O clima é esse quando se noticia, em maio, a união do Partido Republicano e do Partido Libertador, no Rio Grande do Sul

(12/5/31), a carta de Borges de Medeiros a Getúlio pressionando-o a levar o país ao regime constitucional (8/5/31), o aparecimento de um movimento pró-constituente em São Paulo (15/5/31) e a fundação de uma Liga de Defesa Paulista, de origem perrepista, que conclamava os *democráticos* para formar uma frente única nos moldes dos gaúchos, pela união da família paulista nas questões em que estivessem em jogo os interesses econômicos e a dignidade de São Paulo, para garantir a autonomia de São Paulo, para despertar no paulista o senso de patriotismo em relação a São Paulo, e para defender os interesses do comércio, lavoura e indústria de São Paulo quando ameaçados pelos outros Estados (29/5/31).

A partir de junho, mesmo sob censura depois do dia 6, os editoriais ainda repetidamente invocam a necessidade da constituinte, mas de tal modo que não impedem que, com a demissão de João Alberto da interventoria no Estado, este venha a indicar o nome de Plínio Barreto, redator-chefe do jornal, para substituí-lo. Provavelmente esta foi uma tentativa de João Alberto de ganhar apoio das "facções" paulistas no momento em que era visível haver desentendimento entre ele e Miguel Costa, pretendente à Interventoria. A campanha desenvolvida por este e seus partidários contra Barreto, acaba por fazer com que viesse a ser indicado Laudo de Camargo. Claro que este, "paulista e civil", não era o nome de agrado de Costa, mas a indicação foi aceita por Osvaldo Aranha, que fez ver a Vargas a oportunidade da nomeação.¹

A despeito dessa manifestação de boa vontade e da nomeação de um *tertius* "paulista e civil", ainda não se estabeleceriam as condições para a estabilização do domínio do Governo Provisório em São Paulo. Camargo, distanciado dos partidos tradicionais, não era considerado suficientemente "paulista". A campanha pela constituinte continuava ganhando adesões, de tal modo que "São Paulo polariza, assim, todo o movimento contra o governo federal e o estado de fato. Na conferência de Cachoeira (novembro de 1931), Borges de Medeiros, Raul Pila e Flores da Cunha iniciam movimento de solidariedade aos paulistas; em Minas, (...) o Partido Republicano Mineiro se une a Olegário Maciel, e ambos lutam a favor da legalidade constitucional. Na Bahia, a indicação de Juracy Magalhães para a interventoria (setembro de 1931), desencadeia processo de reação (...). O Partido Democrático (...) inicia, a partir de janeiro de 1932, movimento de solidariedade a São Paulo, com o apoio dos estudantes e outros grupos sociais".²

(1) Edgar Carone, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, DIFEL, 1974, p. 305.

(2) Idem, *ibidem*, p. 306.

A "Revolução Traída"

Passada a pequena trégua ocasionada pelo convite ao seu redator-chefe, o jornal prosseguirá a campanha pela Constituinte, gradativamente exacerbando a sua crítica, mas sempre "em termos altos". Fazendo-se cada vez mais ponderável a presença dos *tenentes* e tornando-se cada vez mais visível que havia concordância por parte de Vargas quanto aos princípios defendidos por aqueles, a linha de crítica adotada passa a ser dirigida para o que teria sido a traição da Revolução de 30. É o que transparece, por exemplo, nos reparos feitos ao Código dos Interventores, reparos quanto à oportunidade de seu aparecimento: "Havendo demorado tanto e aparecendo precisamente no instante em que se alastra a propaganda em prol da Constituinte, ele surge agora menos como expressão de uma necessidade nacional do que como expressão da vontade em que a ditadura está de permanecer no seu posto e de prolongar o seu domínio. (...) Se até agora vivemos sem ele e se a Constituição não deve tardar, a sua existência se tornou dispensável" (2/9/31). Ou nos comentários sobre a possibilidade de transferência do governo de Minas, único estado que ainda tinha governador e não interventor como os outros: "(...) o governador mineiro teve um papel realmente importante na revolução e não a traiu até hoje" (editorial, 6/9/31). Ou quando apela "(...) aos idealistas que existem entre os revolucionários para que contenham os que deixaram de sê-lo" (9/9/31).

Mesmo assim, para confirmar "os termos altos" em que fazia sua crítica, o jornal não deixaria de fazer os elogios cabíveis quando aparece o anteprojeto da lei eleitoral, "ato indispensável para a volta do país ao regime constitucional" (13/9/31). Apenas fazia reparos à inclusão do voto feminino, questão que deveria ter sido deixada para ser definida pela Constituição a ser elaborada: "A projeção brusca da mulher brasileira no cenário tumultuoso da política sem um largo período de preparação, parece-nos uma temeridade" (15/9/31). V. Cy discordava do sufrágio universal estabelecido pela Lei de Alistamento, que se acoplava à primeira (20/9/31). No seu esforço de recuperação da legalidade, o jornal ainda aplaudiria o código dos interventores como uma boa medida: "Fora da Constituição é o máximo que se poderia desejar" (27/10/31).

Pela "Autonomia de São Paulo"

O tom de oposição ficaria mais evidente a seguir, após a demissão de Laudo de Camargo e a designação de um novo militar e não-paulista, Manuel Rabelo; com a demissão de José Maria Whi-

taker do Ministério da Fazenda, altamente prestigiado pelo jornal; e, com o rompimento do P.D. com o governo federal (notícia de 13/1/32). O descontentamento com Manuel Rabelo é bastante explorado, voltando-se à carga com a idéia da necessidade de um "paulista e civil" (ou criticando as razões por que isso não acontecia) e fazendo do "caso paulista", o "nó vital da presente situação política" (15/1/32). É o reinício da defesa e exaltação do regionalismo paulista, que tem como marco a notícia do comício na Praça do Patriarca (25/1/32), no aniversário da cidade. O jornal destaca a fala de Júlio de Mesquita Filho: "O gênio paulista agora ofuscado pela passagem fugaz de uma nuvem sem consistência, reflete-se, luminoso, em todos os campos da atividade nacional. O seu poder criador se mede pela própria grandeza da comunhão brasileira. Centro aglutinador da nacionalidade, São Paulo resistiu a uma prova quatro vezes secular. Tão dilatada experiência vale por uma cabal demonstração de que somos daquela matéria dura como o bronze e maleável como ele, em que a natureza vazou, segundo Mommsen, os povos feitos para resistir aos impiedosos embates da História e de que nos cabe como um imperativo histórico o direito de primogenitura no concerto da nacionalidade. Não exageramos, senhores, e se porventura houver quem nessa afirmativa queira ver a explosão do sentimento regionalista, que atente para as consequências decorrentes da profunda perturbação verificada no nosso organismo e resultantes da presença de corpos estranhos nos seus centros motores. (...) Anulada a autonomia de São Paulo, o Brasil se transformou num 'vasto deserto de homens e de idéias'. Quem o afirma é um dos paladinos da revolução. E se o nosso afastamento da direção da coisa pública equivaleu à implantação do caos e da desordem em toda a extensão do território nacional, (...) o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em que, tomado o fio da nossa evolução, São Paulo voltar ao seu lugar de 'leader' insubstituível da nação. Estará longe o raiar dessa madrugada? Quem ousaria afirmá-lo diante desta multidão?" ("O dia de S. Paulo", 26/1/1932). A voz da Comunhão paulista ilustrada se fazia ouvir na praça pública.

O número e o entusiasmo da assistência presente deve ter impressionado Mesquita Filho, assim como impressionou também aos *tenentes*. O chefe de Polícia, por exemplo, teria declarado logo a seguir que iria tomar enérgicas providências contra as *idéias* prolapadas no comício do dia 25 (notícia, 28/1/1932). Em editorial, o jornal repele, desde logo, qualquer acusação de separatismo, insistindo num governo civil e paulista para São Paulo (28/1/32) e reproduz as moções de solidariedade recebidas. Vinham dos liber-

tadores gaúchos, importantes na medida em que “a voz do Sul é a própria voz da democracia indicando ao Brasil o caminho da salvação”; vinham do P.R.P., recentemente reorganizado a 19 de janeiro e de outros estados. Manuel Rabelo escreveria a Vargas dizendo da dificuldade de continuar na Interventoria (Notícia, 3/2/32).

Forma-se a Frente Única Paulista; Radicalização Revolucionária do Jornal

Com o suceder dos acontecimentos de fevereiro, a situação acaba se tornando insustentável para o interventor Rabelo. A 16 de fevereiro formou-se a “Frente Única Paulista” entre o P.R.P. e o P.D., tendo em vista reivindicar autonomia para o Estado e a volta ao regime constitucional. O jornal saúda-a como o “primeiro passo para a definitiva união de São Paulo” (16/2/32). Com novas manifestações populares a 24, na data do aniversário da Constituição de 1891, promovidas pela Liga Paulista Pró-Constituinte, com as disputas entre os tenentes por causa de São Paulo e com a crescente radicalização do tenentista Clube 3 de Outubro, Getúlio tenta manobrar pelo flanco, nomeando interventor Pedro de Toledo, “paulista e civil” (mas afastado há muito tempo do Estado, pois era embaixador de carreira). Esperava-se desse cidadão de pouco mais de 70 anos, que satisfizesse os ânimos paulistas “sem perigo de que pudesse galvanizar a opinião, a ponto de fazer ressurgir, no cenário federal, uma política paulista na acepção consagrada pela tradição nacional”.³

Durante todo o mês o jornal mantém os seus adversários *sob fogo cerrado*, de tal modo que se sente alcançado quando Maurício Cardoso, da pasta da Justiça, faz apelo à imprensa para moderar a linguagem com relação ao Governo Provisório, para que este não tenha que recorrer à censura (Notícias do Rio, 23/2/32, sobre uma conferência de Maurício Cardoso com Getúlio Vargas, depois de uma viagem do primeiro a São Paulo). A culminação de seus ataques se dá quando noticia e comenta o empastelamento do *Diário Carioca* por membros do Clube 3 de Outubro: “O ataque vandálico à redação e às oficinas do ‘Diário Carioca’ foi o primeiro sinal que uma das correntes (revolucionárias) pelo menos está disposta a lançar mão dos recursos da violência, dos argumentos da força, com des-

prezo da lei e da autoridade (...)” (Notícias do Rio, 28/2/32); “Reflitam os homens de senso, tanto os militares como os civis, e digam-nos, depois, se é isso, uma ditadura que não sabe prevenir atentados dessa espécie, o regime que o Brasil necessita. (...) Foi para isso, para destruir a propriedade particular, para sufocar a liberdade de imprensa, para suprimir todas as garantias militares, para introduzir na sociedade brasileira os hábitos e os costumes dos sertões devorados pelo cangaço (...) que a revolução se desencadeou?” (Notas e Informações, 28/2/32).

A impunidade dos que provocaram o empastelamento do jornal carioca provoca o afastamento de vários políticos gaúchos: Maurício Cardoso deixa o Ministério da Justiça, Batista Luzardo, a chefia de Polícia, Lindolfo Collor, o Ministério do Trabalho, João Neves da Fontoura, o Banco do Brasil, Barros Casal, a Imprensa Nacional (Notícias do Rio, 4/3/32). Esse fato dá alento ao eixo São Paulo-Rio Grande do Sul, que se vê reforçado pelos demissionários no Sul. Reflexamente, o Clube 3 de Outubro faz uma manifestação a Getúlio Vargas em Petrópolis. Pedro Ernesto falando pelo Clube, estimula Getúlio a ações mais enérgicas: “(...) Tem governado S. Ex.^a dentro dos sentimentos de bondade, calma e bom-senso, o que tem trazido a muita gente a dúvida de energia, rapidez e prontidão de ação. (...) Chegando porém o momento em que V. Ex.^a sente a necessidade de atos de força, como nos parece ter chegado, estamos convictos de que os fará e para isso tem o apoio absoluto de todos os revolucionários. (...) O povo (...) sabedor de todos os atos de V. Ex.^a em moralidade administrativa, defendendo denodadamente o patrimônio nacional, conservará por tempo quanto necessário a pessoa de V. Ex.^a para completar o saneamento da administração nacional, pondo de parte, para quando for necessário, a Constituinte (...)”. Getúlio agradecia e aproveitava para responder com energia, mas sem perder a perspectiva própria: “(...) Sois a vibrante mocidade civil e militar que não quer ver a revolução afundar-se (...) enquanto os falsos pregoeiros da democracia são arautos de um regionalismo anárquico e dispersivo, contrário aos mais altos interesses da nacionalidade. Sob a aparência de apelo à Constituinte, e defesa de uma autonomia que sempre violaram, procuram apenas voltar ao antigo mandonismo (...). Pretendem esses profissionais da política assessorar o governo instituído pela revolução (...). A volta do país ao regime constitucional virá, terá de vir, está na lógica dos acontecimentos. Essa volta processar-se-á, porém, orientada pelo governo revolucionário (...). Cumpre-nos fazer a reconstrução moral e material da pátria (...). Devemos empenhar-nos em manter a ordem, a confiança e a tranqüilidade. É isso que o povo deseja para trabalhar, só assim poderemos ultimar rapidamente a

(3) Paulo Nogueira Filho, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista — A Guerra Cívica — 1932 — 2.º v., Insurreição Civil*, Rio, Livr. José Olympio Editora, 1965, pp. 54-55.

obra de reconstrução moral e material prometida pela revolução, e nesse sentido estou disposto a agir firme e resolutamente, contando com o auxílio e colaboração de todos os brasileiros dispostos a servir, não os seus interesses, mas os altos destinos da pátria" (Notícias do Rio, 5/3/32).

Conjugado a este pronunciamento e tendo em vista sobretudo a situação altamente instável do Rio Grande do Sul, aparecem declarações de Osvaldo Aranha: "Continuarei a servir ao governo, porque estou convencido de que esta é, na emergência, a única forma de servir o Brasil e o Rio Grande do Sul. Abandonar o governo nesta hora é desertar a revolução. (...) Não sirvo a homens, não sou por tenentes, por generais, nem por políticos. Sou pela revolução. Pelas idéias, pelos princípios, pelas finalidades que animaram a vitória de outubro. Tenho a certeza de que essas idéias e princípios os são do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul nunca foi de homem. Sempre foi do Brasil" (Notícia, 5/3/32). Complementando a contra-ofensiva governamental, circulam boatos de que Maurício Cardoso não teria se demitido da Justiça, estando no Rio Grande, como emissário político de Vargas; e de que a Frente Única Revolucionária teria mandado uma moção de solidariedade ao governo. O jornal trata de desfazer estes boatos, denunciando diretamente Góes Monteiro e Miguel Costa como responsáveis pela tentativa de fazer confusão com a Frente Única dos paulistas ("Política da Confusão", 5/3/32).

Enquanto cada um dos lados prosseguia com suas ações de campanha, o jornal continuava na sua posição de crítica e contestação ao governo revolucionário, salvaguardando entretanto a figura do novo interventor Pedro de Toledo, a quem havia saudado benevolmente por ocasião de sua posse. Possivelmente havia intenções táticas de poupar o interventor, pois — ainda que "paulista e civil" — o seu secretariado não era do agrado da Frente Única. A maioria dos nomes vinha da gestão Rabelo, e eram afastados dos partidos tradicionais.⁴

Seguindo-se às ações de contra-ofensiva que Getúlio e seu grupo haviam empreendido, e que chegariam à divulgação da idéia de acabar com as Forças Públicas estaduais, aparece a ação temporizadora dos mineiros, também em frente única: Antônio Carlos, Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes e Olegário Maciel. Getúlio Vargas tenta uma nova aproximação com paulistas e gaúchos, enviando Osvaldo Aranha para São Paulo para solucionar a composição do secretariado. A 6 de maio, ainda sem uma solução definida, o secre-

(4) Idem, ibidem, p. 94.

tariado em exercício pede demissão. Getúlio Vargas, prosseguindo sua ação temporizadora, nomeia comissão para elaborar anteprojeto da Constituição e marca eleições para o prazo de um ano (Notícias do Rio, 15/5/32).

A polarização, no entanto, havia chegado a um ponto que tornava difícil um encaminhamento conciliatório. Veja-se como foi recebido o Manifesto à Nação com que foram anunciadas as últimas medidas: "As passagens mais interessantes do manifesto são aquelas em que o chefe do governo provisório define a sua doutrina política momentânea. Essa doutrina consiste, por assim dizer, na ausência de qualquer doutrina. Politicamente, S. Ex.^a revela-se de um empirismo absoluto. Não tem diretrizes nem programa (...). O chefe do governo provisório considera insuficientes para a remodelação política do Brasil, os postulados da Aliança Liberal. A ideologia revolucionária exige mais. Reclama campo mais vasto e transformações mais profundas. Não nos diz porém o sr. presidente da República o que se contém nessas ideologias e até onde S. Ex.^a as acompanha" (17/5/32). A palavra do presidente já não merecia confiança, não estava lastreada numa conduta de agrado da Frente Única paulista, com a qual o jornal revelava grande identificação, neste momento. Não se tratava de identificação com os partidos que a formavam, embora continuasse a haver proximidade com os democráticos, mas identificação com a Frente, com a encarnação do "sentimento paulista": "Parece que o governo federal e os revolucionários mais extremados ainda enxergam em São Paulo membros do P.R.P. e membros do P.D. É uma visão errada. Em São Paulo só existem agora paulistas que desejam o governo da sua terra, a volta do país ao regime constitucional e a canalização do movimento revolucionário no sentido das tradições e das aspirações nacionais" (18/5/32, ainda comentando o Manifesto do dia 13).

Sendo a Frente Única formada tendo em vista um objetivo *dos paulistas*, reunindo vários partidos e agremiações, dá autenticidade e oportunidade ao discurso "apartidário", feito em nome dos "interesses coletivos", à voz da Comunhão paulista. Por essa via, intensificou-se também a prática política do "grupo do Estado", estando Júlio de Mesquita Filho envolvido pessoalmente nas principais negociações. Desse modo, a desaprovação do jornal ao manifesto governamental equivalia à desaprovação que a Frente também fazia. Talvez ao desinteresse desta, na medida em que via crescer as possibilidades de sua expansão e de mobilização de apoio para sua causa. As "classes conservadoras", por exemplo, expressariam ao governo provisório suas apreensões frente ao problema criado com a interinidade do secretariado demissionário e solicitando que Pedro de Toledo, "pres-

tigiado pela opinião pública e perfeitamente a par das necessidades imperiosas do momento”, fosse autorizado a “dar à presente crise a solução urgente que ela reclama, organizando sem demora o seu secretariado definitivo (...)” (“Apelo das classes conservadoras paulistas ao governo provisório”, 20/5/32). Talvez a apreensão maior fosse com as greves que estavam eclodindo durante o mês em São Paulo, mas ao apontar como solução a liberdade de nomeação do secretariado para Toledo, configurava-se a adesão das “classes conservadoras” para a causa da Frente Única, pois o Interventor já estava disposto a nomear um secretariado recrutado nas suas fileiras.

É o que o jornal noticia a seguir: “Após manifestações populares que sacudiram a cidade durante dois dias, foi dada nova organização ao governo paulista, que ficou constituído por elementos da Frente Única” (“A situação no país”, 24/5/32). Entre eles, foi indicado Armando de Salles Oliveira para a Fazenda. Este, presidente da empresa S.A. O Estado de São Paulo, recusou o cargo, alegando que não seria ético o diretor de uma empresa em negociação com o Banco do Estado vir a ser Secretário da Fazenda. Miguel Costa foi destituído da Força Pública. As manifestações populares incluíram passeatas e depredação das instalações do Partido Popular Paulista e do jornal *A Razão*, ligados a Costa.

A sensação de euforia decorrente de se constituir numa força ascendente que tomava a iniciativa é indistarcável nas ações da Frente Única, a partir deste ponto. Coligada com a Frente gaúcha e com a aquiescência da Frente mineira, como fruto dos *Entendimentos Preliminares* havidos entre Júlio de Mesquita Filho, por São Paulo e João Neves da Fontoura, pelo Rio Grande e que haviam obtido aceitação de Minas,⁵ a caminhada no sentido da contestação militar ao Governo Provisório é acelerada. O tom que o jornal assume é o de adesão ativa, deixando a tradicional postura de “observador distanciado”. Por exemplo, em relação às medidas extraordinárias adotadas pela Região Militar, agora comandada por Manuel Rabelo, como homem providencial para a ocasião, reivindicaria: “Diante destes fatos (resolução do “caso paulista”), convirá, portanto, que cessem por parte das autoridades federais as medidas extraordinárias que tomaram para assegurar a ordem no Estado de São Paulo. A Força Pública está perfeitamente aparelhada para cumprir esse dever (...). Pareceu a quase toda a gente, que, adotando essa resolução, o sr. comandante da Região Militar quis subtrair a Força Pública à ação direta do governador do Estado” (01/6/32).

(5) E. Carone, op. cit., p. 310; P. Nogueira Filho, op. cit., p. 255 e segs.

Outro exemplo sugestivo são os textos de preparação da opinião pública: “Falou-se há meses em um acordo entre os Estados do Rio Grande, Minas e São Paulo para a defesa dos princípios básicos da democracia e para uma campanha em prol do regime constitucional. (...) Volta-se hoje, novamente, a tocar ao mesmo assunto, correndo a notícia de que o acordo se fará. Seja bem-vinda essa notícia. (...) Com o prestígio de que dispõem e com elementos que contam a seu serviço, os três Estados poderão constituir uma ‘frente única’ invencível para combater os excessos de extremismos e as ideologias perniciosas.” (Notas e Informações, 9/6/32). E ainda: “Os entendimentos entre São Paulo e Rio Grande do Sul para a defesa intransigente da autonomia estadual, defesa para que concorrerá, também, Minas Gerais se houver necessidade disso, estão contribuindo poderosamente para a tranqüilidade dos espíritos. Já se generalizou a convicção de que qualquer atentado à autonomia dos Estados, venha de onde vier, será repellido com energia (...)” (Notas e Informações, 10/6/32). “Agora é que vamos realmente entrar no regime democrático e praticar em sua plenitude o sistema do governo representativo. É essa a conquista máxima da revolução, e tal importância tem que, por causa dela, se devia tentar, como se tentou, a aventura arriscada que é sempre um movimento revolucionário” (Notas e Informações, 11/6/32). “(...) não compreendemos o clamor que levantou, em certos meios revolucionários, a constituição do atual governo paulista. A transformação que se operou em São Paulo, não é uma volta ao passado mas uma marcha para o futuro” (Notas e Informações, 14/6/32). “Estão oficialmente rompidos os entendimentos entre o chefe do governo provisório e as frentes únicas estaduais para a recomposição do Ministério. (...) Não são risinhos os dias que nos esperam. (...) Estamos cientes, agora, de que o ditador civil deliberou imprimir à sua administração e à sua política caráter francamente militar” (Notas e Informações, 1/7/32). “(...) os revolucionários extremistas querem levar o Brasil a uma ditadura militar. Para evitar isso, foram constituídas as frentes únicas. (...) Se não se afirmar imediatamente a orientação do governo no sentido constitucional descerá sobre a nação uma noite de atribulações (...)” (Notas e Informações, 3/7/32). “A persistência da cooperação política entre os partidos paulistas é indispensável não só para a defesa da autonomia do Estado como para a campanha em prol da Constituição” (Notas e Informações, 6/7/32). “Continuam os atentados contra a liberdade de imprensa. (...) Não seriam necessários outros fatos para que se abominasse o regime ditatorial. Regime sem meios para garantir a propriedade particular e assegurar aos cidadãos o direito de exprimir livremente o seu pensamento é regime inadequa-

do a uma terra civilizada e a um povo independente" (Notas e Informações, 8/7/32).

A nove de julho a revolução constitucionalista eclodiu. Durante toda a campanha, permaneceu o jornal como incentivador das ações bélicas paulistas, quer demonstrando a justeza da causa, quer apontando as ameaças e perigos que a ditadura representava caso fosse vitoriosa; quer exaltando vitórias, quer omitindo derrotas nas batalhas. O clima de exaltação e vitória inevitável foi interrompido bruscamente: "O gen. Bertoldo Klínger, comandante das forças constitucionalistas, depois de examinar a situação das tropas combatentes, após cerca de três meses de luta incessante, deliberou solicitar do governo ditatorial um armistício para discussão das condições em que se poderia obter a pacificação do país" ("Armistício entre os exércitos combatentes", 30/9/32; não sai nada em Notas e Informações. Desde quando estourou o movimento, as manchetes e todas as notícias davam a impressão de que o debacle das forças ditatoriais era iminente. De um dia para o outro — 29 para 30 — a situação aparece como totalmente mudada, revelando-se grande superioridade das forças governamentais).

Devolução da Autonomia, Reconstitucionalização e Compromisso

Se o intervalo entre 1930 e 1932 foi marcado por um longo e demorado afastamento entre as posições do jornal e do Governo Provisório, o intervalo entre 1932 e 1934 o seria por uma rápida reaproximação. Essa reaproximação se daria em nome da *união paulista*, de que o jornal, "partidariamente desinteressado", continua a ser o porta-voz.

A tarefa que o jornal se propõe inicialmente é a de manter em pé a causa: "São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez, o assombroso movimento de reação que ele desencadeou para restabelecer no Brasil o império da lei não foi estéril. O que não se conseguiu hoje se conseguirá amanhã. O que se encerrou ontem (...) não foi a luta pela redenção do Brasil: foi o primeiro episódio da batalha iniciada que só terminará com a vitória completa da mais bela, mais nobre e mais brasileira das por que até hoje mãos brasileiras empunharam armas" (4/10/32). Por certo que as palavras do texto estavam carregadas de justificativas para uma intensa e arriscada mobilização que não tinha sido bem-sucedida. Entretanto, tinham também uma carga de predição.

Mesmo com a derrota militar dos paulistas, a manutenção da estabilidade do Governo Provisório e, a longo prazo, do regime estabelecido em 1930, estava ameaçada. Vargas tinha conhecimento de que na Europa e na zona do Rio da Prata, no Paraguai e na Bolívia,

onde encontravam-se os exilados, tramava-se a rearticulação das forças contrárias à sua permanência no poder. Sabia que essas forças tinham algum respaldo internamente, nos setores que continuavam a lhe fazer oposição, aberta ou dissimuladamente.⁶ Agregue-se a isso o fato de que as finanças e os negócios estavam debilitados e seu reerguimento passava forçosamente pela reativação das atividades econômicas de São Paulo, o estado com maior capacidade produtiva instalada.

Era preciso, pois, criar as condições para que São Paulo voltasse a trabalhar "em paz", isto é, em consonância com o Governo Provisório. Segundo informantes da confiança de Vargas e de Osvaldo Aranha (e do próprio testemunho deste), aquelas condições estavam sendo dificultadas pelas ambições políticas do governador militar (interventor depois de 24/1/33) Waldomiro Castilho de Lima.⁷ Suas ações faziam antever uma nova campanha por um "paulista e civil", ainda que incluíssem nomeações do agrado dos partidos tradicionais, traindo tentativas de aproximação ou ganho de simpatia (como foi visto no capítulo anterior, Fernando de Azevedo foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em São Paulo; houve outras nomeações — Teodoro Ramos, Prefeitura — ou indicações para nomeações federais no Estado — Plínio Barreto, Reynaldo Porchat, para o Tribunal Eleitoral). Gradativamente, no entanto, a utilização que fazia do Instituto do Café, do Departamento das Prefeituras e da Chefatura da Polícia tornava claro que pretendia sobrepor-se às classes dominantes locais, o que fatalmente levaria às reações de praxe.

Vargas não queria ter outra vez diante de si o "caso São Paulo", não vinha ao encontro de seus interesses contrariar um impulso tão forte quanto o da reconstitucionalização.⁸ Um exame da correspondência dos exilados entre si (e que era interceptada) e dos informes que lhe traziam seus homens de confiança, mostrava haver um setor disposto a entrar em entendimento, o dos *democráticos* ligados a Francisco Morato.⁹ Os remanescentes do grupo, no Brasil, participavam ativamente das articulações da Chapa Única por São Paulo

(6) Hélio Silva, "São Fatos, Não São Palavras", 1.^a parte de 1933 — *A Crise do Tenentismo*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

(7) H. Silva, "Outra Vez: São Paulo", "Missão Justo de Moraes" e "A Interventoria Paulista", in op. cit.

(8) "(...) em 26 de outubro (de 1932) o governo reorganiza comissão para elaborar anteprojeto de Constituição e marca a data da futura eleição (3/5/33)". Cf. E. Carone, op. cit., p. 317. Ver, também, H. Silva, "Outra Vez: São Paulo", op. cit.

(9) H. Silva, "A Derrota Divide os Aliados", "Os Horizontes se Aclamam" e "Missão Justo de Moraes", in op. cit.

Unido, que congregava elementos do P.D., do P.R.P., representantes da Associação Comercial, da Federação dos Voluntários e da Liga Eleitoral Católica. A astúcia recomendava, portanto, testar a força desse agrupamento, o que requeria soffrear o ímpeto com que o interventor (seu aliado) Waldomiro Lima tratava de consolidar uma base própria e solapar as bases adversárias. O interventor criara o Partido da Lavoura e o Partido Socialista e seus correligionários espalhavam o boato de que todos os eleitos pela Chapa Única teriam seus direitos políticos cassados.¹⁰

O jornal mantinha-se cauteloso nos meses que se seguiram à revolta. Alguns de seus principais líderes e redatores haviam partido para o exílio: Júlio de Mesquita Filho, Vivaldo Coaracy, Francisco Mesquita, Paulo Duarte. Armando de Salles Oliveira assumira a direção, substituindo Mesquita Filho (desde 1927, Salles ocupava a presidência da empresa). A grande preocupação, em torno da qual giravam os editoriais, era a política cafeeira, que naquele momento tinha importância especial: tratava-se de preservar os mecanismos e artifícios da "defesa do café" e de, mostrando os "erros" da política cafeeira, nesse sentido, preservar os cafeicultores das investidas do interventor que os tentava arregimentar com a sua política no Instituto do Café (Notas e Informações, Notícias, de outubro de 1932 a fevereiro e março de 33; não há alusões à estratégia do Interventor, mas a inferência faz sentido no contexto geral).

As eleições para a Constituinte é que virão representar uma nova oportunidade para o jornal aparecer como incentivador claro e inequívoco de uma campanha política. Era outra oportunidade para a voz da Comunhão paulista, na cena política. Durante o mês de abril, quase que diariamente estará ao lado daqueles que expressavam novamente o "sentimento paulista": "Atendendo-se à exigüidade do tempo para a organização da chapa, feita, como foi, mediante indicação de todos esses agrupamentos, não se pode dizer que ela se haja afastado do critério liberal. (...) Já pusemos em relevo, outro dia, o que há de elevado e nobre nesta conjunção de esforços entre classes, grupos, partidos e pessoas para a eleição de uma bancada que, na Constituinte, seja realmente a intérprete do sentimento paulista e possa, como tal, defender não só o princípio federativo como os outros que interessam à autonomia dos estados brasileiros e, principalmente, do Estado de São Paulo, cujas tradições neste particular são notórias" (13/4/33); "Não vejam os eleitores na chapa única que se organizou outra coisa senão a chapa de São Paulo. (...) O

(10) H. Silva, "Missão Justo de Moraes", in op. cit.

momento não é de rivalidades partidárias nem de hostilidades pessoais. Partidos e indivíduos desapareceram. O que está em cena é São Paulo. (...) Para os destinos da nossa comunhão é decisiva a luta que se vai travar. Tal seja o seu desfecho, São Paulo ou retomará o curso da sua prosperidade antiga ou soçobrará no naufrágio total da sua grandeza. (...) Trata-se de salvar um sistema de princípios, um gênero de vida, uma organização social (...). O que a todos deve preocupar é a manutenção da autonomia de São Paulo no quadro da federação brasileira. O que a todos interessa é que se não rompam as tradições liberais da nossa história (...)" (14/4/33); "Resultado da união de todas as classes, a chapa única é bem a chapa de São Paulo. Não pode representar São Paulo, mas apenas uma pequenina fração de São Paulo, quem for à Constituinte com o mandato ou de uma classe de industriais, ou de lavradores, ou de operários, ou de uma classe de capitalistas. Na chapa única fundem-se todos os matizes de opinião e congregam-se todas as atividades laboriosas da terra paulista. (...) Se não fosse por ela, São Paulo iria para a Constituinte com as forças dispersas. O prestígio político que a vitória da Revolução de 1930 lhe arrebatou, ele só o readquirirá surgindo na Constituinte com uma bancada em condições de enfrentar o estudo de todos os problemas com isenção de espírito e sem outra preocupação que a de reconstruir a República em moldes tais, que nenhuma aspiração coletiva seja contrariada, nenhuma liberdade fundamental sufocada, e nenhum interesse particular venha a sobrepor aos interesses nacionais" (28/4/35).

Os resultados favoreceram amplamente a Chapa Única por São Paulo Unido contra o Partido da Lavoura, o Partido Socialista, a Ação Integralista Brasileira, a União Operária e Camponesa etc. Ao contrário do que seria de esperar, o jornal não comemorou a vitória, restringindo-se a apontar a *lisura* das eleições. De fato, tinha havido *lisura*, mas sob garantia da 2.ª Região Militar. Provavelmente o jornal preferiu não interferir nas gestões que estavam em curso para a substituição de Waldomiro Lima na interventoria.

Fortalecido pelos resultados, o grupo da Chapa Única "informa" continuamente Vargas das ocorrências no Estado e sugere providências no sentido de isolar Waldomiro Lima. Vargas passa a pedir listas de três ou cinco nomes aos grupos interessados na disputa. Por divergências internas da Federação dos Voluntários, a Chapa Única acaba por apresentar duas listas: uma, em comum com a Federação e, outra, das demais correntes que compunham a Chapa; a Federação apresentou em separado o nome de sua preferência e que contava com a simpatia dos *tenentes* de Juarez Távora (tratava-se de Benedito Montenegro, vetado pelos demais grupos da Chapa); o grupo de Wal-

domiro Lima, já contando com a adesão de uma ala perrepista, divergente da Chapa, apresentou o nome do próprio Interventor.

Nas listas oriundas da Chapa, repetia-se o nome de Armando de Salles Oliveira, em torno do qual se trava uma intensa troca de correspondência. Um dos mais freqüentes missivistas de Getúlio, José Carlos de Macedo Soares, da Chapa Única, é um dos primeiros a se manifestar: "(...) Há um nome comum nas duas listas: é o do sr. Armando de Salles Oliveira, Presidente da 'Sociedade Anônima O Estado de S. Paulo', e atualmente orientador único do grande jornal, Diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e de outras grandes empresas. Foi o único nome por mim lembrado ao prezado amigo. O Dr. José Maria Whitaker autorizou-me a comunicar a V. Ex.^a que julga o Dr. Salles Oliveira capaz por todos os títulos para o espinhoso cargo. A M.M.D.C. e os estudantes aprovam francamente a candidatura do Dr. Armando de Salles Oliveira. Só faço um pedido ao prezado amigo: não solucione o problema da interventoria de São Paulo sem ao menos conhecer pessoalmente o Dr. Armando de Salles Oliveira".¹¹

Por seu turno, Juarez Távora passa a Getúlio Vargas a carta que Olímpio Falconieri, seu homem de confiança, chefe de Polícia de São Paulo, havia escrito ao *tenente* Tasso Tinoco: "O Justo (de Moraes) foi para aí levando, disse-me ele, cinco nomes de indivíduos capazes de governar São Paulo. Todos eles, apesar de não serem políticos militantes, são da mesma *mafia* de Plínio Barreto: do *Jornal Estado de S. Paulo*, o principal preparador do 23 de maio e 9 de julho. Será, para a revolução, um desastre se o Governo entregar a qualquer um desses homens o governo de São Paulo".¹²

Macedo Soares voltaria a se manifestar em seguida: "Agora que os jornais noticiaram que V. Ex.^a já recebeu o Dr. Justo de Moraes, e em seguida o Dr. Benedito Montenegro, posso vir dizer algo sobre o caso de São Paulo. O Dr. Justo de Moraes não encontrou na primeira reunião dos candidatos da Chapa Única dificuldade alguma quanto aos princípios que expôs relativamente às relações entre o Governo Provisório e São Paulo. Todos os candidatos, sem exceção, aceitaram a idéia da colaboração administrativa imediata dos paulistas; e dos entendimentos de ordem política, dependendo estes das atitudes do próprio Governo Federal em relação à interventoria e mais problemas que interessam a São Paulo. (...) O nome indicado nas duas listas foi o do Dr. Armando de Salles Oliveira. Confirmo

(11) Carta a Getúlio Vargas, 21/6/1933. Transcrita in H. Silva, op. cit., pp. 185-6.

(12) De 23/6/33. Cf. H. Silva, op. cit., pp. 186-7.

o que disse na última carta ao prezado amigo sobre este ilustre paulista. É um temperamento do naipe do Dr. José Maria Whitaker, apenas com mais malícia política".¹³

Há outras manifestações, guardadas por Vargas, pró e contra Salles Oliveira. Ainda se manifestaram contra, Flores da Cunha, interventor no Rio Grande e Juarez Távora, ministro da Agricultura. Flores: "Não sei se está por ti resolvido o decantado caso paulista. Quero, porém, dizer-te que tenho sérias apreensões sobre o que poderá ocorrer com a substituição do gen. Waldomiro por qualquer elemento das correntes que nos são ou nos foram adversas".¹⁴ Juarez: "Convidado, ainda há pouco, na reunião Ministerial desta tarde, a opinar sobre o nome do Dr. Salles Oliveira, que V. Ex.^a está inclinado a escolher para novo interventor federal no Estado de São Paulo, limitei-me a dizer, mais ou menos textualmente, o que aqui vai reproduzido: 'Faço juízo extremamente desfavorável da mentalidade dominante no grupo político que dirige o jornal *O Estado de S. Paulo*. Lamento, por isso, que o Dr. Salles Oliveira, candidato preferido por V. Ex.^a, pertença a esse grupo. Penso que, de todos os grupos políticos, que ora se agitam em São Paulo, é a Federação dos Voluntários o que melhores condições reúne para realizar uma obra de verdadeira renovação político-administrativa nesse grande Estado. (...) Consola-me ouvir do Ministro Osvaldo Aranha que o Dr. Salles Oliveira estaria disposto a governar São Paulo, de acordo com a Federação dos Voluntários".¹⁵

A decisão já tinha sido tomada, no entanto, com a carta de Getúlio Vargas dispensando Waldomiro Lima, de 14-7-33.¹⁶ Vargas escreveu, então, a Flores da Cunha explicando: "De acordo com a promessa anterior, de entregar o Governo de São Paulo a um interventor civil e paulista, representante da maioria da opinião do Estado, após as eleições de 3 de maio, em que a Chapa Única fez 17 deputados, iniciaram-se as *démarches* para a escolha do novo Interventor. Ouvido o gen. Waldomiro, que deixou em meu poder carta solicitando demissão, comprometeu-se a colaborar indicando uma lista de nomes para a minha escolha. Regressando a São Paulo, reuniu seus partidários, fazendo com que estes pleiteassem a continuação de seu nome na interventoria. Desobrigado, por essa falta ao compromisso assumido, comecei a ouvir os nomes indicados pelos representantes da Chapa Única e escolhi o Dr. Armando de Salles Oliveira que reu-

(13) Carta a G. Vargas, 3/7/33. Cf. H. Silva, op. cit., pp. 191-2.

(14) Telegrama a G. Vargas, 18/7/33. Cf. H. Silva, op. cit., p. 203.

(15) Carta a G. Vargas, 19/7/33. Cf. H. Silva, op. cit., p. 204.

(16) Íntegra in H. Silva, op. cit., pp. 201 a 203.

nia, em conjunto, melhores qualidades e a unanimidade das indicações, com o compromisso de trazer a Chapa Única para a colaboração com o Governo Constituinte, trazendo o Estado em situação de tranqüilidade, confiança e o compromisso formal de manutenção da ordem, desligando-se, inteiramente, dos elementos rebeldes e formando, à semelhança do Rio Grande, um novo e grande partido com o aproveitamento total ou parcial das outras correntes".¹⁷

Obtido o compromisso, pôde Vargas dizer a Salles Oliveira, ao lhe transmitir o cargo a 16-8-33: "Faço questão, Dr. Armando, de entregar o governo de São Paulo a um dos homens do 9 de julho".¹⁸ O que, por sua vez, deu margem a que O ESP saudasse a "restituição da autonomia": "Não há duas interpretações possíveis para esse ato de alta significação política. Designando para governar nosso Estado a personalidade que fora indicada pela maioria da opinião pública paulista, legitimamente representada pela corrente vencedora no pleito de 3 de maio, o governo restitui a São Paulo a autonomia administrativa a que o nosso Estado com tanta justiça aspirava" (17/8/33). "O ato do sr. presidente da República, nomeando como interventor em São Paulo um paulista, (...) é uma homenagem à opinião pública e à autonomia de nosso Estado" (18/8/33).

Agora, a "Reconstrução Nacional"

Ao falar da pessoa do interventor, no entanto, o jornal já deixava entrever que no seu programa não constava apenas o interesse particular de São Paulo: "Somos suspeitos para falar do cidadão digníssimo a quem coube a honra penosa de presidir os destinos do Estado neste delicado período de transição; o Sr. Armando de Salles Oliveira é um dos nossos companheiros de trabalho. Podemos, entretanto, afirmar que, além do pleno conhecimento das necessidades administrativas do Estado, ele vai levar para o governo um coração limpo de ódios e ambições, um espírito justo e equilibrado e um sentimento muito vivo dos deveres do poder público com a coletividade. Educado na escola liberal que é esta Casa, amando o Brasil com a mesma intensidade com que ama o Estado em que nasceu, a sua administração se orientará no rumo da harmonização de todos os interesses e da reverência a todos os direitos, com o objetivo único de servir ao Brasil pelo engrandecimento de São Paulo" (18/8/33, grifo I.A.R.C.).

(17) Integra in H. Silva, pp. 207-8 (grifo I.A.R.C.).

(18) Cf. depoimento pessoal de Júlio de Salles Oliveira; transcrito de Ricardo Maranhão, "Armando de Salles Oliveira". O ESP, 17/5/75, Suplemento do Centenário, n.º 20. Ver, também, E. Carone, op. cit., p. 326.

Convocada a Constituinte, Armando Salles fala aos deputados: "No momento em que se reúne a Constituinte, dissipadas para sempre todas as prevenções, devem os brasileiros se compenetrar de que nenhum entendimento será possível, e nenhuma obra realizável, se o debate das idéias não se travar sobre a rocha firme e indiscutida da unidade nacional. (...) Identificado com São Paulo, cheio de uma gratidão que nenhuma palavra poderia exprimir, tenho sempre, diante de sua grandeza, uma atitude de infinita humildade. Quando, porém, deixo os domínios do coração e me embrenho nos da análise, procuro em vão os motivos que poderiam arrastar um paulista a abraçar o ideal mesquinho, de egoísta utilitarismo, que julga resolver o problema de São Paulo pondo a felicidade no ponto mais baixo do horizonte, quase ao alcance da mão. (...) Eu, guiado tanto pelo sentimento como pela razão, creio que todo o fulgor da história de São Paulo, as admiráveis qualidades de seu povo, o seu ardente civismo, (...) seriam meras aparências se não se desenvolvessem no quadro largo do horizonte nacional"¹⁹.

O jornal prosseguiria no apoio ao Interventor e à ditadura, agora que estavam atendidos os seus principais reclamos, o da constituinte e o do interventor paulista e civil. E conclamava, também, a todos pela unificação nacional: "Aproximando-se de São Paulo e tratando-o com a consideração devida, demonstrou a ditadura a sua convicção de que, sem a colaboração espontânea e leal deste Estado não é possível, no Brasil, governo fecundo e duradouro. Cobrindo de aplausos esse passo do governo provisório, o resto do Brasil homologa o seu juízo" (31/8/33). Não deixava de aproveitar, entretanto, o ambiente de intranqüilidade ainda vigente, para enfatizar a necessidade da Carta Constitucional: "A Constituinte é a aspiração geral. Três anos de ditadura convenceram toda a gente de que sem a carta constitucional não se construirá, política e administrativamente, coisa alguma duradoura. Enquanto não vier a Constituinte, viveremos sem estabilidade e sem confiança. Regimes provisórios nunca favoreceram o desenvolvimento de país algum (...)" (1/9/33). A observação, entretanto, devia ser dirigida mais à ala contrária à reconstitucionalização do que ao ditador propriamente. Para consumo interno da Interventoria no Estado, inclusive, continuava o apoio ao regime vigente: "Estamos em regime de transição. Todas as responsabilidades do governo recaem sobre o interventor. Os prefeitos têm que ser, portanto, cidadãos de sua imediata confiança. (...) Para o bem de São Paulo, esperamos que não se fale mais em plebiscitos e que se permita ao interventor, como até agora, escolher os delegados de sua

(19) Discurso de 17/11/33, in Armando de Salles Oliveira, *Discursos*, S. Paulo, s.e., 1935, pp. 3 e 4; citado por R. Maranhão, loc. cit.

confiança para as prefeituras, dentro das normas até hoje seguidas" (21/10/33).

Ao lado dessas manifestações de apoio aberto à interventoria em São Paulo e cuidadoso em relação à ditadura, sempre ressaltando o seu acerto no caso de São Paulo, o jornal passou a apoiar intensivamente a atuação da bancada paulista na Constituinte. Em relação ao Interventor, ganham destaque, no início de 1934, a fundação da Universidade de São Paulo e suas ações no sentido da fundação de um novo partido, o Constitucionalista. A fundação da USP repercute de modo a possibilitar seu aproveitamento político. Um "observador econômico de São Paulo" assim escrevia em *O Jornal*, do Rio: "Os que fazem do sr. Armando de Salles Oliveira adepto *enragé* das novas tendências da 'economia dirigida' (referência a Roosevelt), estão completamente enganados. (...) Vai mais longe a sua sede de melhorar São Paulo. Sabe o interventor paulista que a missão de São Paulo tem de ser cultural. Acima dos interesses materiais, como cúpula final de sua grande obra administrativa, pretende o Sr. Armando Salles colocar a Universidade de São Paulo, grandiosa concepção de cultura, em cujo estudo estão empenhadas neste momento as mais belas e privilegiadas inteligências paulistas. (...) A Universidade de São Paulo nada terá a ver com organizações dessa natureza já existentes em nosso meio. Será coisa muito mais vasta e interessante. O que vale, porém, frisar neste momento de agitações e dúvidas é a essência da própria concepção. São Paulo (...) pretende lançar as bases de sua grandeza em forças de inteligência e de cultura" (transcrito por *O ESP* em 14/1/34); "A Universidade de São Paulo é o complemento natural da obra de cultura em que São Paulo está empenhado desde que conquistou, com a República, a sua autonomia e que, mais ou menos, em alternativas e avanços e recuos, vem executando numa série de ensaios de sorte vária. Sem ela não chegaríamos tão cedo, se um dia o chegássemos, a ser o laboratório de investigações científicas e o centro de alta e irradiante intelectualidade" (27/1/34).

Quanto ao novo partido, o jornal explicava: "mostraram os fatos e continuam a mostrar, que passou a era das competições estritamente partidárias e se inaugurou a da cooperação, ampla e intensa, entre todos os paulistas de boa vontade, sem distinção de classes e sem discriminação de agrupamentos políticos. A união sagrada, que soldou numa só legião durante o movimento constitucionalista a maioria do povo de São Paulo, deve continuar a ser, ainda e por muito tempo, o programa de todos os partidos. (...) " (1/2/34). A seguir, no mesmo texto, elogiava as agremiações que já haviam aderido à idéia, onde se podia notar não estar referido o P.R.P. A explicação seria dada mais adiante: "Surpresa não foi a atitude assumida por uma seção do velho P.R.P. recusando-se a coparticipar

do novo organismo partidário. Era atitude compreensível, prevista sem a necessidade de dotes divinatórios. O P.R.P., na última fase de seu predomínio político, antes de 1930, sempre se mostrou infenso e adverso à idéia de renovação dos quadros. (...) Ora, o Partido Novo, que surge em São Paulo, é nos seus fundamentos um produto do espírito de renovação, uma afirmativa do vigor da mocidade que nesta hora, em todo o mundo, proclama o seu direito a participar da vida civil e política, a colaborar na modelação do Estado e da sociedade. (...) O P.R.P. advogado do voto secreto; o P.R.P. partidário da representação proporcional; o P.R.P. defensor da legislação social; o P.R.P. escamoteando os principais pontos do programa de seus adversários com o intuito velhaco de deixá-los embaraçados, será tudo o que quiserem, mas não é mais P.R.P." (V. Cy, "Política Paulista — III", 10/2/34).

Não fora possível aproveitar a totalidade das outras correntes, mas sem dúvida formava-se um novo e grande partido de apoio ao "governo constituinte", como constava do acordo entre Salles Oliveira e Vargas. O jornal continuava dando cobertura a ele: "Um Partido Constitucionalista será, conseqüentemente e por muito tempo, no Brasil, um partido de necessidade atual. Compreensão exata da realidade tiveram os fundadores. Nítida compreensão da realidade revelaram, também, as agremiações partidárias que se fundiram nesse partido. A Ação Nacional, o Partido Democrático e a Federação dos Voluntários (...). O que os interesses de São Paulo e da República exigem é a ação conjugada de todas as forças criadoras do Estado para a defesa da organização social que adotamos e para a preservação da unidade nacional, ameaçada por extremismos de toda a ordem, que nos sondam" (1/3/34). E a Armando Salles, que falava de maneira mais direta: "(...) os passos paulistas terão de ser dados com os olhos voltados para todo o país. Porque ou São Paulo compreende as necessidades nacionais ou terá de renunciar à hegemonia política" (discurso no Palácio do Governo, transcrito a 8/3/34).

Paralelamente, o jornal apoiava a bancada paulista na Constituinte, contra as "idéias extravagantes" de eleger o presidente constitucional antes de votada a Constituição e transformar-se a Assembléia Constituinte em Assembléia ordinária: "A bancada paulista, pelo seu 'leader', já se manifestou contra essa ousada tentativa de perpetuação de uma assembléia cuja existência tem que ser obrigatoriamente limitada. Tomando essa atitude, ela interpretou fielmente o sentimento do eleitorado que representa" (16/3/34). Apoiava também a posição da bancada contra a apresentação das "emendas gaúchas", apresentando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência: "A Bancada paulista recusa-se a considerar sequer objeto de discussão as emendas gaúchas, tão monstruosas estas se apresentam. Os representantes de

São Paulo não podem sequer admitir a hipótese de que a Assembléia, numa vergonhosa capitulação de sua soberania, subscreva as emendas rio-grandenses. Se, porém, semelhante hipótese inverossímil viesse a se concretizar, é certo que a Bancada paulista saberá tomar a atitude que lhe compete" (24/4/34).

A 16 de julho de 1934 foi votada a Constituição. "Na primeira bancada estão presentes os Ministros Antunes Maciel, Washington Pires, Juarez Távora e Cavalcanti de Lacerda. Ao seu lado sentam-se os interventores Flores da Cunha, Benedito Valadares, Armando de Salles Oliveira, (...)"²⁰ A 19, o jornal comenta a eleição de Vargas como presidente constitucional pela Assembléia Constituinte com significativa complacência: "A eleição do Presidente da República pôs termo ao governo ditatorial inaugurado em 1930. Seria inútil discutir as vantagens e as desvantagens, a felicidade ou infelicidade da escolha a que a Assembléia Constituinte procedeu. Sejam quais forem os sentimentos pessoais de cada um de nós, em relação ao novo governo, a verdade é que a sua autoridade oriunda, a princípio, da força militar, está, hoje, consagrada pelas forças civis. O que era até ontem o resultado da violência, é, hoje, expressão da lei. É este o fato e diante desse fato manda o bom senso que nos curvemos. (...) Para nós, paulistas, o que mais importa é a segurança absoluta da nossa autonomia e o respeito de nossa dignidade. A primeira nos é dada pela Constituição, e o segundo nós saberemos exigí-lo quando alguém se atreva a não-lo recusar. Desde que nos possamos governar por quem for de nosso agrado e que possamos imprimir à nossa vida, dentro dos moldes constitucionais, a feição que nos aprouver, estaremos praticamente satisfeitos. Ora, tudo faz crer que assim sucederá. O maior interesse do governo da União é estar de boas pazes com São Paulo e não contrariar as suas legítimas aspirações. O que nos resta, portanto, após a promulgação da Constituição e eleição do Presidente da República, é nos prepararmos para a reorganização do Estado de acordo com a nova carta constitucional. Encerrada a primeira fase de campanha no terreno federal, devemos, agora, iniciar a outra no terreno estadual" (19/7/34). A 20 de julho, toma posse o novo ministério, do qual fazem parte, por São Paulo, Vicente Rao, Justiça e José Carlos de Macedo Soares, Exterior.²¹ No dia 25, o jornal estava exultante: "O que o ditador começou, o presidente constitucional concluiu: a emenda do erro na maneira de tratar São Paulo. O pedido de colaboração feito pelo chefe do governo federal

(20) H. Silva, 1934, *A Constituinte*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1969, p. 565.

(21) "O novo Ministério reflete a influência dos Estados, numa continuidade de relação entre estes e o governo federal (...)" E. Carone, op. cit., p. 325. Segue-se a relação dos ministros, por estados de origem.

aos homens de São Paulo faz esperar que a emenda seja completa e que a reintegração de São Paulo na Federação se opere fácil e rapidamente para benefício de todos. (...) o certo é que o convite do governo federal a São Paulo para participar da primeira administração constitucional, que se seguiu à revolução de 30, é indício de que vamos entrar em uma fase nova na vida política do país" (25/7/34; o jornal *esquece* que a escolha dos ministérios na fase antes de 1930 era feita assim, agradando aos estados).

O jornal, portanto, voltava a operar no registro da obtenção da autonomia, garantindo o compromisso. É de supor que acabaram por pesar as injunções de uma situação que, afinal, havia beneficiado os membros de seu grupo. Pois foi com a vitória da luta pela concessão de anistia aos revoltosos de 1932 que a bancada paulista desenvolveu na Constituinte, que puderam retornar ao Brasil, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e vários políticos aliados da causa constitucionalista, como Pedro de Toledo, Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura e outros. A medida, no entanto, irritou profundamente determinados setores militares que se reuniram em torno da candidatura de Góis Monteiro para a presidência da República. Isto atingia Getúlio, que pretendia permanecer no poder. Getúlio, então, "aproximou-se mais dos líderes políticos de São Paulo e Minas Gerais, com Armando Salles e Benedito Valadares à frente, além de se assegurar do apoio de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. *Afastando Daltro do comando da 2.ª Região Militar, fez com que Armando, se não apoiasse a sua continuação na Presidência da República, pelo menos se mantivesse neutro a respeito.* Terminados os trabalhos constitucionais em julho de 1934, a Assembléia realizou uma espécie de 'barganha' com Vargas. Este seria eleito indiretamente presidente constitucional, e em troca a Assembléia não seria dissolvida, transformando-se em Congresso Nacional por uma legislatura. *Em 16 de julho, a barganha concretizou-se, o que não só permitia o prolongamento do poder getulista como reforçava a posição dos grupos então dominantes nos Estados. Isto deu a Armando Salles melhores condições para a reorganização política paulista*"²²

Como se pode deduzir pelo final do texto, Armando se não limitou à neutralidade. E, de fato, teve as condições necessárias para a "reorganização política" do Estado, a começar com o afastamento do general Daltro Filho, que passara a lhe fazer oposição. Com as eleições para a Assembléia Estadual Constituinte e a vitória do Partido Constitucionalista sobre o P.R.P., "Armando de Salles Oliveira obtinha uma importante vitória. Garantindo a maioria da Constituinte paulista, depois transformada em Assembléia Legislativa estadual,

(22) Cf. R. Maranhão, loc. cit.

garantia também a continuidade de seu governo; terminados os trabalhos constitucionais, ele foi indiretamente eleito governador do Estado, cargo em que permaneceria até o final de 1936. Ao mesmo tempo, consolidavam-se em todo o Brasil os situacionismos estaduais, e institucionalizava-se a força de Getúlio".²³

O "grupo do *Estado*" chegava ao governo constitucional do seu Estado. Para o jornal, era a Comunhão paulista no poder, alardeando "vitória" de São Paulo. Para o "grupo do *Estado*" abria-se a possibilidade da conquista do poder nacional. Arrebatados pelas ilusões sobre a sua força, não aquilatavam com realismo a magnitude da força que os arrebatava.

(23) Idem, *ibidem*, grifos I.A.R.C. Ver, também, E. Carone, *op. cit.*, pp. 325 e 328-9.

CONCLUSÃO

O segundo momento do projeto da Comunhão é marcado pela reconstrução nacional a partir de São Paulo. A Revolução de 32 assume o significado da recuperação dos "verdadeiros ideais" democráticos da Revolução de 30, apesar desta possibilidade ter sido aberta pela situação de compromisso com a ditadura. Isto porque o compromisso é elaborado ideologicamente como a vitória das campanhas do jornal pela "regeneração dos costumes políticos da nacionalidade" e "efetiva instalação da democracia no Brasil" (significado que atribui à Revolução de 30).

Quando Júlio de Mesquita Filho, em 1932, afirma que o "nosso afastamento da coisa pública equivaleu à implantação do caos, e da desordem em toda a extensão do território nacional (...)", este *nosso* tem um duplo significado: o afastamento de São Paulo e o afastamento da Comunhão paulista. A recuperação do "destino" paulista, de pólo germinativo, seria obra da Comunhão.

É a elaboração ideológica do compromisso como imposição vitoriosa do projeto da Comunhão, o pano de fundo explicativo da vitória dos princípios, afirmados pelo projeto, de autonomia de São Paulo, de reconstitucionalização, da democracia, contra a centralização e a ditadura, aspecto que assume o projeto no período de 30 a 34.

Permanece no segundo momento a proposta de hegemonia cultural e política, assentada na pressuposição da Comunhão paulista ilustrada considerar-se estado-maior intelectual, com pretensões a atuar política e ideologicamente enquanto força dirigente superior aos partidos num plano de continuidade. A expressão desta pretensão, neste momento, é a chamada terceira posição, a do "público" capaz de se transformar em Estado, assumindo a perspectiva do "interesse geral", que corresponde, no primeiro momento, aos "elementos" dotados da capacidade de ter a "visão política", com a "missão superior" de propor os destinos da nacionalidade. Mais ainda, a atuação política e cultural do jornal, nos seus vários planos, expressa quase sempre nas suas "campanhas", tanto na "campanha de regeneração dos costumes políticos da nacionalidade", quanto na de "reconstrução da nacionali-

dade", teria o significado de um projeto de formação de um "público novo", capaz política e ideologicamente de empreender a "reorganização do Estado", "pela força das conseqüências benéficas, verificadas e reconhecidas", daquela atuação.

Reaparece a mesma concepção de uma divisão do "trabalho político" do primeiro momento: o "público" capaz de ver a sociedade sob o prisma do "interesse geral" e os "públicos" que não podem escapar da sua visão necessariamente parcial, montada nos interesses imediatos. É muito significativa a transposição desta proposição para o plano da Universidade, onde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, lugar do cultivo da "cultura livre e desinteressada", tem a função, que lhe cabe pela divisão do trabalho intelectual, da formação e reprodução da elite capaz de ver a sociedade sob o prisma do "interesse geral". Enquanto o lugar do "refúgio do espírito crítico e objetivo", do "universal", e especialmente da "razão", assume o significado do lugar onde o conhecimento pode ser elaborado dentro de uma perspectiva de unificação dos interesses sociais. Às demais instituições da Universidade, de caráter profissionalizante, caberia a função da formação e reprodução das elites para os quadros profissionais restritos, para as "sociedades secundárias" em que se secciona a sociedade, incapazes de uma "visão política" montada nos "interesses gerais".

É dentro destes pressupostos que o projeto da Universidade e o da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em particular, ganham um significado especial dentro do projeto político e ideológico mais amplo da Comunhão: é o lugar da formação e reprodução do "público novo", das elites dirigentes, e ao mesmo tempo a condição da conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política, de São Paulo e da Comunhão, dentro da nacionalidade.

A Universidade e a sua Faculdade de Filosofia são as herdeiras do projeto da Comunhão.¹

(1) Esse caráter de herdeiras da Universidade e da Faculdade de Filosofia fica acentuado quando se nota que na mesma época foram criadas duas outras instituições culturais de relevo, em São Paulo, mas que jamais tiveram por parte do jornal, porta-voz da Comunhão, um tratamento sequer aproximado ao dispensado às primeiras. A Escola Livre de Sociologia e Política foi criada em 1933 e, embora constando do seu manifesto de fundação as assinaturas de Armando de Salles Oliveira e de representantes da ala cultural do P.D., as demais assinaturas expressavam, fundamentalmente, uma ligação com o P.R.P. Os endossos do P.D. e de Armando de Salles Oliveira podem ser talvez explicados pela configuração política do momento de união paulista, na Chapa Única. O Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo foi criado em 1935, em plena gestão de Armando de Salles Oliveira, tendo havido mesmo a pretensão de convertê-lo em Instituto Paulista de Cultura e posteriormente em Instituto Brasileiro de Cultura. Armando de Salles teria chegado mesmo a incorporá-lo como parte do seu projeto para a presidência.

Efetivamente, a interventoria de Armando de Salles Oliveira, em São Paulo, um homem do "grupo do Estado", mesmo que fruto do compromisso, é elaborada ideologicamente como representativa da Comunhão no poder. É dentro desta perspectiva que o jornal postula a necessidade de que "não nos enfraqueçamos estupidamente em lutas partidárias de uma esterilidade absoluta"; que "saibamos subordinar as nossas paixões ao domínio da razão" (ou da Comunhão?); que "com um pouco de inteligência, seremos logo na União, e sem o mínimo sacrifício da nossa dignidade, o que temos o direito de ser" (editorial de 30/5/34 — grifos I. A. R. C.). Ou ainda, referindo-se aos adversários de Armando de Salles Oliveira, "os sobreviventes da agremiação política destruída em 1930" (o P. R. P.), como elementos "muito abaixo das exigências governamentais e políticas do Estado de São Paulo", pela sua cultura, pela sua competência, e pela sua habilidade. São Paulo não seria mais "terra para ser governada por homens dessa conformação espiritual". São Paulo não estaria mais na "infância política". Estaria emancipado com a Comunhão no poder (editorial de 26/9/1934). O problema de São Paulo na sua "infância política" não era a falta de "espírito cívico"; faltavam, "à frente do governo e do partido dominante, homens capazes de entender esse espírito e de marchar pelos caminhos que ele indica", no caminho da sua emancipação (editorial de 31/5/36, grifos I. A. R. C.).

Estas iniciativas não foram incorporadas ao projeto de "reconstrução educacional ou cultural que deveria partir de São Paulo, como propunha a Comunhão. Explica-se, possivelmente, por que a Escola Livre tinha, como seu principal inspirador e animador, Roberto Simonsen, ligado ao P.R.P., além de tratar-se de um centro que se propunha a formar a "elite instruída sob métodos científicos apta a estabelecer as ligações do homem com o meio social", que Simonsen entendia como a elite administrativa. Apesar de constituir-se também como reação cultural de São Paulo, saída da Revolução de 32, é um projeto distinto, que se evidencia ainda na formulação de que teria iniciado em São Paulo um movimento cultural que preparou o ambiente para a fundação da Universidade de São Paulo e do Departamento de Cultura (Simonsen). O Departamento de Cultura tinha como principais inspiradores e mentores, Mário de Andrade e Paulo Duarte, que também poderiam ser considerados representantes da ala cultural do P.D. Embora Paulo Duarte tivesse ligações próximas com o "grupo do Estado", pertencia ao P.D. Por outro lado, Mário de Andrade não tinha ligações com o "grupo do Estado", nem teria posteriormente simpatias pelo projeto da FFCL da USP, tal como ideado pela Comunhão. Esta precisava do controle das iniciativas que incentivava diretamente. Esta parece. Cf. O ESP de 16/4/33; R. Simonsen, "Rumo à Verdade", discurso oficial na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 27/5/1933 e *Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos*, Ed. da FIESP, SP, 1943, p. 13; Paulo Duarte, "Paixão de Mário de Andrade", in *Mário de Andrade por Ele Mesmo*, São Paulo, EDART, 1971, pp. 123 e segs.; Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, DIFEL, 1979, pp. 20 e segs.; Florestan Fernandes, "A Geração Perdida", in *A Sociologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Vozes, 1977, pp. 223 e segs.; Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Ática, 1977, p. 99.

O projeto de reconstrução nacional é caracterizado, neste segundo momento, por uma concepção de democracia que é a mesma do primeiro momento, mas que está aqui marcada por um temor mais acentuado da "rebelião das massas". Trata-se da democracia realizada pelas elites, onde o jogo democrático é garantido pela sua renovação incessante, dentro da concepção de divisão do "trabalho político", em que as massas não têm a competência para participar das decisões do interesse coletivo, concepção esta acompanhada por uma visão que identifica reivindicações sociais e trabalhistas, com caos e anarquia social, quando extrapolam a "justa causa" (editorial de 28/12/34). Trata-se de uma concepção cujo suporte está no fato de que a massa não pode ser emancipada politicamente, mas apenas *educada* politicamente.

A concepção de liberalismo que marca o momento foi caracterizada como uma posição que aceita a intervenção do Estado, numa faixa ampla e com limites variáveis, onde esta intervenção poderia ser mais forte ou menos forte, dependendo de "todas as contingências de tempo e de lugar" a que estão sujeitas "as condições da existência coletiva", concepção cuja matriz foi definida no primeiro momento como o "novo liberalismo".

Efetivamente, "as contingências de tempo e de lugar" marcam a "prática liberal" deste segundo momento, na direção de um comprometimento com a idéia de um "Estado forte".

A nomeação de Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor federal em São Paulo, pelo Governo Provisório, ainda em pleno período da ditadura, seria a primeira evidência a ser apontada. A interventoria ainda é a pura expressão da ditadura neste momento, muito embora o compromisso seja elaborado na discussão do jornal, como o "respeito pela autonomia de São Paulo", o reconhecimento de São Paulo ter o "direito de ser governado por seus filhos", no delicado "período de transição" (a ditadura). O comprometimento aparece salvaguardado pelo fato de Armando de Salles Oliveira ter sido "educado na escola liberal" que seria o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Uma segunda evidência é a da defesa das prerrogativas do interventor, num "regime de transição", de indicação dos nomes para as prefeituras, dos cidadãos de "sua imediata confiança", como "representantes diretos" do interventor (editorial de 21/10/33). Esta posição terá desdobramentos que levarão o jornal, nas discussões da Constituinte, a se posicionar contra a autonomia dos municípios em relação ao Estado, caracterizando a quebra de um dos princípios fundamentais defendidos pelo jornal nas suas "campanhas de regeneração política": "Nós mesmos já fomos intransigentes na repulsa

a qualquer intromissão do Estado na vida administrativa dos municípios. *Mas a observação dos fatos* abalou a nossa convicção doutrinária" (editorial de 26/1/34, grifo I.A.R.C.).

A posição do jornal diante da redação final do projeto da Constituição de 34 evidencia que apóia os direitos da coletividade contra os excessos do individualismo: "não há Estado, consciente do seu papel (...) que não trate cuidadosamente de acudir ao interesse coletivo, dando-lhe nas suas cogitações o lugar mais eminente". No que se refere à intervenção do Estado na vida econômica, especificamente à medida que autorizaria a União a monopolizar determinadas indústrias ou atividades econômicas, assegurando as indenizações devidas, afirma: "Asseguradas as indenizações (...) perde a medida o caráter revolucionário que poderia ter. É um socialismo mitigado, um socialismo em franca camaradagem com o individualismo. Verdadeiro socialismo de transição, ou, se preferem, de conciliação" (editorial de 3/7/34).

A aceitação da maior intervenção do Estado na política e na economia caminha *pari passu* com os desdobramentos da situação de compromisso com a ditadura. No limite aquela aceitação implicará efetivamente a defesa de um Estado forte, para a salvação da democracia, que vai configurar o terceiro momento do projeto da Comunhão.

PARTE III — A CRIAÇÃO DA MÍSTICA
NACIONAL

CAPITULO 5 — A Cruzada Anticomunista e a Missão da
Universidade

CAPÍTULO 5

A Cruzada Anticomunista e a Missão da Universidade

A criação da mística nacional é, para Júlio de Mesquita Filho, a missão paulista de “completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração (...)”, pois “*o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas Bandeiras*; e ou nós paulistas de hoje e de amanhã o resolveremos ou teremos irremediavelmente falido na missão que nos legaram os nossos antepassados”. A mística nacional deve recusar as duas mentiras: o fascismo e o comunismo. A Universidade de São Paulo tem a missão de irradiar “*para todo o país uma concepção nova das coisas*”; a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo teria como “principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva, ou para *falar a linguagem da época*, (...) a principal missão de criar no espírito da juventude e instilar na alma coletiva a mística nacional”.¹

Armando de Salles Oliveira fala na *mística da Pátria*. Referindo-se a um projeto para o Brasil, propõe que se “não somos, batizemo-nos todos mais uma vez nas *puras águas cristãs* e preparemo-nos para a marcha, com as imaginações aquecidas *por uma só mística, a da Pátria* (...)”.² A mística nacional incorpora neste momento os

(1) Júlio de Mesquita Filho, “Universidade, Realização da Revolução Democrática”, discurso de paraninfo da primeira turma de licenciados pela FFCL da USP em 25/1/37, in *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, pp. 166-167, grifos I.A.R.C.

(2) Armando de Salles Oliveira, “Discurso Pronunciado em São José do Rio Pardo” em 18/10/36, in *Jornada Democrática (Discursos Políticos)*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1937, p. 12, grifos I.A.R.C.

“ideais cristãos” e se opõe ao comunismo: “estamos impregnados do sentimento nacional, que oporemos às investidas marxistas da frente internacional”.³ A educação tem uma função essencial na construção da mística nacional: sendo “o problema brasileiro (...) um problema de educação”, é preciso fazer dela “uma irresistível força de disciplina e de solidariedade”.⁴ Referindo-se especificamente à Universidade de São Paulo, a ela atribui o papel da criação da mística nacional, no sentido do alargamento do projeto da Comunhão para o Brasil: da “torre simbólica, que se há de erguer para a sua reitoria, se espalhará para o Brasil uma luz inconfundível, que não somente será um guia para os brasileiros, mas ainda o ponto para onde eles se voltarão esperanças e consolados, nas vicissitudes de nossa pátria”.⁵ Com a sua criação pode falar a Comunhão que dispõe do “instrumento por meio do qual se prepararão as nossas elites dirigentes”.⁶

Há uma imagem, num dos discursos de Armando de Salles Oliveira, que sintetiza, admiravelmente, todos estes conteúdos. Refere-se ele ao monumento em honra dos bandeirantes, idealizado por Victor Brecheret, que o Governo de São Paulo toma a iniciativa de construir: “Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma *arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem*. É um instantâneo da vida de uma Bandeira, apanhado com impressionante felicidade. Tudo ali é força, movimento e ação. Os homens surpreendidos numa saída, caminham para o alto: *é o idealismo paulista em ação*. Alguns ajudando com um braço a puxar o batelão, com outro sustêm companheiros desfalecidos de fadiga ou de febre: *é a solidariedade, indispensável para o triunfo*. Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo: *é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir*. As figuras decrescem em tamanho: *é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social*, porque permite ao que está no ponto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta. Na frente do grupo a grande figura de mulher que representa a terra virgem, em cuja conquista os bandeirantes partem, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão: *é o pensamento dominando a ação*. E como de tudo isto, *de autoridade, de disciplina, de hierarquia, de solidariedade, de ação inteligente e construtora, de um largo, generoso e fecundo idealismo — de tudo isto é que o Brasil precisa*,

(3) Armando de Salles Oliveira, “Prefácio”, de abril de 1937, in op. cit., p. XVIII.

(4) Armando de Salles Oliveira, “Saudação às Classes Armadas da Nação”, de 25/1/36, in op. cit., p. 22.

(5) Armando de Salles Oliveira, “Discurso Pronunciado na Universidade de São Paulo”, em 26/12/36, in op. cit., p. 40.

(6) Idem, ibidem, p. 38.

propõe-se que esse monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovarem os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade. Pela Avenida Brasil, que dá acesso a todos os grandes caminhos de penetração — o Tietê e às estradas que levam ao Sul, a Mato Grosso, a Minas, e a Goiás — sairão, como saíram, grandes grupos de bandeirantes, que iniciarão uma nova etapa da sua obra, a *serviço da Pátria*”.⁷

A criação da mística nacional, como a projeção do projeto da Comunhão para o Brasil, é a nova etapa da obra paulista bandeirante, a serviço da Pátria, como no passado; é o idealismo do paulista em ação; é a arrancada de Bandeirantes para a conquista da Terra Virgem, a conquista da nação pela Comunhão. A mística nacional é sustentada no princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir, na hierarquia e na disciplina, os mais belos princípios da organização social, opostos à anarquia e ao caos, produtos da ação comunista, na sua tentativa de quebrar o princípio da autoridade. Finalmente, os bandeirantes sabem o que querem e para onde vão: é o pensamento dominando a ação, de que só é capaz a Comunhão, portadora da razão. Nesta condição, assume o seu destino histórico e propõe um projeto nacional.

Abria-se o terceiro momento com a Comunhão no poder, a representação ideológica do governo, em São Paulo, de Armando de Salles Oliveira: “São Paulo entrou de fato, com o governo do sr. Armando de Salles Oliveira, em uma fase de verdadeira atuação democrática” (editorial de 12/3/36). Segue-se imediatamente a proposta da “arrancada” da Comunhão paulista para a “conquista” do Brasil: “Essa forma de democracia, que é a que estamos praticando em São Paulo, com os resultados maravilhosos que todos contêmplam, por que não há de ser levada ao resto do país? Não será certamente imperialista (...) a ambição que nós paulistas tivermos de estender a todo o Brasil métodos que já fizeram sua prova e que produziram na sociedade paulista uma evidente elevação geral da dignidade do homem” (editorial de 29/1/37).

Este momento tem uma especificidade em relação aos demais: a Universidade está criada. Não sendo mais projeto, deve agora realizar a missão que lhe atribui a Comunhão, a formação das suas elites dirigentes. O momento configura-se, então, pela intenção, por parte da Comunhão, de garantir que a Universidade cumpra a sua “função superior”.

(7) Armando de Salles Oliveira, “São Paulo e o Brasil”, in op. cit., pp. 203-204, grifos I.A.R.C.

Por outro lado, a Comunhão continua a se expressar através do jornal *O Estado de S. Paulo*. Mas, agora, os discursos do governador de São Paulo e, a seguir, do candidato à Presidência da República, legítimo representante da Comunhão, são também a expressão da voz da Comunhão.

A Cruzada Nacional contra o Comunismo

O projeto da Comunhão, no seu terceiro momento, inclui a *cruzada* (não mais a *campanha*) nacional contra o comunismo, expressão preponderante da criação da "mística nacional": "Contra o comunismo e os comunistas é uma verdadeira cruzada nacional o que se exige e o que se impõe" (editorial de 18/12/35). Com ela, o projeto sofreria uma acentuada guinada na direção do autoritarismo, diante das "contingências de tempo e de lugar" e dada a exigência do "determinismo dos fatos".

No fim de 1934 e começo de 1935 sucederam-se várias greves a que o jornal atribuía a responsabilidade pela criação do caos e da anarquia, a grande justificativa que usou para encampar o projeto de lei contra a subversão, que começava a ser discutido na Câmara dos Deputados, de autoria de Vicente Rao, Ministro da Justiça.⁸ No que se refere às medidas punitivas aos funcionários públicos que também haviam se declarado em greve, o jornal apóia e ressalta especificamente os casos dos "professores que se aproveitaram da liberdade de cátedra, para a propaganda de guerra ou processos violentos para a subversão da ordem política ou social", que deverão estar sujeitos às penalidades da lei que vier a ser votada (editorial de 1/2/35). Justifica-se, logo a seguir, dizendo que o liberalismo, "perturbado na sua expansão pela interferência da Grande Guerra, (...) para não perecer, teve que restringir as suas aspirações, e conformar-se com o sacrifício de alguns princípios, que lhe eram caros. (...) Não pode mais defender com intransigência o (princípio) da irrestrita liberdade de pensamento e de propaganda de idéias". Mudou o caráter do liberalismo: "na sua fase atual consiste apenas na organização jurídica do Estado, na harmonização dos interesses do Estado com o dos indivíduos, na conciliação da autoridade com a liberdade, no equilíbrio dentro da lei, entre o que é de utilidade coletiva e o que é de benefício pessoal, na subordinação de todos os conflitos, pessoais ou sociais, aos ditames da razão e da justiça". Dentro destes parâmetros, o pro-

(8) Vicente Rao, do Partido Constitucionalista, era também professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e foi membro da comissão que assina o projeto do Decreto de criação da Universidade. Era muito ligado ao "grupo do Estado" naquele momento.

eto de segurança nacional não feriria o liberalismo, "esse liberalismo": "poderá contrariar o liberalismo absoluto, que é o da imaginação, mas se casa perfeitamente com o liberalismo relativo, que é o da realidade". O projeto seria um "ato de legítima defesa", "um recurso imposto pelo próprio espírito de conservação da sociedade e da democracia brasileira" (editorial de 3/2/35, grifos I.A.R.C.).

Atente-se para o fato de que a "cruzada" já se configurará antes mesmo da formação da A.N.L.,⁹ num processo que vai ganhando acentos cada vez mais autoritários. O jornal, por outro lado, o grande opositor da "onipotência governamental" e da "ditadura", de ainda há pouco, é agora o grande crítico das poucas vozes de oposição dentro da Câmara dos Deputados, a minoria parlamentar:¹⁰ "Qualquer movimento sedicioso que venha a explodir e que graças às deficiências da lei vigente, não possa logo ser abafado pelo governo, desorganizará completamente a vida nacional e nos colocará na situação horrível de um país anarquizado, onde tudo é incerto e precário, inclusive a vida e a segurança dos cidadãos. É isto que a minoria deseja? Não lhe fazemos a injustiça de supor que sim. Mas é isto que ela conseguiria se por desgraça nossa os seus objetivos parlamentares fossem alcançados" (editorial de 17/3/35). Mais adiante, a 27/6/35, passa a acusar frontalmente a minoria como responsável pelo avanço do extremismo.

A Cruzada Apóia a Lei de Segurança Nacional

Por outro lado, "cabe à liderança parlamentar de São Paulo a defesa da Lei de Segurança Nacional (...). Armando de Salles Oliveira é quem determina este apoio e o jornal *O Estado de S. Paulo* é favorável à colaboração".¹¹ Efetivamente o jornal a apóia: aprovada a Lei de Segurança Nacional, destaca o seu caráter constitucional, por não ter ferido a Constituição, nem ter atentado contra as liberdades individuais (editorial de 30/3/35).

Diante da formação da A.N.L. e da tentativa frustrada de realização de um comício, na passagem de 5 de julho, vai ganhando

(9) Cf. Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1976, esp. pp. 200 a 202.

(10) São elementos expressivos da minoria parlamentar, João Neves da Fontoura, Otávio Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e outros, que denunciam, entre 1934 e 1937, primeiro, o caráter de "verdadeiro golpe de Estado", da Lei de Segurança Nacional, e depois, as violências e prisões, e apresentam constantes pedidos de informações sobre presos (já num momento de suspensão das imunidades parlamentares, que aliás o jornal apóia). Cf. Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, DIFEL, 1974, esp. pp. 330 a 350.

(11) Edgard Carone, op. cit., p. 332.

força a cruzada anticomunista através da denúncia dos “perigosos centros de ação revolucionária” em que se teriam convertido os sindicatos (editorial de 6/7/35). A propósito do fechamento da A.N.L., afirma que “as provas que a polícia colheu até agora bastam para justificar a crença de que esse partido, sob a capa de liberalismo, se consagra à propaganda de uma ditadura à feição da ditadura dos soviets, e que para o êxito dessa propaganda não hesita em recorrer aos processos violentos e à instituição da greve nas massas operárias (...)”. Num alerta à necessidade de união das forças democráticas contra o comunismo, questiona a posição da minoria parlamentar que “diante do inimigo comum e do perigo real que ele representa para as instituições”, investe contra a maioria e a “autoridade constituída” (editorial de 21/7/35, grifo I.A.R.C.).

A união das forças democráticas contra o inimigo comum implica também a ação solidária com os católicos de todo o Brasil, no combate ao comunismo (editorial de 24/7/35). As forças católicas seriam as mais aparelhadas no combate ao comunismo: “Se nessa cruzada, o que pretende a Igreja, seja principalmente evitar que se construa, no Brasil, uma nova cidade sem Deus, dessa cruzada podem participar até os que não pertencem à Igreja, porque toda a nossa história é uma afirmação contínua de que a cidade brasileira só prosperou e cresceu porque foi, desde o princípio, uma cidade cristã” (editorial de 4/1/36, grifo I.A.R.C.).

Destaque-se que, alguns dias antes, o jornal propunha a sua campanha anticomunista já sob a forma de cruzada e Armando de Salles Oliveira, a incorporação dos ideais cristãos, num movimento que expressa uma tentativa de arregimentação de forças sociais para o projeto da Comunhão.

Justificação do Estado de Sítio e Apoio a Novas Medidas de Exceção

A partir da insurreição de novembro de 1935, o acento autoritário do discurso do jornal é ainda mais forte: defende o estado de sítio por 30 dias para todo o território nacional, numa linha de apoio à bancada paulista, que, monoliticamente, fica ao lado de Getúlio Vargas. A minoria parlamentar denuncia o perigo do poder indiscriminado do projeto, colocando-se contra a extensão do estado de sítio para todo o território nacional.¹² “Numa questão destas, e num momento tão delicado, qualquer restrição nos poderes que se concedam ao Executivo, para defender o regime político e social em que vivemos, vale moral e praticamente por um ato de cumplicidade com os subversores da ordem. Ou somos pelo comunismo ou somos contra

(12) Edgard Carone, op. cit., p. 342.

ele. Se somos contra devemos armar o governo de todos os recursos constitucionais para combatê-lo e aniquilá-lo, onde quer que ele trame, conspire ou lute” (editorial de 27/11/35, grifos I.A.R.C.).

Mesmo antes da insurreição, Armando de Salles Oliveira, em outubro de 1935, já defendia como programa do Partido Constitucionalista o poder central, “com uma autoridade cada vez mais forte”, numa linha de justificativa de que “há democracias fortes como há ditaduras fracas”. “Para resistir à maré extremista, aos golpes da demagogia, e aos enredos de todas as brilhantes fórmulas de ditadura, pediremos às urnas os governos de forte autoridade, escolhidos pela livre vontade da maioria dos cidadãos”.¹³

O jornal aprova ainda a reforma da Lei de Segurança Nacional, em dezembro de 1935, para corrigir as suas “insuficiências”. A reforma significa um novo endurecimento da Lei, que tem como consequência inúmeras prisões arbitrárias e destituições de funcionários civis e militares de seus cargos.¹⁴ Agora nem mesmo a Constituição é intocável, como no passado, dado que, se necessário for, emendas serão feitas, “pelo bem do Brasil” (editorial de 5/12/35).

Antes do término do estado de sítio, o governo pede autorização para a sua prorrogação por mais 90 dias, acrescida da “autorização para equipará-lo ao estado de guerra, se for preciso”.¹⁵ Em janeiro de 36, cria-se a Comissão de Repressão ao Comunismo, filiada ao Ministério da Justiça e idealizada por Vicente Rao.¹⁶ O clima que se formou com a instalação da Comissão de Repressão é totalmente incorporado pelo jornal, que passa a denunciar a propaganda comunista nos jornais, em livros e nas “casas de ensino”. As livrarias estariam cheias de obras nocivas e os jornais estariam publicando artigos e notícias de feição subversiva. Chama a atenção das autoridades em especial para os estabelecimentos de ensino secundário e superior: “Pela devastação que o comunismo tem feito no espírito dos moços, é razoável a suspeita de que, tanto nos estabelecimentos de ensino secundário, como nos de ensino superior, haja professores que pregam o comunismo livremente. (...) Olhem para as escolas. Delas é que nascem, para a sociedade, o bem e o mal” (editorial de 19/1/36, grifo I.A.R.C.). A função específica do ensino “é a formação de cidadãos capazes de servir a sua terra e defender eficientemente as instituições sociais e políticas que a regem” (editorial de 21/1/36).

(13) Armando de Salles Oliveira, “Discurso pronunciado em Marília”, em 13 de outubro de 1935, in *Jornada Democrática — (Discursos Políticos)*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1937.

(14) Edgard Carone, op. cit., pp. 344-345.

(15) Edgard Carone, op. cit., p. 343.

(16) Cf. Edgard Carone, op. cit., p. 346, e L. Werneck Vianna, op. cit., p. 202.

Paralelamente, Armando de Salles Oliveira passa a defender a posição de que as simples medidas de repressão seriam um paliativo, resolveriam apenas os embaraços do presente. Na raiz de todas as dificuldades e desentendimentos, estaria um problema de educação. Ao lado da defesa de um "poder executivo forte, capaz de assegurar a ordem pública, de reparar as finanças e de aniquilar as investidas bolchevistas", propõe "um largo programa de educação nacional". A alma desse programa seria a "estreita coesão entre a Universidade e o Exército, que passariam a ser alimentados por uma única corrente de fé patriótica. (...) Olhando para o que se passa nos grandes países, vemos que, para imprimir novo entusiasmo e dar novo sangue à mocidade, os nacionalismos de todos os matizes assenhoram-se da educação, dirigem-na e fazem dela uma irresistível força de disciplina e de solidariedade. A Itália, tornando inseparáveis as funções de soldado e de cidadão, dá caráter militar à severa educação de seus filhos. Na Alemanha, o Estado apodera-se da mocidade e impõe-lhe o culto da guerra, propagado e exaltado em todas as Universidades". Na França, "é a ação sobre a mocidade pelo estreitamento dos laços entre a Escola e o Exército".¹⁷ O editorial de 28/1/36 descreve e endossa o discurso.

Radicaliza-se mais ainda a posição do jornal nos meses que antecedem à prorrogação do estado de guerra. Coloca-se contra os pedidos de *habeas-corpus* para intelectuais comunistas, feitos pela minoria parlamentar (João Mangabeira): "Se a Corte Suprema tivesse atendido ao requerimento de *habeas-corpus* feito por algumas pessoas que se acham presas nesta capital, seria impossível à polícia exercer as suas funções preventivas e o governo ficaria sem meios de ação contra os que participassem de movimentos sediciosos" (editorial de 22/1/36). Defende a incomunicabilidade dos presos e apóia Filinto Müller: "A incomunicabilidade é condição essencial para que a polícia possa desenvolver as suas diligências. (...) Levantar a incomunicabilidade dos prisioneiros em situações como a atual é tirar à polícia um dos seus elementos principais de ação. É, por outras palavras, favorecer o movimento sedicioso e sacrificar a defesa da sociedade e das instituições políticas" (editorial de 23/1/36). Por outro lado, Filinto Müller agradece a colaboração de São Paulo na caça aos comunistas, nas visitas à Guarda Civil, à Força Pública e ao Go-

(17) Armando de Salles Oliveira, "Saudação às Classes Armadas da Nação", no banquete que o governo de São Paulo lhes ofereceu, em 25 de janeiro de 1936, in op. cit., pp. 20 a 22 (grifos I.A.R.C.). Esta saudação às forças armadas tem também o significado de uma tentativa de aproximação do governador de São Paulo a elas, condição fundamental para a articulação da sua candidatura à presidência da República. Cf. Edgard Carone, op. cit., pp. 366-367.

vernador do Estado, agradecimento este destacado em editorial do jornal de 30/6/36.

É a "democracia paulista" sendo proposta para a nação, conduzida pelo Partido Constitucionalista, vanguarda da Comunhão neste momento. Armando de Salles Oliveira expressa o projeto do Partido para o Brasil: "Se alcançamos o respeito de todo o país é porque somos conduzidos pela idéia nacional. (...) A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembleia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar. Por isso queremos o nosso partido cada vez mais poderoso — um dos pontos de apoio em que a democracia se firme para repelir os botes da demagogia e os assaltos do comunismo".¹⁸

A "arrancada" do projeto da Comunhão para o Brasil passava agora pela "cruzada nacional contra o comunismo". Cruzada cuja condução implicava um suceder de desdobramentos do compromisso com Vargas e cujo custo final será o corte pela raiz da possibilidade da candidatura de Armando de Salles Oliveira para a presidência. Evidenciava-se que a Comunhão não constituía o estado-maior intelectual, o partido ideológico que subordina os demais projetos para a nação, mas tinha acabado por se atrelar, pelos sucessivos desdobramentos do compromisso, ao projeto de Vargas. No momento em que tentou o seu vôo autônomo, ele não é mais possível, em função dos próprios mecanismos autoritários que a sua cruzada ajudou a construir.

Apoio ao Estado de Guerra

O jornal e o governo de São Paulo concordam com as sucessivas prorrogações do estado de guerra, até março de 1937. Muito embora já houvesse evidências de que receassem as sucessivas prorrogações. Isto não impede, entretanto, o seu declarado e irrestrito apoio às medidas governamentais.

Diante da declaração do estado de guerra de março de 1936, afirma o jornal: "O que precisamos criar no Brasil é uma *mentalidade anticomunista*. Mas para formar essa mentalidade, é indispensável, preliminarmente, que afastemos do cenário da política brasileira tudo quanto possa concorrer para o afrouxamento dos laços sociais" (editorial de 24/3/36, grifo I.A.R.C.). O "*estado de guerra não permite a intervenção do poder judiciário nos atos que o Executivo praticar em defesa da segurança nacional*. O estado de guerra é o mais sério a que pode chegar a República. Nem por isso,

(18) Armando de Salles Oliveira, "Discurso Pronunciado em Araraquara", em 2 de fevereiro de 1936, in op. cit., pp. 118-119, grifos I.A.R.C.

entretanto, será, sempre, um estado desesperador. Não nos parece que o seja nesta emergência. O governo tem ao seu lado, amparando-o na luta contra o comunismo, a absoluta maioria do povo brasileiro. *Não estão perdidas as instituições quando, para defendê-las, há perfeita comunhão de vistas e de vontades entre governantes e governados* (editorial de 25/3/36, grifos I.A.R.C.). O estado de guerra tinha sido declarado para a defesa das instituições e a garantia disto era a "qualidade dos homens no poder": "o ilustre paulista e distinto professor de direito que se acha à frente do Ministério da Justiça (Vicente Rao) é uma garantia de que assim há de ser" (editorial de 28/3/36). Segundo declarações de Vicente Rao, o estado de guerra não implicaria uma modificação na estrutura política do país, mas, simplesmente, a suspensão das garantias constitucionais que direta ou indiretamente pudessem comprometer a segurança nacional. O jornal identifica-se com esta postura, afirmando ainda que o "essencial é que nos abriguemos do regime de força e crueldade que seria o regime comunista" (editorial de 19/4/36).

Diante da afirmação de Getúlio Vargas, em discurso no Rio de Janeiro, de que o país atravessava um momento decisivo, que não comportava dubiedade de atitudes, bizantinismos jurídicos ou apelos demagógicos, o jornal sustenta que, diante do inimigo comum, as forças sociais e políticas da nação deveriam estar unidas (13/5/36).

Dentre as inúmeras manifestações de concordância ao estado de guerra, aparecem algumas indicações daquele receio, mas que não se configuram, nem são exploradas numa linha de oposição. A oposição continua a ser a minoria parlamentar, que, na sua ação "irresponsável", compactua com o comunismo. O jornal defende a reforma constitucional, "sem a qual o combate ao comunismo não terá a mínima eficiência". As atividades comunistas não cessariam nem com a prisão dos chefes principais do movimento extremista, nem com a decretação do estado de guerra. "Até hoje nada se fez de realmente sério e decisivo contra o comunismo, a não ser a vigilância policial. Se o estado de guerra fosse levantado teríamos amanhã ou depois, com absoluta segurança, a repetição de novas tentativas sediciosas. Ora, isto é deplorável. *Nem podemos viver, perpetuamente em estado de guerra, nem podemos trabalhar sob ameaça contínua de subversões da ordem pública*" (editorial de 18/6/36, grifo I.A.R.C.). A reforma constitucional tem um sentido muito preciso, não é menos autoritária. Trata-se de *abolir da Constituição as "conquistas liberais" que "tornam impossível a repressão do comunismo", de adaptar o "liberalismo da Constituição às exigências da vida real"* (editorial de 27/3/36, grifo I.A.R.C.).

Entretanto, o estado de guerra é prorrogado, com o apoio explícito do governo de São Paulo, com o voto da bancada paulista, e

com o aplauso do jornal, exaltando a união contra o comunismo: "Se ontem o comunismo não nos encontrou unidos para enfrentá-lo, hoje nos encontra. Hoje, não há mais, entre os que detestam essa ideologia de escravidão e miséria, a mínima divergência sobre a necessidade de combatê-la a todo transe. Diante dos seus assaltos calaram-se as paixões partidárias e o sentimento do perigo uniu os adversários da véspera num só corpo de lutadores" (editorial de 23/6/36). O jornal vai se posicionar ainda contra as imunidades parlamentares, defendendo abertamente o presidente da República no caso de prisões de deputados. Não há violação do poder legislativo pelo executivo, a medida é constitucional: "Dos atos que pratica no estado de guerra ou no estado de sítio, é obrigado o presidente da República a dar conta minuciosa em mensagem à Câmara dos Deputados, com as declarações prestadas pelas pessoas detidas e mais documentos necessários para que a Câmara os aprecie. Quando porém? Diz a Constituição expressamente que essa obrigação deve ser executada logo que o estado de sítio termine. *É a própria Constituição, portanto, quem não permite o debate sobre a legalidade dos atos praticados pelo Presidente da República, na vigência do sítio, antes que o sítio expire*". Aplauda ainda o jornal a licença concedida pela Câmara para o processo dos deputados "envolvidos no movimento extremista" (editoriais de 1, 4 e 10/7/36, grifo I.A.R.C.).¹⁹

E aplauda, em seguida, a criação do Tribunal de Segurança Nacional, apesar da denúncia da inconstitucionalidade da medida, feita por João Neves da Fontoura (minoridade parlamentar).²⁰

Em outubro de 36, é a vez de Armando de Salles Oliveira expressar uma posição de discordância quanto às prorrogações sucessivas do estado de guerra, sem no entanto tomar um aspecto de oposição. Persiste a situação de compromisso e seria prematuro o confronto com Vargas, na medida em que as possibilidades de um projeto nacional da Comunhão, com o apoio ou a neutralidade do Presidente, ainda não parecem totalmente esgotadas.

Seu discurso permite ainda identificar as forças sociais que está arregimentando em favor do projeto, a Igreja e o Exército; e as forças inimigas, o comunismo e o integralismo.²¹ Persiste o tom autoritário: "A lembrança *dos abusos do passado* (não dos abusos do presente, I.A.R.C.) e do funcionamento vicioso do antigo regime deixa hesi-

(19) Segundo Edgard Carone, op. cit., p. 348, é Vicente Rao quem encaminha pessoalmente ao Congresso o projeto de decreto que pede a suspensão das imunidades parlamentares.

(20) Edgard Carone, op. cit., p. 351.

(21) Armando de Salles Oliveira, "Discurso Pronunciado em São José do Rio Pardo", em 18 de outubro de 1936, in op. cit., pp. 10-11.

tantes muitos espíritos sempre que se fala em dar ao executivo novas atribuições que lhe permitam reagir com vigor contra ataques extremistas. Mas a hora é de luta e para a luta deve estar fortemente armado o poder que é o responsável pela sorte das instituições. O Parlamento brasileiro demonstrou que não teme a responsabilidade de dar ao executivo os meios de defender a nação em crises que a Constituição não previu".

Nota-se que a ênfase contra o fascismo e o nazismo não tem a mesma intensidade da posição anticomunista, pois recupera alguns traços positivos das experiências nacionais de países fascistas e nazistas: "Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal os poderosos métodos de propaganda por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país a palavra de união e de fé em volta da bandeira da Pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica (a mística — I.A.R.C.), o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora. Conservemos, porém, a nossa roupa, permaneçamos brasileiros".²²

O jornal comenta a repercussão do discurso (editoriais de 20 e 21/10/36 e artigo de V. Cy de 21/10/36) e enfatiza que é na democracia que efetivamente se tem de buscar o alívio e o remédio para os males sociais. Entretanto, "é preciso que não se confunda democracia com indisciplina e desordem. Dessa confusão foi que nasceu a desconfiança com que se olha a democracia e, principalmente, a sua modalidade romântica que chamam democracia liberal. A democracia verdadeira assenta na disciplina e na ordem e não exclui a razão e a hierarquia". Armando de Salles Oliveira teria se mostrado "muito mais amigo do povo, muito mais defensor de suas prerrogativas, muito mais vizinho do seu coração, que os apóstolos profissionais dos governos das massas". E expõe a sua concepção de povo: falando da democracia afirma o jornal que "nela governa-se para o povo, mas não se entrega o governo às mãos inexperientes das turbas. Do povo emanam os poderes, não é, porém, o povo que os exerce. O governo do povo, pelo povo, governo dos membros sem o concurso da cabeça, seria o caos" (editorial de 21/10/36, grifos I.A.R.C.).

Projeta-se para o terceiro momento do projeto da Comunhão a mesma concepção de divisão do "trabalho político", do primeiro e do segundo momentos. Só que, agora, a correlação entre incompetência das massas e produção de caos e anarquia é muito mais contundente. Não se trata mais de um "rebaixamento do caráter nacional", mas do caos e da anarquia, que para serem evitados exigem

(22) Armando de Salles Oliveira, op. cit., pp. 6 a 12, grifos I.A.R.C.

um cérebro fortemente armado, que elabore a mística nacional, assentada na disciplina, na ordem e na hierarquia.

Com isso, o projeto da Comunhão chegava ao auge da sua expressão autoritária.

A Candidatura e a Retomada dos Temas Constitucionais

Com o lançamento da candidatura de Armando de Salles Oliveira para a presidência da República, desfeito o compromisso com Vargas, compromisso que, estava visto, não levaria a Comunhão ao poder nacional, o seu discurso recupera o tom constitucional.²³ A candidatura, traduzida para o "sistema de princípios", passava a significar a defesa do "princípio constitucional da temporariedade das funções presidenciais": "São Paulo, mais uma vez seria intransigentemente pelo regime constitucional" (editorial de 12/5/37). Nem por isso cessa o autoritarismo anticomunista. Com a saída de Vicente Rao do Ministério da Justiça e sua substituição por Agamenon Magalhães, acusa o jornal, através de V. Cy, o afrouxamento das medidas anticomunistas: "houve uma desarticulação nos serviços de vigilância, de prevenção e de profilaxia contra o comunismo. A substituição do ministro da Justiça trouxe um hiato na continuidade das medidas de precaução. Houve talvez o afrouxamento de determinadas disposições (...) Perceberam-no logo os extremistas (...) Daí a audácia de seu atrevimento e o recrudescimento de suas atividades" (17/1/37). Não impede também a bancada Constitucionalista de votar pela prorrogação do estado de guerra, em março de 37.²⁴ V. Cy justifica, a 12/3/37, a posição dos Constitucionalistas. Não teria sido um "recuo de São Paulo", como corria: "Em vistas das declarações contidas na mensagem do governo reconheceram os representantes do Partido Constitucionalista as ameaças que, para a ordem política decorreriam da suspensão imediata e completa de todas as medidas excepcionais para armar a nação com os aparelhos para combater os efeitos do surto extremista. (...) Simultaneamente, reconhece o Partido Constitucionalista que o povo está fatigado de viver sob o regime excepcional do estado de guerra, com as restrições que o mesmo impõe ao direito e à liberdade, com a inconveniência óbvia de ser iniciada, sob esse regime de constrangimento, a campanha da sucessão presidencial". A bancada acaba por optar pelo apoio ao estado de guerra, mesmo que por um período julgado excessivo, porque negar aqueles poderes ao

(23) Sobre o rompimento do compromisso, ver Hélio Silva, 1937, *Todos os Golpes se Parecem*, Rio, Civ. Brasileira, 1970, pp. 284 a 295.

(24) A bancada paulista propõe um substitutivo, pedindo a prorrogação por apenas 30 dias, mas vota no projeto de 90 dias "para não cessar brusca-mente o estado de guerra atual". Cf. Edgard Carone, op. cit., p. 361.

governo seria "provocar o caos político e social". Escolhe o "mal menor".

Depois de março, o jornal assume uma postura mais clara de oposição ao governo federal, passando a falar da "centralização excessiva" dos atos do governo, incompatíveis com a autonomia dos Estados; dos "golpes nas instituições", que estariam enfraquecendo a democracia; da inquietação pela demora das providências governamentais, diante da ameaça comunista e do projeto alternativo de realização nacional da democracia paulista, que estaria sendo possível em São Paulo e que seria também no resto do Brasil (editorial de 9/5/37).

Em junho de 37 forma-se a União Democrática Brasileira, que o jornal entende como oposição ao governo constituída em "bloco unido, coeso pela identidade de objetivos (...) inspirado pelos altos motivos da concretização no Brasil dos princípios democráticos" (editorial de 12/6/37). Era o partido nacional que faltava para a realização da democracia brasileira.²⁵

As candidaturas alternativas à de Armando de Salles Oliveira são as de Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira e de José Américo, que tem o apoio de Getúlio Vargas. O jornal critica a propaganda dos integralistas, ressaltando que não há lugar no Brasil para as ditaduras, mas apenas para os regimes republicanos (29/9/37). Quanto a José Américo, seria um "bom governador para certas regiões do Brasil onde reina ainda o feudalismo dos velhos caciques provinciais". Como homem de governo, não teria ainda a mentalidade bastante desenvolvida "para carregar com a responsabilidade de chefia política e administrativa de uma grande nação como o Brasil" (editorial de 4/8/37).

Já a candidatura de Armando de Salles Oliveira estaria sendo lançada "não por um partido, mas pela própria Razão" (editorial de 19/5/37).

Nesta situação, com o lançamento de uma candidatura alternativa própria, a Comunhão foi apanhada pelo golpe de 10 de novembro de 37, após uma nova prorrogação do estado de guerra, em outubro de 37, que desta vez não apoiou. A 26/12/37 já se entrevê, na afirmação de que "da treva de hoje sairá a claridade de amanhã", a construção ideológica que vai permitir a recuperação do projeto liberal, descartados os conteúdos autoritários que serão projetados no Estado Novo.

(25) Sobre a estrutura da U.D.B., que aglomera todas as "facções e partidos" que apóiam Armando de Salles Oliveira, cf. Edgard Carone, op. cit., pp. 356-357.

A Missão da Universidade

A Universidade de São Paulo e a sua Faculdade de Filosofia, como as herdeiras do projeto da Comunhão no plano cultural, deverão realizar agora a "missão" (a "função superior" do primeiro momento) que lhes é atribuída.²⁶

Este terceiro momento do projeto é marcado pela intenção de garantir que a Universidade cumpra a missão de formar as elites dirigentes da Comunhão; de criar, especialmente através da Faculdade de Filosofia, a "mística nacional" a ser irradiada para todo o país; e de se constituir em "luz inconfundível", "guia para os brasileiros", "ponto de partida para onde eles se voltarão esperançados e consolados, nas vicissitudes de nossa pátria".

A Universidade deve expressar neste momento o projeto nacional da Comunhão, mas deve também forjar a resistência democrática contra as forças extremistas, numa tentativa de incorporação interna da cruzada nacional contra o comunismo.

A missão expressa uma guinada na direção do autoritarismo que marcou a criação da Universidade. Os cursos da Faculdade de Filosofia são instalados em setembro de 1934. Em janeiro de 1935, poucos meses depois, já é explícito o discurso autoritário dentro da própria Universidade.

Fernando de Azevedo, neste momento o principal representante da Comunhão dentro da Universidade, transita no mesmo universo ideológico dos seus legítimos representantes: ele expressa dentro da Universidade a guinada para o autoritarismo.

Segundo ele, a Universidade era o "último reduto de resistência" democrática, empenhado na defesa dos "valores eternos da liberdade, da justiça e da razão". Dada a sua "situação estratégica", se encontrava ameaçada pelas "patrulhas" das ditaduras da direita e da esquerda. Atingida a Universidade, a liberdade de pensamento seria estrangulada e o seu campo circunscrito "às ciências exatas e aplicadas", tal qual as "instituições politécnicas à maneira soviética".²⁷

(26) Cf. Júlio de Mesquita Filho, referindo-se à "missão da Universidade", in "Universidade, Realização da Revolução Democrática", discurso de parainfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 25/1/1937, in *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, p. 164. Cf., também, Fernando de Azevedo, "A Missão da Universidade", conferência pronunciada no Instituto de Educação, da USP, em 4/1/1935, in *A Educação e Seus Problemas*, tomo I, São Paulo, E. Melhoramentos, s/d., p. 53.

(27) Fernando de Azevedo, "As Lutas Políticas e a Universidade", 2.ª conferência, realizada a convite do Reitor da Universidade de São Paulo, a 27/10/36, na Faculdade de Direito, in *A Educação e Seus Problemas*, tomo primeiro, São Paulo, Edição Melhoramentos, s/d., pp. 125-127. Esta conferência é a 2.ª de

Se a “democracia capitular diante desse *assalto à Universidade*, ela cometerá um infanticídio sobre o seu próprio filho. A intimidade *ditadura oficial-ciência oficial*, selada sobre os despojos da liberdade de espírito, de pesquisa e de crítica, e consolidada pelo mais forte de todos os laços — a cumplicidade do professor político, é o mais grave perigo de amanhã para a democracia”.²⁸ Alerta ainda para a “traição dos intelectuais” que pregam a “intelectualidade militante”, “que desertaram das altas esferas do pensamento e da pesquisa, da solidão e do recolhimento, para se interessarem, sobretudo, pelo social e pelo político, e se imiscuírem nas lutas partidárias”.²⁹

Fernando de Azevedo ainda insistia que a Universidade, como a “instituição essencialmente democrática”, como o “último reduto de resistência”, deve se opor aos extremismos que a rondam, em especial, ao comunismo. É a “força disputando o primado à inteligência”, num processo que não é apenas nacional: “a uma época em que o mundo viveu de discussão livre sucede outra, a atual, em que o regime, vermelho ou reacionário, tende sempre a decretar: Senhores, acabou-se a discussão. (...) A vontade — a deusa desde 1900, e sobretudo a partir de 1918, entronizada em lugar da inteligência, é, *por essência; a que terminou a discussão*. ‘Daí a ação direta, o culto da violência que é a forma da vontade’ ”³⁰

A Universidade devia defender a democracia. Não se tratava, porém, da democracia liberal. As formas liberal e parlamentar da democracia estariam em crise, crise esta que teria levado a uma descrença da própria democracia. O “liberalismo não morreu”, porém deve “desprender-se das concepções um pouco gastas do princípio do século XIX, às quais ele se ligou um pouco demais e achar, sem mentir para isto a seus princípios essenciais, fórmulas mais adaptadas ao meio social mais complexo que é o nosso”.

Tratava-se da defesa da “democracia real”, que teria de “fortificar o poder executivo, romper com o liberalismo sem disciplina”, com o “igualitarismo da mediocridade”, da “substituição da democracia liberal e parlamentar por uma democracia mais próxima da democra-

uma série de três, todas elas pronunciadas na Faculdade de Direito da USP. Por causa delas Fernando de Azevedo foi homenageado no Hotel Esplanada, sendo publicado o seu discurso e o de Paulo Duarte com grande destaque no jornal *O ESP* de 18/12/36. Os temas dos discursos são: a “grande marcha de reconstrução nacional”, cujo “comando deverá ser de São Paulo”, as “lutas extremistas na Universidade”, a “Universidade e a democracia”.

(28) F. de Azevedo, op. cit., p. 127; primeiro grifo, de I.A.R.C.; segundo grifo, do original.

(29) Idem, ibidem, p. 136.

(30) Fernando de Azevedo, “A missão da Universidade”, op. cit., p. 56, grifo I.A.R.C.

cia direta, não somente política, mas político-econômica, com instituições sindicalistas ou corporativas obrigatórias”, sem chegar a abolir inteiramente a representação política.³¹

A “democracia real” é a “terceira solução”, que reaparece neste terceiro momento do projeto da Comunhão, para o dilema entre autocracia e democracia.³²

A “democracia real”, de Fernando de Azevedo, corresponde ao “liberalismo relativo” com que o jornal justifica não poder mais defender a “irrestrita liberdade de pensamento e de propaganda de idéias”. Corresponde, também, à “democracia verdadeira”, que assenta na “disciplina e na ordem” e não exclui a razão e a hierarquia, de Armando de Salles Oliveira.

Para Fernando de Azevedo, o “governo esclarecido e forte” teria condições de encaminhar as obras de reconstrução nacional e educacional.³³ Esta junção entre ilustração e autoridade forte corresponde, no discurso de Armando de Salles Oliveira, ao “cérebro fortemente armado” ou à razão armada, que em última instância propõe o governo da Comunhão armada. É em função disto que, em discurso às forças armadas, falando também a professores e alunos da Universidade de São Paulo, pode propor um programa nacional de educação, cuja “alma” seria a “estreita coesão entre a Universidade e o Exército”.³⁴

Define-se então a missão da Universidade: a do preparo das elites dirigentes aptas para exercer as suas funções dentro do “governo esclarecido e forte”.

Por isso, a função principal da Universidade, em especial a da Faculdade de Filosofia, é a de órgão do “interesse geral”, capaz de “formar e disciplinar” a elite que “defenda a parte de desinteresse”, sem a qual a Universidade não pode servir à “política no seu sentido mais alto e profundo”³⁵.

(31) Fernando de Azevedo, “Política de Educação”, 3.ª conferência da série sobre “Política e Educação”, realizada na Faculdade de Direito da USP, em 30/10/36, in op. cit., p. 155-156-157.

(32) Idem, ibidem, p. 155.

(33) Fernando de Azevedo, op. cit., p. 153.

(34) Armando de Salles Oliveira, “Saudação às Classes Armadas da Nação”, no banquete que o governo de São Paulo lhes ofereceu em 25/1/36, in *Jornada Democrática — (Discursos Políticos)*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1937, pp. 22-23. O discurso dirige-se a todas as forças sociais que estariam empenhadas na cruzada: as “classes armadas”, a Universidade, a magistratura, a imprensa, a lavoura, a indústria, as corporações profissionais, o funcionalismo, a Igreja, os operários, “admiráveis operários de São Paulo”, “indiferentes à pregação comunista”, que acreditam em Deus, na família e na “supremacia das forças morais” (pp. 23 e 24).

(35) Fernando de Azevedo, “As Lutas Políticas e a Universidade”, in op. cit., pp. 123-128-129.

No entanto, a "noção do interesse geral" permanece sempre "um sentimento de poucos, dos verdadeiros condutores de povos ou construtores de Estado. (...) Nunca foi o povo, no sentido político, que constituiu o Estado, mas apenas homens que fizeram triunfar o interesse geral, que fizeram o Estado, contra a má vontade dos grandes, e aparentemente com o auxílio do povo"³⁶. As massas na sua "alma primitiva", pelo contrário, concorrem com a sua "rebelião" para a decadência da democracia (como ocorreu com a democracia liberal).³⁷

O discurso expressa, dentro da Universidade, as mesmas proposições dos legítimos representantes da Comunhão: a "Universidade (de São Paulo) como núcleo de seleção, em que todos poderão entrar mas em que só os mais aptos triunfarão (...)", capazes de "encarar de cima os grandes problemas sociais e políticos".³⁸ Ou ainda a missão dos que saem da Faculdade de Filosofia, da Universidade de São Paulo, de criar a "mística nacional": "tirar essa imensa massa do seu estado atual, ainda quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida"³⁹. No que se refere especificamente à concepção das massas, corresponde à posição expressa no jornal, de que o "governo dos membros sem o concurso da cabeça seria o caos".

É a partir desta concepção da Universidade, que caracteriza o terceiro momento do seu projeto, que a Comunhão busca garantir que ela cumpra a sua missão.

Esta garantia passa a implicar a necessidade de que a Universidade "subordine o seu sistema institucional a um certo número de idéias diretrizes e fundamentais que devem ser a carta de sua vida normal"⁴⁰.

A criação da Universidade teria implicado uma "declaração de princípios", que substitui a "ordem da força pela ordem do pensamento; a violência que corta as discussões pela liberdade que as estimula; a obstinação que geram os preconceitos pela tolerância que é inerente ao próprio espírito científico". Foi "a resposta de São Paulo aos ideais da força e da violência". O "protesto e afirmação

(36) Fernando de Azevedo, "Política contra a Educação", in op. cit., pp. 102-103.

(37) Fernando de Azevedo, "As Lutas Políticas e a Universidade", in op. cit., pp. 126-27.

(38) Armando de Salles Oliveira, "Discurso Pronunciado em Piracicaba em 12/3/36", in op. cit., p. 169.

(39) Júlio de Mesquita Filho, "Universidade, Realização da Revolução Democrática", discurso de paraninfo da primeira turma da FFCL da USP, em 25/1/37, in *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969, pp. 166-167.

(40) Fernando de Azevedo, "A Missão da Universidade", in *A Educação e Seus Problemas*, tomo I, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 59, grifo I.A.R.C.

de fé na liberdade de pensamento e de investigação, de crítica e de debate, que constitui os fundamentos das instituições democráticas", que parte do governo de São Paulo.⁴¹

A liberdade de pensamento assim concebida não tem, no entanto, o significado da "liberdade sem freios", que constitui em última instância um "perigo à estabilidade do Estado, cuja suprema virtude é a segurança". Trata-se da liberdade que supõe o controle e a disciplina.

Reaparece no discurso da Comunhão na Universidade a idéia da anarquia que gera os regimes de força, da "anarquia mental" que destrói os "princípios" que articulam a vida social, política e intelectual.⁴² Corresponde ao discurso do jornal que está invocando constantemente a anarquia, para justificar os atos de exceção que vêm pôr ordem e disciplinar a nação.

Para que a Universidade realize a "missão histórica que lhe está reservada é preciso, antes de tudo, que (...) se forme e se desenvolva a consciência da necessidade do esforço e da disciplina, e com uma consciência dos deveres tão profunda como a dos direitos, uma reação salutar poderosamente organizada contra o despotismo e contra a anarquia mental em todas as suas formas e manifestações. Todo regime de força nasceu sempre da anarquia que o precedera".⁴³

A disciplina implica, porém, a disciplina da inteligência. "A inteligência que somente conduz às dissensões e à confusão, quando não se deixa disciplinar severamente no espírito e nos métodos científicos, tende a desempenhar entre os homens a função essencial de pô-los de acordo, de uniformizar, portanto, o pensamento humano, de modo que, como se dá no campo estritamente científico, o que é verdade para uns o seja também para todos".⁴⁴ Uniformização esta que critica, quando proposta pela "concepção extremista do Estado Totalitário", que produz a "escravidão do espírito" e impede a "conquista dos ideais de liberdade, de justiça e de razão".⁴⁵

É por isto que Armando de Salles Oliveira, falando na Universidade de São Paulo, pode ainda dizer: "Os que se orientarem dentro dela num mesmo sentido, terão sempre, no correr da vida, o mesmo modo de julgar os fatos. Separados, não precisam de se consultar para que este saiba o que pensa aquele".⁴⁶

(41) Idem, ibidem, p. 58.

(42) Idem, ibidem, p. 58. Cf. ainda, do mesmo autor, "As Lutas Políticas e a Universidade", in op. cit., pp. 116-117.

(43) Fernando de Azevedo, "A Missão da Universidade", in op. cit., p. 58.

(44) Idem, ibidem, pp. 58-59.

(45) Fernando de Azevedo, "As Lutas Políticas e a Universidade", in op. cit., pp. 130-131.

(46) Armando de Salles Oliveira, "Discurso Pronunciado em Piracicaba em 12/3/36", in op. cit., p. 170.

A liberdade de pensamento não implica ainda o "direito de pensar *como se queira*": "todos reconhecemos que o pensamento é livre (...) mas o trabalho científico só é fecundo com a condição de que os homens voluntariamente se submetam a um plano essencialmente o mesmo, ao investigar, e ao mesmo método, ao raciocinar: 'não se pode e não se deve reivindicar para o pensamento o direito de pensar *como se queira*, sem as austeridades de um método preciso, sem objetividade e sem probidade científica, porque isto seria reclamar o direito à libertinagem para a função mais augusta de que dispomos. No desempenho da sua missão, a inteligência deve mover-se dentro das condições que pela própria natureza lhe foram prescritas'"⁴⁷

Possivelmente será a partir destas "idéias diretrizes", que procuram garantir que a Universidade cumpra a missão que lhe foi atribuída pela Comunhão, trazendo para o plano interno da Universidade uma concepção autoritária e repressiva, que possam ser explicadas as informações obtidas em entrevista com Roger Bastide, professor da missão francesa na Faculdade de Filosofia, que chega ao Brasil em 1938.⁴⁸ Segundo Bastide, havia uma cláusula, nos contratos dos professores estrangeiros, nesta época, que impedia a atividade e a propaganda política. Teria sido pedido também, posteriormente, que os professores franceses não fizessem propaganda "gaullista" para a França livre. Deveriam comportar-se como "funcionários da Faculdade".

Ainda dentro deste quadro se explicaria o afastamento "involuntário" de Claudé Lévi-Strauss, professor da missão francesa que já se achava no Brasil, a quem Roger Bastide vinha substituir, desconhecendo as causas daquele afastamento. Segundo o seu relato, teria havido uma interferência direta de Mesquita Filho, que considerava Lévi-Strauss elemento "perigoso", ligado à Frente Popular francesa, considerada por Mesquita como "comunista". Lévi-Strauss teria escrito um artigo e feito um discurso dentro do *Estado*, onde mencionava o fato de o jornal ser contra a Frente Popular e os ataques de Mesquita a ela. Isto teria provocado uma separação entre eles, que culminou com a decisão de que Lévi-Strauss não voltasse à Faculdade. Quando saiu para fazer sua pesquisa entre os índios, Roger Bastide foi chamado para tomar o seu lugar. A sua chegada, teria sido rece-

(47) Fernando de Azevedo, "A Missão da Universidade", in op. cit., p. 59, grifo no original.

(48) Para a instalação dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram contratados na Europa, pelo governo do Estado, professores para várias cadeiras da Faculdade. Três foram as missões: a de alemães, de cinco professores; a francesa, de sete; a italiana, de seis; e mais um professor português e um espanhol, para língua e literatura. Cf. Fernando de Azevedo, *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971, pp. 122-123.

bido "muito mal" pelos demais professores franceses e pelos alunos, com exceção de Arbousse-Bastide, chefe da missão na Faculdade, atitude que só seria entendida, por ele, algum tempo depois.⁴⁹

Já se estava em pleno Estado Novo. Apesar das pressões externas, a repressão partia da própria Universidade.⁵⁰

* * *

O terceiro momento do projeto mostra com toda a clareza a inviabilidade da postura de estado-maior dirigente, como força superior aos partidos, que a Comunhão assume desde o início.

Chega ao poder muito menos pela sua capacidade de incorporação e subordinação dos demais projetos políticos e ideológicos, sob a sua direção intelectual e moral, do que pelo compromisso, que terá desdobramentos sucessivos, que a atrelará ao projeto de Vargas e que no limite impedirá a possibilidade de realização do seu projeto. É a ditadura que permite a sua ascensão à interventoria no Estado. É no regime de exceção, produto das sucessivas prorrogações do estado de guerra, que constrói o seu projeto nacional. É o compromisso com a ditadura e a legitimação que faz do regime de exceção que revelam na sua inteireza o projeto autoritário da Comunhão.

A Comunhão armada é a negação do estado-maior intelectual. O cérebro fortemente armado dispõe fundamentalmente da força para a imposição do seu projeto. A razão por si só não é capaz de se impor. Precisa estar armada.

Por outro lado, a Comunhão invoca uma força cujo controle não tem, força esta que ajuda a construir com a sua cruzada e que acaba por destruir a sua pretensão política de chegar ao poder.

Essa destruição, no entanto, vai ser elaborada ideologicamente como a destruição do projeto liberal, que se contrapôs ao Estado

(49) Entrevista com Roger Bastide, em 18/8/73.

(50) Conforme entrevista com Roger Bastide, havia um clima hostil à missão francesa: por parte dos católicos, que julgavam os professores franceses de esquerda; por parte das escolas profissionais, que achavam que o Brasil não precisava de humanismo, mas de técnicos para o seu progresso econômico; por parte dos integralistas, que defendiam um nacionalismo de direita e julgavam dispensável a presença de professores franceses na Faculdade. Conforme entrevista com Cruz Costa, o jornal *A Gazeta* teria combatido intensamente a Universidade, especialmente a vinda dos professores franceses para a Faculdade. Cf. Fernando de Azevedo, op. cit., pp. 126 a 128; a reação das faculdades profissionais da própria Universidade expressava a luta interna que foi travada para a implantação da FFCL, expressa nos debates do Conselho Universitário, contra a idéia da integração naquela Faculdade de todas as cadeiras de conteúdo não profissionalizante da Universidade.

Novo, de coloração fascista. Essa elaboração aparece após a tomada do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1940, pela ditadura e após o movimento pela redemocratização de 45. Recupera-se a postura liberal, “irredutivelmente liberal”. Os conteúdos autoritários ficaram todos projetados no Estado Novo. O regime de exceção de 35 a 37 vai permanecer como o “regime constitucional e democrático” e a candidatura de Armando de Salles Oliveira, como a “candidatura independente, apoiada pelas forças políticas mais ponderáveis e mais livres do Estado de São Paulo”.⁵¹

Constrói-se um movimento de obscurecimento dos conteúdos autoritários que o liberalismo foi capaz de expressar, até que uma nova “cruzada” passe a legitimar de novo aquela expressão.

Por outro lado, a Universidade também recupera o “princípio liberal” da sua fundação e dos seus fundadores, principalmente diante do “imprevisto” histórico do fascismo e do nazismo e das suas pretensões de conquista universal. “Nem mesmo o comunismo, apoiado no gigante eslavo, demonstrava disposição para enfrentá-lo.” Diante deste “imprevisto”, julgaram-se os fundadores na “obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal”.⁵²

Projeta-se para o futuro uma imagem da criação da Universidade, que recupera, do liberalismo, apenas os aspectos mais democráticos, e que obscurece os aspectos mais autoritários que tomou entre 35 e 37, os anos da criação da Universidade de São Paulo. É a imagem que vai persistir até um novo “assalto” do autoritarismo.

(51) Fernando de Azevedo, op cit., p. 131.

(52) Júlio de Mesquita Filho, “Pensamento Diretor dos Fundadores da Universidade de São Paulo”, op. cit., pp. 191-192.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS, ARTIGOS E TESES CITADOS

- ADUSP, *O Livro Negro da U.S.P. — O Controle Ideológico na Universidade*, São Paulo, ADUSP, 1978.
- ANTUNHA, Heládio C. G., *Universidade de São Paulo — Fundação e Reforma*, São Paulo, C.R.P.E., Estudos e Documentos, vol. 10, 1974.
- , *A Reforma de 1920 da Instrução Pública do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1967, mimeografado.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, *Inquérito (1928) — O Problema Universitário Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1929.
- AZEVEDO, Fernando, *A Educação entre Dois Mundos — Problemas, Perspectivas e Orientações*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d.
- , *A Educação e seus Problemas*, tomo I, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d.
- , *A Educação Pública em São Paulo — Problemas e Discussões (Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
- , *História de Minha Vida*, Rio, Livraria José Olympio Editora, 1971.
- , *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944.
- BARROS, Roque S. M., *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*, Boletim n.º 241, História e Filosofia da Educação, n.º 2, 1959.
- BORGES, Vavy Pacheco, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- BOSI, Alfredo, “Um testemunho do presente”, Prefácio do livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Atica, 1978, 4.ª ed.
- BUCI-GLUCKSMAN, Christine, *Gramsci et l'État, Pour une Théorie Matérialiste de la Philosophie*, Paris, Fayard, 1975.
- CAMPOS, Ernesto de Souza, *História da Universidade de São Paulo*, São Paulo, s.i.e., 1954.
- CAMPOS, Francisco, *Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.
- CAPELATO, Maria Helena R., *A Ideologia Liberal e o Estado de S. Paulo (1927-1932)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH da Universidade de São Paulo, 1974, mimeografado.

- CARDOSO, Irene de A. R., "A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo", *Educação e Sociedade*, ano I, n.º 3, 1979.
- CARONE, Edgard, *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, São Paulo, Buri, 1965.
- _____, *A República Velha (Evolução Política)*, São Paulo, DIFEL, 1971.
- _____, *A Primeira República*, São Paulo, DIFEL, 1973.
- _____, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, DIFEL, 1974.
- CENTENARIO DE JÚLIO MESQUITA, Anhambi, 1964.
- CERRONI, Umberto, *Teoria Marxista del Partido Político*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1971.
- DUARTE, Paulo, *Júlio Mesquita*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____, *Mário de Andrade por Ele Mesmo*, São Paulo, Edart, 1971.
- FERNANDES, Florestan, "Entrevista", *Transformação*, Revista de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Assis, n.º 2, 1975.
- _____, *A Sociologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- FORJAZ, Maria Cecília S., *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, São Paulo, Polis, 1978.
- FRANCO, Maria Sylvia C., "O Ilustrado e o Filisteu — uma reflexão sobre a Universidade", *Em Tempo de Cultura-3 — (Suplemento Cultural do Jornal Em Tempo)* São Paulo, s.d.
- GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio, Civilização Brasileira, 1968.
- _____, *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*, Buenos Aires, Ed. Lautaro, 1958.
- LAMOUNIER, Bolívar, "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação", in Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, *O Brasil Republicano*, 2.º vol., São Paulo, DIFEL, 1977.
- MEDEIROS, Jarbas, "Introdução ao Estudo do Pensamento Autoritário Brasileiro, 1914-1945", *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 17, n.º 1, março, 1974.
- MESQUITA FILHO, Júlio de, "A Comunhão Paulista", *Revista do Brasil*, n.º 84, dezembro de 1922.
- _____, *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data*, São Paulo, 1925.
- _____, *Política e Cultura*, São Paulo, Ed. Martins, 1969.
- MICELI, Sérgio, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, DIFEL, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1934)*, São Paulo, Ática, 1977.
- NAGLE, Jorge, *Educação e Sociedade na Primeira República*, São Paulo, EDUSP 1974.
- NOGUEIRA FILHO Paulo, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista — O Partido Democrático e a Revolução de 1930*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965.
- _____, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista — A Guerra Cívica de 1932 — Ocupação Militar*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965.
- _____, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista — A Guerra Cívica de 1932, Insurreição Civil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966.
- OLIVEIRA, Armando de Salles, *Discursos*, São Paulo, s.i.e., 1935.
- _____, *Jornada Democrática (Discursos Políticos)*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.
- O'NEIL, Charles, "Educational Innovation and Politics in São Paulo: 1933-1934", *Luso-Brazilian Review*, vol. VIII, n.º 1, junho 1971, The University of Wisconsin Press.

- PIOTTE, Jean-Marc, *La Pensée Politique de Gramsci*, Paris, Ed. Anthropos, 1970.
- PRADO, Maria Lúcia C., *A Ideologia Liberal de O Estado de S. Paulo (1932-1937)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH da Universidade de São Paulo, 1974, mimeografado.
- RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: AO POVO E AO GOVERNO — Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932.
- SILVA, Hélio, 1926 — *A Grande Marcha*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1971, 2.ª ed.
- _____, 1930 — *A Revolução Traída*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1972; 2.ª ed.
- _____, 1933 — *A Crise do Tenentismo*, Rio, Editora Civilização Brasileira, 1968.
- _____, 1934 — *A Constituinte*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1969.
- _____, 1937 — *Todos os Golpes se Parecem*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- SIMONSEN, Roberto, *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, São Paulo, Ed. FIESP, 1943.
- _____, *Rumo à Verdade* — discurso oficial na fundação da Escola de Sociologia e Política, Tip. da Revista dos Tribunais, 1933.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello e, "Entrevista", *Transformação*, Revista de Filosofia, FFCL, Assis, n.º 1, 1974.
- VIANNA, Luiz Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Ed. Paz e Terra, 1976.

II — COLEÇÕES DE JORNAIS CONSULTADAS

- *O Estado de S. Paulo*: de janeiro de 1925 a novembro de 1937
- *O Correio Paulistano*: de julho de 1924 a outubro de 1930